

SEMINÁRIO INTERLINHAS

Volume 2, número 1 • jan./jun. 2014 • ISSN

ANAIIS



ANAIS

SEMINÁRIO INTERLINHAS — 2014.1
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CRÍTICA CULTURAL (PÓS-CRÍTICA)

Universidade do Estado da Bahia — UNEB, Campus II
Alagoinhas, Bahia, Brasil

Período: 14 e 15 de agosto de 2014

ANAIS

SEMINÁRIO INTERLINHAS — 2014.1
Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica)

Universidade do Estado da Bahia — UNEB, Campus II
Alagoinhas, Bahia, Brasil

Período: 14 e 15 de agosto de 2014



Fábrica de Letras
Laboratório de Edição

Alagoinhas, 2014



Universidade do Estado da Bahia — UNEB
Reitor: José Bites de Carvalho
Vice-Reitora: Carla Liane Nascimento Santos



Departamento de Educação — DEDC II
Diretor: Áurea da Silva Pereira Santos
Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural —
Pós-Crítica
Coordenação: Profa. Dra. Edil Silva Costa
Vice-Coordenador: Prof. Dr. Arivaldo de Lima Alves



Editora Fábrica de Letras
Coordenação: Profa. Dra. Edil Silva Costa
Editor: Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel
Editora assistente: Gislene Alves da Silva

Ficha Catalográfica:

S471 Seminário Interlinhas, 2014.1: (14 e 15 de agosto de 2014, Alagoinhas, BA)/
Anais: Organizadoras Gislene Alves da Silva, Luane Tamires dos Santos
Martins e Sheila Rodrigues dos Santos; Universidade do Estado da Bahia.
Programa de Pós- Graduação em Crítica Cultural. Alagoinhas: Fábrica de
Letras, 2014.

p.

1. Literatura – Crítica e interpretação- Congressos. 2. Letramento –
Congressos. 3. Linguagem e línguas - Congressos. 4. Cultura- Congressos. I.
Silva, Gislene Alves da. II. Martins, Luane Tamires dos Santos. III. Santos,
Sheila Rodrigues dos. IV Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-
Graduação em Crítica Cultural. V. Título.

CDD 801.95

Biblioteca do Campus II / Uneb
Bibliotecária: Maria Ednalva Lima Meyer - CRB: 5/504

Créditos: Anais do Seminário Interlinhas

Organização: Gislene Alves da Silva, Luane Tamires dos Santos Martins, Sheila Rodrigues dos Santos

Projeto gráfico: Roberto H. Seidel

Editoração: Gislene Alves da Silva

Revisão: Luane Tamires dos Santos Martins, Sheila Rodrigues dos Santos

Capa: Gislene Alves da Silva

Assistente editorial: Eider Ferreira Santos, Fabiane Fernandes Guimarães, Maria Aparecida Santos de Souza, Pollyanna Araújo Carvalho, Priscila Lima de Carvalho e Silvana Nascimento Lianda.

Impressão: Fábrica de Letras do Pós-Crítica/UNEB

Seminário Interlinhas — 2014.1, do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II
Alagoinhas, Período: 14 e 15 de agosto de 2014

Conselho Científico:

Prof. Dr. Arivaldo de Lima Alves (UNEB)
Profa. Dra. Carla Patrícia Bispo de Santana (UNEB)
Prof. Dr. Carlos Magno S. Gomes (UFS)
Profa. Dra. Edil Silva Costa (UNEB)
Profa. Dra. Elisangela Santana dos Santos (UNEB)
Profa. Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira (UNEB)
Prof. Dr. José Carlos Félix (UNEB)
Profa. Dra. Maria Anória de Jesus Oliveira (UNEB)
Profa. Dra. Maria de Fátima Berenice da Cruz (UNEB)
Profa. Dra. Maria Nazaré Mota de Lima (UNEB)
Profa. Dra. Maria Neuma Mascarenhas Paes (UNEB)
Profa. Dra. Mauren P. Przybylski (UNEB)
Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos (UNEB)
Profa. Dra. Patrícia Kátia da Costa Pina (UNEB)
Prof. Dr. Paulo César Souza Garcia (UNEB)
Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel (UNEB)
Profa. Dra. Suely Aldir Messeder (UNEB)
Prof. Dr. Washington Luís Lima Drummond (UNEB)

Comissão Organizadora do Seminário Interlinhas:

Gislene Alves da Silva
José Carlos Félix

Comissão de Divulgação [blog, site]:

Gislene Alves da Silva
José Carlos Félix

Comissão de Infra-Estrutura:

Hildete Barroso de Souza
Michele da Silva de Aragão
Luann Andrade da Silva
Gleison Fernandes

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	13
<i>Ana Fátima Cruz dos Santos</i> Da canoa à sala de aula: a formação continuada de professores em Santiago do Iguape	15
<i>Arlinda Santana Santos</i> A subjetividade feminina em questão: um eu, duas subjetividades, umas memórias e várias histórias	21
<i>Arolda Maria da Silva Figuerêdo</i> O homem no espaço urbano: representações ficcionais contemporâneas em Lunarís de Carlos Ribeiro	33
<i>Carlene Vieira Dourado</i> Causos, mitos, lendas e identidade etnicorracial na comunidade quilombola de Volta Grande	41
<i>Cláudia Zilmar da Silva Conceição</i> O olhar do professor de língua portuguesa do ensino médio para a literatura de cordel	47
<i>Delmar Cruz Bomfim</i> Que malandro sou eu? Para uma nova tipologia do malandro brasileiro	53
<i>Francis Mary Soares Correia da Rosa</i> Tekoá: a literatura nativa e suas linhas de fuga	73
<i>Gislene Alves da Silva</i> Autobiografia de escritoras de Alagoínhas: processos de (auto)formação	79
<i>Ineíldes Calheiro dos Santos</i> As mulheres no mundo da arbitragem futebolística: a construção dos corpos e a dominação masculina no futebol	93
<i>Iramaia da Silva Santos</i> Discursos sobre formação continuada: influências na construção identitária das professoras de língua portuguesa	101
<i>Irênio Santos Nascimento Junior</i> A construção das masculinidades na obra amadiana terras do sem fim e cacau	113
<i>Ivânia Nunes Machado Rocha</i> Páginas do sertão: leitura e imaginação no universo de sertanejas	117
<i>Ivaníldes Teixeira de Sena</i> No ventre da capoeira: uma roda de Angola com outras ladainhas para contar antigas tensões das relações de gênero e de poder na capoeira angola	127

<i>Jair Cardoso dos Santos</i>	137
A produção poética de Luiz Gama: atualização e ressignificação da egalité?	
<i>Leandro Alves de Araújo</i>	145
Folhas “mal-ditas” do tempo: por uma nova leitura do candomblé angola na Bahia	
<i>Leila Pinheiro Xavier</i>	153
Formação para a escrita literária no ensino superior brasileiro	
<i>Luane Tamires dos Santos Martins</i>	163
O ato de escrever e de se reescrever: em foco Raquel de Queiroz e Conceição Evaristo	
<i>Manoela dos Santos Barbosa</i>	173
Violência racial, violência de gênero na obra de Conceição Evaristo	
<i>Maria Aparecida Ramos de Lima</i>	179
A linguagem fotográfica: uma leitura sobre as vivências das famílias inhambupenses	
<i>Maria Gabriela Batista Neiva</i>	183
Poética dos cadernos negros: repercussões identitárias numa comunidade quilombola	
<i>Marinalva Lima dos Santos</i>	191
Jubiabás: uma intersemiótica negra com romance, cinema e quadrinhos	
<i>Marluce de Santana Vieira</i>	199
Desconstrução do patriarcado em Ponciá Vicêncio	
<i>Monica Grisi Chaves</i>	209
A materialização de uma dissertação	
<i>Priscila Cardoso de Oliveira Silva</i>	217
O demônio logrado: táticas de reinvenção simbólica na cultura popular	
<i>Raimundo Washington dos Santos</i>	225
O saber dos microempreendedores/as: (re)pensando os saberes estéticos, econômicos, culturais acionados pelos microempreendedores(as) para montar um salão de beleza	
<i>Regina Beatriz Suzarte Ferreira</i>	233
A micareta de Feira de Santana como mercadoria de consumo	
<i>Selma Maria Batista de Oliveira</i>	241
Educação das relações étnico-raciais em escolas públicas na Bahia: reflexos e mudanças a partir da lei 10.639/2003	
<i>Sheila Rodrigues dos Santos</i>	251
Memórias docente: nas entrelinhas do currículo no curso de letras	

<i>Sílvia Gomes De Santana Velloso</i>	259
Literatura de cordel: leitura e letramento na educação de jovens e adultos	
<i>Sílvia Maria Santos Marinho</i>	265
Os desafios e limitações do professor de FLE (francês língua estrangeira) em uma comunidade rural de Alagoinhas	
<i>Táise Alves Moreira</i>	271
Os fragmentos literários na era da reprodutibilidade técnica	
<i>Taise Campos dos Santos Pinheiro de Souza</i>	281
Modos de produção, circulação e publicação de obras de escritoras negras	
<i>Tatiane Carvalho Nascimento</i>	295
O piolho, a pulga e seus excrementos: um relato social moderno e contemporâneo, inspirado na obra do século XIX o piolho viajante	
<i>Vanessa de Santana Vila Flor</i>	301
No rastro do Santo Fujão: narrativas lendárias e história oficial	
<i>Wellington de Souza Madureira</i>	307
Memórias e narrativas: a representação dos encourados pelos vaqueiros de Pedrão – BA	

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica), sediado no Campus II da UNEB, na cidade de Alagoinhas, é pioneiro ao interiorizar uma proposta de formação de pesquisadores em crítica da cultura, a partir de um diálogo com grupos que mobilizam os aparatos teóricos do pós-estruturalismo.

O *SEMINÁRIO INTERLINHAS* é um evento semestral do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, tendo como objetivo o estudo, reflexão e debate sobre os projetos de pesquisa em andamento realizados no interior e entre as linhas *Margens da Literatura, Letramento, Identidades e Formação e Narrativa, Testemunhos e Modos de Vida* pelos discentes e docentes do programa.

A comissão organizadora

DA CANOA À SALA DE AULA: A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM SANTIAGO DO IGUAPE

Ana Fátima Cruz dos Santos¹

Orientadora: Profa. Dra. Maria Anória de Jesus Oliveira

Resumo: O presente texto tem por objetivo apresentar o estado da pesquisa cujo tema é Educação Escolar Quilombola. O trabalho investiga a formação continuada dos professores, por meio dos livros didáticos utilizados, presentes nos espaços escolares de territórios quilombolas devidamente titulados pela Secretaria de Educação da Bahia, observando os requisitos básicos citados na Resolução nº08 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Justificamos o estudo a partir da implementação da Lei 10.639/2003 instituindo o ensino de História e Cultura Afro-brasileira nas escolas e sua aplicação na Educação Básica especificamente na abordagem sobre a representação do negro no livro didático. Apresentamos pontos discutidos no capítulo 1, o qual revisa as mobilizações políticas, sociais e culturais ocorridas no Brasil organizadas a partir de reivindicações do movimento negro e a projeção dessas ações na rede de ensino. Na metodologia de nossa leitura necessitamos de uma revisão bibliográfica sobre o tema, além de aplicação de questionários com os professores das escolas quilombolas para conhecimento do material didático utilizado pelos docentes. Verificamos uma preocupação por atividades educativas cidadãs e voltada para as relações étnico-raciais, além de discorrer sobre os conceitos de raça, etnia e identidade negra dentro e fora do âmbito acadêmico.

Palavras-chave: Educação. Quilombos. Livro didático. Relações étnico-raciais.

SEMINÁRIOS INTERLINHAS E COMPREENSÃO DA PESQUISA

No Seminário Interlinhas de 2013.1, o estudo se tratava de um simples projeto de pesquisa abordando as ideias iniciais sobre o Tema Educação Escolar Quilombola. O título era *Educação Quilombola: a linguagem das mulheres negras* e possuía um enfoque mais documental priorizando o discurso de mulheres negras em narrativas a serem analisadas a partir do filme-documentário Quilombos da Bahia (OLAVO, Antonio, 2004). Em seguida, o *paper* sob novo título *Práticas sociais e o conceito de educação quilombola na comunidade Santiago do Iguape* apresentava uma nova tendência, objetivos diversificados e um outro método de investigação. Desta vez, o projeto objetivava analisar a formação de professores(as) em uma comunidade quilombola - Santiago do Iguape. Ainda assim, tudo estava meio confuso.

No Interlinhas de 2013.2, o projeto já se encontrava mais completo devido às leituras durante as disciplinas do mestrado e pesquisa contínua na comunidade quilombola. Contudo, o sujeito da pesquisa se encontrava em conflito na dupla posição entre Formação de Professores e Livros Didáticos. Entretanto, a formação de professores (inicial ou/e continuada) abarca: a relação docente-

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, bolsista FAPESB. E-mail: anafatimadossantos@yahoo.com.br.

discente, a gestão escolar, investigação do currículo escolar, o trabalho coletivo dos professores e gestores da instituição, ideologia e abordagens veiculadas pela instituição formadora, a elaboração de projetos (anual, semestral, de leitura), a produção de atividades escolares e utilização de materiais didáticos - livros, revistas, audiovisual, filmes (SILVA, 2012).

Observamos que as mobilizações culturais vivenciadas na comunidade quilombola são recriadas conforme os ideais de manifestações culturais de tradição negra anteriormente celebrada por negros africanos escravizados na região do Recôncavo e segundo as histórias contadas pelos mais velhos do território, passando de geração para geração. A comunidade é majoritariamente negra e se afirma também enquanto negra de ascendência afro-diaspórica.

Pode-se presenciar as manifestações de transcultura, como defende Durval de Albuquerque Junior (2007), observando que no interior dessas mostras há memórias de culturas africanas na forma como saúdam as águas – tratando-se de uma comunidade pesqueira – pedindo sempre licença a “dona” da água doce e do mar, enviando presentes e respeitando seus ciclos naturais. Vê-se uma cultura transatlântica, segundo Beatriz Nascimento (GERBER, 1989), neste remonte de fluxos culturais de uma África vivida nas Américas.

O ideal seria incluir nas atividades escolares diárias partes dessas referências locais. Nesse âmbito, o livro didático seria um suporte a estes conhecimentos específicos da comunidade junto aos saberes científicos, ao domínio dos docentes para seus estudantes. Nele, deve estar contido imagens, textos e sugestões de leituras que agreguem valor aos seus leitores satisfazendo a sua realidade. Em se tratando de uma educação para as relações étnico-raciais este cuidado objetiva energizar todo o conhecimento local com a emergência de produções que respeitem a pluralidade de vozes. A voz quilombola é uma delas.

QUILOMBO, EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO: UM PROCESSO EM DESENVOLVIMENTO

Nos (des)arquivos de memória dos moradores de Santiago do Iguape é visível a ideia de tradição não aprisionada à noção de fixação de costumes, essencial cultural ou identitária. A tradição pode ser uma realização de procedimentos basilares que atravessam gerações, porém, estes procedimentos conseqüentemente sofrem fragmentações, mudanças de ordem material ou funcional. Portanto, as manifestações populares, produzidas em uma comunidade quilombola, possuem valores que as impedem de massificar seu significado cultural de ordem local ou global e a torna única.

Um dos setores presente todo momento histórico enquanto vetor para transformar uma realidade excludente é o setor da Educação. E no Brasil, esta educação acompanhou as transformações históricas, sociais, e econômicas. Porém, as posturas pedagógicas com seus métodos padronizantes construídos por uma elite branca e patriarcal (BRASIL; SECAD, 2006) não permitia a expressividade e desenvolvimento dos africanos e afro-brasileiros em território nacional.

São nesses caminhos desviantes e ao mesmo tempo convergentes que permeia uma educação diferenciada. Educação que siga uma orientação para a diversidade, para discutir as relações étnico-raciais de sua sociedade também enquanto mobilização política (ROCHA, 2007). Neste interesse, fez-se relevante rever os artigos e decreto legislativos que citam uma educação para os negros e descendentes de africano no Brasil e, infelizmente, a história aponta vários modos de exclusão do negro em seu processo de alfabetização ou no reconhecimento de seus mecanismos de ensino-aprendizagem.

Com a institucionalização do Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras nas escolas de todo o Brasil a partir de 2003, cabe a nós investigar como está sendo conduzida esta educação para a diversidade após 10 anos de sua implementação. Considerando as Leis 10.639/2003, As Diretrizes Curriculares Nacionais de 2004 - referente a este ensino, o Plano Nacional de Educação para a Educação das Relações Étnico-Raciais em 2010, especificamente, para escolas quilombolas (rurais e urbanas) foi sancionada a Resolução nº08/2012 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Questionamos: nas instituições educacionais inseridas na comunidade quilombola, há uma prática docente que abarque os pontos sugeridos por estas Diretrizes Quilombolas? Especificamente, o livro didático utilizado no cotidiano escolar se reporta a perspectiva da Educação Quilombola?

Supomos que estes materiais didáticos trabalhados nas escolas quilombolas de Santiago do Iguape se encontram conforme as demandas levantadas nas Diretrizes Nacionais Quilombolas, contudo, concentrando-se nos livros sugeridos pela SECADI para a formação continuada do professor e aplicação de atividades com seus estudantes.

Em nossa investigação dessa formação continuada de professores por meio do livro didático utilizados por eles em sala de aula, abordamos as três escolas quilombolas da comunidade: Escola Municipal Pedro Paulo Rangel (Ensino Fundamental I – do 1º Ano ao 5º Ano), Escola Municipal de Santiago do Iguape (Ensino Fundamental II - do 5º Ano ao 9º Ano), Colégio Estadual Eraldo Tinoco (Ensino Médio – do 1º ao 3º Ano)² aplicando questionário estruturado junto aos docentes de língua

² Segundos dados da Secretaria para a Diversidade, março/2012.

portuguesa, literatura, leitura e contexto (ciências humanas) e gestores das mesmas instituições. Aliadas à revisão bibliográfica sobre estratégias pedagógicas para as relações étnico-raciais, educação escolar quilombola nos estados de Goiás, Rio de Janeiro e Minas Gerais, as questões visavam observar a autoidentificação racial dos docentes (branco/pardo/preto/indígena/outro), seus conhecimentos sobre a Lei 10.639/2003, Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e Educação Escolar Quilombola.

Dentre estes materiais, os quais as gestoras das três instituições e alguns docentes participantes da pesquisa disseram utilizar em sua dinâmica de aulas, temos: 06 livros sugeridos pela SECADI (que podem ser encontrados também no Portal do MEC), 01 livro didático sugerido pela Secretaria Estadual de Educação da Bahia diretamente à escola de Ensino Médio, 01 kit de livros para literatura infantil (Ensino Fundamental I), 01 livro didático de Educação para o Campo (Ensino Fundamental I).

LIVRO	ANO/PUBLICAÇÃO	ESCOLA APLICADA
Estórias Quilombolas	2006/SECAD	Escola Municipal Paulo Pedro Rangel Escola Municipal de Santiago do Iguape
Minas de Quilombos	2008/SECAD/REDEH	Escola Municipal Paulo Pedro Rangel
Quilombos: Espaço de Resistência de crianças, jovens, mulheres e homens negros	2005/SECAD/REDEH	Escola Municipal Paulo Pedro Rangel
YOTÉ: o jogo da nossa história: o livro do aluno	2006/SECAD	Escola Municipal Paulo Pedro Rangel Escola Municipal de Santiago do Iguape
Kit A cor da Cultura. (4 livros, 4 CDs, 1 jogo)	2006	Colégio Estadual Eraldo Tinoco

Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais	2006/SECAD	Escola Municipal Paulo Pedro Rangel Escola Municipal de Santiago do Iguape Colégio Estadual Eraldo Tinoco
Consciência Negra: uma reflexão crítica sobre a história e a cultura afro-brasileira.	2006/Editora Recomeço	Colégio Estadual Eraldo Tinoco
Girassol: saberes e fazeres do campo (4º ano)	2012/FTD	Escola Municipal Paulo Pedro Rangel Escola Municipal de Santiago do Iguape
Coleção Africanidades	s/d/Editora Ciranda Cultural	Escola Municipal de Santiago do Iguape

CONCLUSÃO

A Educação Quilombola trabalhada na comunidade de Santiago do Iguape, encontra-se em desenvolvimento contínuo e os livros didáticos são ferramentas que auxiliam na construção identitária dos docentes e estudantes que os manipulam. Portanto, é relevante o presente estudo sobre quais livros têm sido utilizados e como lidam com a Educação para as Relações étnico-raciais e as Diretrizes Curriculares nacionais Quilombolas para a Educação Básica. No período, diagnosticamos que existe um esforço das gestoras das escolas e seus docentes em seguir uma perspectiva respeitosa para essa educação específica e representativa à comunidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *Fragments do discurso cultural: por uma análise crítica das categorias e conceitos que embasam o discurso entre a cultura no Brasil*. Palestra. 2007.

BRASIL (MEC). Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: SECAD, 2006

GERBER, Raquel. *ORI – filme-documentário*. Texto e Narração de Beatriz Nascimento. 1989.

OLAVO, Antonio. *Quilombos da Bahia*. (Filme documentário). Bahia: Portifolium, 2004. 98 minutos.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. *Educação das relações étnico-raciais: pensando referências para a organização da prática pedagógica*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

SILVA, Givânia Maria da. *Educação como processo de luta política: a experiência de 'educação diferenciada' do território quilombola de Conceição das Crioulas*. 2012. 222 f. Dissertação (Mestrado em Políticas públicas e Gestão da Educação). Universidade de Brasília, Faculdade de educação, 2012.

A SUBJETIVIDADE FEMININA EM QUESTÃO: UM EU, DUAS SUBJETIVIDADES, UMAS MEMÓRIAS E VÁRIAS HISTÓRIAS

Arlinda Santana Santos¹

Orientador: Prof. Dr. Roberto Seidel

Resumo: Neste trabalho, a intenção é fazer uma (re) apresentação do projeto de pesquisa, sua metodologia e fundamentos. Far-se-á também, uma reflexão sobre as inquietações da pesquisadora frente seu objeto de pesquisa, bem como, dos rumos que esta vem trilhando até o presente momento. Para tanto, serão apresentadas algumas mudanças ocorridas no projeto inicial e um esboço de sumário da dissertação que deverá ser apresentada oportunamente. Com isso, acredita-se que ficarão claros não somente o empenho na realização da pesquisa, mas também os avanços que vem ocorrendo desde o seu início.

Palavras-chave: Mulher. Escrita. Memórias.

INTRODUÇÃO

Relendo o projeto de pesquisa apresentado neste Mestrado em Crítica Cultural intitulado *Memórias e outras histórias: a escrita de memórias em Zélia Gattai*, vejo-me disposta a pensar a mulher, figurada e representada como escritora de memórias. Falo isso em terceira pessoa. Tento impor, e nas entrelinhas leio minha insegurança, um rigor técnico-metodológico para analisar um outro/sujeito que não está assim tão distante do meu eu/sujeito.

Quero entender, e saber, quem é essa mulher, porque escreve, como escreve... Tentarei ao longo da minha pesquisa vislumbrar em suas escritas algo (partindo de devaneios filosóficos, antropológicos, críticos, linguísticos) que certamente nem a autora vislumbrou ao escrever. Mas eu sei o que falo, o que escrevo, de onde escrevo, porque escrevo? Eu sei quem sou eu?

Estou tentada, o que é até contraditório nesse momento de minha vida, quando me vejo aprovada na seleção para mestranda em Crítica Cultural e já cursando as disciplinas obrigatórias, a “desconfiar” da certeza que o lugar de fala do intelectual passa. Mesmo sentada em cadeira macia e acolchoada, sinto um desconforto nesse lugar de fala. Sinto seus espinhos.

Tenho certeza sobre mim para falar de um outro? Ou talvez, num processo de racionalização, tentarei entender esse outro, buscando nele respostas para o que não sei de mim? Por que pesquisar mulheres? Por que esse tema? Por que memórias e não outras histórias? E por que crítica literária? E por que crítica cultural?

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: arlindas10@yahoo.com.br.

Busco o subliminar, a intencionalidade, o interesse, a hora do bote... Insisto em “lançar um olhar crítico” sobre a mulher, suas relações sociais, sobre suas técnicas de sobrevivência, de manutenção de sua identidade e até mesmo de sua integridade no caos social. E agora, me atiro (no abismo e de olhos abertos) sobre o seu papel de escritora. Eu escrevo. A mulher escreve e com sua escrita marcam-se páginas, imprime-se um tom, faz-se sujeito atuante de uma história e de sua própria história.

Ao pretender um entendimento acerca da escrita feminina, preciso compreender a minha escrita também como uma escrita feminina, já que não posso esquecer-me do meu lugar de pesquisadora e sujeito situado. Ao escrever, minha escrita de pesquisadora, de mestranda em crítica cultural, que busca um lugar no campo da crítica literária, tenho consciência de que escrevo enquanto mulher. Minha escrita é de mulher, é feminina.

E como lembra Lúcia Castello Branco,

[...] a categorização de uma modalidade de escrita como feminina é incômoda não só para aqueles que se dedicam a essa questão, como também para as próprias mulheres, especialmente para algumas daquelas que acabam por ocupar esse lugar.

[...]. Esse incômodo, que às vezes nos põe a falar desenfreadamente, tagareladamente, ou que às vezes nos sufoca a voz como um amargo travo na garganta [...] (1991, p. 16-17).

Senti esse incomodo ao voltar-me sobre meu projeto após o processo de seleção. Ao constatar que o meu tagarelar/escrita ainda não conseguia traduzir minha intenção. Ao tentar manter-me na posição de crítica de meu próprio texto, incomodo-me. Via e lia uma vontade seca e objetiva de lançar-se sobre o objeto de estudo.

Passado um choque inicial, uma vontade de mudar o foco, de incluir novos dados, ou até mesmo de mudar meu tema, consegui perceber que aquilo que me inquieta, fascina é a escrita de mulheres, é a escrita de memórias. Sendo assim, sei que nos próximos dois anos, preciso amadurecer conceitos, aumentar meu referencial teórico, rever pesquisas, entender conceitos que surgem nas leituras que estão sendo feitas.

Neste processo de revisão de meu projeto, acabei por modificar sutilmente o título que de Memórias e outras histórias: a escrita de memórias em Zélia Gattai passou a Memórias e outras histórias: a escrita feminina de memórias em Zélia Gattai. Acredito que tal acréscimo se faz pertinente, pois, tanto em minhas leituras, quanto na produção escrita, a discussão acerca da escrita feminina está presente. Neste momento, encontro-me com o projeto de pesquisa quase que totalmente refeito, a partir das sugestões e observações realizadas por meu orientador, professor Roberto Seidel.

De um modo geral, as modificações ocorreram quando aos objetivos. Inicialmente, uma das pretensões era analisar a escrita de memórias e sua relação com o estabelecimento do cânone, que foi abandonada, pois a intenção, como me foi questionado no momento da entrevista de seleção, não é a busca de um lugar de cânone para Gattai e sua escrita de memórias. Quer-se a potencialização da sua escrita, como lugar de voz para o sujeito feminino. Parte-se do princípio que essa escrita é ativação da singularização do sujeito, de liberdade de ser e construir a si mesma através da escrita. Se continuasse insistindo nessa busca do cânone criaria um lugar de subjetivação reativa para a mulher que escreve, contrariando assim, a proposta desta pesquisa.

Diante disso, os objetivos passaram a ser: Situar a autora no contexto sociocultural e observar a influência deste em sua escrita, bem como o tratamento que lhe é dado no meio acadêmico; trabalhar a noção de escrita feminina de memórias como lugar de expressão do sujeito feminino e como um lugar de construção de sua subjetividade e discutir e problematizar a escrita biográfica como uma possibilidade de escrita/invenção de si.

Outra modificação realizada, foi no tocante à inclusão dos conceitos de autobiografia, biografia e escrita de si. Para tanto, parto do conceito de escrita de si presente na obra “A morte do Autor” de Michel Foucault (1992), bem como, de um referencial teórico que se encontra em construção neste momento. Quanto a este referencial teórico, o mesmo vem sofrendo acréscimos feitos a partir de leituras realizadas nas disciplinas, sugestões de professores, do orientador e de levantamento feitos por mim, no intuito de complementar lacunas, esclarecer pensamentos e embasar o trabalho que vem sendo realizado.

Tais acréscimos se fazem de extrema importância para a consistência que pretendo dar a minha pesquisa. Neste ponto, destaco as leituras de *Micropolítica: Cartografias do Desejo* (GUATARRI, ROLNIK, 1996); *Um teto todo seu* (WOOLF, s/d); *O que é a escrita feminina* (BRANCO, 1991), *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha – Homo sacer* (AGAMBEN, 2008), dentre outros.

Ao ler Agamben em “O que resta de Aschwitz” (2008), um dos maiores impactos que tive sobre o autor foi a sua capacidade de aliar criticidade, análise filosófica e poesia. Sua escrita crítica e racional sobre os horrores do campo de concentração soa como poesia, permite-nos ver a história de milhares de judeus sob a ótica da poesia.

Todavia, dizendo disso não aproximo a escrita de Agamben (2008) da escrita feminina. Uso-o como exemplo para afirmar a necessidade de aproximar a minha escrita de pesquisadora mestrande, que se pede técnica e objetiva, da escrita poética. Tarefa árdua, mas que neste momento vejo

necessária, pois talvez, só assim, consiga expor claramente a visão que tenho, mas que ainda não sei expressar em palavras, da escrita feminina em sua vertente memorialística.

Ao compartilhar uma análise crítica da escrita feminina, pretendo entender cientificamente o processo da escrita de memórias, estudar, ler, embasar-me em inúmeros(as) pesquisadores(as) de gênero, literatura, filosofia. Mas não desejo esquecer a poesia que ecoa nessas escritas. Não almejo, com um discurso científico, matar o que vejo de mais belo, e que me convidou a estudar literatura, estudar a obra de Zélia Gattai.

Com isso, aspiro fugir da análise literária formalista, fechada, compromissada com uma objetividade e criticidade que certamente acabam por matar o que a literatura tem de mais belo: a fluidez das palavras, suas construções imagéticas, a capacidade de transporta-nos para a narrativa. A intenção é aliar criticidade com poesia. Sei que é muito. Acho que conseguirei.

Ao lembrar e ao narrar suas memórias, as mulheres rompem com o silêncio ao qual, aparentemente, estariam fadadas. Ao publicar sua escrita foge das gavetas, ganha asas. Liberta-se.

Por isso, afirmo que a escrita faz-se lugar de liberdade para o sujeito. Liberdade para falar, para contar o vivido, ou até mesmo o não vivido, inventar fatos, histórias, novos finais, uma nova cronologia. O ato de lembrar, rememorar um passado vivido, faz-se livre na escrita de memórias. Não se pretende um compromisso com a ordem dos fatos, com a verdade. A memória trazida na escrita memorialística “tende mais para o futuro que para o passado, mais para o esquecimento que para a lembrança, mais para a inversão, a criação, que para o resgate da vivência original” (BRANCO, 1991, p. 31).

O compromisso é com o falar, com o rememorar “tagarelamente” como numa conversa ao final da tarde. E assim a conversa/escrita flui, quem sabe como flui o contar segredos: num sussurro, com certa timidez ou medo de os serem revelados.

Mas é neste ponto, que talvez a escrita de memórias supere o caderno-goiabada (que está quase sempre sob a ameaça do esquecimento no fundo de uma gaveta, até ser “descoberto” por alguém), pois a autora rompe com o medo de ver desvelarem-se seus segredos e torna pública sua história.

Fico agora pensando o que diria minha mãe, se fosse viva, ao ler estas páginas – ela nos deixou há dez anos e papai há quarenta. Certamente, balançando a cabeça, num suspiro, exclamaria: “*Maria Vergine!* Que menina atrevida! O que é que vão dizer?” (grifos da autora) (GATTAI, 2009, p. 318).

E assim, contrariando o que se espera de uma moça bem comportada, Gattai publica suas memórias/confissões. Conta-nos sua infância, aventuras, amores, dissabores, e também omite aquilo

que talvez ainda não esteja totalmente resolvido dentro de si². Contando suas memórias, publicando seu cotidiano, torna público o privado, extrapola os limites do lar, da alcunha de *dona de casa*, do destino que poderiam ter traçado para e por ela. Fazendo-se responsável pela construção do seu destino, torna-se escritora.

Sua obra, pautada num tom confessional, permite-nos constatar que realmente:

[...] a narrativa literária da *escrita feminina* é construída a partir de uma voz em primeira pessoa, momento em que o sujeito autoral e o sujeito textual tornam-se um, no amálgama, muitas vezes, para surtir um mesmo efeito [...]. Todos que leram obras de autoria feminina, com raras exceções, devem ter percebido essa marca pessoal, quase literal, na construção do processo de narratividade. (grifos do autor) (SILVA, 2011, p. 242).

Ao lermos seus livros, vemos que sua escrita em primeira pessoa tem o tom de uma conversa informal: “Conversa puxa conversa, de repente me encontrei com quase 300 páginas escritas à máquina” (GATTAI, 1993, p. 9). A escrita de Zélia Gattai tem mais um compromisso com o falar, com o testemunhar o visto e vivido.

Suas memórias mostram que o simples pode ser inefável, que há “profundidade” no raso rio do cotidiano. Faz-nos perceber que os espaços de circulação da mulher são infinitos, que a liberdade é para ela algo palpável.

O contexto pós-moderno permite-nos falar em identidades múltiplas e fragmentárias. Sabemos da impossibilidade de se pensar UMA mulher, ou A MULHER, excluindo as particularidades dos sujeitos que se agrupam sob esse conceito. Tal contexto, convidando-nos a ver MULHERES (brancas, negras, lésbicas, trabalhadoras, nordestinas, pobres, de classe média, mães, professoras) e por isso, podemos ver em Gattai não uma, mas inúmeras Zélias³. Zélias que surgem aos nossos olhos assumindo papéis sociais, lutando contra valores impostos, contra ideais reacionários, questionando seus próprios valores revolucionários.

E cada uma delas aparece em suas obras. Cada livro tem uma nuance, tem uma Zélia, um fio condutor que nos leva em sua teia narrativa. A imagem de teia, enquanto algo que prende, é facilmente aplicável aos leitores dessa autora. Ao ler suas obras, sentimo-nos presos na história, sentimo-nos parte das aventuras narradas. Sentimos.

² Como ocorre em relação ao fim de seu primeiro casamento e da sua relação com seu filho fruto dessa relação.

³ Percebemos assim, que as múltiplas Zélias que passeiam pela narrativa memorialística constituem-se como espécies de personagens dentro de uma só personagem. A escritora Zélia Gattai transporta-nos para um mundo ficcional a partir da narração de sua história real.

A intenção é trabalhar com as obras *Anarquistas, graças a Deus* (2009), *Um chapéu para viagem* (1993), *Jardim de Inverno* (1989) e *Senhora dona do baile* (1984) de Zélia Gattai. Mesmo aparentando ser um grande número, acredita-se que eles se completam e interligam, contribuindo assim, para o embasamento da pesquisa.

Fazendo esse levantamento prévio, tentei ler, com olhos críticos, sua obra. Intencionei vislumbrar marcas da escrita feminina, do seu sujeito e subjetividade. Mas ao mesmo tempo em que a criticidade tentava se fazer presente, confesso que não pude deixar de me encantar com a mulher apresentada e desvelada desde a infância, atrevida e segura de si. Essa mulher forte e destemida, consciente de suas vontades e desejos, contrastava em muito com a opinião criada por mim, de certa forma influenciada pela imagem difundida pela mídia. Tanta força não “combinava” com aquela senhorinha que dava entrevistas ao programa “Sem Censura” da TV Cultura de Leda Nagle⁴. Uma conversa fácil, um sorriso ameno, uma voz mansa escondiam uma guerreira dona e senhora (do baile) e de si.

E hoje, consciente deste meu lugar de pesquisadora sujeito/situado vejo que meu olhar não está isento de preconceitos, que crio sim “imagens cristalizadas”, que assimilo para mim verdades veiculadas. Percebo que meu olhar lançado sobre o outro tem comprometimentos ideológicos e de valores que criei para mim e que exijo estarem presentes também nele, ou mais especificamente, nela, nessa mulher a quem olho como um outro, distinto e “exótico”.

Ao ler “Um teto todo seu”, onde Virgínia Woolf (s/d) apresenta-nos sua tese sobre a importância de “um teto todo seu” para a mulher firmar-se como escritora, ou quem sabe ainda, para a mulher firmar-se enquanto sujeito autônomo e independente; fica difícil compreender a opção de uma mulher por não querer um teto SEU, mas criar um teto NOSSO, unindo-se a um homem e vivendo com ele a tão falada aventura amorosa. Escolhas e opções, verdades, valores.

Vejo claramente, que não há a tão alarmada neutralidade científica. Observo que meu olhar, meu ouvir (OLIVEIRA, 2013) estão sim comprometidos pelos valores que assimilei ao longo de minha vida. E isso cria um estado de alerta para o meu processo de escrita: o que escreverei estará isento do que ouvi, vi e vivi? Como me instalar nesse lugar de pesquisador? Como lutar contra a vontade de um lugar de verdade? Como inserir a escritora de memórias numa perspectiva Pós-Crítica?

Sócrates afirmava que só sabia nada saber. Sinto hoje que tal frase não se faz apenas retórica. Vejo-me mulher sem entender quem é a mulher ou o que é a mulher?

⁴ ENTREVISTAS. Sem Censura. Rio de Janeiro: TV Brasil, entrevistas diversas concedidas durante a década de 1990.

Se o que concebemos como mulher, sua imagem e representação cristalizada, é em grande parte, fruto do conceito de feminino, conceito este traçado pela sociedade patriarcalista-cristã, a mulher é uma invenção? Ou a mulher, por surgir no contexto social a partir de um conceito (de feminino) inventado, vive no âmbito da invenção/imaginação, e, portanto, pode inventar-se e reinventar-se, camaleonicamente, aos nossos olhos? Quem é Zélia Gattai?

Criada e educada num ambiente de mundo sem fronteiras, jamais fiz distinção de raças ou de cor; aprendi a julgar os homens por seus méritos, meus mestres, dona Angelina e seu Ernesto, não puderam dar aos filhos escolas superiores, nem diplomas de faculdade, mas, em compensação, lhes deram o interesse pela cultura, pelas questões sociais, o amor à paz, à justiça, à humanidade, buscaram abrir-lhes os olhos e os espírito para os problemas da vida (GATTAI, 1993, p. 15).

Filha de anarquistas, menina criada na São Paulo do início do século XX, de pouco estudo⁵, militante política, mulher separada, mulher que “abandona” filho para “fugir” com um escritor comunista, uma quase mãe solteira, dona de casa, uma exilada política, a filha de D. Angelina e de seu Ernesto... Um sujeito, muitas mulheres, inúmeras histórias. Todas elas contidas no semblante pacato e sereno de uma dona de casa moradora do bairro do Rio Vermelho em Salvador, todas elas resumidas (mas não mortas, pois todas vivem em suas lembranças, em suas memórias, em sua escrita) na criação de uma não tão simplória e nem um pouco ingênua, alcunha de “mulher de Jorge Amado”.

Em minhas leituras e escritas, busco ativar o lugar de voz do sujeito feminino que emerge nas narrativas, mesmo diante de um discurso que a reduz “a mulher de”, a “dona de casa”. Não percebemos em Zélia passividade e comodismo. Ao longo das leituras, percebe-se a construção de um sujeito feminino inquieto e inquietante. Entrevemos uma mulher em ação. Zélia pratica as ações de sua vida: escolhe, sofre, refuta, ama, luta... vive.

Todavia não temos um sujeito perfeito: perfeita mãe, mulher, dona de casa, esposa. Temos diante de nós uma mulher com desejos, medos, vontades e principalmente, defeitos. A narrativa traçada em suas memórias apresenta-nos personagens múltiplas para um mesmo sujeito e ao fim dessa leitura, não sabemos ao certo, quem é o sujeito Zélia. Assim como em qualquer outra situação de análise da identidade humana, não sabemos, cartesianamente, quem é Zélia.

E com isso, vemos claramente que:

⁵ Vale ressaltar, que mesmo não prosseguindo com seus estudos formais, sua formação foi “compensada” pelos estudos autodidatas, por suas leituras fortemente influenciadas pela formação política que recebeu de seus pais, pelo convívio e diálogos travados com inúmeros intelectuais ao longo de sua vida. Com isso, temos sim em Zélia uma mulher de pouco estudo formal, mas não uma mulher sem instrução ou afastada de uma vontade de ver e de pensar o mundo com criticidade.

[...] não se pode pensar (mesmo no texto tradicional de memória) na existência de um sujeito pleno, onipotente, onisciente, sem lacunas e sem brechas, porque mesmo esse sujeito que pretende tudo saber e tudo controlar muitas vezes se depara com um texto que escapa ao seu controle e com “verdades” sobre as quais ele não sabe tanto assim (BRANCO, 1991, 38).

E assim, o sujeito segue como um enigma cativante a quem não se propõe decifrar, mas talvez, traduzir, desenrolar, como se desenrolam as narrativas. Além disso, não podemos querer para Zélia Gattai uma definição fixa e presa. Não podemos pensar sua escrita, sua identidade sob uma ótica que a aprisione.

Zélia é uma mulher livre. Educada dentro de princípios anarquistas e de livres-pensadores e busca para si a liberdade. Não se prende ao convencionalismo, às práticas sociais, muito menos almeja enquadrar-se em modelos. Busca viver livremente, sem amarras.

Talvez por isso não vejamos Zélia presa. Aprisionada a valores, modelos e até mesmo a uma casa, a um endereço fixo. Notamos uma mulher em constante mudança, despedindo-se de pessoas, de identidades, de casas por onde passou, desde sua infância. Sua narrativa é uma longa viagem: da infância à fase adulta, da Itália ao Brasil, de São Paulo para o Rio de Janeiro, daí para o mundo.

Para Gomes (2011), a viagem pode ser vista “como significado de movimento e ruptura com a tradição patriarcal. A viagem é um deslocamento entre lugares que se referem quase sempre a espaços, mas existe também a perspectiva do tempo nas viagens psicológicas” (2011, p. 102). E ambas fazem-se visíveis nas memórias estudadas. A autora leva-nos em suas viagens ao redor do mundo e às suas “viagens” pessoais através de seus medos, anseios. Em suas narrativas há um sujeito nômade que traz dentro de si uma inquietação diante do novo:

Pedi a Lalu que não fosse ao embarque mas ela insistiu, iria de qualquer jeito. [...] Demoramos as duas em silêncio, em meio à balbúrdia dos passageiros que embarcavam entre recomendações e adeuses ruidosos. Apressado como sempre e acabrunhado com a tristeza da despedida, seu João consultou mais uma vez o relógio, e, tomando do neto para beijá-lo disse:

- Está na hora de embarcar, minha filha. Deus te leva, cuide de meu filho.

[...]

No tombadilho do navio, enquanto João Jorge em meus braços insistia em puxar o turbante, [...] eu olhava os dois velhos lá em baixo [...].

Eu não sabia se estava chorando de tristeza ao me separar de minha gente – meu filho, minha mãe, meus irmão e irmãs, Lalu e o Coronel –, ou de alegria ao partir para o encontro de Jorge para enfrentarmos juntos a vida no estrangeiro (GATTAI, 1993, p. 250-251).

Assim como me lanço corajosamente no abismo ao iniciar essa pesquisa, a autora que pretendo estudar também se lança na vida. Sem muito compromisso com a racionalidade, com a certeza, mas em parceria com o desejo, com a vontade do novo, com o viver/escrever.

Sua produção literária não tem um dever/obrigação com o mercado editorial, com a criação um público leitor/consumidor, mas sim, com os pequenos gestos de gentileza do seu cotidiano. Por isso, escreve motivada pela curiosidade dos filhos, escreve como forma de presentear, de rememorar fatos, pessoas, lugares. Quem sabe esteja aí, nesse não compromisso com a escrita enquanto arte acadêmica, a beleza das suas obras, sua forma de cativar um público leitor.

Como já dito, o encanto de sua narrativa reside no cotidiano simples. E os leitores, e também ouvintes, de suas histórias encantam-se com sua simplicidade, estendendo-se a tal ponto que chega a causar espanto na própria autora:

A publicação desse livro deu-me muitas alegrias, pois interessou a inúmeras pessoas no Brasil e no estrangeiro. A crítica foi generosa tanto aqui como em Portugal; recebi centenas de cartas que me comoveram, reencontrei amigos de infância, ganhei amigos novos (GATTAI, 1993, p. 9).

E assim, o caderno-goiabada sai da gaveta. E com sua saída, a mulher/escritora revela-se. Fala e rememora o que achou de suas experiências, encontros, desencontros. Diz do que quis e não quis para si, para seu destino.

Neste ponto, retomo o andamento de minha pesquisa. Diante das leituras feitas até o presente momento e das reflexões que delas surgem, já foi possível a construção de um esboço de sumário, já apresentado ao meu orientador. Fora introdução e conclusão, teríamos quatro capítulos. No primeiro, intitulado “Figurações do Estado de Exceção em Zélia Gattai: Memórias de uma testemunha anarquista-libertária”, a intenção é desenvolver a noção de testemunho de Agamben aliado ao estudo de memórias, trazendo dados sobre a biografia da escritora, sua militância política, dentre outros aspectos.

No capítulo 2, “Zélia, D. Angelina e Lalu: mulheres, subjetividades e suas múltiplas escritas do feminino”, pretendo escrever, aliando a uma revisão sobre a teoria feminista, sobre a questão da educação destinada às mulheres no início do século XX, bem como, discorrer sobre as possibilidades do ser mulher presentes em Gattai. No terceiro capítulo “Por uma fuga da gaveta: reflexões sobre a escrita feminina de memórias”, intenciono problematizar a noção de escrita feminina, trazendo um referencial teórico. Tentaria fazer um questionamento sobre o lugar de fala das escritoras, situando Zélia Gattai. Proponho-me pensar a obra de Gattai não somente como um caderno-goiabada, mas como um livro que conseguiu sair da gaveta.

Por fim, no quarto capítulo, “A escrita autobiográfica como escrita/invenção de si: a vontade de liberdade no rememorar de Gattai”, intenciono trazer uma problematização sobre a noção de autobiografia como escrita/invenção de si. Gattai vai além da biografia de si. Vejo uma mulher que

surge em sua escrita, como personagem, como uma (re)invenção de si, de suas memórias. Ainda estou fazendo um levantamento neste aspecto, mas vejo um caminho sendo trilhado neste sentido.

São essas e inúmeras outras questões que terei pela frente. Desafios, estudos, reflexões. E nesse ponto, retomo a fala de Guacira Lopes Louro acerca da epistemologia da pesquisa feminista. Ao lembrar que minha pesquisa está “comprometida”, que traz à tona a mulher como objeto de estudo e como “grupos submetidos” ao poder patriarcalista,

[...] reconheço-me nesta identidade — assim como o fazem inúmeras outras mulheres (e homens feministas). Aceitar ou reivindicar tal qualificação supõe um processo que passa, certamente, por uma aceitação anterior: a de que nenhuma pesquisa, ou melhor, nenhuma ciência é desinteressada ou neutra. A pesquisa feminista é, então assumidamente, uma pesquisa interessada e comprometida, ela fala a partir de um dado lugar (LOURO, 2003, p. 143).

E foi desse lugar de fala, comprometido, situado e não (tão) isento de valores, que pretendi esboçar minhas ideias. Busquei ao longo deste trabalho, problematizar meu objeto de pesquisa tentando não esquecer o meu papel de pesquisadora, notar esse outro/mulher do lugar do meu/eu mulher.

Ao mesmo tempo, quis demonstrar minhas primeiras impressões sobre a escrita feminina, mais especificamente, a escrita de memórias, como lugar de fala de um sujeito que se faz ativo. Tentei ir além da reprodução de uma crítica que faz da obra de Gattai, e da escrita de memórias de maneira geral, um mero passatempo. Uma crítica que do alto de um pedestal falocêntrico e patriarcalista, caracteriza a escrita de memórias como sem importância.

E se querer é poder, quero ativar a potência dos sujeitos subalternos femininos perdidos em seus cotidianos domésticos, entre fraldas e panelas, suspiros e desejos calados. Quero que minha pesquisa ultrapasse os limites do campus, do cânone, que invada esses lares e mostrem a esses sujeitos, perdidos e pendidos sob a alcunha de donas de casa, que há possibilidade de potência sim para o sujeito feminino dentro dos limites do lar. Limites a serem ultrapassados, quebrados, mas que caso desejem essas mulheres, que no fim da tarde, retornem aos seus lares, ao convívio dos maridos, filhos, fraldas e panelas.

E nesse querer, minha pesquisa/embrião ainda caminha em círculos delirantes. Minhas anotações pulsam um querer ainda dominado pela voracidade de conhecer e desvendar o sujeito feminino. Sinto a necessidade de controle dessa vontade, de transformar essa pulsão em um discurso e em uma pesquisa acadêmica que dêem conta do que me propus fazer. Creio estar no caminho certo, mesmo não o sabendo.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha – Homo sacer III*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AMADO, Jorge. O livro de Zélia. In: GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. São Paulo: Cia das Letras, 2009, p. 10.
- BRANCO, Lúcia Castello. *O que é escrita feminina*. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).
- FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens. 1992. p. 129-160.
- GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- GATTAI, Zélia. *Um chapéu para a viagem*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- GATTAI, Zélia. *Jardim de Inverno*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.
- GATTAI, Zélia. *Senhora dona do baile*. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.
- GOMES, Carlos Magno. Deslocamentos da escritora brasileira. In: ZOLIN, Lúcia Osana, GOMES, Carlos Magno (Org.). *Deslocamentos da escritora brasileira*. Maringá: Eduem, 2011. p. 102.
- GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: 1996.
- LOURO, Guacira Lopes Louro. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

O HOMEM NO ESPAÇO URBANO: REPRESENTAÇÕES FICCIONAIS CONTEMPORÂNEAS EM *LUNARIS* DE CARLOS RIBEIRO

Arola Maria da Silva Figuerêdo¹

Orientador: Prof. Dr. Washington Luís Lima Drummond

Resumo: De acordo com Ângela Maria Dias (2007), uma estreita relação com a vida urbana, apontando este cenário como um ambiente mutável no qual a ficção se espelha para a construção de obras literárias que discutam o caos da contemporaneidade e o efeito disso sobre a vida humana representada nos textos. O homem que habita as páginas ficcionais traz no seu interior a desorganização que também aparece na paisagem urbana. Das muitas obras literárias atuais que tratam desta questão, *Lunaris* - do escritor baiano Carlos Ribeiro - bem exemplifica esta força da urbanidade sobre o homem, que quando muda o cenário urbano contamina-se, modifica-se, transforma-se. Desta forma, se a cidade metamorfoseia-se, a *persona* o faz também. Este projeto pretende investigar as representações ficcionais dos comportamentos do homem que vive sob a exegese da polis contemporânea, a partir da leitura da obra literária *Lunaris*, de Carlos Ribeiro, com ênfase nos estudos sobre literatura e cidade, produção cultural e modos de vida.

Palavras-chave: Literatura contemporânea. Produção cultural. Espaço urbano. Modos de vida

ALGUNS ASPECTOS DA FICÇÃO CONTEMPORÂNEA

A literatura contemporânea tem mantido, de acordo com Ângela Maria Dias (2007), uma estreita relação com a vida urbana, apontando este cenário como um ambiente mutável no qual a ficção se espelha para a construção de obras literárias que discutam o caos da contemporaneidade e o efeito disso na vida do ser humano representado nas páginas dos textos.

E sua face ficcional tem como característica basilar o não estar totalmente definida. Ainda é um conteúdo /assunto em discussão e em construção – isto porque todas as situações da vida atual concorrem para as muitas mudanças em um tempo cada vez menor. Há expressado no ar as marcas da corrida pelo espaço e pelo estar no mundo, e a percepção de que certezas não mais existem. Então, compreender uma dada realidade exige que se atente o olhar para os muitos pedaços que vão se configurando a frente do observador.

Outro aspecto relevante de registro é o fato desta literatura pautar-se pelo atual, o presente em formação e desenvolvimento, segundo Giorgio Agamben citando Barthes, “contemporâneo é o capaz de captar o seu tempo e enxergá-lo” daí amparar-se no agora não totalmente na sua especificidade, mas abrindo as discussões acerca das demandas em vigência, sobre o homem e o seu estar no mundo (AGAMBEN, 2009).

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: aroladafigueredo@yahoo.com.br.

Também se caracteriza pelo intempestivo que abala as estruturas cristalizadas dando-lhes outros formatos temáticos e discursivos. Colocando em cheque outras possibilidades de apreciação dos objetos e das situações de vida. E por este estudo focar-se na relação homem no espaço urbano, observa-se que há um propósito no texto ficcional de trazer à tona as dificuldades e conflitos gerados nesta relação, atentando principalmente para aquelas ocorridas nas zonas marginais e obscuras do espaço citadino.

Em relação às temáticas essa ficção atenta-se mais para as problemáticas atuais do país e arrasta para a centralidade os seus aspectos de maior vulnerabilidade como as muitas faces do crime que se avoluma no espaço urbano, a miséria humana e suas sequelas, além do registro constante da corrupção nas ações entre os cidadãos. Considerando ainda a multiplicidade de representações que são consumidas pelas pessoas no seu cotidiano através da simulação de vida baseada nas informações advindas dos meios de comunicação de massa.

Seguindo o pensamento de Karl Erick Schollhammer (2009), observa-se que a vida cotidiana passa a ser exposta através de representações ficcionais que evoluem passando pelo registro autobiográfico, a figuração das relações político sociais, bem como dos modos de vida. Entretanto é importante ressaltar que a escrita literária também ganha novos formatos a partir da chamada hibridação textual onde essa produção se entrecruza com várias outras formas de escritura, provocando o transbordamento na tessitura do texto literário que se avizinha do não literário como é o caso do texto jornalístico que viabiliza uma ficção que atenda mais prontamente a agoridade através da utilização das formas curtas e breves.

Tomando por base então alguns dos traços marcantes dessa nova ordem, na produção artística romanesca, percebe-se que são várias as particularidades dessa ficção tais como o texto desmontável e ou lacunado, como também a adaptação da linguagem curta e fragmentária e o entrelaçamento entre expressões como o conto e a crônica com cara de reportagem de última hora que traz em seu bojo uma manchete chamativa e instigante.

INTRODUÇÃO A LEITURA DE *LUNARIS*

Lunaris, é uma obra que num primeiro momento desperta no leitor uma sensação de que, abre-se na contemporaneidade um parêntese romântico. Isto porque ao compor a obra Carlos Ribeiro dá forma às características evasão no tempo e no espaço, aspectos bastante utilizado pelos autores do Romantismo. Entretanto, isto é apenas uma estratégia que lhe permite transgredir as

regras de escrita do seu tempo através da criação do espaço de liberdade, espaço para pensar dentro dessa conturbada época. *Lunaris* em referência intertextual com *Solaris* romance de Stanislav Lem.

Nesse sentido, a obra em foco torna-se um objeto de investigação no que se refere à compreensão dos sentidos das representações ficcionais contemporâneas. A partir das novas formas de pensar a construção romanesca, no momento em que se elegem as novas tecnologias como suporte cada vez mais utilizado para dar corpo e visibilidade a escrita.

ALGUMAS CENAS DE LUNARIS: PARA REFLEXÃO SOBRE SUJEITO E CIDADE

Para começo de leitura nota-se que o mistério da obra recai sobre a experiência e expressão de uma personagem solitária que se perde em meio a uma grande quantidade de mudanças que aconteceram a sua volta na sua cidade natal.

A verdade é que fora justamente nesses últimos trinta anos que a cidade de Salvador passara por suas mais profundas mudanças. É claro que hoje havia muito mais lugares onde você podia comprar coisas, mas o que havia de verdadeiramente humano e de original na cidade fora varrido pelo crescimento urbano. As dunas do Abaeté, nas quais andava sem o mínimo receio, foram desfiguradas pela especulação imobiliária. Um dos mais belos paraísos naturais do estado transformara-se em pontos de desova de cadáveres.[...] As praias poluídas,... A vegetação sofrera transformações radicais a ponto de desaparecerem, quase completamente, espécies frutíferas como os cajueiros, mangabeiras, dendezeiros, tamarindeiros, amendoeiras e pitangueiras tão abundantes naquele tempo. Um sem-número de residências e condomínios foram implantados, de forma desordenada, sobre extensas áreas de dunas, restingas e manguezais. [...] Até o ruído do bairro se alterara completamente: em vez do som do vento nas árvores, do mar quebrando na praia e das cantigas das lavadeiras e dos pregões dos vendedores, lá estava o barulho incessante dos carros, a algaravia das vozes sem poesia (RIBEIRO, 2007, p. 25).

Nesse fragmento do texto, percebe-se que o tempo e a memória tornam-se elementos fundamentais para a compreensão de alguns aspectos da obra, pois há a formação de uma linha tênue entre a memória e a realidade, entrecruzadas para resgatar o passado e compreender o presente. Isto pode ser ilustrado através do seguinte trecho da obra: “Houve um tempo em que *Lunaris* confundia-se com o espaço de sua casa [...] era um tempo bom aquele que lembra com sentimento de perda” (RIBEIRO, 2007, p.21).

E de acordo com os postulados de Walter Benjamin (1994) ao tratar da morte da tradição oral e o surgimento do romance, o desenvolvimento urbano passa então a narrar essa memória, a literatura começa a tratar da dimensão íntima do indivíduo. E nesse caso, pode-se perceber a contaminação lírica que aí ocorre, visto que, o sujeito que aprecia, que denuncia, que se expressa

derrama sobre o texto todas as suas sensações e sentimentos através das vozes pronunciadas ou emudecidas dentro da narrativa.

Por outro lado, a cidade faz com que haja a desagregação na medida em que se torna um local onde inúmeros acontecimentos se desenrolam deixando cicatrizes profundas no interno da *persona*. Cicatrizes estas que vão se avolumando ao longo da vida das personagens até atingir o mais profundo dos espaços de sua interioridade e integridade ética e moral.

Observando ainda que a memória ganha forma no aspecto testemunhal, ou seja, a partir da tentativa de relato da vivência, a escrita por sua vez fecha-se no aspecto documental, não permeando o sentimento impresso pela marca deixada, como no veludo. É aí nessa inquietação que brota a necessidade de imprimir vida onde se tem apenas o registro documental, pois existe no homem uma memória entremeada de sentimentos, fantasias, verdades desnudas de ostentações, porém recheadas de crenças representativas do imaginário coletivo e particular. Essa memória de tempo mítico é a expressão maior da sabedoria humana, mas também a exposição da alma sentinte do sujeito que se desnuda.

Ao dar vida ao que traz na memória, Alberto, protagonista de *Lunaris*, se percebe *a beira da catástrofe*, quando, em seu delírio, descobre-se um indivíduo-nada. O palco no qual se encena este caos humano é a cidade de Salvador. Nesta cidade – espaço de violência e desassossego – a alma de Alberto vai se abrindo e revelando suas dores frente ao mundo que habita no momento e a vontade de trazer de volta o que perdeu, mas ao mesmo tempo sua agonia o leva a observar o apagamento da sua cultura, frente à força sociocultural que se atualiza rapidamente.

Edward Tylor (1871), na sua formulação de conceito de cultura traz, a mesma como:

Cultura ou civilização, tomada em seu sentido etnográfico amplo, é aquele todo complexo que compreende conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e todas as demais capacidades e hábitos adquiridos pelo ser humano enquanto membro de uma sociedade.

A partir desse entendimento de cultura é possível compreender que a personagem central do romance adquire nessa passagem a condição de representar através da ficcionalização o homem pós-moderno, dentro do espaço urbano com suas dificuldades frente ao mundo globalizado e consumista. Um ser fragmentado em sua identidade, angustiado, solitário, alheio, que se sentia “o mais anônimo entre os homens [...] o silêncio e sua própria insignificância” (RIBEIRO, 2007, p. 43). Por que se encontra em uma encruzilhada conflitante ao se dar conta que o seu repertório de conhecimentos e valores culturais colidem e se esvaziam frente as demandas representativas apresentadas pelo e no espaço urbano, em seu movimento midiaticizado pelas várias formas

tecnológicas que se avolumam no dia a dia da capital baiana, modificando a cosmovisão e os costumes dos habitantes.

Em *Lunaris*, Salvador é apresentada não apenas como a cidade-cenário, mas seguindo as observações de Regina Dalcastagnè (2003), a edificação da cidade faz parte da estruturação dos conflitos e identidades. Sendo assim, Alberto não seria o que é se toda a trama não se desse em solo soteropolitano, uma vez que a cidade de Salvador é aos poucos revelada pela personagem e da mesma forma que ela se modifica como espaço geográfico, a persona altera-se como sujeito humano.

Daí a necessidade de se pensar memória ligando-a a perspectiva da mediação, a qual deverá não apenas unir-se ao fato, mas também a imagem. A relação entre a memória e a imagem possibilita uma visão de trabalho literário oriundo da dialética do olhar. Percebe-se que o autor parece querer discutir acerca das agonias vividas pelos homens do século XXI, tempo em que a arte deve se preocupar mais em evidenciar a força da globalização sobre o humano ao tempo em que se prima pela liberdade de expressão dos que se motivam a percorrer esse terreno de escrituração incerta e inconclusa pela brevidade em que as situações se modificam.

Ao traçar essa linha de entendimento apoia-se no que afirma Drummond (2013), quando expressa que a máxima exposição do meio urbano em imagens equivale à exposição do capital globalizador e predador. Pois o espaço urbano de trocas simbólicas tenderia ao esgotamento e a fixação espetacular. Visto que, se vive agora no campo da patrimonização e do turismo, como reincidência do morto e do mesmo.

Como personagem, se por um lado Alberto se submete representação da imagem e de expressar esse homem que se deixa mudar refletir, por outro assume o perfil do elemento identitário denunciador das forças mundiais globalizadas que imperam e corrompem os modos de vida, na medida em que impelem o homem ao consumo de representações, ainda que inconscientemente, mesmo que se diga estar ligado as suas raízes e valores particulares, como deixa entender Carlos Ribeiro nas entrelinhas de sua escrita.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES EMBRIONÁRIAS

Como se sabe literatura pós-moderna emerge desde a antiguidade da Grécia arcaica até os dias atuais através de releituras e provocações que possibilitam os mais diversos olhares sobre uma infinidade de objetos e situações já vistas antes, porém tomando-se, desde suas raízes mais remotas, como fonte de inspiração e inspirada na literatura canonizada ou clássica. Esse é sem dúvida um

exercício positivo por permitir que aconteça o despertar de uma consciência reflexiva sobre si mesmo, seus valores e importâncias.

Certamente não foi sem razões ponderáveis, que se escolheu discutir e realçar o valor dessa manifestação literária através do estudo de *Lunaris*, situando-a em seu contexto sócio cultural, já que na obra lida é possível perceber aspectos negativos da cidade que influenciam o comportamento da personagem Alberto, selecionada para esta leitura. O cenário urbano representado por elementos como: “o hábito, aquele sólido repertório de convenções, parecia-lhe uma camisa-de-força que todos vestiam, inconscientemente, para não ver a realidade. Como se todos estivessem hipnotizados” (RIBEIRO, 2007, p. 15).

Também é importante ressaltar que a personagem, nesta produção literária de Carlos Ribeiro, aproxima-se do narrador pós-moderno, não no ato de narrar, mas no deslocamento do olhar com o qual observa a cidade, contaminando-a e sendo contaminado por ela. Nessa perspectiva de leitura compreende-se que sujeito e cidade se entrecruzam, se misturam, se contagiam e se completam. Pois, um marca o outro, deixando pegadas leves e profundas, e o autor ao instaurar tal discurso vai dando vida através da linguagem e da percepção aguçada aos meandros desta relação conturbada e controversa.

Então o seu discurso se distingue dos demais, pelos contornos que a linguagem adquire na descrição e caracterização dos espaços citadinos e das sugestões interpretativas das formas de sentir e das expressões sensoriais do sujeito nos momentos em que emerge da armadura se pondo mais visível, mas que também se estilhaçam nos quadros de memória apresentados na tessitura da narrativa romanesca ao trazê-las sob a forma de pensamentos entrecortados e aparentemente desconectados, porém construídos intencionalmente dando ao texto uma forma rizomática onde os elementos se intersectam, dialogam e se completam. Entretanto são apresentados de forma independentes e autônomos como partes dos estilhaços.

Seguindo esse caminho de leitura identificou-se através de Alberto e suas reflexões, que o evidenciar da desintegração do ser humano pode representar a tentativa de resistência, para não se deixar levar por esta correnteza e procura se fortalecer nas suas raízes, através de uma lembrança nostálgica da infância perdida, da valorização da natureza que compunha o cenário paisagístico da Salvador dos tempos idos, da Itapoã da liberdade, da brisa amena e das brincadeiras e descobertas dessa época. Nota-se que aí reside à fonte energética que robustece o humano frente às demandas contemporâneas corporificada na era das relações líquidas, sem vínculos duradouros e sem compromissos com o ser, mas com estar.

Entretanto, observou-se o lirismo derramado sobre as celebrações da natureza no veio nostálgico da infância e da adolescência perdidas somadas ao isolamento humano descrito na fase adulta da personagem. Alberto na verdade reflete o processo de desumanização fundado pelas forças da cidade. Onde as pessoas não se comunicam, porque “há mais cimento construindo muros do que passarelas para dialogarem”, O trecho da canção do Pe. Zezinho bem evidencia que essa constatação não figura apenas nos romances, visto que, nessa perspectiva a solidão surge como uma grande metáfora da vida urbana que passa a ser sentida por todos ainda que não entendida por alguns.

Nesse caso, o homem se isola e sofre porque sente que fora feito para construir laços afetivos duradouros e não apenas viver a realidade de estar situado em meio a multidão que passa sem vê-lo e por isso não o acompanha e nem o conforta. Apenas como conjunto forma a aglomerada cidade do progresso, da desagregação e degradação humana. Disso decorre uma mudança comportamental gerando uma personalidade que se compraz, em expandir-se livremente para atender as modificações significativas nas estruturas do seu psiquê.

Por ser uma obra em que o leitor pode reconhecer características do ideário pós-moderno a personagem acaba percebendo que não pode mudar o mundo que se tornou tão egoísta como ele e por sua vez sem saída. A desconstrução do indivíduo e da cidade reforça e desvela a pós-modernidade contemporânea que pode ter sido sugerida pelo autor ao descrever Alberto e ao romper com as faces primeiras da cidade para transformá-la em sombria. Dessa forma, a obra desnuda a perspicácia desse escritor que brinca com as palavras, os significados e os símbolos sociais de maneira a denunciar a verdadeira brutalidade sofrida pelo homem e seu habitat natural:

Algumas vezes, tomado por um estado de profunda melancolia, saía às ruas, geralmente no final da tarde, e via, com lucidez insuportável, uma tristeza oculta por trás dos risos e gestos, derramada no rosto das pessoas que circulavam nos ônibus, nos automóveis, nas calçadas; nos que ficavam parados nas esquinas, nas portas dos edifícios, nas janelas das casas, nas avenidas, parques e ruas de Salvador. E tudo era tão diferente dos tempos em que, ainda estudante, circulava pela cidade que sempre amara e que então lhe parecia, ao contrário, um mundo luminoso, repleto de promessas, de sonhos, de possibilidades que nunca se esgotavam (RIBEIRO, 2007, p. 14).

Como, Salvador é uma cidade de contrastes com altos e baixos, novos e antigos se contaminando e subsistindo junto, sua paisagem arquitetônica bela e caótica aparece como espaço adequado para o trânsito de Alberto, que se mostra como um personagem-habitante contraditório e contorcido pela saudade da Salvador dos sonhos e o desapego com a metrópole forjada à luz das demandas capitalistas.

Pode-se presumir nesta leitura inicial que há uma forte relação entre o personagem que percorre a sua cidade que se desintegra e muda, e, que assiste na reconstrução a perda da sua individualidade, recebendo uma nova configuração urbana mais próxima do exigido pela nova ordem social política e econômica. Assim, se percebeu e externou as implicações dessas rápidas mudanças econômicas, sociais e arquitetônicas para a cultura e o quanto isso afeta a existência e a atuação do homem na sociedade, aqui representados ficcionalmente.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, 2009.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. *A Modernidade e os Modernos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

DALCASTAGNÈ, Regina. Sombras da cidade: o espaço na narrativa brasileira contemporânea. In: *IPOTESI. Revista de Estudos Literários*. v. 7, n. 2. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2003. p. 11-28.

DIAS, Ângela Maria. Ficção brasileira contemporânea experiência urbana. In: *literatura brasileira e cultura contemporânea*. Niterói-RJ: EdUFF, 2007.

DRUMMOND, Washington Luis Lima e SAMPAIO, Alan. *A Cidade e seu duplo: imagem, cidade e cultura*. Salvador: EDUNEB, 2013.

Pe. Zezinho. *Os muros vão cair*. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/padre-zezinho/os-muros-va- Cair.html>. Acesso 31/08/2014.

RIBEIRO, Carlos. *Lunaris*. Salvador: EPP Publicações e Publicidade, 2007.

SANTIAGO, Silvano. *Na Malhas da Letra*. São Paulo: Cia. da Letras, 1999.

SCHLLHAMMER, Karl Erick. *Ficção Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

TYLOR, Edward, B. *Primitive culture I*. London, 1871.

CAUSOS, MITOS, LENDAS E IDENTIDADE ETNICORRACIAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE VOLTA GRANDE

Carlene Vieira Dourado¹

Orientador: Prof. Dr. Arivaldo Lima

Resumo: Este projeto de pesquisa tem como objetivo maior identificar as representações sociais e as marcas culturais da Comunidade Quilombola de Volta Grande, município de Barro Alto-Ba, através da coleta de narrativas orais e observação participante. E se propõe a investigar a identidade etnicorracial representada nas narrativas orais e memória quilombola. No que tange a fundamentação teórica, será necessária revisão bibliográfica sobre o conceito de cultura, a prática da história oral, comunidades quilombolas, raça e etnicidade. Para complementar os vieses do arcabouço teórico, será base para o estudo uma literatura voltada para a oralidade, uma vez que o *corpus* deste trabalho está focado na valorização da memória e o método para a realização deste é a história oral e sua técnica da entrevista. Espera-se, assim, identificar, mapear e analisar as marcas culturais da comunidade, bem como contribuir para a visibilidade e valorização da memória quilombola e para ampliar os estudos sobre o tema no universo da crítica cultural.

Palavras-chave: Comunidade quilombola. Narrativas orais. Memória. Identidade étnico-racial. Crítica cultural.

INTRODUÇÃO

O interesse de realizar uma pesquisa sobre Comunidades Quilombolas não surgiu de forma aleatória, uma vez que a ideia de estudar um grupo social historicamente excluído parte de um processo ainda em fase de amadurecimento, iniciado a partir da graduação em Letras Vernáculas, há dez anos. Foi no universo das Letras, a partir do contato com disciplinas e teóricos, programas que tratavam da Cultura, sobretudo, a afro-brasileira que possibilitou e despertou o interesse por realizar esta pesquisa.

Além do registro da memória quilombola e da análise das representações culturais por meio das narrativas orais, o projeto justifica-se pela possibilidade de abrir espaço e registrar os lugares de fala dos remanescentes, refletindo sobre a consciência de sua situação de marginalizados expressa em seus discursos narrativos. O trabalho proposto que se insere na linha 3- Narrativas, Testemunhos e Modos de vida, se faz importante também pelo fato de não existir, até o presente momento, estudos e pesquisas que retratem a cultura e memória dessa comunidade.

Estudiosos sobre o tema, afirmam que a maior parte das pesquisas sobre a identidade quilombola vem sendo discutida, no Brasil, a partir da necessidade de lutar pela terra, pela conquista ou permanência em seus territórios ancestrais. A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: karlenedourado10@hotmail.com.

artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias, garante aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, o reconhecimento da propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Antes da aprovação deste preceito constitucional, a luta estava pautada na busca pelo direito à ocupação das terras quilombolas; conseguido, porém esse direito a partir da Carta de 1988, os conflitos ganham menos, uma vez que o tema até então tratado como questão fundiária, assume uma conotação mais ampla, abrangendo aspectos étnicos, históricos, antropológicos e culturais.

Embora o propósito dessa pesquisa não seja a realização de um estudo acerca da luta da comunidade por terra e reconhecimento, há de se reconhecer que a visibilidade que as comunidades quilombolas estão tendo atualmente, seja acentuada devido ao processo de luta pelo reconhecimento de seus direitos territoriais.

Até o presente momento não se constata a existência de nenhum documento escrito acerca da memória da comunidade, nem tampouco alguma pesquisa sobre o tema nessa comunidade. Volta Grande, povoado do sertão baiano, por ser identificada como uma comunidade rural negra que se compõe de pessoas excluídas enquanto grupo social. A maior parte dessas pessoas foram excluídas em virtude de um sistema de dominação abrangente que inclui, entre outros aspectos, o fato de não dominarem o código linguístico legitimado pela sociedade, a escrita.

A proposta dessa pesquisa, portanto, é de realizar um estudo que dê visibilidade a sujeitos que foram marginalizados duplamente, tanto enquanto grupo social que foram historicamente silenciados, quanto por dominarem (em sua maioria) apenas um código linguístico, justamente a oralidade, que não teve seu valor legitimado pela sociedade hegemônica. Nesse sentido, trabalhar com a coleta das narrativas orais significa oferecer também a possibilidade de retratar um contexto de práticas da cultura popular e nos faz perceber as marcas das tradições através da memória.

Assim, surge a seguinte problemática: De que forma as narrativas orais se constituem enquanto documento histórico-cultural e/ou político capaz de tornarem audíveis as vozes que foram silenciadas historicamente?

Esse questionamento se desdobra em outros: Será se essas vozes além de silenciadas não decidiram ou mesmo ainda escolhem o silêncio? Ou assim como observa Jorge Carvalho (1996) sobre o quilombo do rio das rãs será se o silêncio e a invisibilização não é uma estratégia de autoproteção das comunidades quilombolas? Os sujeitos desta pesquisa se autorreconhecem como descendentes de uma origem comum ou a autoidentificação da comunidade, expressa no pedido de reconhecimento encaminhado à Fundação Cultural Palmares em 2008 foi meramente um ato político

ou com outros interesses? De que forma a ancestralidade pode ser representada nas narrativas orais? Os sujeitos têm consciência de sua situação de marginalizado socialmente e de que a memória quilombola se constitui como um documento histórico importante na preservação da ancestralidade? Até que ponto a história oral traz elementos para o conhecimento da tradição cultural da comunidade?

O fato de trabalhar com o oral, na verdade com as duas modalidades, tanto as narrativas orais quanto a passagem destas para o código escrito, não significa privilegiar uma modalidade ou código linguístico em detrimento do outro. Valorizar as narrativas orais não significa dizer que haja negação dos paradigmas da literatura ocidental, ao contrário, compartilhando do pensamento de Paul Zumthor (1997), acredito que a relação do oral com escrito antes de ser excludente, é, na verdade complementar. Para ele há uma necessidade de se revisar os cânones literários ou pelo menos trazer para a cena epistemológica espaços não canônicos.

Dessa forma, será apresentado nesse “paper” um reflexo do projeto de pesquisa e das inquietações surgidas ao longo do curso, até o presente momento e a partir das discussões suscitadas após o estudo das disciplinas no primeiro semestre do Mestrado em Crítica Cultural, as quais trouxeram noções teóricas que tem provocado indagações as mais diversas no âmbito geral da pesquisa.

UM ESPAÇO PARA AS NARRATIVAS ORAIS

A modernidade tardia e principalmente o processo de mudança contínuo conhecido como globalização provocou um grande impacto cultural entre os povos, com isso, as sociedades modernas passaram a ser vistas como sociedade de mudança constante e rápida. Ao contrário destas, as tradicionais conforme Giddens (1991) são aquelas que veneram o passado e valorizam os símbolos porque estes contêm e perpetuam a experiência de gerações.

Podemos dizer que a comunidade estudada nesta pesquisa esteja inserida nesta última categoria de sociedade, pois, além de valorizar as tradições culturais dos antepassados, possui história comum e consciência de sua identidade, embora os quilombos modernos ou as comunidades remanescentes de quilombolas sofram os impactos da globalização, absorvendo influências de diversas outras culturas. Além disso, os fatores externos e dinâmicos que permeiam as comunidades sempre vão existir.

O fato de se configurarem como sociedades, que comumente preservam traços de ancestralidade não implicam, e nunca implicou em isolamento, uma vez que desde os primórdios da

formação dos quilombos a relação com o restante da sociedade sempre ocorreu. Essa afirmação é confirmada, inclusive, por Flavio Gomes (1996) em que tratando da província do Rio de Janeiro no século XIX percebe que a interação dos quilombos com a sociedade era tão intensa que chegava até mesmo a modificar a vida dos ainda cativos.

Sofrendo influências de outras culturas ou não, a comunidade em questão, assim como muitas outras marginalizadas, tem suas manifestações e saberes culturais negligenciados ou pouco valorizados, principalmente pela cultura hegemônica. A partir desse pensamento e das demais noções teóricas suscitadas até aqui surgem inquietações várias, por exemplo, se os sujeitos desta pesquisa estão interessados em reconhecimento de sua cultura ou saberes pela sociedade hegemônica ou querem apenas assegurar seu direito de existência?

Ou ainda será se a comunidade em estudo se configura como vítima pela exclusão, pelo sombreamento ou apagamento na história ou, por outro lado é protegida da exclusão e do apagamento da história pelo distanciamento social?

Enquanto Crítica cultural exercita-se aqui a práxis do pensamento de Bachelard (1996) quando este autor afirma que o homem movido pelo espírito científico deseja saber, mas para, imediatamente, melhor questionar. Para ele, é preciso saber formular problemas, o sentido do problema caracteriza o verdadeiro espírito científico. Para ele todo pensamento é resposta a uma pergunta, se não há pergunta, não há conhecimento científico e um obstáculo epistemológico se incrusta no conhecimento não questionado.

A reconstituição de suas histórias por meio da oralidade, o rebuscamento dos traços culturais através da memória, a que esse trabalho se propõe, se configuram como uma arma na luta pela afirmação da identidade cultural.

Propor uma análise, nesse sentido é, portanto, contribuir para visibilizar uma cultura marginalizada, oferecendo a possibilidade de tornar possíveis vozes que estão inaudíveis, que foram deixadas nas margens, sem levar em conta suas contribuições patrimoniais.

Significa trazer para os espaços de discussão e para toda a sociedade grupos que foram silenciados e dessa forma, contribuir para diminuir as desigualdades e preconceitos sociais, ressignificando as nossas relações sociais e econômicas. Seria aqui a aplicação do método de Carlos Ginzburg (1990) que consiste em passar do conhecido para o desconhecido, trazendo para cena aquilo que foi negligenciado. E o que foi negligenciado neste sentido deve ser enxergado pelo espírito investigativo do qual o pesquisador precisa se dispor. E nesse momento o meu espírito investigativo encontra-se num estado de questionamentos e inquietações de níveis diversos, por

exemplo, pensar a oralidade como discurso; o que diz o discurso, o que omite, o que faz ou inscreve socialmente? Como isto é feito? Como é articulado linguisticamente?

CONSIDERAÇÕES

Espera-se aplicar no projeto, o que foi apreendido nesse primeiro semestre, embora creio haver uma necessidade natural de ampliar os saberes internalizados até aqui. Inquietações, transgressões, posições são algumas das posturas provocadas neste programa de estudos, foi no universo da Crítica Cultural que encontrei e continuo enxergando armas discursivas para desconstruir marcas do modelo hegemônico, através de uma atuação enquanto operanda em crítica cultural, não somente com o meu projeto, mas em todas as esferas as quais eu me constitua enquanto ser pensante.

A tessitura deste paper reflete o estado ao qual se encontra minha progressão enquanto crítica cultural, uma fase de leituras que me levam a inquietações, questionamentos sobre o fazer cultural, afinal findei o primeiro semestre, embora tenha dado apenas o primeiro passo até agora.

Enfim, o programa dos Pós-Crítica, sobretudo, as disciplinas e os diálogos durante as aulas foram os responsáveis mais diretos pelo meu amadurecimento e pelas possibilidades que me foram concedidas de escolher experienciar modos de pesquisa que servirão de estratégias de visibilização do silenciado e apagado pelo modo hegemônico de pesquisar. Seguir por esse caminho, de dá voz aos que foram historicamente excluídos pelo modelo de dominação hierarquizador é partilhar do pensamento de Ginzburg, pois para ele se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Trad. Vinicius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Trad. Esteia dos Santos Abreu. - Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- CARVALHO, José Jorge. Prefácio. In CARVALHO, José Jorge (Org.). *O Quilombo do Rio das Rãs. Histórias, Tradições, Lutas*. Salvador, EDUFBA, 1996.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1. reimpressão. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- ZUMTHOR, Paul. Presença da Voz. In: *Introdução a Poesia Oral*. Trad. Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Hucitec, 1997.

O OLHAR DO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO PARA A LITERATURA DE CORDEL

Cláudia Zilmar da Silva Conceição¹

Orientadora: Prof. Dr. Carlos Magno Gomes

Resumo: Este estudo tem o intuito de analisar, sob a perspectiva crítico-cultural, o tratamento dado pelo professor de Língua Portuguesa aos textos da literatura de Cordel trabalhados em sala de aula no Ensino Médio. Para isso, trazemos os estudos feitos por Gonçalves (2007), ao pontuar o cordel como híbrido, cosmopolita e contemporâneo; Soares (2003) e Street (2014), na discussão sobre Letramento e escolarização; Paulo Freire (2005) e Carlo Ginzburg (1987), para discutirmos a cultura enquanto circular, porque partilha em si, uma rede de relações entre cultura erudita e cultura popular. O presente trabalho será desenvolvido através de uma pesquisa em livros do ensino médio com a finalidade de trazer à tona quais os livros abordam o Cordel ou não, e, se abordam, de que forma é colocado. Com isto, espera-se trazer à tona como o Cordel é visto nas escolas, e se é utilizado como forma de acesso à escrita, bem como suas formas de circulação cultural.

Palavras-Chave: Circulação. Cultural. Cordel. Letramento.

INTRODUÇÃO

A missão do Professor de Português ainda se entende como a de apresentar ao aluno a formalidade da nossa língua. A pretendida “elegância” e “obediência” ao padrão culto ainda é perseguida e “ensinada” nas escolas, fazendo com que outras formas de expressão escrita não circulem nas salas de aula, o que impede de mostrar que o Brasil é tão rico em suas manifestações linguísticas e que a gramática não tem o poder, nem o desejo de abarcá-las.

Na esteira destas várias manifestações, está uma Literatura pouco explorada no âmbito escolar: o Cordel, como exemplo de poesia popular impressa. Algumas suposições para que esta exploração não ocorra poderiam ser aqui elencadas, mas, por hora, destaca-se o fato de a linguagem apresentada neste tipo de texto não ser o que, hegemonicamente, se chamaria de “linguagem de prestígio”, acrescentando também o fato de ser escrito de forma oralizada por uma minoria considerada como de margem: o sertanejo nordestino.

De acordo com Luyten (2007), foi na Europa Medieval, nos três famosos pontos de peregrinação: Roma, Santa Sé e Jerusalém, a Terra Santa, que começa a literatura popular, onde se concentravam poetas nômades, agindo como jornalistas, ao contar novidades, aventuras e bravuras por meio de seus poemas; textos onde se confundiam as marcas do oral e do escrito. Vale dizer que estes poetas, por tratarem de assuntos do seu meio, por sinal, desprestigiado por uma elite

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: cauzilmar@gmail.com

dominante, nem sempre tiveram sua autoria reconhecida oficialmente, nem foram, por muito tempo, objeto de estudo de professores, em sala, nas aulas de Língua Portuguesa.

É com esta inquietação que se pretende encampar um trabalho de pesquisa com o intuito de analisar, sob a perspectiva crítico-cultural, o tratamento dado pelo professor de Língua Portuguesa aos textos oriundos da Literatura de Cordel, no Ensino Médio, pois é neste período em que se inicia o estudo da Literatura, de maneira sistemática, incluindo aí a análise de poesias trovadorescas, momento interessante em que poderiam ser inseridas as poesias de cordel, uma vez que estas se assemelham no sentido de primarem pela marca do oralismo na escrita e pelo tom melódico.

Uma investigação, nesta perspectiva, caberia no sentido de verificar quais são as concepções do Professor ao selecionar textos para trabalhar em sala de aula, quais são os seus critérios e que modalidades linguísticas, geralmente, ele põe em evidência, principalmente em escolas situadas na região nordeste, melhor dizendo no sertão nordestino.

Desta maneira, este estudo se justifica por colocar em relevo qual a força ideológica da prática pedagógica do professor de língua portuguesa, e se este atua como forma de silenciamento e de segregação cultural ou como forma de libertação e promoção da pluralidade sociolinguística, bem como se a formação deste profissional tem contribuído como máquina de reprodução do pensamento hegemônico via palavra do professor. Reflete-se também sobre possíveis formas de descentramento de lugares de fala podem ser acionadas, a fim de que o estudo da língua portuguesa nas escolas contemple também as representações socioculturais das minorias.

Neste sentido, a discussão, a partir deste trabalho de pesquisa, pretende perpassar pelas práticas de letramento literário adotadas pelo Professor de Língua Portuguesa e as suas concepções acerca disto, bem como permear as questões de identidade(s) imbricadas nos textos de cordel. Nesta direção, discutir-se-á a formação do Professor de Português no contexto atual e se esta traz uma reprodução do discurso hegemônico, subliminarmente (ou não). Importa dizer também que se pretende analisar se o material didático adotado por este profissional contempla, entre outros gêneros textuais, a poesia de Cordel, dando sinais de circularidade entre o erudito e o popular que, corroborando com Ginzburg (2001, p. 23), quando declara que: “essa circularidade emerge de uma maneira que não me parece ter sido notada”. Mas, para que isto aconteça, é necessário que haja essa provocação, e o trabalho do Professor de Língua Portuguesa em sala de aula é peça chave para propiciar o olhar para os textos de forma multifacetada.

CORDEL EM SALA DE AULA, PORQUE NÃO?

Inicialmente partimos do ponto que a “leitura de Literatura tem-se se tornado cada vez mais rarefeita no âmbito escolar”, como percebeu Regina Zilberman (apud. Orientações Curriculares Nacionais, 2006, p. 55), pois, na aula de Língua Portuguesa, o foco é apenas resumos, compilações que levem o aluno a adquirir algum conhecimento mínimo para fazer o ENEM, e o que ocorre muitas vezes é que esquecemos de levar nosso aluno a um letramento literário tão importante nessa fase da vida que é a adolescência, como pontua o próprio documento das Orientações Curriculares nacionais. Esse “letramento literário [concebido] como estado ou condição de quem não apenas é capaz de ler poesia ou drama, mas dele se apropria efetivamente por meio da experiência estética, fruindo-o”. (Orientações Curriculares Nacionais, 2006, p. 55).

Diante do apontamento feito neste texto acerca da principal inquietação que motivou o desejo por pesquisar a temática em questão, é pertinente apresentar quais são as questões que devem nortear este trabalho de pesquisa que culminará na dissertação final, dentre elas, podem ser citadas: qual a perspectiva do professor de língua portuguesa frente aos textos da Literatura de Cordel trabalhados em sala de aula no Ensino Médio? O que caracteriza o Cordel como literatura popular? Em sala de aula, em escolas nordestinas, porque gêneros textuais advindos deste meio não estão presentes nas aulas de Português? Que forças maquinicas do poder hegemônico impedem e/ou excluem que nos espaços de ensino-aprendizagem outras vozes não sejam visibilizadas em outras modalidades de textos que não os canônicos sejam explorados?

Para pensar estas questões e buscar possibilidades de “respostas”, este estudo vai se incumbir antes de investigar o que é de fato a Literatura de Cordel. Para tanto, buscará apoio em Proença (1977) para discutir a ideologia embutida no Cordel. A este respeito o autor vai dizer que na não-ideologia que envolve os textos de Literatura de Cordel, é que emerge exatamente aí a sua ideologia. Proença (1977) chama isto de “ideologias internas” que não estão ausentes, mas subjacentes nas temáticas aparentemente despreziosas nas narrativas fantásticas e pitorescas. Assim a autora ainda afirma que:

O cordel compõe, enquanto epifenômeno, um quadro histórico-cultural mais global, e sua caracterização é ponto inicial para leituras ditas científicas. Deve ser visto em seu contexto, através da tensão, relacionamento íntimo, que existe entre criadores/meio ambiente (PROENÇA, 1977, p. 57).

Porém, nem sempre é com este olhar que o Cordel é visto, principalmente, no meio educacional, em especial, direcionando-se a este estudo, no Ensino Médio. Há um “nariz torcido” ou “portas fechadas” a este tipo de gênero, pois os preconceitos afastam o cordel da elite intelectual, dos cursos de Letras, muitas vezes.

Cabe definir, portanto, o que é esta Literatura e o que a faz ser considerada como popular, e qual é o espaço que hoje ela tem no processo de letramento literário. Consoante os esclarecimentos de Haurélio (2010, p. 13), em seu livro *Breve História da Literatura de Cordel*, esta tem uma origem a se considerar:

Advinda da Península Ibérica, cuja exposição em cordas nas feiras deu origem ao seu nome atual, a Literatura de Cordel chegou ao nosso país trazida pelas caravelas portuguesas, contudo, foi somente no final do século XIX que, de fato, surgiu a Literatura de Cordel Brasileira, fruto da confluência para a cidade do Recife, de quatro poetas nascidos na Paraíba. Silvino Pirauá de Lima, Leandro Gomes de Barros, Francisco das Chagas Batista e João Martins de Athayde.

Deste modo, a literatura de cordel configura-se como um gênero literário escrito para o povo e que, por muito tempo, serviu para disseminar a informação que algumas vezes era mais rápida que o jornal. Originado de relatos orais e depois evoluindo para folhetos impressos, eram pendurados em barbantes (cordéis), com o intuito também de apresentar o dia a dia das pessoas. Por funcionar como divulgadora da arte do cotidiano, das tradições populares e dos autores locais, a literatura de cordel destaca-se como reveladora das identidades locais e das tradições literárias regionais.

Alguns professores revelam que trabalham em sala de aula com textos da Literatura de Cordel, embora o façam com o olhar de folclorização da figura do sertanejo nordestino. Percebe-se que, além desta ação, encontram-se poucos estudos sobre a importância do Cordel, do ponto de vista crítico-cultural.

Acredita-se que este seja um dos motivos pelos quais a Literatura de Cordel sofra preconceito: é um fazer poético produzido pelo povo, destacando a divergência entre “cultura intelectual” e “cultura do povo”, uma vez que, conforme Gonçalves (2007, p. 2): “O Cordel encarna um ‘estilo nordestino’ de reflexão sobre o mundo, ou mesmo de criação de um mundo que quer ser ‘essencialmente’ nordestino”.

Diante disto, cabe pensar se o trabalho do Professor de Língua Portuguesa em sala reproduz (ou não) o discurso hegemônico ao utilizar apenas aqueles que se destacam por apresentar uma escrita dominante, do ponto de vista eurocêntrico. Assim, será possível pensar uma outra prática pedagógica para além dos ditames e dos encarceramentos impostos por quem ainda acredita que uma cultura se sobrepõe a outra e não considera que antes, porém, elas se circularizam, inter-relacionam-se e se conectam entre si.

Desta forma, um estudo como este porá em reflexão a prática crítico- pedagógica do Professor de Língua Portuguesa e a potência da Literatura de Cordel como reveladora de outros atores sociais que, em todos os âmbitos e, principalmente, em sala de aula, por ser um espaço de discussão e aprendizado, precisam ser visibilizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que a partir do momento que as diversas culturas começam adentrar os meios universitários, começam a serem discutidas, é o momento então de levar para o ensino básico também. Cevasco (2008) afirma que “nesse momento, a Cultura, com letra maiúscula é substituída por culturas no plural”. O surgimento dos Estudos Culturais possibilitou a reformulação do conceito de cultura, posicionando-se contra o elitismo e conservadorismo da direita, assim como contra o dogmatismo e, contra o logocentrismo, passando a valorizar as práticas culturais da subalternidade.

Diante de todos os fatos elencados chegamos a conclusão que o Cordel foi muito negligenciado ao longo dos anos por trazer marcas muito fortes da oralidade, e por ser uma literatura feita pelo povo para o povo. Assim, o Cordel e as narrativas orais precisam serem ouvidas agora na contemporaneidade, a fim de entendermos melhor a história do povo.

Por esse motivo, torna-se pertinente levar o Cordel para sala de aula do Ensino Médio para propiciar a valorização da cultura local, o reconhecimento dos alunos enquanto pertencentes a uma cultura, e que existem outras, que também podem ser objeto de estudo.

A partir disto, pode-se discutir letramento e oralidade e a relação entre ambos, sem privilegiar ou subestimar uma ou algumas facetas do oral e do escrito, o que seria um descaminho num ensino que se pretende instigar o olhar crítico do nosso aluno para outras realidades.

REFERÊNCIAS

- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: 1987.
- GONÇALVES, Marco Antônio. *Cordel híbrido, contemporâneo e cosmopolita. Textos de cultura e arte populares*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 21-38, 2007. Disponível em: < <http://www.tecap.uerj.br/pdf/v4/goncalves.pdf>>. Acesso: 02 de Ago. 2012.
- HAURÉLIO, Marco. *Breve História da Literatura de Cordel*. São Paulo: Claridade, 2010.
- LUYTEN, Joseph Maria. *O que é Literatura de Cordel*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- PROENÇA, Ivan Cavalcante. *A Ideologia do Cordel*. Rio de Janeiro: Ed.Brasília, 1977.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. 8. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- SOARES, Magda. *Letramento: Um tema em três gêneros*. Belo Horizonte, Autêntica, 2006.

QUE MALANDRO SOU EU? PARA UMA NOVA TIPOLOGIA DO MALANDRO BRASILEIRO

Delmar Cruz Bomfim¹

Orientadora: Profa. Dra. Carla Patrícia

Resumo: Pretende-se fazer uma nova tipologia do malandro brasileiro que não somente o apresente como um indivíduo ou personagem única e exclusivamente brasileiro; essencialmente vadio, heterossexual, pobre, negro e mercadoria simbólica. Pretende-se também conceitua-lo e depois situa-lo nos diversos campos de representação, com o intuito de discutir algumas de suas características. A nova tipologia se aterá ao espaço carioca e soteropolitano, no período que vai de 1822 até 1970. A nova tipologia ganha relevância porque passa a dar visibilidade a diversos tipos e subtipos de malandros pertencentes a diversos grupos raciais, sociais e de diferentes territórios, como também de diferentes categorias sexuais, e que estão ancorados em um conceito único: aquele que tem a malandragem como profissão ou ofício. Esse trabalho ganha também importância no Programa de Crítica Cultural por: dialogar com as diversas áreas do conhecimento ao tratar do tema; analisar a relação política do malandro com o Estado e com a cultura de massa que promoveu sua produção, comercialização e consumo; analisar sua relação estética com a Literatura; e por questionar a postura da intelectualidade que o acolheu e a postura das mídias: televisiva, jornalística e radiofônica que o divulgou. Espera-se que os resultados dessa pesquisa possam levar à desconstrução de crenças acerca do malandro que foram enraizadas e fossilizadas no imaginário popular brasileiro; e que o estereótipo do malandro *folclórico*, desatrelado da delinquência e atrelado única e exclusivamente à classe pobre, ao estrato social negro, ao território brasileiro, à heterossexualidade masculina, se desfaça e o malandro *folclórico* seja visto somente como uma manifestação artística e como uma variante dos diversos subtipos de malandro existentes.

Palavras-chave: Malandro folclórico. Delinquência. Homossexualidade. Mulher malandra. Tipologia.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objeto o malandro e tem a pretensão de fazer uma nova tipologia do malandro brasileiro que tem na sua nova composição três tipos (seguidos dos seus respectivos subtipos): malandro *Filho de puta* (malandro *folclórico*, malandro *marginal ordinário* e malandro *marginal especializado*), malandro *Filho de algo* (malandro *fidalgo*, malandro *executivo*, malandro *hippie* e malandro *virtual*); e o malandro *Inverossímil* (malandro *simbólico*, malandro *mítico* e malandro *místico*). Dessa nova tipologia criada, só o malandro *folclórico* – também alcunhado de *embrionário*, *primitivo*, *empírico*, *de essência*, *romântico*, *emblemático* e *caricatural* pela mídia e intelectualidade – não figura como elemento novo, porque já tinha existência concebida, por ter sido o único malandro conhecido e investigado que foi construído pelo compositor malandro, divulgado pela mídia, acolhido pela intelectualidade e comercializado, na era Vargas, pelo governo ditador.

O que se pretende com essa nova tipologia é mostrar as diversas categorias de malandros na sociedade brasileira e não categorias diversas de malandragem. Definindo a Malandragem como a

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural.

arte de enganar, entende-se que ela pode acontecer em qualquer lugar e qualquer um pode se transformar em malandro, mesmo que seja por curto espaço de tempo. O que nos difere do malandro oficial é o fato de esse ter a malandragem como profissão ou ofício, ou seja, de usar da malandragem como forma de sobrevivência.

Pretende-se ainda construir a ideia que a malandragem folclórica pode ser concebida como categoria artística. Ao se constatar que o malandro, na sua versão folclórica, é um malandro construído, pelo fato de terem sido atribuídas a ele algumas características que não condizem com um devir malandro, pode-se dizer que ele se caracterizou como um produto artístico. Na qualidade de produto artístico ele pode ter a sua malandragem enquadrada como arte, em virtude desta ter se transformado em símbolo cultural do país e ter tido como parâmetro para sua concepção a formulação subjetiva de cada leitor. Depois da nova produção de sentido criado para o malandro *folclórico*, a malandragem passou à ter conotação similar ao conceito de arte, ou seja, ela passou a provocar no leitor brasileiro o prazer estético e aí se abriu um leque de possibilidades de encará-la como manifestação artística

Objetiva-se ainda mostrar que o malandro não pode ser destituído, na sua totalidade, da marca de delinquência, por não poder ser somente descrito com o perfil do malandro *folclórico*, ou seja, subtipo inofensivo criado como bem simbólico pelo compositor malandro que fazia apologia à malandragem. Ele, na verdade, é também um indivíduo que carrega um forte marca de delinquência que geralmente se encontra escamoteada no campo da representação literária onde o malandro construído ou inventado ganha um novo sentido. E como prolongamento dessa questão, vamos também mostrar que há malandros que são delinquentes e delinquentes que não são malandros.

Objetiva-se também reforçar as ideias já esboçadas entre alguns autores como Giovana Dealtry (2009) de que o malandro não é única e exclusivamente negro, pobre, homossexual e brasileiro. Podemos observar no estudo do malandro tipificado como *filho de algo* que ele era, na maioria dos casos, de classe social elevada e de estrato racial branco. Com isso tem se constatado que o malandro *Filho de puta*, pertencente a um grupo social pobre e racialmente negro, não é produto exclusivo da cultura brasileira, porque a malandragem não se origina em terras brasilis, nem no seio da cultura negra. O malandro, na sua essência, é um personagem universal e isto será visto quando o subtipo malandro *fidalgo* for abordado.

Além dessas questões temos discutido o conceito de homossexualidade dentro do campo da malandragem de maneira diacrônica, mostrando qual era a concepção que o malandro tinha e continua tendo do homossexual masculino dentro do universo da malandragem. Dentro desse universo, o malandro não tem e nunca teve como opção sexual única a heterossexualidade, pois

ficou comprovada a existência do homossexual malandro na figura de madame Satã, que está sendo analisado na obra cinematográfica *Madame Satã*, produção franco-brasileira dirigida por Karim Aïnouz.

Pretende-se ainda rediscutir o conceito da mulher considerada malandra na era Vargas e estabelecer um conceito único para todo tipo e subtipo de malandro que possa ser o ponto de partida para todas essas discussões. Rediscutir o conceito de mulher malandra se faz necessário para mostrar que a existência da malandragem não estava e não está relacionada somente ao gênero masculino. Esta constatação pode ser feita pela forte presença da mulher malandra no universo da malandragem e também para reafirmar a inconsistência do discurso de alguns autores que reconhecem a existência da mulher malandra na era Vargas, mas que não a concebem como prostituta. Conclui-se que deve se estabelecer o mesmo conceito que foi aplicado ao malandro à mulher malandra a fim de situar e dar norte à essa discussão.

Na verdade o que se pretende é também fazer uma crítica cultural à construção e divulgação do malandro *folclórico* transformado em mercadoria simbólica e que teve para si um novo sentido produzido. Mesmo a partir dessa nova produção de sentido, este malandro não se despe da condição de malandro. Ele continua sendo malandro porque embarca em uma nova possibilidade de enquadramento da sua malandragem, com o diferencial de estar ainda ancorado no conceito preestabelecido. Mas como se justifica a intenção de atingir esses objetivos no programa de Crítica Cultural? Para responder a esta pergunta devemos inicialmente entender o significado de Crítica Cultural e como a presente pesquisa será aplicada nesta área.

A presente pesquisa será aplicada à área de Crítica Cultural, mobilizando disciplinas como história, filosofia, antropologia, Literatura, cinema, teatro e teoria da Literatura com o intuito de trazer soluções para os problemas expostos. A pesquisa teoricamente orienta-se a reconstruir condições explicativas da realidade malandra, pretendendo explorar o tema com intuito de permitir maior familiaridade com o problema, portanto baseando-se em levantamento bibliográfico que possa sustentar as hipóteses apresentadas, e que possa ajudar a tipificar o malandro, interpretando os fenômenos que gravitam ao seu redor e atribuindo-os novos significados.

Entende-se por crítica cultural a pós-crítica, mas a pós-crítica entendida como revisão da crítica, ou seja, a volta, no sentido de rever os valores e não o que vem depois. A Crítica Cultural pauta-se na releitura como parâmetro, e este parâmetro é o estético-político-cultural que se configura em estudo, mas o estudo enquanto prática que pode ser adquirida pelos textos trabalhados. A Crítica Cultural trabalha também com a noção de produção de forma ampliada, ou seja, a produção subjetiva. De posse do entendimento do que seja Crítica Cultural, podemos nos

perguntar como o tema malandro ganha relevância nesta pesquisa, no programa de Crítica Cultural e de que forma se vincula à linha de pesquisa Margens da Literatura.

A proposta de criação de uma nova tipologia do malandro brasileiro ganha relevância porque passa a dar visibilidade a diversos tipos e subtipos de malandros pertencentes a diversos grupos raciais, sociais e de diferentes territórios, como também de diferentes categorias sexuais, e que estão ancorados em um conceito único: aquele que tem a malandragem como profissão ou ofício.

A nova tipologia ganha também importância no Programa de Crítica Cultural por dialogar com as diversas áreas do conhecimento ao tratar do tema. Vamos fazer dialogar o campo de representação sociológico com a Literatura quando apresentarmos como essência da malandragem o malandro de rua, que ao ser representado na Literatura nem sempre tem caráter verossímil. Nosso texto também dialoga com a história quando nos debruçamos no muro do tempo e olhamos para traz, através da pena de Isabel Lustosa, para nos ater na vida do imperador D. Pedro I que vai estar representado na obra *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. Também conversamos com a antropologia quando nos questionamos sobre o pertencimento racial, social e étnico deste malandro. No que concerne à sua sexualidade, ela vai ter representação na obra cinematográfica, *Madame Satã* e o seu caráter delinquente vai estar bem marcado na obra teatral, *Salmo 91* de Dib Carneiro Neto; e por fim a filosofia, campo do conhecimento que vai interpretar a realidade deste malandro antes que ele entrasse na pólis, ou seja, no seu estado Zoé, que está representado pelo ser escravo, na obra *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*, de Giorgio Agamben.

A Crítica Cultural ganha também importância quando analisamos a relação política do malandro *Filho de puta* com o Estado e com a cultura de massa que influenciaram no seu nascimento, na sua existência e na tentativa do seu desaparecimento enquanto malandro *folclórico*. A Crítica Cultural se faz presente quando investigamos a forma pela qual esse malandro foi produzido, comercializado e consumido pelo Estado através desta cultura de massa.

A Crítica Cultural, que por um lado tem sido muito importante na análise da relação estética do malandro com a Literatura quando a criticamos por ter falhado, algumas vezes, na sua função primordial de representar a realidade, retratando um malandro, que em muitos aspectos, se mostra inverossímil; por outro lado, faz uma crítica acadêmica aos intelectuais, que mesmo não tendo a intenção de respaldar o Estado ditador do presidente Vargas, assimilaram e fizeram circular a produção de subjetividades desse Estado através da cultura de massa.

A Crítica Cultural também se mostra como operadora no tema malandro quando questionamos a postura das mídias: televisiva, jornalística e radiofônica, assim como a postura da literatura técnica que tratou do tema (aqui representada pela intelectualidade) que absorvem o

discurso do compositor de samba de malandragem, acreditando no caráter não delinquente desse malandro e absorvendo também o discurso oficial do ditador Vargas, que ao desenvolver sua política populista, reproduz nos campos de representação supracitados a cultura de massa. Estes segmentos, ao darem acolhida a estas ideias, respaldam, mesmo que inconscientemente, um discurso reacionário.

Este trabalho também se vincula com a Linha de Pesquisa Margem da Literatura por focalizar os processos de transformação de uma minoria (malandro *Filho de puta*) que só teve visibilidade por ser sido exposta socialmente através de estereótipos que a sociedade, por meio da mídia, exhibe como folclóricos, mas que guarda uma saga de marginalidade, sendo apenas tolerada na forma de expressão artística.

CAMINHOS DA PESQUISA

Os procedimentos necessários para levar a cabo a presente pesquisa têm sido os seguintes: criação de tipos e subtipos que possam, dentro de um conceito comum e único, abarcar malandros que se diferem por não comungar algumas características específicas; adoção do antigo conceito estabelecido pelo compositor Moreira da Silva que diz que “malandro é aquele que tem a malandragem como profissão ou ofício, mas que não é ladrão, apenas comete pequenos furtos”, excluindo as duas últimas partes a fim de estabelecer um conceito mais lógico e mais coerente; estruturação dos novos modelos teóricos propostos, relacionando-os às novas hipóteses; resenha e análise das obras literárias que tenham atuação do malandro em um dos seus núcleos e da literatura técnica que tratou do tema com intuito de investigar os avanços feitos nesse campo do conhecimento e que possam trazer contribuições para o melhor entendimento do tema malandro; fichamento dos trechos importantes de obras, relativo à vida malandra; utilização de obras que contemple, a sua vez, diversos campos do conhecimento, como o histórico, o filosófico, o sociológico, o antropológico, o cinematográfico, o teatral e o literário, que possam ilustrar e explicar a vida malandra; confronto dos diversos campos de representação do malandro, tomando como base o campo de representação sociológico para ser possível falar do campo de representação literário sem descambar para inverossimilhança.

E quanto à forma de abordagem dessa pesquisa, os fenômenos ocorridos no campo da malandragem têm sido interpretados, e a estes se tem atribuído novos significados, portanto é uma pesquisa de cunho qualitativo por conta do seu caráter argumentativo e também descritivo pelo fato de descrever os fenômenos ocorridos para depois contrastá-los; este trabalho dissertativo tem definido como espaço geográfico as cidades do Rio de Janeiro e Salvador pelo fato de serem espaços

onde a figura do malandro teve uma ação mais expressiva. A título de exemplo, podemos citar o malandro de subtipo *folclórico* que tem sido basicamente analisado nas letras de música que se referem ao espaço malandro da sociedade carioca, através de autores como Moreira da Silva e Ismael Silva entre outros. No que se refere ao espaço soteropolitano, e levando em consideração ainda o malandro *folclórico*, pode-se citar o romance *O pagador de promessas* de Dias Gomes, no qual o malandro Bonitão tem sido analisado; e também nos espaços hispânicos, por este ser o espaço onde surgiu o pícaro, e em particular o espaço galego, pelo fato desse espaço ter sido o berço de uma das mais importantes obras que veiculou o tema, *A esmorga*; a presente investigação se aterá ao período que vai de 1822 até a década de 1970, no espaço brasileiro, e de 1554 até 1826, no espaço espanhol, período no qual serão investigados os diversos tipos e subtipos de malandros propostos. Apesar desse período de investigação se mostrar aparentemente longo, ele tem seu lado sincrônico quando se refere ao malandro de tipo *Filho de puta* e seu lado diacrônico quando trata dos demais tipos e subtipos malandros. Como exemplo, temos o período que vai de 1822 até 1889 que foi o período em que o malandro *fidalgão* (subtipo do malandro *Filho de algo*) teve seu apogeu; e de 1889 até 1954, período em que o malandro do tipo *Filho de puta*, em particular o malandro de subtipo *folclórico*, teve visibilidade na história da malandragem brasileira.

Desse momento em diante pode-se constatar a aparição dos outros tipos de malandro que fazem parte da nova tipologia. O ano de 1960 conhece o apogeu do malandro *hippie*; no ano de 1964, o malandro *executivo* atinge o auge da malandragem política pelo fato da imunidade e a impunidade parlamentares serem muito expressivas durante o período ditatorial; o ano de 1970 conhece o malandro *virtual* através do hacker Kevin Mitnick, período em que esta atividade malandra começa a tomar corpo. No que tange ao malandro *inverossímil*, este tem sido apresentado em períodos diversos: o malandro *simbólico* tem seu surgimento na década de 1822, período em que acontece o tempo da enunciação da história de Leonardo no romance *Memórias de um sargento de milícias* (1979); já o malandro *mítico* não tem um período específico em que se possa situar temporalmente, por se tratar de uma história que relata o mito de origem. Podemos tomar como marco da sua criação o ano da publicação da obra *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, de Mário de Andrade (1997). E por fim o malandro Zé Pelintra que não tem um período específico para situa-lo por ter sido fruto da criação popular.

Tem-se constatado nesses estudos tipológicos que determinados tipos e subtipos não obedecem a um processo de transição única, ou seja, eles não são complementares. A única transição constatada, e mesmo assim de caráter parcial, tem sido observada entre os subtipos do malandro *Filho de puta*. Referimo-nos ao subtipo malandro *marginal ordinário* que evoluiu no

sentido de se transformar no malandro *marginal especializado* e teve sua imagem transformada para que fosse possível a criação do malandro *folclórico*. Isto quer dizer que na sua evolução parcial, parte do coletivo de malandros *marginais ordinários* que desenvolvia uma atividade marginal autônoma, passou a desenvolvê-la de maneira seriada e sob a tutela de um chefe, quando adotou como atividade criminosa o tráfico de drogas, que é a atividade principal do malandro *marginal especializado*. Contudo o malandro *marginal especializado*, no período de transição, continuou a desenvolver atividades comumente relacionadas ao malandro *marginal ordinário* no que diz respeito aos assaltos a bancos a fim de se capitalizarem com o intuito de investir no tráfico de drogas. No que toca ao malandro *folclórico*, este viveu seu período de glória durante o período de 1900 a 1954 por conta da visibilidade dada pelo compositor de sambas de malandragem.

Tomando como referência esta unidade de transição única, chega-se à conclusão que não cabe uma proposta de um processo de transição entre os tipos que justifique um estudo evolutivo comum pelo fato dos três tipos terem origens diversas.

O malandro *Filho de puta* teve sua origem vinculada ao pós-abolicionismo. Seu trânsito interno foi possível graças à evolução do indivíduo que marcou a passagem do ser natural escravo para o ser natural liberto que se transformou em malandro ao entrar na pólis. Ao entrar na pólis ele passa a viver outro tipo de exclusão baseada na exploração pelo capital, ganhando a identidade de malandro *marginal ordinário* e depois transitando, nas situações acima descritas, para malandro *marginal especializado*. Logo em seguida esse malandro *marginal ordinário* teve sua imagem transformada na era Vargas pela ação do compositor de sambas de malandragem e conviveu paralelamente com sua cópia modificada, ou seja, através do surgimento do malandro *folclórico*.

O malandro de tipo *filho de algo* é oriundo de grupos raciais brancos, mas sem trânsitos entre os subtipos pelo fato dos objetivos que nortearam a existência desses subtipos serem totalmente distintos. A título de exemplo tem-se a figura do malandro *hippie* que por um lado tinha como slogan o lema “Paz e amor”, mas que por outro lado, tinha sua malandragem ancorada no grito de guerra: “Sexo, drogas e rock n’roll”, enquanto o malandro *executivo* se ancorava no desejo constante de ações políticas corruptas; o malandro *fidalg* teve sua malandragem ligada à imposição moral da sua titulação nobre que não o permitia trabalhar; e por fim o malandro virtual, que tem sua malandragem gerada na possibilidade de usar seus conhecimentos adquiridos no campo da informática, para obtenção lucros, obtidos a partir da arte de lesar virtualmente os internautas.

No grupo do malandro de tipo *Inverossímil* seria impossível alguma transição interna pelo fato do *simbólico*, *mágico* e *religioso* acontecerem de maneira compartimentada servindo sempre a uma motivação específica. O malandro de subtipo *simbólico* teve sua existência marcada pela ausência do

desejo na realização das suas malandragens, ficando esta incumbência destinada aos seus protetores, como ocorreu com o personagem Leonardo na obra *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida; O malandro *mítico* teve suas ações marcadas pela concorrência do mágico na condução das suas malandragens e sua existência ficou ancorada no mito de origem, traduzindo a forma mágica como se deu a origem do malandro brasileiro; o malandro *místico* entra no campo sobrenatural, ganhando, através do imaginário popular, a capacidade de interferir no destino das vidas humanas que a ele recorrem, por meio da magia religiosa. Este malandro, neste contexto, ganha status de protetor e ganha beatificação popular, transformando-se no santo malandro Zé Pilintra, figura do folclore popular que ganhou status de entidade benéfica através da umbanda.

Referindo-nos ainda à proposta tipológica, tem-se enfatizado que para analisar esses novos tipos e subtipos de malandro deve-se tomar como ponto de partida a conceituação do malandro que se está investigando. O conceito de malandro aqui estabelecido foi fornecido por Moreira da Silva em entrevista concedida a Claudia Matos que o adotou em seu livro *Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio*. O conceito mencionado diz que malandro é aquele que não gosta de trabalhar e que em última instância só trabalha quando não tem que pegar no pesado. Afirma também que malandro é aquele que tem a malandragem como profissão ou ofício, e acrescenta que malandro não é ladrão, apenas comete pequenos furtos. Contudo estas duas últimas partes que integram o conceito não estão sendo levadas em consideração na análise deste trabalho pelo fato de haver, na nossa compreensão, a provável constatação que o malandro também era delinquente. Esta parte do conceito será rediscutida no subcapítulo que trata da delinquência do malandro. Da mesma maneira será também rediscutida a afirmação das autoras Claudia Matos e de Carla Porto que eximem a *mulher malandra* de compartilhar o mesmo conceito do malandro; e se eximem de considerá-la única e exclusivamente como prostituta. A adoção do conceito que “malandro é aquele que tem a malandragem como profissão ou ofício”, por essa dissertação, se deu através da convicção que esta seja a definição mais coerente com a atuação do malandro nos diversos campos de representação da vida brasileira, nas suas diversas vertentes.

Conceituar o malandro se faz necessário para matizar o tipo de objeto do qual se faz referência, para em seguida situá-lo no campo da representação sociológico e confrontá-lo com outras representações existentes em outros campos do conhecimento. O conceito de malandro será explicitado no quarto subcapítulo do primeiro capítulo que tem como título “Delinquência malandra”.

Mas por que eleger um conceito? A escolha do conceito serve para situar o discurso deixando claro para a audiência que a definição sempre foi um fator inquietante em boa parte das indagações e argumentações feitas sobre o malandro e esta preocupação passou a ser tão recorrente que Claudia Matos necessitou de uma entrevista com o malandro compositor Moreira da Silva para estabelecer um conceito para o malandro. Claudia Matos na adoção do seu conceito, (1982, p. 13) afirma se orientar, nas suas investigações, por um discurso malandro. Ela comenta que o malandro virou protagonista de um texto histórico e poético e se questiona sobre os significados desses textos e sobre seu enraizamento na História e sobre o que ele quer nos dizer. Ela comenta que “Resta, intacto, o texto malandro, o samba como documento” e conclui: “Então, não é no contexto social, econômico ou político que vou concentrar minha atenção, mas no texto malandro: o grande conjunto de produções da música popular carioca que, nas décadas de 30, 40,50, que teve na malandragem seu motivo central ou seu motor poético”. Matos (1982. p.14-15) pesquisa o malandro *folclórico* por ela denominado malandro *empírico*, assim como seu aspecto evolutivo até chegar ao malandro regenerado e propor assim a sua diluição:

O malandro legendário e prestigiado, espécie de anti-herói que povoara as composições da década de 30, é substituído e continuado na de 40 pela figura ambígua do “malandro regenerado [...] O tema da malandragem, em sua nova versão, percorre os anos 40 e entra pelos 50, mas vai perdendo seu vigor. Hoje em dia ele está praticamente desaparecido e só é retomado em seu caráter histórico, como no samba de Chico Buarque de Hollanda. (Homenagem ao malandro). (grifo nosso).

Outra autora que tratou o tema malandro foi Giovanna Dealtry (2009), mas que mostrou a intenção de não conceituá-lo. Ela (2009.p.47), no seu livro *No fio da navalha*, apesar de resistir em conceituar o malandro, também parece não caminhar na direção de Matos, pois propõe que não se conceitue o malandro sob pena de aprisioná-lo: “Compreendido como conceito, o malandro é reduzido à concepção de objeto – delineável, aprisionável –, apreendido como metáfora, percebemos, então, que lidamos com multiplicidades de discursos que invocam o caráter sempre em deslocamento das representações. São essas representações sobre a malandragem, e não exclusivamente produzidas por malandros, que me interessam”. E ela conclui: “o que me interessa é investigar as possíveis relações entre a presença de uma representação de malandros e malandragens na literatura e na música popular e as imagens de nação brasileira. Representação porque acredito em uma triangulação entre o intelectual, o escritor ou o compositor, a vida nas ruas e o texto malandro”. (DEALTRY 2009. p.12) As representações, as quais a autora se refere, são encontradas no malandro de rua, nas suas análises das letras de música de compositores de sambas cariocas da era Vargas e na Literatura através do livro de crônicas intitulado “A alma encantadora das ruas”, publicado em 1908, que contém a crônica “versos dos presos”, escrita por Orestes Barbosa e

também na obra *Desabrigo* de Antônio Fraga, traduzindo um discurso malandro cheio de nuances, ao mostrar a figura do malandro como um sujeito com consciência social elevada e distanciado do conceito oficial que sempre o identificou. Contudo Dealtry (2009) parece entrar em cheio no campo de representação do real quando traz à cena a necessidade de olhar para o malandro de rua, ou seja, o malandro que está representado no campo da sociologia:

Nessa visão de (Wilson) Batista (indissociabilidade entre corpo e samba), há oposição entre o cantor de sucesso, que tem que cuidar do seu microfone, e o malandro das ruas, o “verdadeiro” malandro, e não o moço branco, morador do subúrbio, ainda que Noel escapasse dessa definição burguesa. Malandro não se faz, diz Wilson; malandro se é. E dessa forma, retirar qualquer ícone do malandro, inclusive a violência, é destituí-lo de sua identidade (DEALTRY, 2009, p. 17).

Com essa observação Dealtry (2009) reafirma o caráter também delinquente do malandro e a necessidade de situá-lo dentro do campo de representação sociológico. E para enfatizar essa visão do malandro inofensivo criado pelo compositor malandro e acolhido pela intelectualidade trazemos a seguinte passagem da mesma autora: [...] há um movimento nostálgico em que se lamenta o desaparecimento de uma “ética da malandragem” que, apesar da miséria, não se rende totalmente nem à marginalidade pura e simples, nem ao mundo dos malandros oficiais. Aqui estabelece-se um atrito entre a visão que temos do malandro – aí incluídos intelectuais e escritores – e as diversas estratégias de representação da malandragem” (Dealtry. 2009. p. 184). A “ética da malandragem”, mencionada por Dealtry, nada mais é do a forma que a intelectualidade encontrou para continuar respaldando o discurso malandro que evita expor o seu caráter também delinquente.

No que toca ainda à questão da delinquência malandra, e tomando como referência o malandro *Filho de puta*, o presente texto, apesar de não ser um trabalho sociológico, parte da análise de um malandro que tenha existência na Literatura, mas a literatura que seja representação da realidade do malandro de rua, ou seja, que tenha caráter verossímil. O único malandro analisado que está tendo sua análise pautada na inverossimilhança é o malandro do tipo *inverossímil*, por este estar sendo visto como um malandro que teve sua produção de sentido construída pela intelectualidade. A partir dessa nova produção de sentido, este malandro continua sendo malandro porque embarca em uma nova possibilidade de enquadramento da sua malandragem como arte, com o diferencial de estar ainda ancorada no conceito preestabelecido. Ele continua sendo malandro pelo fato de representar aquele que poderia ter sido, mas que realmente não é. Neste caso, pode-se admitir que a Literatura além de representar a realidade ela também passa ter o poder de transformar essa realidade. Mas também temos que admitir que seu modo de transformação não foi somente revolucionário quando foi mostrada pela literatura técnica a produção de subjetividade singular do malandro (mesmo fazendo ressalva à inconsciência da sua natureza). Esta transformação tem sido também reacionária se vista pela ótica que deu visibilidade a um comportamento machista do

malandro folclórico em relação à mulher e ao homossexual e pela forma que reforçou os valores da elite dirigente com relação ao coletivo feminino libertário, representado pela mulher malandra, e contribuiu para a eleição dos partidos de direita na época das “cumbucas eleitorais”. Nesse contexto, essa mulher viveu todos os preconceitos e discriminações produzidos pela sociedade elitista vigente, reforçados por este ser “singular” assim como o homossexual que fazia parte do outro grupo que se encontrava do outro lado da fronteira social. Este malandro reforçou toda uma teoria machista que recaía e recai nos ombros femininos, ou seja, a partir da criação de um discurso que colocou a mulher como o grande entrave da sua regeneração por conta de um comportamento censurável que ela insistia em manter e não permitia que ele, o malandro, progredisse na direção da sua regeneração. Da mesma forma, sempre se comportou como agente explorador desse coletivo feminino, levando-a sempre quando possível, a prostituir para sustentar o seu engenho financeiro malandro. No que toca ao homossexual, sempre o discriminou, nunca o aceitando como componente ativo do seio da malandragem, apenas o tolerou, quando o malandro homossexual Madame Satã entrou em cena. Toda esta postura autoritária e machista foi sustentada através de muita sedução e imposição da força física. Estes fatos serão vistos no capítulo que aborda a questão da sexualidade malandra. E neste mesmo capítulo, se pode ver também sua ação machista e preconceituosa com relação aos homossexuais. Nesta transformação foi também escamoteado o caráter delinquente desse malandro. A maioria das pessoas foi induzida a ingerir uma produção de subjetividade malandra que malandramente reproduziu a figura de um malandro inofensivo ao conjunto da sociedade e a levou também a aceita-lo como bem simbólico de um país.

Ao se falar em campos de representação, tem-se a necessidade também de definir o que é verossimilhança para tentar situar o malandro como representação da realidade. A verossimilhança na concepção deste trabalho é a semelhança com o real que não apele para o simbólico fantástico e nem para o real imaginário sobrenatural. A semelhança com o real ordinário não deve abrir a possibilidade desse real ordinário, na sua representação, abrir brechas para o imaginário que descambe para o mágico.

Depois de estabelecido o conceito de malandro e formulada a proposta de uma nova tipologia, assim como esclarecido o problema das representações, cada tipo de malandro proposto, com seus respectivos subtipos, tem sido analisado. O estudo do malandro de tipo *Filho de puta* tem tido como ponto de partida o malandro *folclórico* por este ser o subtipo base do processo de evolução parcial sofrido pelo malandro *Filho de puta*.

Esse malandro devorou toda forma de produção de uma subjetividade singular da mulher quando a representou através das letras de música e quando a modelizou no campo sociológico. O

uso da antropofagia reacionária foi constante na relação do malandro com a mulher malandra assim como na relação que o malandro *folclórico* manteve com o poder estatal na época das cumbucas eleitorais que será explicada no capítulo III.

Ao se falar em processo de devoração subjetiva, nos remeteremos à fundamentação teórica e à literatura que norteou esse trabalho, inicialmente apresentando *A Utopia antropofágica* de Oswald de Andrade que tem sido utilizada para mostrar, no malandro, o processo de alteridade, o processo de devoração e as relações de tensão e conflitos nos quais ele está envolvido. A antropofagia pode ser definida como atividade de devoração no sentido metafórico que pode descambar na alteridade, produzindo uma subjetividade que leva o malandro a “ver-se o outro em si”. O processo de devoração pode servir na construção de subjetividades e no processo de formação identitária, mesmo apresentando duas faces: uma revolucionária e outra reacionária.

A utilização do termo antropofagia reacionária destoa do objetivo do movimento revolucionário antropofágico que é conduzir o sujeito a sua essência primitiva, ou seja, a sua volta ao estado primordial (e isto é visto na pretensão de resgate do Matriarcado), para mostrar que a antropofagia pode ser também contra revolucionária. Essa mudança de atividade supracitada também se deu no movimento feminista. Segundo Sueli Rolnik (2000.p.82) a mulher “ao invés de embarcar num devir mulher – implosão tanto do senhor quanto do escravo –, as mulheres investiram na posição de senhor e com isso caíram de cheio no falocratismo”. E continua: “Em compensação, tenho a impressão de que hoje, após ter passado por uma espécie de ressaca do feminismo, a gente estaria experimentando uma reativação – ou uma ativação? – de um devir mulher das mulheres”. Daí a criação da fórmula antropofágica para reterritorializar o indivíduo submetido à devoração pelo sistema: a tese seria o homem natural; a antítese o homem civilizado; e a síntese, o bárbaro tecnizado. (ANDRADE, 1990, p. 103).

Baseado no exposto, percebe-se que a antropofagia é uma atividade revolucionária, contudo seu lado reacionário se esboça numa espécie de contra revolução. Como “a antropofagia (está) ao alcance de todos” (NUNES, 1990, p. 5) a sua desvirtualização passa a ser natural ao passo que se transforma em uma realidade, pois “chacun a son tour d’etre mangé”. (Ibid p.05). É o desejo, verdadeiramente, se manifestando de maneira bilateral. Guattari (2000, p. 236) comenta que “o desejo pode se reorientar para a construção de outros territórios, de outras maneiras de sentir as coisas, é igualmente verdade que ele pode, ao contrário, se reorientar em cada um de nós numa direção microfacista”. É a criação fugindo do domínio do seu criador. O que se configura numa ação fantástica. Oswald de Andrade (1990, p. 33), ao perceber este sentido ambíguo da antropofagia, ficou perplexo “quando considerou que aquela concepção, favorável ao ímpeto de todas as

revoluções generosas, poderia também justificar o canibalismo político de Hitler”. Guattari (2000, p. 71) afirma que essa ambiguidade de conceitos existe em todos os campos. Reforçando a afirmação anterior, diz que “os processos de singularização podem ser capturados, e por outro lado funcionar no registro molecular, escapando a essa lógica identitária”.

Por um lado, baseado nessas teorias, o malandro *folclórico* cria, inconscientemente, uma identidade singular quando devora a figura do “fidalgo ou bacana” a digerindo a seu modo, não permitindo com isso ser modelizado pelos meios de produção capitalísticos. Por outro lado a utilização da cultura de massa empreendida pelo poder dirigente devora a produção de subjetividades malandras mostrando o caráter reacionário da antropofagia já apontado acima.

Na avaliação antropofágica do *malandro folclórico* também se observa que ele foi um agente devorador do dominador. Sua devoração do burguês se concentrou no sentido metafórico, pois o objeto da devoração foi um arcabouço de regras moralizantes e civilizadas. O malandro *Filho de puta* de subtipo *folclórico* digeriu o que o burguês lhe oferecia e o assimilava a seu modo. Ser burguês para ele era não pegar no pesado. Todavia o expediente que ele utilizava para assimilar este comportamento passava por atitudes totalmente reprováveis pelo sistema onde o burguês estava inserido. Seu ritual antropofágico passava a incomodar o poder dominante, que via no seu movimento revolucionário uma ameaça ao poder instituído. Ocorreu também de ser devorado pela produção da subjetividade dirigente, que pregava um modelo ideológico que destruía a sua subjetividade singular o forçando a se regenerar, logo depois ele se reterritorializa em malandro *marginal ordinário* e malandro *marginal especializado*, depois de apregoada a sua diluição como malandro *folclórico*. Na verdade esse malandro folclórico que teve sua diluição proposta por Claudia Matos, foi um subtipo malandro que teve sua representação na Literatura e nas letras de música de malandragem compostas na era Vargas, e que teve como seu maior representante o compositor de samba de malandragem.

O malandro *Filho de algo* também se vê envolvido por esse ritual antropofágico que foi revolucionário quando se tratou do malandro *hippie*, mas que tomou uma conotação extremamente reacionária quando se tratou do malandro *executivo que* devora, no sentido de suprimir, subtrair e mesmo de exaurir a riqueza da nação no seu sentido literal, como também no seu sentido metafórico que com sua ação antropofágica reacionária devora a esperança, e a crença em dias melhores.

O malandro *Inverossímil* que tem como representante o malandro *simbólico* foi resultado de uma produção simbólica, orquestrada pela intelectualidade que devorou o sentido original da palavra malandro e a regurgitou através da produção de um novo sentido para a palavra que passou a significar o oposto do seu sentido original. Esta produção de sentido é a grande marca da

Literatura, fazendo com que ela se estabeleça, não só como representação da realidade, mas também como o vetor de transformação da mesma. Isto fica evidenciado no processo de construção do malandro *folclórico* que faz com que o malandro passe a ser o que realmente não é, principalmente dentro do imaginário popular.

No que tange à transformação da realidade se pode constatar que o malandro *folclórico* sempre teve seu caráter reacionário, assim como os malandros marginais *ordinários* e *especializados* têm sua ação reacionária quando financiam a campanha de candidatos corruptos a cargos públicos dentro do país, como o dinheiro do tráfico de drogas, a fim de tentar controlar a ação da justiça.

Mostrar o lado reacionário ou revolucionário destes personagens é também mostrar em que medida esse malandro enquanto agente do campo literário passa a ser representação de uma realidade ou a transformação dessa realidade. A intenção é contrastar estes dois campos da representação, a Literatura e a sociologia, para estabelecer uma linha de fronteira entre o verossímil e o inverossímil.

Ainda tratando da fundamentação teórica deste trabalho temos as obras: *Cartografia do desejo* de Felix Guattari e Sueli Rolnik (2000) e a *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo* de Félix Guattari (1977) que abordam a esquizoanálise que é uma teoria filosófica que vai criar uma cartografia da subjetividade de uma determinada sociedade, ou de um indivíduo, tentando explicar as relações dos indivíduos com os meios de produção capitalísticos, com enfoque nas consequências que esta relação provoca na criação das subjetividades no que toca à questão identitária. Entende-se por subjetividade o processo de economia do desejo que se coloca no plano sócio-individual na criação de identidades que passa por agenciamentos coletivos, apesar de estar sempre sujeito à tentativa de modelização por parte do sistema capitalístico em vigor. O malandro brasileiro de subtipo *folclórico* que faz parte grupo do malandro *Filho de puta* que tem como subtipos, além do *folclórico*, os subtipos malandro *marginal ordinário* e malandro *marginal especializado*, cria, inconscientemente, uma identidade singular quando devora a figura do fidalgo a digerindo a seu modo, não permitindo com isso ser modelizado pelos meios de produção capitalísticos.

Fazendo revisão da nossa literatura que tem tratado o tema, podemos dizer que cada tipo e subtipo malandro analisado estão tendo sua representação na Literatura. O malandro do tipo *Filho de puta* na figura do malandro de subtipo *folclórico* tem sua representação nas obras: *O cortiço* de Aluísio de Azevedo (1981) que mostra em um dos núcleos do romance o cotidiano do malandro Firmo; *O pagador de promessa* de Dias Gomes (1961) que mostra principalmente o malandro na sua relação com a mulheres ; e em letras de música de Geraldo Pereira, Wilson Batista e Moreira da Silva,

produzidas na época de 1930 a 1954 e retiradas da obra *Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio*, que tem tido suas características expostas e reanalisadas, assim como em letras de música do compositor Bezerra da Silva. Essas canções mostram um discurso malandro que não passa de uma construção do compositor malandro; traz também o malandro *marginal ordinário* na peça teatral *Salmo 91* de Dib Carneiro Neto para mostrar este malandro dentro do universo carcerário; e em letras de música de rap do cantor Marcelo D2 e do grupo de rap Racionais Mc que mostram como está representado este malandro de rua na atualidade; e ainda nesta linha, o romance *Cidade de Deus*, de Paulo Lins; e por fim o malandro *marginal especializado* na obra *Ópera do malandro* de Chico Buarque, que mostra a malandragem especializada, ou seja, que obedece a um sistema logístico em que a organização do crime já é uma realidade; com o intuito de mostrar também como se encontra a malandragem especializada no campo de representação sociológico, tem-se recorrido à obra de Carlos Amorim, *Comando Vermelho: a história do crime organizado* que pode mostrar como se processou a transição de alguns setores criminais da malandragem ordinária para a malandragem especializada; As obras: *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I e Estado de exceção* de Giorgio Agamben (2010), que investigam o ponto de intersecção entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico, trabalhado na disciplina Políticas da subjetividade, está sendo mobilizado como operador para explicar a relação do malandro do tipo *Filho de puta* no seu estado natural com o poder soberano estatal, representado pela aristocracia rural brasileira e no seu subtipo *folclórico*, pela ditadura de Vargas; no texto *A obra de arte na época da reprodutibilidade técnica*, de Walter Benjamin ampliam-se os parâmetros de conceituação da arte e propõe-se a malandragem folclórica como categoria artística; a obra *Mito e realidade*, de Eliade Micea, que fala do mito de origem e do mito cosmogônico tem servido para caracterizar o malandro Macunaíma; a obra antropológica *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1970)* de Michael George Hanchard (2001) foi articulada no presente trabalho para explicar o pertencimento a consciência racial do malandro *Filho de puta*, tomando como base as semelhanças fracas, fortes e mistas.

No que concerne ainda à fundamentação teórica e à visita à Literatura apresentamos as obras que têm representado o malandro de tipo *Filho de algo* nos seus quatro subtipos. O primeiro através do malandro *fidalgão* na obra *La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades*, obra espanhola anônima que mostra a presença do malandro em terras não brasileiras com o intuito de confirmar que a figura do malandro já existia fora dos domínios brasileiros. O romance anônimo relata a vida do pícaro Lazarillo que é obrigado a desenvolver a arte de enganar, ou seja, utiliza-se da malandragem, a fim de sobreviver em uma sociedade de casta onde ele não tinha nenhum privilégio. Além da Literatura, o malandro *fidalgão* está também representado pela história, na obra *D. Pedro I: o*

herói sem nenhum caráter, de Isabel Lustosa que mostra a vida desregrada do primeiro imperador do Brasil que se configura, no entendimento deste trabalho, como o primeiro malandro da vida social brasileira, deixando claro também, a participação da classe dirigente nos processos de formação da malandragem brasileira; o segundo através do malandro *executivo* na obra *O bem amado*, de Dias Gomes (1961) que mostra o exemplo de vida corrupta vivida pelo malandro executivo Odorico Paraguassu e que tem como herdeira a classe política brasileira; o terceiro, através do malandro *hippie* na obra cinematográfica *Geração bendita – é isso aí bicho* de Carlos Bini, que mostra a realidade do movimento hippie no Brasil. Na compreensão deste trabalho investigativo o filme mostra esse malandro se negando a trabalhar e escamoteando sua malandragem através do lema “paz e amor”, mas mostrando seu lado mais dinâmico e verdadeiro através do slogan que se transformou no grito de guerra daquele movimento que sempre pautou suas ações no ócio: “Sexo, droga e rock n’ roll”; e por fim o malandro *virtual* no livro intitulado *Hackers mocinhos ou bandidos? Uma análise dentro da hierarquia*, de Jonas Matias dos Santos e na obra *Hackers entre a ética e a criminalização*, Assis Medeiros; e nas obras cinematográficas *Takedown* e *Freedom downtime*. O artigo mostra como funciona o universo desse malandro hacker que neste trabalho tem ressaltada sua modalidade cracker que é o aspecto que mais nos interessa pelo fato o expediente por ele usado para ganhar a vida, ou seja, quando esse hacker adota este comportamento malandro como profissão; *Takedown* é o filme produzido por John Markhof que retrata a visão do sistema ao colocar em cena a história do hacker Kevin Mitnick, preso por violar virtualmente o sistema de segurança dos Estados Unidos; *Freedom Down Time* é um documentário que mostra a ação conjunta de algumas pessoas que saem em busca de sua libertação pelo fato de ele já estar preso há quase quatro anos, e por julgarem as acusações feitas pelo sistema como injustas e quando não injustas, exageradas.

Ainda tratando da revisão da literatura, temos o malandro de tipo *Inverossímil* que foi dividido em três subtipos: o *simbólico*, o *mítico* e o *místico*. O primeiro será analisado na obra *Memórias de um sargento de milícias* de Manuel Antônio de Almeida, mostrando um malandro literário que teria pouca ou quase nenhuma representação na realidade, pelo fato de sempre ter realizado suas malandragens sem o concurso do desejo porque sempre foi conduzido na vida pelos seus padrinhos; o segundo, *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, mostrando um malandro que existe em função da magia, não tendo representação na realidade ordinária. O romance mostra de maneira mítica como se formou o povo brasileiro, tomando como suporte a malandragem; e o terceiro chamado de Zé Pilintra que será investigado em textos religiosos e que também não tem representação no campo da representação do real ordinário por ser um malandro sobrenatural. Zé Pilintra é o malandro místico que se transformou no santo protetor das prostitutas. Têm sido também consultadas as obras picarescas mais representativas que tratam dos pícaros mais importantes: *La vida de Lazarillo*

de Tormes y de sus fortunas y adversidades (1554) (obra anônima); Guzmán de Alfarache, de Mateo Alemán (1599); La pícaro Justina (1605); Marcos de Obregón (1618); Historia de la vida del Buscón, de Francisco de Quevedo (1926). A análise dessas obras tem o intuito de mostrar a evolução da picaresca espanhola que passa pela neopicaresca até chegar no malandro espanhol propriamente dito.

Foram visitadas também dissertações e teses que discorreram sobre a vida malandra. No que concerne a relação do malandro com o gênero oposto, foi pesquisada a dissertação de Carla Lisboa Porto “A mulher malandra e a popular nas percepções de Ismael Silva e do jornal Correio da Manhã (1930-1935) que analisa a mulher malandra nos sambas de Ismael Silva, na época de 1930 a 1935. Sua pretensão é descobrir como as mulheres estão representadas nesse período e quais os valores que estão por trás dessa representação. Além disso, ela também analisa a mulher malandra fazendo um contraponto com a mulher popular. O que mais nos interessou neste trabalho foi a definição de mulher malandra proposta por Porto que difere totalmente da desenvolvida na concepção deste trabalho. A discussão acerca desse tema está sendo levada à cabo no capítulo I deste trabalho.

Outra dissertação que está tendo visibilidade na presente pesquisa é a de Adriana Albert Dias *A malandragem da mandinga: o cotidiano dos capoeiras em Salvador na República Velha (1910-1925)*. Neste trabalho Alberti mostra a figura do malandro capoeirista de Salvador, suas relações, suas origens, seu comportamento, seu trabalho e sua rede de sociabilidade e como eles se relacionavam com os agentes da ordem. Este trabalho nos interessa porque mostra o lado delinquente do malandro. Depois de termos visto como tem sido fundamentado o presente e como foram mobilizadas outras obras, mostraremos como têm estado compostos os capítulos que fazem parte desse trabalho.

O capítulo I tem mostrado as questões polêmicas que envolvem a vida do malandro como a cor, classe e territórios. As questões raciais e de classe vêm à tona para tornar evidente, em primeira instância, o malandro de tipo *Filho de puta* que era essencialmente negro e pobre e contrapô-lo ao malandro *Filho de algo* que era branco e quando não rico era de situação financeira cômoda; outra questão polêmica que envolve o malandro é a sexualidade que nunca foi bem explicada pelo fato da compreensão equivocada do significado de homossexualismo para época; a questão de gênero também toma relevância porque se constata que a malandragem como profissão não se restringia ao universo masculino, explicando a presença do gênero feminino no mundo da malandragem, trazendo novamente à cena a mulher malandra, com intuito de tentar ressignificar sua malandragem; outra questão muito polêmica diz respeito à delinquência malandra que, na compreensão deste trabalho, sempre foi escamoteada pelo malandro compositor e pelo governo quando se tratou do malandro

folclórico, e que foi negada pelos agentes consumidores como a mídia, a literatura técnica e a Literatura; e por fim a proposta de inserir a malandragem na qualidade de arte pelo fato do povo brasileiro, na sua maioria, entender o malandro como parte integrante da nossa cultura, assim como a capoeira o candomblé e o samba.

O capítulo II tem tratado do malandro de tipo *Filho de puta* que está sendo mostrado inicialmente no seu estado Zoé, sem ainda ter entrado na pólis, ou seja, o ser originário no seu estado natural, mas já acometido pela escravidão. Este era o protótipo malandro que apesar de viver no seu estado natural, ainda se encontrava na sua fase de escravo. Depois se mostrará a transição deste para o malandro *marginal ordinário* e malandro *marginal especializado*, bem como a forma pela qual esses subtipos malandros conduziram sua existência, mas antes abrindo um hiato para explicar e justificar a existência do malandro *folclórico* construído pelo malandro compositor de canções de malandragem, transformado pelo governo Vargas e divulgado pela mídia como mercadoria simbólica.

O capítulo III tem trazido como foco a visibilidade do malandro *Filho de algo* que terá o seu ponto mais alto na figura do *fidalgão* representado pela obra *La vida de Lazarillo de Tormes y de sus aventuras y adversidades*. O fato de apresentar uma obra que não faça parte da literatura brasileira repousa na intenção de mostrar com riquezas de detalhes as características desse tipo de malandro e de também mostrar o malandro como personagem universal, e não como produto exclusivo da cultura brasileira. Dentro do âmbito brasileiro ele está sendo destacado no livro *D. Pedro I: o herói sem nenhum caráter* de Isabel Lustosa; Tem sido tratado também o malandro *executivo*, malandro de classe social alta que através dos seus golpes de malandragem consegue enganar uma nação inteira; Vai dar visibilidade também ao malandro *hippie* que encoberta sua malandragem, ou seja, se nega a trabalhar, ou pegar no pesado acobertado pelo lema “paz e amor”. E por fim o malandro *virtual* na sua modalidade cracker que vive cometendo golpes financeiros virtuais, e que vive muitas vezes dessa atividade que não exige um gasto de energia excessivo.

O capítulo IV tem se focado no malandro do tipo *inverossímil*, ou seja, aquele que tem representação na Literatura, mas que não encontra correlato no mundo de representação do real. O seu primeiro representante é o malandro simbólico que tem expressão através da figura de Leonardo, personagem de *Memórias de um sargento de milícias* de Manuel Antônio de Almeida. Leonardo é o malandro considerado inverossímil pelo fato das suas “malandragens” não contarem com o concurso do seu desejo e sim do desejo de outrem. O segundo é Macunaíma, personagem que representa o malandro mítico. Macunaíma é personagem da obra *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Este malandro é inverossímil por suas malandragens sempre contarem com o auxílio do

mágico. E por fim Zé Pelintra que funciona no campo religioso tendo sua ação desenvolvida no campo das atividades espirituais, por este ser considerado um santo pelo imaginário folclórico popular.

Espera-se que os resultados dessa pesquisa possam levar à desconstrução de crenças acerca do malandro que foram enraizadas e fossilizadas no imaginário popular brasileiro; e que o estereótipo do malandro *folclórico*, desatrelado da delinquência e atrelado única e exclusivamente à classe pobre, ao estrato social negro, ao território brasileiro, à heterossexualidade masculina, se desfaça e o malandro *folclórico* seja visto somente como uma manifestação artística e como uma variante dos diversos subtipos de malandro existentes.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.
- AGAMBEN, Giorgio. *O estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALEMÁN, Mateo. *Guzmán de Alfarache I*. Madrid: Ediciones Cátedras, 2006.
- ALEMÁN, Mateo. *Guzmán de Alfarache II*. Madrid: Ediciones Cátedras, 2006.
- ALMEIDA, Manoel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1979. Edição crítica do Instituto Nacional do Livro por Terezinha Marinho.
- AMORIM, Carlos. *Comando Vermelho: a história do crime organizado*. Rio de Janeiro. Editora BestBolso, 2011.
- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Belo Horizonte: Editora Reunidas Ltda, 1997. Ed. crítica de Telê Porto Ancona Lopez.
- AMADO, Jorge. *São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Record. 1985.
- ANDRADE, Oswald de. *A utopia antropofágica*. São Paulo: Ed. Globo, 1980. (Inclui: A antropofagia ao alcance de todos, por Benedito Nunes). Secretaria de Estado da Cultura. (Obras completas de Oswald de Andrade).
- AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. São Paulo: Ática, 1981.
- Blanco Amor, Eduardo. *A Esmorga*. Editorial Galáxia S.A. 2001.
- BOMFIM, Delmar Cruz. *Malandro uma face singular galega?* Dissertação de mestrado. Santiago de Compostela, 2008.
- BUARQUE, Chico. *Ópera do malandro*. São Paulo: Livraria Cultural Editora, 1980.
- CÂNDIDO, Antônio. Dialética da Malandragem. In: *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.
- DEALTRY, Giovanna Ferreira. *No fio da navalha: malandragem na literatura e samba*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.
- DIAS, Adriana Albert. *A malandragem da mandinga: o cotidiano dos capoeiras em Salvador na República Velha (1910 – 1925)*. Dissertação de Mestrado em História Social da Universidade Federal da Bahia. 2004.

- DURST, Rogério. *Madame Satã: com o diabo no corpo*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- GERAÇÃO Bendita – *É isso aí bicho*. Direção Carlos Bini. Produção: Meldy Filmes Ltda. Intérpretes: Rita de Cássia, Carlos Bini, Charlotte Garcia, Sebastião Gonçalves, Carls Kohler, Carlos Doudy e João Carlos Teixeira. Rio de Janeiro, 1970. Longa metragem (colorido, 32mm).
- GOMES, Dias. *O pagador de promessas*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1961.
- GOMES, Dias. *O Bem amado*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2010.
- GUATTARI, Félix. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. Trad. Sueli Rolnik. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977. (Editions Recherches.)
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. *Cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes. 2000.
- HANCHARD, Michael George. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2001.
- LA VIDA de Lazarillo de. *Tormes y de sus fortunas y adversidades*. 10 ed. Madrid. Taurus Ediciones, S.A. 1978.
- MATOS, Claudia. *Acertei no milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.
- NETO, Dib Carneiro. *Salmo 91*. 1 ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2008.
- NOLL, João Gilberto. *Bandoleiros*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- PORTO, Carla Lisboa. *A mulher malandra e a popular nas percepções de Ismael Silva Do jornal Correio da Manhã (1930 – 1935)*. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis - universidade Estadual Paulista. 2008.
- QUEVEDO, Francisco de. *Historia de la vida del Buscón*. Madrid: Editorial Espasa Calpe, S.A. 2001.

TEKOÁ: A LITERATURA NATIVA E SUAS LINHAS DE FUGA

Francis Mary S. C. da Rosa¹

Orientador: Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos

INTRODUÇÃO

A escolha da literatura indígena como objeto de análise surgiu em meio a questionamentos oriundos da recente explosão desta produção literária distinta que se diferencia na forma e na textualidade do cânone, apresentando uma estrutura cultural diferenciada da atual produção literária hegemônica.

A literatura indígena textual contemporânea não é um fenômeno recente, desde a década de 80 existem produções de autoria indígena, mas, sobretudo no final da década de 90 e nos primeiros anos do século XXI é que se torna uma questão urgente discutir e pôr em relevo este processo de empoderamento que repercute em questões tão pontuais como alteridade, a escrita de si, mito, história, encontros, desencontros, resistência e tantas outras formas e textualidades que a literatura pode nos revelar.

O *outro*, o índio sempre teve sua visibilidade e sua identidade transpassada pela produção discursiva do não-índio: a literatura indianista² buscava informar (ou deformar?) uma visão e uma escrita sobre o índio de forma homogeneadora e etnocêntrica, sempre sobre o prisma ocidental, compartimentado na ideia de uma forma maior do fazer literário, que exclui e condiciona para a marginalidade as textualidades dissonantes. Segundo Alice Martha (1999):

Vistas, desde a Carta de Caminha, como elementos exóticos da terra, as figuras indígenas foram forjadas a partir de identidades europeias criadas por autores brancos, e mostravam-se incapazes de relatar, com voz própria, sua realidade e seus costumes (MARTHA, 1999, p. 324).

Para Olívio Jekupé (2009) é de vital importância que o lugar e o não lugar do índio dentro da sociedade sejam de uma busca por uma construção identitária própria que não expurgue elementos indissociáveis da cultura e modo de vida nativo, como por exemplo, as marcas da oralidade, a valorização das imagens e textualidades, a forma e estrutura de contar histórias, sua ligação com a cultura e todo um imaginário de um povo.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural.

² Segundo Graça Graúna a literatura indígena diz respeito à produção cultural e artística realizada pelo índio, mediante seus próprios códigos, já a literatura indianista busca informar sobre o universo e o homem indígenas. Cf. In: Literatura Indígena: desconstruindo estereótipos, repensando preconceitos. (Disponível em: http://dhnet.org.br/direitos/militantes/ggrauna/ggrauna_lit_indigena_desconstruindo.pdf Acesso em 23/08/2014).

Essa especificidade no fazer literário nativo nos coloca em frente a importantes questões de pesquisa no campo linguístico-literário e da crítica cultural, pois procura por em destaque de que modo uma dada hegemonia literária de natureza eurocêntrica se relaciona com as formas diferenciadas e subalternas do fazer literário, mais precisamente da marginalização da literatura indígena, que é uma realidade ainda menosprezada e descaracterizada dentro deste modelo hegemônico; o modo como o conceito de minoridade literária de Gilles Deleuze e F. Guattari pode ser aproximado de tal produção e de que forma a especificidade desta literatura provoca deslocamentos, agenciamentos coletivos e linhas de fuga por meio de uma abordagem rizomática.

A LITERATURA NATIVA COMO UMA LITERATURA MENOR

A literatura indígena assume caráter afirmativo na obra de Olívio Jekupé: indígena da tribo guarani, estudou filosofia na USP e apesar de não ter concluído, se constituiu como um dos mais importantes nomes da literatura nativa no Brasil. Sua preocupação com o empoderamento dos grupos indígenas é notória, principalmente no que se refere à literatura nativa, onde considera que é preciso que os grupos indígenas tomem a autoria de sua própria história. Segundo Jekupé:

[...] faz tantos séculos que o Brasil foi dominado pelos jurua kuery, não índios em guarani, e desde aquela época tudo o que se fala sobre nossos parentes é escrito por eles. Eu não via isso como algo interessante, porque nós temos que contar nossas histórias para nossos filhos e se tiver que ser escrita, por que não pelo próprio índio? (JEKUPÉ, 2009, p.11)

No discurso de Jekupé e em sua obra se percebe uma proposta de revisão histórica que transfere a visão da identidade indígena historicamente baseada no equivoco e preconceito pelos não índios, para uma proposta de autodenominação que se insinua ou pode se experimentar como uma literatura afirmativa e imprime em sua obra um caráter menor. Segundo Deleuze e Guattari (2003, p.41): “As três características da literatura menor são de desterritorialização da língua, a ramificação do individual no imediato-político, agenciamento coletivo de enunciação”.

Na obra de Jekupé procuro investigar a percepção da apropriação de uma língua maior - o português do não índio, intercambiado com o guarani do seu povo nativo (algumas de suas obras são bilíngues) como elemento de empoderamento e ao mesmo tempo de subalternidade, esta última que não coloca a sua obra como produto de assujeitamento, mas que existe enquanto potência criativa e fugidia, com um devir desterritorializante, é a língua maior tomada para si, por uma minoria, “estar na própria língua como um estrangeiro.” (Ibid., 2003.p.54).

Mediante Deleuze e Guattari (2011) é preciso ter cuidado com a expressão maior e menor, pois na concepção de devir revolucionário não está subscrito uma abordagem numérica, mas, sim, na sua potencialidade enquanto agente de desterritorialização, portadores do movimento e criação.

Neste sentido a produção de Jekupé instaura pontos de fuga e apropriações com uma textualidade contra hegemônica e discrepante da suposta literatura “de verdade”. Ao falar de si, ao escrever sobre a literatura oral do povo guarani, ele se apropria das coletividades e traduz uma voz coletiva, recupera-a e a experiência em um pronunciamento político que diz respeito a um povo inteiro, sua sensibilidade e sua história.

Tornando o subalterno uma potência criativa, a obra de Jekupé se configura em um agenciamento coletivo, um refundamento e um discurso de pertencimento que coloca uma língua maior num processo de fluxo e fuga.

Instaurar linhas de fuga, segundo Deleuze e Guattari (1998) deve ser compreendido como uma literatura que não se limita em reconhecer territórios e saberes, mas, pelo contrário, questiona os modelos e se propõe a novos encontros nas relações em que foi produzida, instaurando novas linhas de fuga: é fuga diante de fuga.

Como destaca Moreira (2002) o campo literário e a arte em geral é geradora de uma miríade de acontecimentos³ com capacidade de transvalorar a realidade, produzindo formas de resistências e de polissemias de desejos.

POR UMA OUTRA POSSIBILIDADE METODOLÓGICA

A noção de livro rizoma presente na obra de Deleuze e Guattari (2009) nos permite esboçar um campo de análises que se conecta a uma teoria literária multissignificante: o livro-rizoma. Esse sistema que se funda numa abordagem da filosofia das multiplicidades, potencializa os aspectos presentes na obra literária como criadora de significado e significante. Desta forma, uma obra literária, além de seu próprio universo conotativo, ganha uma multiplicidade de sentidos possíveis (e impossíveis) ao texto literário.

Sua natureza incerta nos mostra que toda forma é um estado variável de algo que sempre estar por vir. Mas, enquanto o rizoma não precede de início e nem fim, a literatura faz um corte (um

³ Segundo Zourabichvili, o conceito de acontecimento em Deleuze é notadamente entrelaçado ao devir, ele é o “devir do mundo” (ZOURABICHVILI, 2004, p.7). O acontecimento, portanto, não é o que acontece, mas a parte eterna e múltipla do que acontece, é o “instante móvel que o representa” (DELEUZE, LS, 2000, p.177-8 Apud ZOURABICHVILI, 1996, p.6, grifo da autora).

mapa). Ela bloqueia os caminhos múltiplos discursivos para inserir sua voz ou vozes, operando novos desvios, novos significados, mesmo no que ainda é interditado. Em seguida, ela esboça uma linha que corre em direção ao futuro, o que desestabiliza (decalca) o presente.

Rizoma é literatura e essa literatura cria uma rede de questões convergentes, que projetam luz sobre um texto multifacetado. A literatura rizomática recusa interpretações, busca experimentações. Opõem-se ao dado e à identidade com outras modalidades, vai além dos seus limites: não há fórmulas ou hierarquias pré-estabelecidas. Assim, a literatura é um agenciamento com potencial de conectividade com outros agenciamentos, se associando a linhas de fuga, rompendo com a lógica binária hierárquica e instalando desterritorializações.

Ao instaurar linhas de fuga, a escrita literária possibilita rupturas no esquema radicular e promove frestas no discurso do poder, propondo empoderamentos. Sendo assim, a literatura indígena surge como uma possibilidade de constituição de devires e agenciamentos de poder, capaz de conectar multiplicidades, de experimentar linhas de fuga que refletem o processo de criação.

Em *Diálogos* (1998, p.22) Deleuze explana que o universo literário, tal como a arte, por muito tempo se constituiu como um decalque do modelo de representação do pensamento: os estilos, normas, escolas só funcionavam como maneiras de neutralizar devires e linhas de fuga. Contudo, há determinadas literaturas que produzem rupturas, linhas de fuga, que estão ávidas por experimentação. Desta forma, uma literatura rizomática produz multiplicidades, provoca algum efeito, se conecta para usos, adquire funções, movimentando-se no seu devir, é uma toca⁴, cheia de entradas. Seus personagens são sempre imagens de desterritorialização, desfazendo significações.

Ao longo de uma grande história, o Estado foi o modelo do livro e do pensamento: o *logos*, o filósofo-rei, a transcendência da Idéia, a interioridade do conceito, a república dos espíritos, o tribunal da razão, os funcionários do pensamento, o homem legislador e sujeito. É pretensão do Estado ser imagem interiorizada de uma ordem do mundo e enraizar o homem. Mas a relação de uma máquina de guerra com o fora não é um outro "modelo", é um agenciamento que torna o próprio pensamento nômade, que torna o livro uma peça para todas as máquinas móveis, uma haste para um rizoma (DELEUZE, 2009, p.36.)

Percebe-se que a literatura pode efetuar linhas de fuga e promover novos devires também do campo político e social, desde a reprodução de um estado de coisas até a recriação da subjetividade: o texto literário absorve e é absorvido, representa e é representado, ele é território (sedentário) e linha de fuga (nômade). Na liberdade de tudo dizer, o texto literário ultrapassa estratos cronológicos e geográficos e, faz rizomas... Florescendo no meio.

⁴ Deleuze e Guattari usam o termo "toca" em Kafka por uma literatura menor, para exemplificar as múltiplas entradas em uma obra literária rizomática.

PRIMEIROS PASSOS...

Para a realização do projeto de pesquisa analisarei as obras de Olívio Jekupé, mais precisamente: O saci verdadeiro, Tekoa: conhecendo uma aldeia indígena, Ajuda do Saci, Verá: o contador de histórias; As queixadas e outros contos guaranis; Xerekó Arandu, a morte de Kretã; Iarandu, o cão falante. Ao todo estas sete obras constitui-se como um agenciamento coletivo que instauram um universo rizomático com um reconhecimento de suas conexões com a alteridade, pluralizando dinamismos e oferecendo saídas para a percepção de um grupo, de uma sociedade, pois o escritor ou ensaísta não fala somente por si mesmo, ele é o porta-voz habilitado por outras vozes, por isso mesmo, a literatura indígena pode ser considerada uma expressão da literatura menor.

A revisão bibliográfica constituirá fundamentalmente na análise dos conceitos trazidos por Deleuze e Guattari nas obras Kafka: para uma literatura menor, Mil Platôs vol. I ao V, mais precisamente o conceito de rizoma, literatura menor, máquina de guerra e livro rizoma como possibilidades metodológicas de análise, deslocamentos e experimentação.

Será necessário contextualizar o percurso da literatura nativa até o momento, situando o autor estudado, assim como demonstrando a estreita relação que se configura entre o estado de tutela do indígena na sociedade brasileira e seu lugar utópico na literatura brasileira contemporânea. Desta forma, pretendo investigar a forma de construção de uma posição estética própria na escrita literária dos grupos nativos, uma nova forma de representação social, de construção de alteridades e agenciamentos maquínicos diferenciados do cânone. Observando-se assim, de que modo tal literatura pode promover uma atividade transgressiva no campo linguístico literário por meio do conceito de literatura menor e multiplicidade rizomática.

O intento é que tal esforço interpretativo nos permitam um proposta de violência ao método rizomático construindo uma especificidade analítica, uma máquina de guerra desejante – a Tekoá⁵ – posta em contato com o cânone para uma experimentação da escrita que possibilite uma nova forma de representar a realidade, por uma intervenção no mundo, pois o jogo das forças políticas e psicossociais não se desenvolve somente entre indivíduos, mas também nos signos, nas leis, no desejo, nas micropolíticas etc.

⁵ O termo tekoá, também grafado tekoha (pronunciado /tequô'á/), é de origem guarani e significa aldeia guarani. O significado completo da palavra, porém, não se reduz ao lugar habitado pelo grupo guarani. Literalmente, significa o lugar do modo de ser guarani, sendo esta categoria modo de ser (tekó) entendida como um conjunto de preceitos para a vida, em consonância com os regramentos cosmológicos herdados pelos antigos guaranis. Cf.: <http://tekoabrasil.com/florianopolis-sc/santa-catarina/floripa/>. Acesso: 30/08/2014.

REFERÊNCIAS

- DELEUZE, G. GUATTARI, F. *Mil Platôs*. vol I. Tradução Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: editora 34, 2009.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs*: vol. II. Capitalismo e Esquizofrenia: São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta: 1998.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Kafka - Para uma Literatura Menor*. Ed.0789, Lisboa. Editions Minuit, 2003.
- GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.
- JEKUPÉ, Olívio. *Ajuda do Saci*: São Paulo: DCL, 2006.
- JEKUPÉ, Olívio. *As queixadas e outros contos guaranis*. São Paulo: FTD, 2013.
- JEKUPÉ, Olívio. *Iarandu - o cao falante*: São Paulo: Peiropolis, 2002.
- JEKUPÉ, Olívio. *Literatura escrita pelos povos indígenas*: São Paulo: Scortecci, 2009.
- JEKUPÉ, Olívio. *O Saci Verdadeiro*. São Paulo: Eduel, 2003
- JEKUPÉ, Olívio. *Tekoá: conhecendo uma aldeia indígena*: São Paulo: Global, 2005.
- JEKUPÉ, Olívio. *Verá - O contador de histórias*: São Paulo: Peiropolis, 2005.
- JEKUPÉ, Olívio. *Xerekó Arandu, a morte de Kretã*: São Paulo: Peirópolis, 2002.
- MARTHA, Alice Áurea Penteado. *Autoria Indígena Na Produção Infante juvenil Contemporânea*: UEM, s/d. Disponível em <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/3.pdf>. Acesso em: 30/08/2014.
- MOREIRA, Osmar. *Folhas Venenosas do Discurso: Um Diálogo entre Oswald de Andrade e João Ubaldo Ribeiro*. Salvador: Uneb, Quarteto, 2002.
- ZOURABICHVILI, François. *Deleuze, une philosophie de l'événement*. Paris: Presses Universitaires de France. 2ª edição: 1996.
- ZOURABICHVILI, François. *O vocabulário de Deleuze*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro 2004.

AUTOBIOGRAFIA DE ESCRITORAS DE ALAGOINHAS: PROCESSOS DE (AUTO)FORMAÇÃO

Gislene Alves da Silva¹

Orientadora: Profa. Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira

A escrita feminina de cunho memorialístico, como nos diz Lacerda (2003), ecoa no Brasil com força no período pós-ditadura e sofre influências do mercado editorial europeu, que já vinha absorvendo as escritas de cunho autobiográfico das minorias, desde os anos 1960. Essa escrita que traz a singularidade de cada sujeito torna-se propícia para aquele momento, como uma possível resposta às repressões políticas sofridas.

O silenciamento da mulher e sua escrita, até este período, diz do sistema sócio-político vivido, de uma “censura ideológica e cultural” (LACERDA, 2003). A mulher e escritora é posta em um segundo plano na sociedade, sendo atribuído a esta um “segundo lugar”, um lugar ausente.

A partir de Derrida (2001), da noção de *différance* que abala as oposições binárias (homem/mulher; presença/ausência etc.), da "tensão entre o que pode ser uma coisa e seu contrário" (ARFUCH, 2012, p. 15), é possível questionar o significante (as representações) e desestabilizar os sentidos. Ao funcionar como um sistema aberto, a diferença cultural, ou melhor, o espaço intervalar entre eu/outro abala a autoridade do signo (do código patriarcal, por exemplo), fazendo emergir as diferenças, as margens, as vozes silenciadas da sociedade.

Desse modo, a escrita canônica patriarcal passa a ser questionada, inclusive os seus espaços arbitrários, de dominação (instituições literárias, mercado do livro, Academia de Letras etc.). Emergem no “espaço intervalar” os textos memorialísticos que refutam o modo de escrever do código patriarcal, e empoderam o "eu" sujeito que agora pode escrever/narrar as suas experiências. Contudo, para que o discurso dominante não se reinscreva ou continue se reinscrevendo nesses textos, torna-se imprescindível questionar tais escritas. Assim, pensar as relações de gênero implica pensar na desterritorialização dos sentidos fixados, os quais atribuíram aos sujeitos femininos um “segundo lugar”. Pensar este jogo de desterritorialização.

Nesses termos, a “escrita de si” para além das tipificações, emerge nos estudos literários como um “texto vivo” que traz diversos significados tanto da subjetividade do “ser vivente” (AGAMBEN, 2009) quanto das suas relações intersubjetivas. Esses textos memorialísticos, que narram escritas de si, trazem as marcas de vida não só de um “eu”, mas de toda uma coletividade. A violência simbólica

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural/UNEB.

contra pobres, negros, mulheres não ocorre por acaso. As interdições nas formas de viver do sujeito feminino não são inocentes. Desse modo, os discursos que atuaram nos contextos coloniais, por exemplo, continuam em plena atividade nos tempos atuais. O que requer cada vez mais: estudar, relacionar, confrontar e construir uma política que afirme a vida em suas diferenças.

Nesse sentido é que buscamos, com esta pesquisa, verificar como as narrativas autobiográficas das escritoras de Alagoinhas, enquanto construto da (auto) formação dos sujeitos femininos, criam condições para a (re) significação das suas histórias de vida. Assim, buscando estudar, junto com escritoras alagoinhenses, as estratégias textuais utilizadas por escritoras subalternas, a exemplo de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, visando uma reflexão crítica sobre tais dinâmicas, objetivamos descrever o processo dos ateliês autobiográficos das escritoras de Alagoinhas, refletindo acerca da “escrevivência” destas, enquanto condição para a ação e reflexão acerca das suas próprias histórias de vida.

Assim, tomaremos como recursos metodológicos a análise de um referencial teórico e bibliográfico das escritoras e sobre as questões de que trata esta investigação e a pesquisa de campo. Esta pesquisa de campo se dará por meio de um curso oferecido a escritoras de Alagoinhas, no qual estudaremos-faremos a leitura de textos de Carolina de Jesus e Conceição Evaristo, assim como utilizaremos as entrevistas narrativas e o método dos ateliês (auto)biográficos como instrumentos de investigação e coleta de dados. Os ateliês serão elaborados tomando como base os modelos apresentados pela autora Delory-Momberger (2006) na obra intitulada *Biografia e Educação*.

A abordagem (auto)biográfica tende a possibilitar o entrelace das histórias individuais com as histórias sociais, pois a singularidade e o coletivo pluralizam os discursos e, por sua vez, o modo de pensar e atuar dos sujeitos na sociedade. As escritoras ao escreverem sobre suas lembranças, seu cotidiano, trazem os rastros das desigualdades sociais, das marcas de violências nos corpos, dos discursos sobre a sexualidade, dentre outros. Assim, por em relação os discursos que perpassam nos textos das escritoras nos permitem não só visualizar a sua trajetória pessoal, mas o outro (marcas discursivas) que se expressa nessa escrita.

A ESCRITA DE SI FEMININA EM MEIO A DIFERENÇA CULTURAL

A diferença entre a "escrita de si" de escritores e escritoras, seus traços memorialísticos, suas ficções e relatos autobiográficos, nos mostram que não há uma forma discursiva fixa que particulariza essas narrativas, mas uma pluralidade de modos de dizer sobre o "eu" e "outro"

compartilhados de um contexto histórico, social e econômico. Se pusermos em diálogo essas escritas podemos perceber as proximidades e diferenças entre a escrita feminina e masculina, a multiplicidade dos modos de dizer sobre si mesmo e o outro, o que nos leva a debater sobre as marcas de gênero na escrita. “A partir dos estudos culturais e dos estudos de gênero, a crítica cada vez mais tende a refletir sobre o próprio sujeito da escrita” (KLINGER, 2012, p.13).

Neste sentido, não podemos deixar de falar acerca do lugar do sujeito feminino, do seu modo de dizer posicionado que não é cantando pelo outro, pois este por mais que se sensibilize, e isto é fundamental até para por em questão repetições do feminino, não tem como trazer as marcas do corpo feminino. Trata-se de um modo de dizer múltiplo, mas que se singulariza a partir do lugar que esse sujeito ocupa, das relações de forças que se estabelecem e do modo como as subjetividades vão sendo tecidas diante das interdições e enfrentamentos patriarcais.

De modo geral, os homens tiveram as oportunidades que faltaram às mulheres, conheceram outras literaturas, outros lugares, outros modos de dizer; a escrita destes estará impregnada com esses lugares, rostos, cheiros, sabores, etc. que tiveram condições de apreciar.

As mulheres não tiveram a mesma vivência que os homens. Ao receberem uma educação para tornarem-se mães e donas de casas, a escrita dessas mulheres carrega essas marcas sociais, culturais, que estarão em evidência, interferindo na sua construção literária. As mulheres não foram educadas para escrever, ou seja, não tiveram as mesmas oportunidades que os homens, por isso é preciso construir condições para que as mulheres se apropriem das várias formas de dizer.

Porém, não podemos deixar de perceber que a escrita de voz feminina autobiográfica ganha à cena na atualidade, abalando os obstáculos enfrentados pelas mulheres no exercício da escrita e desativando os processos de silenciamento impostos por um pensamento hegemônico que determinava a forma de ser e de viver do sujeito feminino. Estas formas, ou marcas culturais, como já dissemos, nos interessa como denotação de um tempo que, com diferença, pode ainda se repetir.

Nelly Richard (2002, p. 131), no texto "*A escrita tem sexo?*", questiona a crítica em relação a especificidade e a diferença do "feminino" no sentido de ampliar o debate acerca da "marca de sexo e de gênero na escrita". Afirma a autora que a neutralidade do discurso de que não há diferenças entre a escrita e a linguagem genérico-sexual, "equivale a reforçar o poder estabelecido, cujas técnicas consistem, precisamente, em levar a masculinidade hegemônica a se valer do neutro, do impessoal, para falar em nome do universal".

Em primeiro plano, a crítica literária feminista passou a evidenciar a autoridade abusiva que exigia que as mulheres escrevessem de acordo com as regras de universalidade, por conseguinte,

estimulou "modelos afirmativos e valorativos do ser mulher", no sentido de criar um "sistema de referências autonomamente feminino". Esse separativismo, que acredita na relevância de um saber independente, não percebe que priva "o feminino de uma comunicação plural e dialógica com as múltiplas redes de cultura, nas quais se inscrevem os signos 'homem e mulher'". (Richard, 2002, p. 132)

Com isso, nos mostra a autora que a escrita naturalizada masculina (universal), operada à força arbitrária, tornou-se a representação do gênero humano, e que, por sua vez, também deve ser combatida tendo em vista tudo que ela carrega de mais reacionário, violento e opressivo. A autora sinaliza que "ser mulher" não garante a prática crítica de uma feminilidade, que questiona a masculinidade hegemônica, inclusive "ser homem" não condena o sujeito a ser seguidor das "codificações de poder da cultura oficial" (idem, p. 135).

Segundo Soledade Bianchi, citada por Richard: "É necessário romper o gueto do sexo, pois se trata de situá-los (os textos de mulheres) junto aos outros, produzidos por homens e mulheres contemporâneos, considerando semelhanças e diferenças, reconhecendo conquistas e aportes, mas também limitações." (BIANCHI *apud* RICHARDS, idem, p. 135)

Essa crítica evidencia que é preciso reconhecer também os limites dos textos das mulheres, para evitar certas armadilhas do signo e manutenção do discurso oficial de unificação do texto, através de certos reducionismos e determinismos. Assim, a crítica é obrigada a pensar o "feminino em tensão com o marco da intertextualidade cultural e não como uma dimensão a ser isolada". Acrescenta ainda a autora que:

[...] As mulheres não podem se dar ao luxo de não participar ativamente dessas batalhas [múltiplas batalhas de código], mesmo que as regras do combate estejam prefixadas a partir do masculino, já que em toda cultura há entrelinhas rebeldes, por onde filtrar e disseminar os significados antipatriarcais. É vital resgatar, a favor do feminino, todas aquelas vozes descanonizantes (incluindo as masculinas) que liberam leituras heterodoxas, capazes de subverter e pluralizar o cânone. Esses pactos, cúmplices entre distintas posições de discursos marcados pela subalternidade cultural, ampliam o poder do feminino, naquilo que Jean Franco chamou de "a luta pelo poder do interpretativo". (idem, p. 157)

Nos mostra Richard que não se trata de saber a particularidade da escrita da mulher, mas "como textualizar as marcas do feminino, para que a diferença genérico-sexual se torne ativo princípio de identificação simbólico cultural" (idem, p. 137). Assim, ela evidencia as conquistas da crítica feminista em relação ao caráter semiótico-discursivo da realidade e demonstra que a identidade e gênero sexuais são produzidos pelo discurso patriarcal.

Portanto, "não podemos continuar falando de uma identidade, masculina ou feminina, como se estes termos designassem algo fixo e invariável, e não constelações flutuantes" (idem, 138). Desse

modo, trata-se de por em questão os essencialismos, repensar a identidade sexual como uma dinâmica tensional e buscar romper, desconstruir os resquícios ideológicos dos discursos autoritários, patriarcais que subjugam a mulher.

É importante ressaltar que a escrita da mulher textualizará as marcas do feminino, tais marcas aparecem no “corpo vivo”, inventivo, escrito pelo sujeito feminino. O modo como se constrói a narrativa pode revelar os dispositivos que lhe impedem de ter acesso a outras possibilidades de luta com e contra o signo. A ausência do direito à educação, o discurso paterno, a escrita oficial, a literariedade, a dificuldade para publicar, a não circulação dos seus textos, dentre tantas interdições revelam que os dispositivos ainda continuam impondo limitações a "batalha" com e contra o código.

Com base em Agamben (2009, p. 40), ampliando a noção de dispositivos de Michael Foucault, os dispositivos podem ser "qualquer coisa que tenha de algum modo à capacidade de capturar, orientar, determinar, interpretar, modelar, controlar e assegurar os gestos, condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos". Portanto, a vida humana pode estar sendo capturada por qualquer coisa: a literatura, as redes sociais, a caneta, o computador, celular etc. Então, como desarmar esses dispositivos que controlam o nosso modo de dizer e ler o mundo e nossas experiências?

Durante o 2º Fórum de Crítica Cultural e II Seminário Sobre Modos de Violência Contra Mulheres e de Lutas a Favor dos Direitos Humanos em novembro de 2010, na UNEB campus II, tivemos o nosso primeiro contato com as escritoras de Alagoíhas, Alealda Portugal Miranda, Marina Oliveira, Margarida Maria de Souza, Luzia das Virgens Senna, Noêmia Alves, Valdelice Lima, na oca Carolina de Jesus. De modo que nos possibilitou colher depoimentos das trajetórias dessas mulheres que escolheram, por diversas circunstâncias, Alagoíhas para morar e que tiveram os seus destinos cruzados.

Neste encontro a todo instante as histórias pareciam se tocar, falavam-se dos impedimentos, das dificuldades em se tornar escritoras, da falta de apoio da falta de valorização da arte e suas produções, mas também de luta, de resistência, do jogo da subversão.

Cada depoimento corre ao encontro de tantos outros depoimentos. A dificuldade do acesso ao texto escrito parece ser uma realidade de todas essas mulheres, assim quando estas tomam posse da expressão escrita os seus textos passam pelo engavetamento, quando não queimados por maridos, irmãos e por elas mesmas. Porém as escritoras conservam o sonho de que suas obras saiam do papel, que alguém, um dia, dê o seu devido valor.

Essas escritoras também nos falam da resistência da escrita feminina que se esbarra em vários empecilhos que tanto exclui a mulher do campo da produção. As escritoras ressaltam que não

escrevem com o intuito de ganhar dinheiro, pois sobrevivem dos salários, escrevem para apresentar o que elas entendem como a “cultura da sua terra”. Neste caminhar difícil existem pessoas que contribuem com apoio para publicação, e divulgação das suas obras, professores da universidade, família, instituição literária local.

O direito ao acesso a educação escolarizada era um entrave em suas vidas, ainda que tenham nuances que as diferencie. As escritoras precisaram migrar de seu lugar para ter o direito de estudar, a escritoras aprendem a escrever à revelia de um discurso patriarcal que inferiorizava a mulher e lhe impedia de escrever e, hoje ainda, de publicar. Essas mulheres deixam visível o quanto a sua relação com a escrita foi podada, deixando aflorar em suas narrativas marcas de dor e sofrimento, momentos em que o ato de escrever se torna uma forma de aliviar as angústias e cicatrizes da vida.

Sendo assim, precisamos refletir sobre as relações de poder que perpassam os discursos, as condições de vida das escritoras, a “vivência do gênero feminino”, as interdições dos seus desejos de estudar, ler, escrever dentre tantas outras interdições que eram/são submetidas.

Estas marcas culturais não devem ser esquecidas, nos impulsionando a pensar hoje, os meios utilizados para engendrar\produzir novas alternativas desse quadro que, em matrizes diferentes, ainda se presentifica. Esclareço que as escritoras das quais estou falando, são mulheres com idades entre 55 a 80 anos, todas as escritoras são associadas da Casa do Poeta de Alagoinhas (CASPAL) e duas destas são membros da Academia de Letras e Arte de Alagoinhas (ALADA), moram em Alagoinhas, mas nasceram em outras cidades da Bahia como: Catu-Ba, Serrinha-Ba, Queimadas-Ba, Salvador, Caraíba. São filhas de lavrador, contador de história, vaqueiro, petroleiro com donas de casa. São professoras aposentadas, freira, artista plástica, radialista e jornalista. Estas mulheres escrevem poemas, contos, romances, crônicas, autobiografia, cordéis, peças teatrais e letras de músicas.

É preciso se investir mais contra a subalternização dessas escritoras, contra a falta de um investimento mais institucional. É preciso se pensar em atividades/ações conjuntas. É preciso pensar em alternativas de (de)formação da escrita, enquanto arma de combate socio-cultural. O que seria essa (de)formação? Ações como o curso “*Escrevivendo*”, que realizamos na Universidade do Estado da Bahia-UNEB, para escritoras locais, que buscou realizar leituras desviantes, descolonizadoras, das escritoras memorialísticas Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus e que foi proposto no sentido de criar encontros, fortalecer o debate, ambientes de leituras desviantes que mexam com as subjetividades das escritoras locais, refletindo sobre novos modos de olhar as experiências e operar com a escrita do texto.

Assim, criamos dispositivos contra a dominação do discurso patriarcal, do essencialismo da escrita e operamos leituras críticas e reflexivas por outra política à favor da vida. Nesse sentido, os textos memorialísticos das escritoras provocam um processo de autocrítica que revela tanto o conhecimento das “marcas de um corpo”, como parte de uma realidade coletiva, quanto às possibilidades de tomadas de outras posições.

A “escrita de si” dos escritores contemporâneos mostra o quanto é carregada de sentidos e fala de uma coletividade. A “escrita de si” feminina é repleta de singularizações, pois traz a marca da “diferença cultural”, a forma de viver dos corpos femininos que, em geral, não são narrados por outros sujeitos, traduzindo-se em uma arma política que tensiona as questões de gênero.

METODOLOGIAS: CAMINHOS A SEGUIR

Essa pesquisa é de natureza qualitativa e pauta-se em estudos de gênero e da crítica feminista e cultural. Buscou o cruzamento de métodos para melhor desenvolvimento do trabalho, assim, trabalhamos na perspectiva da pesquisa-ação e do método (auto)biográfico, para a técnica de coleta e análise de dados, nos inspirando no projeto desenvolvido pela pesquisadora Christine Delory-Momberger (2006) com o uso de ateliês autobiográficos. Nestes, portanto, que criamos com o curso Escrivivências, colhemos os escritos autobiográficos produzidos pelas escritoras de Alagoinhas, assim como fizemos as entrevistas narrativas.

A pesquisa-ação surge nesta pesquisa, com as escritoras de Alagoinhas, como uma tentativa de desativar dispositivos que, de alguma maneira, aprisionam essas mulheres escritoras. Na trajetória da pesquisa fica clara a importância da mediação, de ações desenvolvidas pela Universidade e, nesse sentido, a demanda pelo fortalecimento desta cooperação é fundamental. Também ficou claro a importância de se estudar, considerar os escritos femininos como expressão de uma cultura feminina que entrelaça literatura, vida e resistência, ou seja, a crença de que a literatura é potência.

Por entendermos deste modo, que nos apoiamos no método (auto)biográfico que caminha em duas direções: como ‘instrumento de investigação’ e ‘instrumento de formação’. Assim, compreendemos que “o método biográfico constitui uma abordagem que possibilita ir mais longe na investigação e na compreensão dos processos de formação e dos subprocessos que o compõem.” (FINGER e NÓVOA, 2011, p. 23).

Maria da Conceição Passeggi (2010, p. 28) relembra que é na Alemanha que a abordagem (auto)biográfica nas Ciências Humanas e Sociais emerge, contrapondo os modelos positivistas,

porém coube aos sociólogos americanos da Escola de Chicago empregá-lo com uma configuração mais sistemática desenvolvendo estudos sobre “migrantes e a marginalidade”

Neste mesmo contexto de renovação do método (auto)biográfico, que os estudos literários por meio da abordagem dos estudos da cultura passaram a relacionar a sua investigação com o sócio-político-cultural. Ultrapassando as fronteiras disciplinares, os estudiosos ampliaram seus pontos de interesse e modos de operar com o texto literário e não literário, explorando a relação da literatura com a cultura, desvelando o “espaço autobiográfico” como vetor crítico e de tensionamentos discursivos, por meio do diálogo interdisciplinar com a filosofia, psicologia, história, sociologia, dentre outras áreas do conhecimento.

Por tanto, nesta abordagem metodológica, é possível contextualizar o lugar de fala de cada um desses sujeitos que narram as suas histórias de vidas. Assim, iremos estudar cenas literárias das escritoras e relatos autobiográficos, cenas de escritas de si construídas pela via da memória, na perspectiva de gênero, através da abordagem da crítica literária e cultural, que certamente considera a crítica biográfica contemporânea, uma vez que o “espaço biográfico” transforma-se em um “vetor analítico crítico da sociedade”, que requer diferentes olhares disciplinares e político (ARFUCH, 2012, p. 07).

É neste espaço biográfico que os sujeitos se formam a partir da apropriação do seu percurso de vida. A ‘história de vida’ construída pelo viés da narrativa é entendida como uma “ficção verdadeira do sujeito” (DELORY, 2006, p. 98), pois ao enunciá-la toma como verdade e se constrói como sujeito.

Assim, para Delory (2006, p. 99) as histórias de vida formam para a “formabilidade”, “para a capacidade de mudança qualitativa, pessoal e profissional, engendrada por uma relação reflexiva com sua ‘história’, considerada como processo de formação”.

Esse processo de formação enlaça as três perspectivas da temporalidade, quando trabalhado na dimensão dos ateliês autobiográficos, onde a história de vida adquire uma prospecção, o que leva o sujeito a projetar-se percebendo como outro futuro é possível.

Os ateliês autobiográficos, desenvolvidos nesta pesquisa, tem ampla inspiração neste trabalho desenvolvido pela pesquisadora Christine Delory-Momberger (2006). Nos ateliês com as escritoras de Alagoins optamos por, a cada encontro, produzir uma escrita autobiográfica, a partir do contato com os textos ficcionais e autobiográficos de outras escritoras subalternizadas, como: Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus. Nos Ateliês trabalhamos com a leitura de trecho do livro *Quarto*

de despejo: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus, com os poemas *Eu-mulher*, e *Vozes-mulheres* e o conto *Olhos d'água* de Conceição Evaristo.

Os Ateliês autobiográficos fazem parte de um projeto maior, que tem como coordenadora a Profa. Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira. Tal projeto trata-se de um curso de extensão intitulado *Literatura em movimentos de mulheres*, que trabalha com literaturas de autoria feminina. É um curso oferecido gratuitamente, que tem como público alvo as mulheres que participam de Movimentos socioculturais e que é realizado na Universidade do Estado da Bahia-UNEB / Campus II. O módulo que fiquei responsável intitulei de *Escrevivendo*, o qual foi destinado especificamente a escritoras de Alagoinhas e região.

Sendo assim, o curso *Escrevivendo/Ateliês autobiográficos* teve como objetivos a disseminação da literatura feminina/feminista de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, aproximando-as das mulheres escritoras de Alagoinhas e região e observando, neste encontro entre textualidades femininas, o papel dessas escritoras locais na sua própria formação, a partir do momento que estas se apropriam da sua trajetória de vida em uma abordagem biográfica; Propiciar o intercâmbio entre a academia e as escritoras de Alagoinhas e região e a suplementação de leituras da literatura feminina/feminista, pela via do olhar e da vivência destas mulheres escritoras; Contribuir para a luta político-cultural-subjetiva das mulheres, de seus movimentos, contra um capital patriarcal que nega/apaga/recalca, dos sujeitos femininos de direitos, sua fala, literatura, escrita-reescrita, leitura-releitura das ficções sociais. Sendo assim, considerar o processo e os resultados do curso como objeto da pesquisa que desenvolvo, intitulada *Autobiografia de escritoras de Alagoinhas: Processos de (auto)formação e (re)significação*.

Foi nesta perspectiva, da narrativa de vida como uma dimensão autoformadora, que procuramos trabalhar nos ateliês, pois entendemos que o sujeito é capaz de se formar a partir da apropriação do seu percurso, da sua história de vida, uma vez que o que foi vivido, ao ser narrado, torna-se experiência que vai nos ajudar a saber fazer, a tornar-se.

Nesse sentido, a autobiografia das escritoras torna-se um processo de autocrítica que revela tanto o conhecimento das “marcas de um corpo”, como parte de uma realidade coletiva, tematizadas por vezes em seus poemas, contos, cordéis, entre outros gêneros, quanto às possibilidades de tomadas de outras posições.

A PALAVRA COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA E LUTA

Ao colocarmos em diálogos, nos ateliês autobiográficos, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus e as escritoras de Alagoinhas, fizemos com a intensão de fortalecer essas mulheres que ousaram escrever, que fizeram da palavra um instrumento de resistência e luta, que não aceitaram o destino predestinado as mulheres. Assim, ao mesmo tempo em que nos enriquecemos no contato com estas escritoras Evaristo e Carolina de Jesus, lhes enriquecemos também ao por em circulação as suas histórias de vida e luta e suas obras literárias, fazendo com que aos seus textos-vida sejam conhecidos, lidos e estudados.

Mulheres como a Conceição Evaristo e Carolina de Jesus nos faz lembrar como é preciso ter um posicionamento político diante da vida. E precisamos refletir sobre o uso que fazemos da nossa escrita, seja ela literária ou acadêmica e como usamos o espaço acadêmico/institucional ao nosso favor e a favor de tantas outras mulheres que aqui não entraram. Ao adentrarmos neste espaço não podemos nos eximir da luta. E lutar é ocupar espaço.

A postura de escritoras como Carolina de Jesus e Conceição Evaristo nos fortalece ao ver como estas ousaram e conseguiram romper, em uma certa medida, com dispositivos que lhes aprisionavam, que negavam a sua voz como escritoras, mulheres que nos servem como referência e nos mostram como podemos ousar, falar, nos posicionar e que precisamos sempre lutar por uma vida mais digna. Histórias de vida que nos servem para refletirmos sobre a nossa própria história. Vejamos o que as escritoras de Alagoinhas nos dizem sobre esse encontro.

Luzia Senna diz:

A gente vai aprendendo vendo como era a vida delas as dificuldades, o sofrimento, mas nunca esmoreceram, pra dizer chega de sofrer, vou ficar por aqui mesmo. É como uma estrada vai andando, passando por coisas, por obstáculos, espinhos, mas, vai seguindo e assim vamos seguindo elas também. Pelas estradas que a gente vai passando querendo alcançar um objetivo, qual é esse objetivo, escrever com mais consciência, escrever para agradar mais ao público, escrever para fazer um trabalho digno para quem ler se sentir bem se surpreender e se sentir feliz por ter lido aquele livro, eu estou aprendendo muito espero aprender mais.

Margarida Maria de Souza complementa:

Nelas a gente vê uma história de luta, como eu estava dizendo a Conceição é muito profunda eu me sinto a quem de acompanhar o pensamento, raciocínio dela, eu acho eu sou pequena para acompanhar o raciocínio dela. Então eu não vou dizer que não, eu devo me acomodar porque ela estar além, não, eu tenho que buscar ler mais, eu tenho que ler mais e eu não estou lendo. Então, a gente que quer escrever tem que ler, tem que acompanhar o desenvolvimento delas. Eu me sinto mais próxima à escrita de Carolina, porque Carolina eu acho assim, eu peguei muitas frases delas que eu admirei, pensamento dela, eu admirei o pensamento dela e essa menina [Conceição] ela é mais assim, muito subterfugio, muito subterfugio o pensamento dela e eu ainda não estou na condição de analisar, eu

não tenho, eu não vou dizer que eu tenho porque eu não tenho. Eu acho assim muito profundo, assim como ela deve ter outras e outros então para que eu aprenda um pouquinho é necessário que eu tenha que ler escritores e escritoras.

Aqui nestes excertos podemos perceber a importância deste contato, de encontros com estas escritoras para leitura e reflexão das estratégias textuais utilizadas pelas escritoras Carolina de Jesus e Conceição Evaristo, da interpretação de textos autoreflexivos-autobiográficos desencadeados por estes encontros e inter-relacioná-los com outros escritos, com a escrita literária. É como se as histórias dessas mulheres, Conceição Evaristo e Carolina de Jesus, narradas nos seus textos literários, convidassem as escritoras de Alagoinhas para acompanhá-las. É importante salientar que esses encontros mexeram com a subjetividade dessas mulheres, a partir do momento que elas se percebem de uma outra maneira, como novas possibilidades, se reinventando nesse contexto.

As escritoras de Alagoinhas, em um contexto de relação com outros textos, de autoria feminina, através de narrativas-relatos autobiográficos, enquanto construto da (auto)formação dos sujeitos femininos, inventam táticas para a (re)significação de suas histórias de vida. Margarida M. Souza (2014) nos diz: “com isso a gente se encoraja de tanto você ler, você se encoraja a fazer mais e acreditar que você pode. O importante é isso, é você acreditar que você pode. Ela fez, aquela outra fez, aquela outra fez, porque eu não. Não é isso? “

E o empoderamento surge desse processo de fortalecimento dessas mulheres. Mulheres que exigem a autoria das suas histórias de vida e luta. Para as autoras Maria Elisabeth Kleba e Agueda Wendausen (2009, p. 735) o conceito de empoderamento tem duas vertentes no Brasil e que vem sendo trabalhado:

um se refere ao processo de mobilizações e práticas que objetivam promover e impulsionar grupos e comunidades na melhoria de suas condições de vida, aumentando sua autonomia; e o outro se refere a ações destinadas a promover a integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência, serviços públicos etc. em sistemas geralmente precários, que não contribuem para organizá-los, pois os atendem individualmente através de projetos e ações de cunho assistencial

Assim as autoras se posicionam a favor dos autores quem vem trabalhando o conceito de empoderamento, em que os sujeitos eles empoderam a si mesmo, não sendo algo que o outro possa fornecer ou realizar pelos sujeitos. E nos esclarece que:

Profissionais ou agentes externos podem catalizar ações ou auxiliar na criação de espaços que favoreçam e sustentem processos de empoderamento, os quais refletem situações de ruptura e de mudança do curso de vida. Através desse processo, pessoas renunciam ao estado de tutela, de dependência, de impotência, e transformam-se em sujeitos ativos, que lutam para si, com e para os outros por mais autonomia e autodeterminação, tomando a direção da vida nas próprias mãos. (KLEBA; WENDAUSEN, 2009, p. 735)

Assim, a nossa atuação caminha nessa direção de criação desse espaço para debatermos, espaço de fortalecimento em que este processo de empoderamento dessas escritoras se sustentem e mexam com as subjetividades destas mulheres. Para que estas possam refletir sobre novos modos de olhar as experiências, assim como, operar com a escrita do seu texto.

Assim, percebemos a necessidade de termos mais encontros como estes, embora os resultados possam parecer pequenos, são de singular importância para essas mulheres. Percebemos esta importância mais uma vez na fala de Margarida Souza (2014) É porque, mesmo esse [curso], abre um horizonte maior, quer dizer, eu agora tenho consciência, consciência pelo menos de necessidade de leitura, a necessidade de ler mais de conhecer mais e sem o curso talvez a gente ficasse naquela acomodação. Uma das funções da universidade talvez seja esta mesmo, desacomodar, inquietar as pessoas, mas também de ouvir, de respeitar as vozes desses sujeitos e fazer com que estas vozes sejam, também, respeitadas pelos outros.

Podemos perceber que, o que aproxima essas mulheres, Carolina de Jesus, Conceição Evaristo, Margarida Souza e Luzia Senna, são suas histórias de luta. As mulheres carregam esta marca de luta, mulheres que se esbarram em uma não possibilidade, mas, que estas dizem, mesmo assim, tenho que fazer e faz vibrar a potência que existe em cada uma. Senna, por exemplo, vai se alfabetizar escondida dos olhos de todos; e aprender a ler e a escrever sozinha é no mínimo um ato de ousadia para uma mulher que mais tarde encheria de palavras o silêncio ao qual foi conduzida. Assim, a nossa intenção foi fazer com que as escritoras de Alagoinhas tomassem maior conhecimento das escritoras Evaristo e Carolina de Jesus, mas, que, ao mesmo tempo, a partir das leituras dos textos delas, refletissem sobre as suas próprias histórias de vida, tomando a direção destas em suas mãos.

REFERÊNCIAS:

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? In: *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Trad. Vinicius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

ARFUCH, Leonor. Antibiografias? Novas experiências nos limites. In: MARTINS, Anderson Bastos; SOUZA, Eneida Maria; TOLENTINO, Eliana da Conceição (Org.) *O futuro do presente: arquivo, gênero e discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

BUENO, Belmira Oliveira. *O método auto-biográfico e os estudos com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade*. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 28, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n1/11653.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

DELORY-MOMBERGER, Christine. *Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto*. Tradução de Maria da Conceição Passegi, João Gomes da Silva Neto, Luis Passegi.- Natal, RN: EDUFRRN; São Paulo: Paulus, 2008.

DERRIDA, Jacques. Semiologia e gramatologia – Entrevista a Julia Kristeva. In. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p.23-43.

LACERDA, Lilian de. *Álbum de leitura: memórias de vida, histórias de leitoras*. São Paulo: UNESP, 2003. P. 38-86

LOURO, Guacira Lopes. Marcas do corpo, Marcas de poder. In: *Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teorias queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 75-90.

PERÉZ, Carmen Lúcia Vidal. Histórias de escola e narrativas de professores: a experiência do GEPEMC. Memória e cotidiano. In. SOUZA, Elizeu Clementino; 94 ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. *Autobiografias, histórias de vida e formação: pesquisa e ensino*. (Org.). Prefácio, Marie-Christine Josso. Porto Alegre: EDIPUCRS: EDUNEB, 2006. P.177-187.

RICHARD, Nelly. A escrita tem sexo? In: *Intervenções crítica: Arte, cultura, gênero e política*. Trad. Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: UFMG, 2002, P. 127-141.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, jul/dez de 1990.

SOUZA, Elizeu Clementino. Pesquisa narrativa e escrita (auto) biográfica: interfaces metodológicas e formativas. In. SOUZA, Elizeu Clementino; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. *Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si*. (Orgs.). JOSO, Marie-Christine, Prefácio. Porto Alegre: EDIPUCRS: EDUNEB, 2006. P. 135-147.

KLINGER, Diana. *Escrita de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

KLEBA, Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. *Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política*. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29498> Acesso em: 25 de jul de 2014.

AS MULHERES NO MUNDO DA ARBITRAGEM FUTEBOLÍSTICA: A CONSTRUÇÃO DOS CORPOS E A DOMINAÇÃO MASCULINA NO FUTEBOL

Ineildes Calheiro dos Santos¹

Orientadora: profa. Dra. Suely Messeder

INTRODUÇÃO

O estudo sobre as mulheres no mundo da arbitragem futebolística origina-se da minha vivência por uma década no esporte, bem como da minha trajetória acadêmica no campo da educação física. Se por um lado, como ex-atleta e árbitra de futebol atuante, pertencente ao quadro estadual e nacional, experienciei a divisão sexual no trabalho desportivo, os preconceitos de gênero, raça/cor e classe e relações de poder e subalternização que tais marcadores promovem nas mulheres. Por outro, lado no curso de educação física percebi a ausência do debate desses marcadores sociais, bem como tais marcadores são “naturalmente” naturalizados entre nós.

Este artigo tem como finalidade esboçar a pesquisa de mestrado. Aqui iremos analisar os critérios de seleção para a inserção de gênero na arbitragem em futebol no Brasil, teremos a oportunidade de indicar o quantitativo de homens e mulheres neste setor, verificaremos como essas mulheres ultrapassam as barreiras (biológicas) de sexo/gênero, tornando-se árbitras, em seguida, tentaremos interpretar a problemática da divisão sexual no trabalho desportivo.

JUSTIFICATIVA

Neste estudo, pretende-se discutir a diferença do desempenho físico e esportivo entre homens e mulheres no mundo do trabalho de arbitragem em futebol no Brasil, *cujo tema escolhido é* devido à constatação da presença maciça de homens arbitrando, muito embora já existam mulheres neste campo. Contudo, inquieta-nos as desigualdades quantitativas e nas oportunidades, já que tal modalidade se enquadra no mercado de trabalho e já se insere no setor formal². Frisamos que, nos últimos anos, vêm ocorrendo megaeventos futebolísticos no Brasil, como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, respectivamente em 2013 e 2014, onde se verifica a ausência de mulheres no exercício da função de arbitragem. Foi nesse sentido que demarcamos o **problema**, iniciando com duas questões: 1) Quais são os critérios de avaliação do perfil físico para alcançar as características e qualidades ideais para se tornar um juiz de futebol? 2) E como estas mulheres conseguiram borrar as

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: ildafrica@yahoo.com.br. Bolsista FAPESB

² Lei 12.867, sancionada em 10/10/2013 pela então presidenta da República.

fronteiras das relações de gênero/sexo e se tornaram árbitras no futebol? Com isso, será investigada a mulher no mundo da arbitragem, focando a divisão sexual, que envolve questões de violência simbólica, hegemonia masculina e poder. A utilização desse recorte pode elucidar várias questões relacionadas a gênero no esporte. Assim sendo, tendo como objeto as relações de gênero no futebol e visando ampliar esta discussão, sua relevância adentra ao contexto social e científico.

A eficácia deste estudo concerne aos estudos feministas e pós-estruturalistas, cujos debates atuais mostram a *“engenharia da construção dos corpos sexuais”*, com os efeitos da lógica binária, como na teoria queer, destacando a hierarquia, a dominação e exclusão, tendo sua base no que está fora das normas, regras e imposições sociais. Assim, observamos que as diferenças sexuais e sua biologização/naturalização têm contribuído para as desigualdades nas relações de gênero e no sexismo, sendo que os binarismos sexuais reforçam a hegemonia masculina, adentrando no mercado de trabalho. Nos resultados, esperamos descobrir os motivos que levam às disparidades quantitativas e nas oportunidades para a função de arbitragem em futebol e confirmar a hipótese de que as diferenças do desempenho/aptidão física/performance entre os sexos são processos da construção social vinculados às tecnologias de gênero. Portanto, pautar a inclusão de mulheres no esporte, a partir do confronto e na disputa de força com os homens, é insistir com a biologização ou com a exclusão de gênero, o que não passa de uma questão política e estratégica de hegemonia masculina. Desvendar essa parafernália, no contexto teórico-metodológico-prático, mostrando a *“intenção”* masculinista, faz parte do nosso propósito por duas questões: social e de militância feminista.

Desta maneira, por acreditarmos no poder da educação como transformadora de consciências, conceitos e paradigmas, pretende-se discutir ações que visem, no futuro, minimizar as diferenças físicas entre os sexos, a redução da divisão sexual do trabalho, que requer desempenho físico, refletindo, sobretudo, na formação de professores de educação física, envolvendo nas discussões o paradigma da naturalização sexual dos corpos. Com isso, pretendemos contribuir para as melhorias femininas na arbitragem, pensando em ações e diálogos cabíveis para o momento, visando o *“não prejuízo”* às mulheres, tendo como subsídios as leis dos direitos iguais entre os sexos e os acordos propostos na Convenção da ONU – Organização das Nações Unidas.

OBJETIVOS

Identificar os critérios de seleção e avaliação física para se tornar um juiz de futebol, bem como compreender como algumas mulheres ultrapassaram os limites sexuais e se inseriram nos critérios, identificando nas histórias de vida o papel da educação física, almejando discutir os resultados na educação interdisciplinar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Identificar os critérios de seleção para se tornar árbitro em futebol

Apresentar os critérios de avaliação física para a inserção na arbitragem e destacar, o considerado de maior obstáculo para a inserção das mulheres

Desvendar como as árbitras ultrapassaram os limites sexuais e se inseriram na arbitragem

Identificar o papel da educação física na história de vida das árbitras, discutindo os resultados da pesquisa na educação interdisciplinar.

MÉTODOS E TÉCNICAS

A pesquisa será qualitativa exploratória, reconstruindo a história de vida de 15 árbitras de futebol, atuantes ou ex-atuantes, aprovadas e reprovadas nas avaliações físicas, com entrevistas e questionários. Além disso, analisaremos os documentos de arbitragem, com a finalidade de constatar a vivência de mulheres neste setor, o quantitativo, seus enfrentamentos e para descrevermos, debatermos e nos posicionarmos, associando com os estudos feministas e pós-estruturalistas, focando a tecnologia de gênero.

Quanto à localização, a pesquisa será focada no território brasileiro, observando faixas-etárias, classe e raça/cor.

Instrumentos básicos - Utilizaremos entrevistas, questionários, imagens, mídia, internet, acompanhamento de jogos de futebol, escalas de árbitros e demais documentos de arbitragem (manuais, ofícios, circulares, estatuto do torcedor, a Lei Pelé, recortes de jornal e informações da internet).

REFERENCIAL TEÓRICO

O futebol brasileiro não somente é um jogo de chute na bola contra o outro, com o objetivo de ganhar. Também adentra ao mercado de trabalho e a função de arbitragem se insere no setor formal. No entanto, a problemática da divisão sexual no esporte, com suas disparidades, por vezes baseadas em binarismos paradigmáticos de sexo/gênero, força/fragilidade, dentre outras questões, limita e/ou exclui a participação da mulher no contexto do trabalho nesta modalidade desportiva. Tais fatores, que envolvem questões de tecnologia de gênero, violência simbólica, hegemonia masculina e poder, confrontadas com o fenômeno da natureza/cultura, são nossos focos discursivos.

Por esta razão, este recorte adentra aos estudos feministas e pós-estruturalistas, que nos darão subsídios para as compreensões e esclarecimentos a respeito da influência dos binarismos sexuais nessas relações, aqui evidenciadas como construção social, uma vez que, sob as diferenças sexuais no desempenho físico e paradigmas de força versus fragilidade inata, cremos nos seus efeitos em detrimento à mulher. Dentre as consequências, reforça-se, assim, as desigualdades sociais nas relações de gênero e se perpetua a supremacia masculina no mercado de trabalho desportivo.

Para a descrição desse estudo, nos reportamos a Giorgio Agamben (2013), com sua arquitetura nomeada de “Infância história”, nos remetendo à “experiência vivida” como laboratório, forma que vem ganhando impulso nos estudos atuais e que será a alavanca desta pesquisa. Desta forma, pensamos inter-relacionar os esquemas teóricos-críticos com os estudos de cunho biologizantes, ou seja, os estudos teóricos/discursivos, interpretativos e de experiência vivida, que nos permitem as mesmas interpretações conclusivas, cujas diferenças no desempenho físico/corporal são culturalmente construídas.

Conforme veremos, Simone de Beauvoir investiga, através de experiências, o gênero na perspectiva biológica, em várias fases do ciclo da vida, iniciando com a observação da relação entre os animais; Bourdieu usa uma teoria praxiológica para discutir as construções sociais das diferenças biológicas entre homens e mulheres; com o método científico/comparativo, Dartagnan Guedes e Joana Guedes (2002) discorrem sobre o desempenho físico e motor entre meninos e meninas, através da ciência laboratorial; enquanto Nieman (David, C. Nieman, 1999, 2011) varia no método, ao avaliar a fisiologia do exercício entre os sexos de diferentes formas. Portanto, a partir de distintos caminhos, esses estudiosos nos levam à reflexão sobre a falsa biologia/natureza fisiológica dos corpos sexualmente diferenciados.

Para um esclarecimento prévio dos estudos dos autores supracitados, trouxemos algumas citações: Beauvoir, afirma que: “[...] até os doze anos a menina é tão robusta quanto os irmãos e manifesta as mesmas capacidades intelectuais [...]” (1967, p. 09/10).

Guedes, em seus estudos biologizantes, diz:

As diferenças sexuais na massa muscular são mínimas durante a infância, com os meninos apresentando uma ligeira maior proporção de massa muscular em relação ao peso corporal. No entanto, durante e depois da adolescência, as diferenças sexuais se evidenciam de forma bastante acentuada (GUEDES, 2002, p. 39-40).

Nas palavras seguintes, Nieman mostra que, na fase adulta, as distinções sexuais são evidenciadas. Vejamos:

[...] mesmo em termos de atletas de elite, as mulheres, comparadas aos homens, possuem uma menor massa corporal magra, maior porcentagem de gordura corporal, menor força corporal, menor volume sistólico e maior frequência cardíaca, menor volume sanguíneo e conteúdo de hemoglobina, e menos VO_{2max} (NIEMAN, 1999, p.30).

Nesta última citação, significa dizer que “as mulheres” (interpretamos como adultas) possuem uma composição física e fisiológica inferior (o que resulta em menor desempenho físico desportivo), em relação ao sexo oposto, realizando a mesma função desportiva.

Tais discussões podem ser fomentadas com o processo do higienismo, para a formação de um corpo feminino, belo e saudável, versus o corpo masculino, forte, como podemos ver com Goellner (2001), e com a influência da eugenia, nas teorias evolucionistas, para pensar e compreender o paradigma da fragilidade versus força inata. Nesse sentido, veremos os estudos de Lilia M. Schwarcz (1993), nomeado de “O espetáculo das Raças” e Samuel Branco (2004), com a obra intitulada “Polêmica: a evolução das espécies”, os quais nos mostram a teoria evolucionista como estratégia política e histórica de uma ideologia hierárquica e racial.

Estas questões serão confrontadas com o fenômeno da tecnologia de gênero, proibições e oportunidades no esporte. Sobre a proibição da mulher nos esportes brasileiros, nos pautaremos no Decreto de lei 3199 (que vigorou até 1979), art. 54 (antigo CDN), cuja legislação desportiva era usada como dispositivo de exclusão. Estas análises podem nos permitir pensar conforme a citação seguinte, de Bourdieu (2014):

[...] As aparências biológicas e os efeitos, bem reais, que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes conjugam-se para inverter a relação entre as causas e os efeitos, e fazer ver uma construção social naturalizada (os “gêneros” como habitus sexuais) [...]. (BOURDIEU, 2014, p, 14).

Diante das nossas leituras e estudos até aqui observados para a pesquisa, as diferenças físicas não são visíveis na tenra idade, elas vão se desenvolvendo, possivelmente, na pré-adolescência, quando as meninas são veementemente direcionadas a um comportamento rigoroso, regulado pela feminilidade, nos hábitos de vida e na cultura, conforme veremos com as feministas da discussão do corpo e, em particular, com “o Corpo Educado” de Guacira Louro, onde confrontaremos, checando as

tabelas de resultados de testes de avaliações físicas entre os sexos, nas diversas idades, mostradas por estudiosos da biologia.

Tentando responder, como as mulheres conseguiram borrar as fronteiras das relações de sexo/gênero e se tornaram árbitras no futebol, outras abordagens serão levantadas com algumas teóricas feministas.

Utilizaremos os estudos de Judith Butler e Guacira Louro, a primeira, com a teoria queer, pesquisa normas de gênero, e Louro, defende “desconstruir o currículo”, inserindo “queer” na educação, disseminando a teoria citada no Brasil e focando a construção dos corpos vividos e socialmente construídos. Ambas têm como objeto de estudo o corpo: abjeto/perfomático e/ou educado/socialmente adestrado.

Teresa de Lauretis (1998), com o texto “A tecnologia do gênero”, versando sobre a imposição social nos comportamentos sexuais, faz uma crítica do conceito de gênero e defende outra base argumentativa, que seja fora do binarismo/patriarcado, onde pretendemos trazer nosso ponto de vista, justificando o projeto, referenciado no dimorfismo. Associamos com o “campo social”, ortodoxia/heterodoxia (dominantes e dominados) e o conceito de “habitus” desenvolvidos por Pierre Bourdieu (1989, 2014) - sistema de esquema de ação, a pensar em organizações sociais, que, para nós, resultam também na “tecnologia do brinquedo” e seus efeitos, corroborado com o estudo de Suely Messeder (2012), com o tema “Precisa isso?!”.

A Educação Física, se introduz, na produção do conhecimento sobre a corporeidade feminina e participação destas nos esportes. Desta forma, com a questão da divisão sexual no trabalho desportivo, procuramos discutir sobre a desnaturalização dos corpos e desconstrução de paradigmas sob conceitos que aprisiona as mulheres no seu corpo biológico. Nesse sentido, ao discorrer sobre “desconstrução”, Butler e Jacques Derrida contribuem com a ideologia da desestabilização de binarismos lingüísticos e conceituais, focando corpo e representação.

Berenice Bento (2006), em seu estudo intitulado “A reinvenção do corpo” – mostra, numa forma arqueológica e genealógica, informações contundentes nas reflexões sobre a origem da “naturalização” dos corpos, onde percebemos a *engenharia da construção dos corpos sexuais*, a partir de uma intencionalidade, cuja autora, baseada nas diferenças anatômicas e biológicas, citando Laqueur (2001), afirma “a inexistência de obras escritas antes do século 17 que tivesse essas diferenças como tema” (p. 113). Segundo a mesma, “Para os médicos da Renascença, havia um sexo único e pelo menos dois sexos sociais com direitos e obrigações distintos. O sexo biológico, que se usa como base e referência para a construção dos gêneros contemporaneamente, inexistia. [...]” (BENTO, 2006, p.119).

Os estudos culturais nos darão grande contribuição, refletindo com Clifford Geertz (1989), autor que tem a cultura como um conjunto de atos simbólicos, conforme interpretamos ser uma contínua reconstrução, confirmado com Adam Kuper (2002), no texto “Cultura: a visão dos antropólogos”, contexto que através de Stuart Hall (2003), buscaremos melhor compreensão.

Para nós, a discussão a respeito da naturalização dos corpos deve suplantar os encontros feministas e ser inserida no âmbito da educação. Por isso, destacamos autoras que focalizam corpo/sexo/gênero/cultura nos estudos concernentes à educação escolar. São elas:

Maria Augusta Gonçalves (corporeidade e educação/ educação espaço de luta pelas transformações sociais); Priscila Dornelles (pesquisadora das práticas sexualmente diferenciadas nas aulas de educação física); Silvana Vilodre Goellner (a produção cultural do corpo/reflexão sobre o corpo da mulher na educação e na educação física); Maria do Carmo Saraiva (o conceito de gênero no plano teórico/ a pluralidade de pensamento sobre representações sexuais) e Patrícia Lessa (Futebol feminino e as barreiras do sexismo nas escolas/ Mulheres à venda/ A tecnofabricação dos corpos sexuados nos testes de feminilidade na Olimpíada de 1968).

Nas últimas décadas, observamos, visíveis mudanças nos comportamentos e práticas de mulheres “[...] que não agem de acordo com as expectativas do dimorfismo, nos levam a pensar nas fissuras das normas de gênero [...]” (BENTO, 2006, p. 122). Destacamos como exemplo grupos de mulheres que respaldam essa ideia: praticantes e treinadoras de esportes masculinizados, fisicamente treinadas, árbitras de futebol, lutadoras, as hipertrofiadas e competidoras fisiculturistas, componentes de uma nova identidade que se re/desenha na sociedade, considerada categoria de mulheres fisicamente mais fortes.

CONCLUSÕES

A relação que fazemos nesse estudo, entre a divisão sexual no futebol e as diferenças físicas entre os sexos, está longe de denúncia e muito mais próxima de uma amigável relação de gênero para com os sujeitos vinculados nestes setores, que acreditam nas construções sexuais. São devido à necessidade de dar visibilidade a estas questões como sociais e políticas, agregando às discussões dois fatores ambíguos que dificultam melhorar a relação de gênero no esporte: primeiro, concernente ao equivocado critério da exigência de igualdade física entre os sexos na seleção de determinados setores de trabalho, quando se dizem compreender tais diferenças como construção social (assim interpretada com a exigência em questão); e, segundo, a utilização do paradigma da fragilidade física versus força inata entre os sexos para a justificativa da não inclusão de gênero pelos

não convencidos das discussões e comprovações feministas e pós-estruturalistas sob a questão da natureza/cultura (assim por nós interpretada).

Tanto um fator como o outro parecem ter como consequência a perpetuação da supremacia masculina nestes campos, a divisão sexual no esporte e, muitas das vezes, a exclusão, conjunto de fatores que tornam o prejuízo às mulheres e vai contra a convenção da ONU e dos direitos iguais entre os sexos.

Por outro lado, é importante compreender que as oportunidades e inclusões femininas que vem ocorrendo em práticas desportivas e em setores masculinizados têm possibilitado, na atualidade, a existência de mulheres com o desenvolvimento físico-corporal e aptidões físicas próximas do sexo oposto, que desempenham mesma atividade e, por vezes, superior aos homens que não treinam. Esta questão específica, no entanto, não faz parte da realidade da população feminina, parece uma nova identidade que se apresenta.

REFERENCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo II*. Experiência vivida. Trad. Sergio Milliet. São Paulo: difusão Européia do Livro, 1967.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2014.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: 1ª Ed. 2003.

GUEDES, D. P; GUEDES, Joana. E.R.P. *Crescimento, Composição Corporal e Desempenho Motor de crianças e adolescentes*. São Paulo: CLR Balieiro, 2002.

GUEERTZ, Clifford. *A interpretação das Culturas*. 1.ed. [Reimpr.]. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOURO, Guacira. *O corpo educado – pedagogias da sexualidade: tradução Tomaz Tadeu da Silva*. 2ª Ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira. *Teoria Queer – Uma Política Pós-identitária para a Educação: Estudos Feministas*, ano 9. , 2/2001. p. 541-553.

NIEMAN, D.C. *Exercício e Saúde: Como se prevenir de doenças usando o exercício como seu medicamento*. São Paulo: Manole, 1999.

DISCURSOS SOBRE FORMAÇÃO CONTINUADA: INFLUÊNCIAS NA CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DAS PROFESSORAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Iramaia da Silva Santos¹

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Martins Moreira

INTRODUÇÃO

O contato com o tema de pesquisa sobre formação de professores ocorreu durante o período de participação no NUFOP (Núcleo de Formação de Professores) da Universidade Estadual de Feira de Santana, da qual fui integrante como bolsista de iniciação científica do ano de 2007 até 2009. O Projeto de pesquisa que desenvolvemos nesse período intitulava-se: *A Compreensão de Formação de Professores Presente no Projeto de Certificação Ocupacional dos Profissionais da Educação no Estado da Bahia*, que surgiu do interesse de aproximar-se da atual conjuntura política de formação docente do Estado da Bahia, tomando como foco de estudo as ações direcionadas através do Projeto de Certificação Ocupacional de Profissionais da Educação. Essa investigação possibilitou maior conhecimento do impacto do referido projeto no âmbito da formação docente, ampliando o entendimento sobre os conhecimentos e habilidades inerentes ao cargo do professor, segundo a política educacional da Secretaria da Educação do Estado da Bahia.

Com o intuito de dar continuidade ao tema sobre formação de professores, fui selecionada pelo Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural da UNEB, na linha de pesquisa *Letramento, Identidade e Formação de professores*. Este programa, que é vinculado à área de Letras, me instigou a pensar os modos de construção da identidade docente a partir do discurso do professor de Língua Portuguesa sobre formação continuada. O campo da Crítica Cultural proporciona uma reinterpretação dos paradigmas que contornam a construção da identidade docente do professor de Língua Portuguesa a partir dos conceitos de identidade e subjetividade. O que estará posto em questão são os modos como os fatores sociais, culturais, subjetivos e simbólicos estão interpelando os modos de ser professor de Língua Portuguesa. Neste campo, toda forma de ação humana é digna de estudos e produz linhas de fuga. A cultura e seus processos são pensados cada vez mais como linguagem carregada de significados e elementos simbólicos na complexidade dos fenômenos contemporâneos. A Crítica Cultural se apresenta como campo do conhecimento que ressignifica

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Bolsista CAPES. E-mail: maias_@hotmail.com.

e transpõe a noção de cultura para uma abordagem transdisciplinar, que dá voz às margens, produzindo outras formas de subjetivações e, com isso, posicionando-se como local de resistência.

Este estudo tem por objetivo principal compreender de que forma os discursos sobre a formação continuada influenciam a construção identitária e subjetiva das professoras de Língua Portuguesa. Desse modo, visa-se propor uma análise acerca da construção de discursos sobre saberes, práticas pedagógicas e construção de sentidos atribuídos a esse/essa professor/professora e como isso implica na construção da identidade docente e nas representações que dela são geradas.

Dessa maneira, nesta investigação, levantaram-se as seguintes indagações: Em que medida os discursos em torno da formação docente constroem a identidade do Professor de Língua Portuguesa? Como se configura(m) essa(s) identidade(s)? Como se caracteriza a autoimagem desse professor a partir dos discursos autorizados da identidade de Professor/a de Português?

Neste estudo, serão trabalhadas as concepções de formação continuada de professores, subjetividade, discurso e identidade numa perspectiva conceitual interdisciplinar, pois entendo que a tarefa de analisar o contexto de formação do professor está além da diretriz educacional. Atribuímos os efeitos de sentidos dos discursos que constroem a identidade do professor numa perspectiva cultural, ou seja, numa dimensão sobre os modos como as inferências socioculturais, econômicas, políticas e subjetivas inferem sentidos à maneira pela qual é construído o conceito do que é ser professor de Língua Portuguesa.

FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA: PRÁTICAS DISCURSIVAS QUE ENGENDRAM O SUJEITO

O Estado da Bahia apresenta indicadores educacionais abaixo da média nacional. Em 1999, sua taxa de escolarização chegou a 95%, como indicam os dados de 2000, representados por 3.702.727 alunos matriculados nas séries iniciais do Ensino Fundamental, dos quais 1.283.303, da rede estadual, foram distribuídos em 27.173 escolas localizadas nos municípios baianos (BAHIA, 2000). Contudo, a maioria dos alunos vai deixando os estudos, antes de completar a educação básica, chegando a 16,4% o índice de abandono e 30,6%, o de reprovação.

As razões para tais índices são apontadas por Hashimoto (2003, p. 2), que afirma:

Ainda existem sérios problemas de natureza estrutural, de falta de formação acadêmica, e baixa qualificação dos professores e dirigentes, de práticas de ensino equivocadas, de falta de definição de papéis e responsabilidades, que juntos levam a um ambiente escolar desestruturado, desestimulante e pouco desafiador, gerando evasão escolar, repetência sistemática e não aprendizagem por parte do aluno. (HASHIMOTO, 2003, p. 2)

Diante desses dados, o Governo do Estado da Bahia tem investido na formação do professor, principalmente na formação continuada direcionada para atender à regularização do fluxo escolar, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, à certificação dos profissionais da educação, ao programa de formação de professores em parcerias com Universidades (federais e estaduais) e programas de qualificação e titulação docente, entre outros.

Dessa forma, aponto o programa de formação docente para profissionais em serviço, denominado de Gestão da Aprendizagem Escolar de Língua Portuguesa (GESTAR II de Língua Portuguesa) por ser um programa de formação continuada ao professor de LP da Educação Básica. Nas linhas e entrelinhas do seu discurso oficial, enquanto política pública educacional, o GESTAR II possibilita uma análise sobre a perspectiva implícita em seu objetivo, sobre o que seja um “bom” professor de LP. Assim, pretendo discutir sobre o discurso da formação continuada do programa GESTAR II e como isso implica na formação da identidade docente.

Segundo Sacramento (2011, p. 37), o programa de formação docente para profissionais em serviço, denominado de Gestão da Aprendizagem Escolar de Língua Portuguesa (GESTAR II de Língua Portuguesa) surge:

[...] no turbilhão de mudanças na legislação, resultado de um conjunto de ações articuladas, advindas do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), que visa promover a reorganização da instituição escolar. Inicialmente o GESTAR foi pensado para atender aos professores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, que estivessem atuando nos quatro anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas públicas que se localizassem nas denominadas Zonas de Atendimento Prioritário (ZAP), das regiões já mencionadas, que eram atendidas pelo Fundescola - Fundo de Fortalecimento das Escolas. Posteriormente, mais precisamente no ano de 2006, o GESTAR é expandido para oferecer também formação para os professores licenciados em Língua Portuguesa e Matemática que estivessem atuando no Ensino Fundamental II. O Programa passa, então, a ser chamado de GESTAR II.

Explanaremos brevemente sobre o GESTAR II, por estar direcionado ao professor de Língua Portuguesa. Trataremos de seus principais objetivos, aspectos e estrutura, a fim de conhecer os parâmetros políticos-educacionais impressos em suas diretrizes para, assim, refletirmos criticamente sobre os modos como essas diretrizes influenciam a maneira de ser do professor de LP.

Segundo Socorro (2009), o GESTAR II pretende possibilitar, a um professor de LP, desenvolver:

[...] processos de compreensão, interpretação e produção dos mais diferentes textos. Que insira os alunos do 3º e 4º anos na sociedade, como cidadãos conscientes, capazes não só de analisar várias situações de convivência social como também se expressar criticamente em relação a elas (BRASIL, 2006, p.29).

A especificidade do programa GESTAR II, de formação continuada em serviço, inova, segundo o *Guia Geral (nota de rodapé p.52)*, “pela busca de um caminho de mão dupla entre teoria e prática e pelo enfoque da linguagem como fenômeno cultural, no qual a língua é elemento constituinte, mas não único e isolado, na organização de nossas experiências” (BRASIL, 2006, p.29).

Desse modo, Socorro (2009, p.59), nos esclarece que:

[...] a discussão sobre a Língua Portuguesa se faz no texto (que não é pretexto) verbal ou não-verbal, interpretado com razoável profundidade, assegurando a imersão “em sistemas culturais, marcados, para todos os sujeitos, por negociações, intenções, conhecimentos e experiências distintas” (BRASIL, 2006, p. 29).

A abordagem teórica do GESTAR II para área de Língua Portuguesa, também concebida como “Proposta Pedagógica”, organiza-se “para o desenvolvimento do letramento do professor (e conseqüentemente do aluno), a partir da discussão e da análise das situações sociocomunicativas, tendo o texto como eixo central da resolução de problemas” (Guia Geral, 2008, p. 36).

A partir de tais demandas previstas para o professor de LP, definidas pelo GESTAR II, surgem as seguintes questões: Uma sólida formação docente implica um melhor desempenho profissional no contexto escolar? É possível construir na interlocução formador/formando um estudo significativo que oriente teoricamente a prática do professor? Programas de formação em serviço auxiliam a ressignificação do paradigma atual do ensino língua portuguesa?

Desta forma, o discurso proveniente de uma linha de ideal democrático, cujas premissas corroboram para a plena realização da atividade profissional, é gerado pela ideologia de mercado, em que a organização do trabalho torna-se prioridade para a produtividade. Segundo Foucault (1996), o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional) é gerador de poder.

Nesse sentido, a formação continuada do professor, especificamente a tratada pelo GESTAR II, repercute vários emblemas em torno da profissionalidade exercida pelos sujeitos sociais em suas funções e cargos desempenhados. E, com isso, propagam-se representatividades, bem como múltiplos sentidos e significados atribuídos ao papel de uma profissão e, principalmente, à importância do papel social desenvolvido pelo sujeito trabalhador.

O professor é permeado por um conjunto de expectativas que envolvem tanto uma problemática do seu trabalho como, por exemplo, a solução dos altos níveis do analfabetismo do país, como a perspectiva da equidade e inclusão social. O trabalho do professor converge para

paradigmas sociais que influem diretamente na forma como é construída sua identidade profissional pela sociedade e, naturalmente, por ele mesmo.

A amostra discursiva coletada a partir de questionários aplicadas às professoras de LP da escola Castro Alves na cidade de Alagoinhas apontam que, das 7 (sete) professoras, 5 (cinco) participaram do GESTAR II. A seguir, lançaremos trechos dos questionários em que as professoras discorrem sobre sua participação no programa e de que forma influenciaram em suas práticas profissionais bem como destacaremos os modos como a formação.

1-Ana²: A maneira de aplicar algumas atividades em sala melhorou depois do GESTAR.

2-Maria: O GESTAR foi um curso que me trouxe muitos aprendizados, onde pude enriquecer minhas aulas. Minha visão antes do curso era a de aulas monótonas, após o curso, as aulas passaram a ser mais motivadoras. A disciplina de Língua Portuguesa, pelos alunados, é vista como uma disciplina que irá levá-los ao conhecimento melhor das palavras, é a base inicial dos seus estudos.

3-Elisa: Esse curso foi muito importante para minha qualificação profissional, pois me levou a refletir sobre a minha prática, percebendo assim os pontos positivos e negativos no meu fazer pedagógico.

As falas das professoras de Língua Portuguesa, Ana, Maria e Elisa demonstram uma consciência profissional no que diz respeito as suas ações práticas, do fazer pedagógico diário exercido em sala de aula. A visão discursiva em torno do programa GESTAR aponta para a perspectiva de que a identidade docente das professoras de LP é construída a partir de diversas ressignificações, fontes e saberes construídos em sua prática. E o que entendemos por visão discursiva? A linguagem enquanto discurso “é interação, e um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso lugar privilegiado de manifestação da ideologia” (BRANDÃO, 2002, p.12). Assim, a linguagem como elemento de mediação e inserção do homem e sua realidade, torna-se lugar de conflito e de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. O conceito de discurso em Foucault (1996) é determinado por elementos, que são: objetos que aparecem, coexistem e se transformam num “espaço comum” discursivo; os diferentes tipos de enunciação que podem permear o discurso; os conceitos em suas formas de aparecimento e transformação em um campo discursivo e os sistemas de relação entre diversas estratégias capazes de dar conta de uma formação discursiva. Desse modo, Foucault (1996) define o discurso enquanto conjunto de enunciados que

² Os nomes das professoras utilizados nesse texto são fictícios.

têm seus princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva, e que sua análise consiste na descrição dos enunciados que a compõem.

Assim sendo, ao falarmos de discurso e visão discursiva das professoras de LP, estamos nos referindo a esse conjunto de enunciados que têm suas regularidades e diferenças, mas que têm um espaço comum discursivo.

O programa GESTAR II é uma fonte na qual as professoras adquirem novos saberes e os ressignificam em sua prática em sala de aula. A participação no programa mobiliza as professoras a aderirem um corpo de conhecimentos da área que ensinam. Entendemos, assim, que os saberes profissionais das professoras constituem uma parte de sua identidade profissional. O conceito de identidade, aqui definido, encontra-se vinculado à concepção teórica de Stuart Hall (2003), a chama a atenção para o caráter cultural do processo de constituição de identidades. Para Hall, o que contribui para a formação das nossas identidades não é somente o que pensamos e dizemos, o que somos, mas os diversos discursos sobre nós que, além de nos representar, nos intimam a ser da forma como dizem que somos. Nessa perspectiva, acreditamos que a construção identitária das professoras de LP são resultado das sedimentações dos diferentes posicionamentos que adotamos e procuramos vivenciar como se viessem de dentro, mas que são, na verdade, ocasionados por uma mistura de circunstâncias, sentimentos, histórias.

A inferência discursiva das professoras sobre os impactos do programa GESTAR II em sua formação profissional demonstra os modos como um discurso institucional constrói o que seria a função social do professor de LP, e como esse discurso é enveredado pelas professoras. De acordo com as Disposições Gerais do GESTAR II, sobre os objetivos específicos da disciplina Língua Portuguesa, está expresso:

Possibilitar aos professores de Língua Portuguesa do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental um trabalho que propicie aos alunos o desenvolvimento de habilidades de compreensão, interpretação e produção dos mais diferentes textos. Este processo de escolarização visa à inserção dos alunos na sociedade. Como cidadãos conscientes capazes não só de analisar as várias situações de convivência social como também de expressar criticamente em relação a elas. (p. 112). c

Como vimos na sessão anterior, ser professor de LP está imbricado por uma série de fatores socioculturais, econômicos e políticos que interferem diretamente na maneira como se constrói o perfil identitário deste profissional; assim como se constituíram os componentes e correntes teóricas que consolidaram essa disciplina. O discurso institucional do Programa segue uma linha de ideário democrático e de emancipação dos sujeitos sociais que, ao dominarem a língua padrão, estarão

inseridos na sociedade, exercendo seus papéis sociais de forma crítica. Essa postura discursiva é vista na fala das professoras nas seguintes passagens:

4. Maria – O GESTAR foi um curso que me trouxe muitos aprendizados, onde pude enriquecer minhas aulas. Minha visão antes do curso era a de aulas monótonas, após o curso as aulas passaram a ser mais motivadoras. A disciplina de Língua Portuguesa pelos alunados é vista como uma disciplina que irá levá-los ao conhecimento melhor das palavras, é a base inicial dos seus estudos.

Nesta fala também observamos a construção do sentido de ser professor de LP através do entrecruzamento de diversos fatores. Dentre estes fatores, encontra-se o vínculo ideológico da voz do profissional atrelado ao discurso institucional: *“Minha visão antes do curso era a de aulas monótonas, após o curso, as aulas passaram a ser mais motivadoras”*. Compreende-se que há uma constante reavaliação da postura pedagógica das professoras. Há o entendimento de que não há dispositivos fixos onde encontraremos uma constância de postura didático-pedagógica do professor de LP. A participação nos cursos de formação continuada permite que elas façam uma reflexão constante de sua atividade profissional:

5. Elisa – Esse curso foi muito importante para minha qualificação profissional, pois me levou a refletir sobre a minha prática, percebendo, assim, os pontos positivos e negativos no meu fazer pedagógico.

A construção de uma política de sentidos é um processo pelo qual se expressa aquilo que é aceito e desenvolvido a partir das representações que vão se articulando em torno dessa política, formando *“uma vontade construtiva em que são necessários sinais de reconhecimento e acordos feitos acerca das condições de possibilidade, para que seja aberto um espaço onde se desenvolva essa política.”* (CERTAU, 1995, p.34). Para Certau (1995, p.214), uma política e sua implantação é assumida a partir de *“acordos feitos acerca das condições de possibilidades”*. A implantação de uma política institucional acerca dos parâmetros de constituição do que seja o exercício de um bom profissional do professor de LP perpassa por esses *“acordos”* entre a política enunciativa e sua implantação (GESTAR II) e as condições de possibilidades que delas se desdobram através das professoras, que reconfiguram e ressignificam essa política: *“a aceitação ou recusa das condições de possibilidade, interdita ou permite: torna possível ou impossível”* (CERTEAU, 1995, p. 214).

As professoras de LP abraçam e tornam possível a política institucional do programa de formação continuada; além de acolherem seu discurso de acordo com suas condições de possibilidade. Como sabemos, as condições de possibilidade de professoras de LP, de ensino público, que atuam na Educação Básica, são sempre muito adversas e complexas, envolvendo diversos fatores: precárias condições de trabalho, carga horária pesada, baixa remuneração salarial entre outras. Todavia, as professoras adotam a política institucional do programa como um modo de intermediação, à medida que produzem reflexões críticas sobre sua prática diária, seu fazer

pedagógico, sua atuação profissional. Entretanto, não observamos uma crítica aos modos como lhes são demandados esses cursos de formação, se o planejamento e replanejamento desses cursos de formação continuada são pensados para responder questões relacionadas ao fazer pedagógico do professor de LP, dentre eles: letramento, práticas de leitura e escrita.

Importante salientar que essas professoras de LP possuem muito tempo de atuação profissional em sala de aula. Por exemplo, a professora Ana possui 8 anos de serviços prestados, Maria possui 12 anos e Elisa, 7 anos. São professoras que já se encontram vinculadas e pertencentes a um grupo coletivo: professoras de LP do ensino fundamental. Este pertencimento é uma ação de um movimento histórico e contínuo de funções e posturas sociais da categoria profissional docente, de demandas educativas, de mudanças sociais e dos avanços tecnológicos e científicos. Contudo, entendemos que esse pertencimento, além de uma ação de um movimento histórico e contínuo, atrelados a fatores amplos, é também um movimento que incide nas formas como essas professoras atribuem sentido à sua profissão e, assim, constituem sua identidade de forma não passiva e inerte, mas dinâmica e heterogênea.

De Grande (2008), contribui com esta perspectiva quando nos esclarece que:

Os professores em formação continuada são profissionais já formados, ou seja, já tiveram uma preparação inicial para atuarem como professores. Esses sujeitos são autorizados para exercer a profissão, já têm uma identidade profissional reconhecida oficialmente, mas, ao mesmo tempo, em termos de sua atuação, estão como todos nós ao agirmos no mundo, sempre construindo identidades, a depender do momento, interlocutores, objetivos, etc; ao ratificarem diferentes vozes se apropriam ou não destas, se filiando a discursos que possibilitam a construção de identidades heterogêneas.

A experiência profissional, pelos muitos anos de sala de aula, constrói um sentido de pertencimento de uma categoria profissional na qual a construção identitária acontece mediante este entendimento do professor de “fazer parte de”. Ou seja, ser professor é compreender-se num pertencimento, num “fazer parte de” um determinado grupo social e profissional e no domínio de saberes relacionados à sua prática. Porém, não há dúvidas da heterogeneidade dos professores de LP, dos modos distintos e singulares de construção de seus perfis profissionais e como se percebem professores.

A pesquisa realizada por Paula De Grande (2008) analisa os dados selecionados, gerados em pesquisa qualitativo-interpretativista de natureza etnográfica, a um curso de formação continuada, oferecido pela Secretaria de Educação de São Paulo. O curso tem quatro turmas de 30 professores destinadas a profissionais atuantes nos anos iniciais do ensino fundamental. O objetivo do seu estudo é de discutir como identidades profissionais de professores são construídas na interação em um curso de formação continuada na área dos estudos da linguagem destinado a

professores alfabetizadores, como também refletir sobre as implicações desse processo para esse tipo de formação.

A autora parte da seguinte hipótese: o processo de formação profissional é identitário. E por que tem que ser assim? Porque as identidades são reconstituídas nas práticas discursivas. Portanto, a autora fundamenta sua hipótese de trabalho na concepção de identidade dos Estudos Culturais em Stuart Hall. Para a autora, a formação profissional e a aprendizagem envolvida nesse processo são identitários, pois possibilitam o contato e a apropriação de diferentes vozes sociais (professores e formadores). A construção identitária não é independente das relações de poder tecidas em determinados contextos. Por isso, De Grande (2008) entende a identidade como relacional e situacional, pois, num dado momento, uma identidade é afirmada ou reprimida a partir dos discursos disponíveis em dado contexto.

Relacionando as contribuições da pesquisa de De Grande (2008) com as amostras discursivas das professoras de LP deste estudo, visualizo um ponto de convergência, são eles: as práticas discursivas das professoras de LP reconstituem sua identidade profissional à medida que seus discursos são confluentes aos objetivos da política institucional do GESTAR II. Esse processo simbólico e ideológico de dispersão de uma finalidade trata-se de acordos intermediados pelos modos como as professoras assumem essa vontade construtiva a elas demandadas, ou seja, há uma aceitação, afirmação e participação das professoras de LP ao programa. Como visto na fala da professora:

6. Ana – A maneira de aplicar algumas atividades em sala melhorou depois do GESTAR”.

Dessa forma, a construção da identidade das professoras de LP é um processo de expressividade daquilo que é aceito e afirmado (GESTAR II) e, assim, desenvolvem representações que as identificam enquanto pertencentes a uma categoria profissional (professoras de LP). Essas representações são exercidas em suas falas, construindo assim a identidade de professoras de LP que operam seus conhecimentos, o saber-fazer, sua prática pedagógica, perpassados pelo discurso institucional do GESTAR II, conforme expressados nas amostras discursivas abaixo:

7. Lia – Esse curso me ajudou principalmente a trabalhar a oralidade dos meus alunos.

8. Marta – Quando o professor se atualiza, ele adquire novos conhecimentos, novos avanços e novas concepções didáticas.

A partir de então, consideramos que as vozes discursivas das professoras de LP constroem e reconstróem sua identidade profissional, perpassada por uma política institucional que lhes são demandadas ao longo de sua carreira profissional. Dessa forma, a identidade dessas professoras é também construída através do discurso que institui políticas e diretrizes de formação docente. Esse

processo não é construído através de uma imposição, mas sim, através de acordos estabelecido por uma consciência coletiva, com a qual as professoras de LP interagem e se identificam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos realizados, procurei demonstrar uma posição crítica diante dos modos como estão sendo construídos os processos subjetivos que criam a ideia do que é ser um professor de LP. Situamos as características do contexto sociocultural no qual vivemos para refletirmos os impactos que o sistema capitalista delibera em nossas vidas e, mais especificamente, na construção de representações do papel social do professor.

O professor constitui-se sujeito de práticas sócio-históricas na medida em que vincula sentidos e formações discursivas sobre a sua função social. Esses desdobramentos exercem um papel fundamental na construção da identidade profissional do professor, pois estão revestidos de sentidos e significados ideológicos que compõem o discurso do exercício profissional bem sucedido.

O discurso que permeia os sentidos atribuídos à atividade profissional do professor é a de que suas funções devem ser dirigidas com competências e qualificações condescendentes com a política institucional dos programas de formação continuada, cujas ações voltam-se ao progresso da sociedade do conhecimento. Esse discurso delibera valores diretamente introduzidos na formação da identidade do sujeito professor.

O objetivo, neste estudo, foi apresentar como são construídas as identidades das professoras de LP a partir do principal programa de formação continuada atual na área de Língua Portuguesa, o GESTAR.

Chamamos a atenção para a importância do discurso como prática que modela o que entendemos como sendo a “realidade”. A maneira como a formação continuada das professoras de LP tem sido pensada e vivenciada “interpela as próprias professoras numa dinâmica em que resistir ou acolher significa participar do jogo constitutivo das identidades” (COSTA, 2006, p.88).

REFERÊNCIAS

BAHIA. *Novo Programa de Formação Inicial do Estado*. Disponível em: <http://www.iat.educacao.ba.gov.br/node/309>. Acesso em: 12/06/2014.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 8ª ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2002.

CERTEAU, M. de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense, 1982. *A cultura do plural*. Campinas: Papirus, 1995. (Coleção Travessia do Século).

COSTA, M. *O magistério na política cultural*. / Organização de Marisa Vorraber Costa. Canoas: Ed. ULBRA, 2006.

DE GRANDE, P.B. A construção de identidades profissionais na formação continuada de professor. In: da Hora D. (Org). *Encontro Nacional de Letramento: Letramento e Pauta*. João Pessoa: Ideia, 2008.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.

HASHIMOTO, Rosa. *Certificação Ocupacional: garantia de educação continuada e ascensão salarial*. Anais do VIII Congresso Internacional del CLAD la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Panamá, (p. 28-31), Oct. 2003.

Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – GESTAR II. Guia Geral. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

SACRAMENTO, Ivana. *Percursos de letramento de professoras: movimentos entre o lar, a formação e o ensino*. Dissertação de Mestrado. (Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural. 2011).

SOCORRO, Adriana. *Os gêneros do discurso e a formação docente GESTAR II: um olhar enunciativo-discursivo (im)possível*. Dissertação de mestrado. (Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem, 2009).

A CONSTRUÇÃO DAS MASCULINIDADES NA OBRA AMADIANA TERRAS DO SEM FIM E CACAU

Irênio Santos Nascimento Júnior¹

Orientadora: Profa. Dra. Suely Messeder

JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O corpo é o lugar onde se inscrevem disputas de poder. Ele atua na reprodução de signos na sua iterabilidade e citacionalidade², termos derridianos, agenciados por uma minoria que sentencia o fazer do indivíduo, seu devir, sua finalidade, especialmente no Ocidente onde os signos que representam a nossa estrutura linguística são construídos por pares que se opõe entre si. É fundamentado nesse binarismo que conceitos normativos são alicerçados e solidificados por doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas. A exemplo, temos a genitália biológica que é apenas uma das referências pelo qual o poder político é agenciado e certificado. A simples observação dos órgãos externos parece nos trazer certo “determinismo” presente no comportamento sociocultural de homens e mulheres. Um fim preestabelecido para cada um. Numa sociedade que pactua e legitima a dominação masculina, nascer sob o signo do masculino ratifica o seu aspecto dominador sobre o outro. Essa relação de dominação se apresenta em microníveis da vida social humana e está tão arraigada que é possível encontrarmos sujeitos subjugados entendendo que há um caráter natural e quase divino na sua submissão dando ainda mais relevância a atitude de predomínio feita pelo dominador.

A princípio, iremos observar a representatividade desta tirania nos corpos de alguns personagens da obra de Jorge Amado sendo possível demonstrar a dominação de gênero perpetuada por instituições, Igreja, Estado, Escola, Família. É esse poder disciplinar que produz ferramentas que irão normatizar condutas tornando-as pertencentes a um determinado grupo de indivíduos, impondo exercícios, preceituando manobras com o intuito de se fazer onipresente em todos os setores sociais.

Butler aposta nos dois conceitos derridianos para expor gênero performativo como atos repetidos, que são, por isso mesmo, alterações sem origem, citações ou paródias, como ela mesma usa em *Problemas de gênero*. (Revista Cult, nov 2013. p. 35-37.) Em seguida, ao pontuarmos a dominação de gênero, o próximo passo será a reflexão acerca de como se apresentam as masculinidades no nosso objeto de estudo, sujeitos subjetivados nas obras. A masculinidade é

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural.

² Derivada do sânscrito *itara*, “outro”, a iterabilidade é a propriedade do signo de ser sempre outro na sua mesmidade, a repetição na alteração; a citacionalidade é a propriedade do signo de ser retirado de seu contexto “original” e deslocado para outro, produzindo, por isso mesmo, significado. Derrida argumenta que tais propriedades não são eventuais ou acidentais, mas constitutivas dos signos, portanto, dos atos de fala, e, delas, os atos retiram sua força.

simultaneamente uma posição nas relações de gênero, as práticas pelas quais homens e mulheres se colocam nesta posição e os efeitos destas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura (CONNEL, 1995).

Procuraremos atestar com a pesquisa que não existe um padrão fixo de masculinidade a todo instante. Como as culturas variam entre si, os padrões de masculinidade acompanham também essa mudança. É possível deduzir que há diferentes construções da masculinidade em diversos cenários da classe social, diferentes etnias e regiões.

Desta forma, não há “o corpo”, mas corpos no plural e na diversidade, cada um deles com uma trajetória no transcurso do tempo. Através das práticas corporais-reflexivas, eles são tratados pelo processo social e desenhados na história, transformando-se em símbolos, signos e posições no discurso, sem cessar de serem corpos, pois a sua materialidade não está apagada, ela continua importando. As práticas corporal-reflexivas formam e é cultivada por estruturas que têm um peso e uma solidez histórica, constituindo um mundo titular de uma dimensão corporal, biologicamente condicionada, já que os corpos não são meios neutros de prática social. Sua materialidade importa: eles farão certas coisas e outras não. Desempenham papel substantivo no agenciamento social, gerando e talhando trajetórias da conduta no trabalho, no sexo e no esporte (Connel, 1995).

O corpo é vulnerável à linguagem, no sentido de que a linguagem, sendo performativa, atua, produz e fabrica esse corpo (Pinto, 2013). Assim, o corpo é produto e resultado, alimentado e intimidado pela linguagem. O corpo, efeito do ato de fala e do seu ritual, encontra um lugar epistemológico (através do ato de fala, o corpo torna-se inteligível), um lugar ontológico (o corpo torna-se regulável) e um lugar político (o corpo torna-se passível de legitimação e normatização). Os atos de fala limitam os contornos dos corpos, suas articulações possíveis, suas ações possíveis. A imposição arbitrária num ritual iterável tem como efeito a fixidez e a inevitabilidade. (Pinto, 2013). Assim, o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. (BUTLER, 2008).

E para integrar a nossa pesquisa, compreenderemos como os atos performativos masculinizados marginalizados e subalternizados repetem e expressam as pautas enredadas por gênero/sexo, classe e raça/etnia. Os agentes sociais, no curso de seus atos, atuam conforme estas normas ou pautas que nós, investigadores, também agentes sociais, buscamos apreender para compor o discurso científico (MESSEDER, 2009).

É justamente baseado nesses estudos que pretendendo vislumbrar a construção do sujeito além da dicotomia masculino e feminino, adentrando a órbita da teoria da masculinidade, na

tentativa de interpretar as vozes dos sujeitos discursivos. É nesta perspectiva que este anteprojeto se fundamenta empenhando-se em estar de acordo com a linha de pesquisa Margens da Literatura, do Curso de Mestrado em Crítica Cultural.

A importância desta pesquisa para o Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural diz respeito à procura de sinais subjetivos de opressão, patriarcalismo, subjugação e violência presentes e atuantes em alguns personagens da obra amadiana que traça um perfil fidedigno de sujeitos de comportamentos perversos, cruéis e vis.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand. Brasil, 2003
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1989.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CONNELL, R. W. *Gender and Power: Society, the Person and Sexual Politics*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- CONNELL, R. W. *Masculinities: Knowledge, power and social change*. Berkeley/Los Angeles: University of Califórnia Press, 1995.
- MESSEDER, S. Navegando em busca do giro na heterossexualidade compulsória: a construção teórico-metodológica dos atos performativos masculinizados. In: Cosme Batista dos Santos; Paulo César Garcia; Roberto Seidel. (Org.). *Crítica cultural e educação básica: diagnósticos, proposições e novos agenciamentos*. 01 ed. São Paulo: Edunesp, 2011, v. V.1, p. 313-325.
- PINTO, Joana Plaza. Performatividade. *Revista Cult*, nov 2013. p. 35-37. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2013/11/o-percurso-da-performatividade/>. Acessado em: 18 de julho de 2014.

PÁGINAS DO SERTÃO: LEITURA E IMAGINAÇÃO NO UNIVERSO DE SERTANEJAS

Ivânia Nunes Machado Rocha (Pós-Crítica/UNEB)¹

Orientadora: Profa. Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira

INTRODUÇÃO

O meu interesse em pesquisar mulheres sertanejas, donas-de-casa de Irecê e que sejam leitoras, não aconteceu por acaso: a minha identificação com a temática vai além do fato de ser mulher, sertaneja, dona-de-casa ireceense e leitora. A minha relação com a leitura surgiu quando ainda era uma garotinha magricela e perebenta.²

Fui praticamente autodidata nos rudimentos da leitura e escrita e, após começar a ler, não parei mais: li tudo o que passou pelas minhas mãos – desde livros de história antiga, bulas de remédio, *bang bang*; enfim, literaturas de todos os tipos - e sempre fui fascinada pelo universo das letras, dos livros e das leituras. A leitura é a seiva que me alimenta, literalmente, porque ela me proporcionou casa e comida, já que sou professora de língua portuguesa.

Há uma teoria corrente sobre o nível de leitura do brasileiro: acredita-se que os tupiniquins leem pouco e mal. Dados do PISA apontam, outrossim, para os baixos índices em relação ao tópico leitura dos alunos da educação básica, conforme dados do MEC (Brasil, 2013):

NOTAS DO BRASIL EM LEITURA – PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)				
Ano	2000	2003	2006	2009
Nota	396	403	396	412

É possível perceber que as notas são cíclicas, girando em torno de 400; porém, em 2009, há um aumento de 16 pontos em relação à nota anterior e de 09 pontos em relação à nota mais alta das últimas avaliações. Ora, percebe-se um crescimento do mercado de livros: algumas livrarias passaram a aderir ao novo conceito do comércio bibliográfico, as *mega stores*, que são grandes lojas nas quais é possível encontrar inúmeros volumes de diversos títulos, nacionais e estrangeiros, além de outros itens de papelaria, informática e entretenimento. Tais estabelecimentos se encontram

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: ivanianunes@hotmail.com

² Quando era ainda uma menininha, costumava ter muitas feridas no corpo: tanto as que surgiam espontaneamente; quanto outras tantas provocadas pelos arranhões e acidentes de percurso de uma garota levada do interior. Perebenta = cheia de feridas, de machucados.

sempre cheios. Portanto, isso pode ser considerado como um sinal de mudança de hábitos de leitura das pessoas no Brasil.

Além das grandes livrarias, há também um imenso crescimento do comércio eletrônico, que facilitou bastante a aquisição de livros novos ou usados, para os consumidores que têm acesso à informática e à internet; esse é outro sinal de mudança.

O terceiro e grande sinal que aponta para os novos hábitos dos leitores é a *internet*, que proporciona uma variedade inestimável de textos, em muitos gêneros e formatos: alguns são disponibilizados para leitura *on line*: outros podem ser baixados gratuitamente para serem lidos no modo *of line*, ou seja, o leitor não necessita estar conectado a uma rede para poder realizar a sua leitura. Nesse tocante, é importante mencionar o site www.dominiopublico.org.br, que disponibiliza inúmeras obras que já são de domínio público, como o próprio título sugere, para que o público geral possa realizar suas leituras.

Diante de tantos avanços tecnológicos e da modernização do comércio de livros, sem mencionar a facilidade de compra e pagamento, é perfeitamente válido questionar se a circulação do conhecimento por meio da cultura letrada avançou também em cidades do interior, incluindo-se as zonas urbanas e rurais.

É de conhecimento público a existência da difusão da cultura oral em locais mais afastados dos centros urbanos, por conta da ausência de uma cultura letrada abrangente e democrática. Ademais, desde o final dos anos 1990, quando houve a universalização do acesso à energia elétrica, através do programa de eletrificação rural, denominado Luz no Campo, começado no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, houve também o aumento da presença de aparelhos de TV, que passaram a ocupar lugar de destaque nos lares sertanejos, substituindo, assim, o antigo rádio a pilhas. Essa universalização dos televisores pode ter influenciado na troca dos textos escritos pelas leituras audiovisuais, aparentemente muito mais sedutoras.

Prega-se a inclusão digital, mas basta que se solicite um trabalho para ser realizado no computador, através do uso da *internet*, em uma sala de aula de escola pública, para se ter uma ideia de que o que vigora mesmo é a exclusão digital entre as camadas mais pobres da sociedade, que geralmente são as que moram nos locais mais ermos ou de difícil acesso. Assim, é possível supor que nas periferias urbanas e na zona rural ainda há muita gente sem acesso à internet ou até mesmo a computadores, o que poderia inviabilizar as leituras por meios eletrônicos.

Desse modo, levando em consideração a posição geográfica da microrregião de Irecê e a situação socioeconômica de seus moradores, é interessante questionar como as pessoas, mais

especificamente as mulheres donas-de-casa que vivem no sertão de Irecê, que dista 480 km da capital baiana, fazem para realizar leituras de material gráfico diverso.

Leia-se sertaneja (de Irecê) – a mulher que vive e convive com o semiárido, participando, direta ou indiretamente das alegrias e dificuldades de habitar essa região inóspita, enfrentando secas prolongadas, falta de água, encolhimento da economia, sendo esta sustentada basicamente pela agricultura; mas não necessariamente a mulher agricultora, ou moradora da zona rural. Dentre o conjunto das sertanejas ireceenses, pensamos naquelas mais comuns: donas-de-casa, trabalhadoras informais e que não tiveram acesso ao nível superior, uma vez que seria custoso dar conta das sertanejas na sua totalidade.

É uma temática importante, visto que vem sendo negligenciada, por conta da visão machista ainda dominante na sociedade vigente. As pessoas buscam em suas pesquisas os leitores mais óbvios: como os alunos desta ou daquela instituição; profissionais da educação; trabalhadores de determinadas áreas; universitários ou adolescentes, por exemplo.

Saber o que as donas-de-casa de Irecê estão lendo, se têm tempo para isso e, em caso afirmativo, como administram esse tempo; e que influências as suas leituras trazem para suas vidas é promover um encontro com pensamentos ainda incógnitos, visto que são desconhecidos do grande público, principalmente se tratando das mulheres do sertão, que estão ainda mais invisíveis que a maioria do público feminino.

Com certeza, outros já estão pensando nessa parcela de leitores, pois existem inúmeras publicações que são destinadas ao público feminino, como revistas, livros de culinária, manuais para mães e donas-de-casa e, também, uma literatura toda especial, conhecida no meio acadêmico como “literatura cor-de-rosa”. Mas o nosso interesse vai, além disso: o que se quer saber abrange tudo o que a sertaneja lê; como se processa essas leituras; e como ela interage com o mundo a partir do que foi lido. Será que as mulheres gostam do tipo de literatura que é direcionado a elas? O que elas pensam disso? Essas e outras questões poderão ser respondidas através de uma investigação séria, que possa contemplar a dona-de-casa sertaneja, através de suas leituras.

É importante perguntar, a partir do exposto anteriormente, se donas-de-casa sertanejas leem; em caso afirmativo, quanto, o que e como se realizam essas leituras e o que as motiva a ler.

Partindo do pressuposto de que a mulher do semiárido, sendo uma trabalhadora incansável, dentro e fora de casa, assim como a maioria das mulheres desse país, ela ainda encontra tempo para o exercício da cultura letrada? Qual o papel da leitura em suas vidas?

Apesar do discurso da promoção da igualdade entre os gêneros, ainda falta muito para que mulheres e homens gozem de direitos iguais: sabe-se, por exemplo, que mulheres ainda recebem um salário inferior ao de homens em funções semelhantes e que também costumam ocupar cargos considerados “femininos” ou “fáceis”, como os serviços domésticos e educacionais. Portanto, inúmeras mulheres ainda vivem à margem da sociedade, sem acesso aos bens materiais e culturais necessários a seu bem estar e ao seu desenvolvimento pleno como pessoa e cidadã. Dessa forma, é salutar que se questione se essas mulheres dispõem de tempo e/ou dinheiro para desfrutar de momentos de leitura e se essas leituras são para fruição ou somente por necessidade.

Seria interessante conhecer e estimar em termos qualitativos e quantitativos o envolvimento da mulher sertaneja de Irecê/BA com a leitura, bem como observar o seu nível de letramento e as relações que estabelecem entre a leitura do mundo e a leitura da escrita, levando-se em consideração a importância do ato de ler e os seus desdobramentos na sociedade.

A leitura é capaz de abrir portas e ampliar os horizontes dos leitores, estimulando a imaginação, a criatividade e favorecendo o exercício da liberdade de pensamento. Existem inúmeras formas de ler e infinitas possibilidades de leitura que se materializam em nosso cotidiano através dos diversos gêneros textuais.

Muitas pessoas procuram adquirir novos conhecimentos, manter-se informadas sobre os fatos do dia-a-dia e ampliar o vocabulário através de suas leituras. Para além de um sentido meramente pragmático, a leitura também pode ser realizada por prazer, para a fruição de quem lê.

LEITURAS NA LITERATURA E NA CULTURA

Para desenvolver uma pesquisa na linha de margens da literatura, deve-se passar, obrigatoriamente, pela discussão dos temas cultura, literatura, leitura, identidade e subjetividade. Sabe-se que a leitura é um hábito culturalmente construído; assim como os conceitos de literatura e da própria cultura têm sua maior ou menor aceitabilidade de acordo com a cultura corrente em determinado lugar e época. Para Perrone-Moisés (1998. p. 59) “[...] Na história literária, a leitura é *constitutiva* do fato, já que os fatos literários (obras) só encontram sua realização plena na leitura; eles são programados para (re)acontecer na leitura, criando sentidos que renascem e variam a cada época.”

Normalmente, costuma-se dividir os textos de caráter mais prático como não -literários; e os de caráter mais lúdico como literários. Porém, na atualidade, há uma crescente relativização entre os

gêneros que podem ser considerados literários ou não. Isso depende de uma série de fatores, tais como: contexto de circulação, objetivo, público-alvo, portadores textuais etc.

Na realidade, não é fácil definir literatura, pois é um conceito que vem sendo construído ao longo dos tempos, e que não é descomprometido de juízos de valor, embora admita-se que críticos, escritores e estudiosos adotem certos critérios para estabelecer o que, de fato, pode ser considerado como literatura.

Se não é possível ver a literatura como uma categoria “objetiva”, descritiva, também não é possível dizer que a literatura é apenas aquilo que, caprichosamente, queremos chamar de literatura. Isso porque não há nada de caprichoso nesses tipos de juízos de valor: eles têm suas raízes em estruturas mais profundas de crenças, tão evidentes e inabaláveis quanto o Empire State. [...] (EAGLETON, 2006. p. 24).

É evidente que há o exercício do jogo do poder implícito ao conceito de literatura: quem pode mais, quem sabe mais, quem estudou mais – esses são autoridades para definir o que é e o que não é literatura. Consequentemente, as produções orais, os registros literários de pessoas que moram no campo, as vozes dos favelados, das mulheres, dos negros, das pessoas mais carentes quase não aparecem nas classificações literárias, pois os seus autores não detêm o poder de decisão.

Nesse ínterim, entra em jogo as subjetividades das sertanejas, forjadas a partir do centro ocidental-europeu-branco-homem, como toda a sociedade brasileira; e isso é muito importante no processo de formação das leitoras, das sertanejas, das mulheres, pois definirá que tipo de leitora, de sertaneja, de mulher se apresentará para o mundo: será alguém que apenas reproduz os modelos instituídos ao longo dos séculos pelos dominantes ou será uma pessoa capaz de subverter a ordem reinante, seja expressando seu ponto de vista, seja realizando leituras outras, não-canônicas ou participando dos movimentos sociais?

Para a construção da subjetividade consciente, é fundamental que haja clareza quanto à identidade; faz-se necessário que o indivíduo conheça-se a si mesmo, sendo capaz de situar-se historicamente no mundo, problematizando a sua trajetória e as influências que foram importantes na edificação do seu eu – e isso só será possível através da linguagem. É na e pela linguagem que os sujeitos fazem a crítica de sua condição e isso leva à hipótese de que as leituras realizadas podem influenciar na construção e reconstrução e até mesmo na desmontagem do conjunto de ideias, crenças e valores que caracterizam o pensamento humano.

Retomando à relatividade de alguns temas, e como o processo de subjetivação é uma construção, pode-se observar que o conceito de literariedade de um texto muda, de acordo com a época, o local e outras variáveis, as quais estão sujeitas os escritos ao longo do tempo. A respeito disso, a autora Márcia Abreu esclarece:

Estamos tão habituados a pensar na literariedade intrínseca de um texto que temos dificuldade em aceitar a ideia de que não é o valor interno à obra que a consagra. O modo de organizar o texto, o emprego de certa linguagem, a adesão a uma convenção contribuem para que algo seja considerado literário. Mas esses elementos não bastam. A literariedade vem também de elementos externos ao texto, como nome do autor, mercado editorial, grupo cultural, critérios críticos em vigor (ABREU, 2006. p. 41).

A respeito da afirmação anterior, é possível endossar o que Márcia Abreu traz, observando as dificuldades pelas quais um autor iniciante passa para publicar seus textos. Ao contrário, um nome conhecido pode até publicar absurdos, e será aceito, pois se trata de uma suposta autoridade.

O próprio conceito de leitura tem sido modificado e ampliado com o passar dos anos e com os avanços do estudo na área de alfabetização, letramento, literatura e leitura. De acordo com Perrone-Moisés (*Id.* p. 60) “Ler é dar sentido, sincronizar, vivificar, escolher e apontar valores. A leitura ativa é construtiva porque ela pretende orientar os rumos do futuro; e é destrutiva, porque ultrapassa e invalida as regras de medida vigentes”.

Durante muito tempo, confundiu-se o ato de ler com a mera decodificação do código linguístico; no entanto, após novas investigações, aceita-se, no presente, um conceito mais amplo e complexo da leitura, que vai muito além do ato de decodificar os signos escritos: ler abrange também atribuir significados e estabelecer relações entre textos, com a possibilidade de operar mudanças no mundo mental e material do leitor, pois

[...] Neste caso, o ato de aprender a ler e escrever é um ato criativo que implica uma compreensão crítica da realidade. O conhecimento de um conhecimento anterior, obtidos pelos educandos como resultado da análise da práxis em seu contexto social, abre para eles a possibilidade de um novo conhecimento. O novo conhecimento revela a razão de ser que se encontra por detrás dos fatos, desmitologizando, assim, as falsas interpretações desses mesmos fatos. Desse modo, deixa de existir qualquer separação entre pensamento-linguagem e realidade objetiva. A leitura de um texto exige agora uma leitura dentro de um contexto social a que ele se refere. (FREIRE & MACEDO, 1990. p. 105)

Empregamos, portanto, a definição mais ampla de leitura, aquela que abrange, pensamento, linguagens e ação, pois a leitura deve funcionar como motivadora de mudanças, que devem ser operadas pelas pessoas, de modo consciente e crítico. De acordo com Freire (2005. p. 41) “A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso.” Para ele, “transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens”.

O conceito de letramento, por outro lado, não pressupõe necessariamente a leitura da escrita, mas, obrigatoriamente requer do leitor a capacidade de ler o mundo a sua volta. Portanto, um sujeito não alfabetizado pode ser bastante letrado; e uma pessoa alfabetizada pode ser pouco letrada, pode analisar os fatos de sua realidade apenas de forma superficial e descomprometida. A

bagagem que o leitor carrega consigo, oriunda de experiências anteriores, conta muito no processo de leitura, já que

A compreensão de um texto é um processo que se caracteriza pela utilização de conhecimento prévio: o leitor utiliza na leitura o que ele já sabe, o conhecimento adquirido ao longo de sua vida. É mediante a interação de diversos níveis de conhecimentos, como o conhecimento linguístico, o textual, o conhecimento de mundo, que o leitor consegue construir o sentido do texto. E porque o leitor utiliza justamente diversos níveis de conhecimento que interagem entre si, a leitura é considerada um processo interativo. Pode-se dizer com segurança que sem o engajamento do conhecimento prévio do leitor não haverá compreensão. (KLEIMAN, 2007. p. 13)

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Soares (2012. p. 19) separa alfabetizado de letrado. De acordo com ela, “alfabetizado nomeia apenas aquele que aprendeu a ler e escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam.” Ora, este último é o letrado; aquele que vai além de decodificar a língua, fazendo uso dela em situações do cotidiano.

Pesquisas apontam que as mulheres possuem mais anos de escolaridade que os homens; que elas estudam mais, por uma série de motivos sócio-históricos, culturais e econômicos; entre estes, o fato de elas terem ficado por muito tempo sem o direito de frequentar a escola, sem acesso à educação formal e, mesmo quando puderam finalmente usufruir desse direito, as escolas para mulheres eram diferenciadas, sendo direcionadas para as artes do lar, ou seja, a escola reproduzia a ideologia reinante na sociedade.

Hoje, se as mulheres estudam mais, pressupõe-se que também leem mais. O que não significa, necessariamente, um maior grau de letramento, embora desse fato resultem muitas outras implicações, como as diferenças entre os gêneros, a predominância do machismo que insiste ainda em dividir o trabalho em atividades masculinas e femininas, direcionando, assim, as escolhas das mulheres por ocupações que privilegiem o uso do cérebro, em vez dos músculos.

É evidente que o que se aplica a uma mulher jovem não será aplicável a uma idosa, por exemplo. E há também muitas outras variáveis socioculturais, econômicas e inclusive geográficas que podem influenciar no grau de letramento e nível de leitura das mulheres brasileiras. No entanto, não é possível afirmar que as mulheres do sertão de Irecê tenham hábitos de leitura totalmente diferentes daqueles das demais brasileiras. Possivelmente as suas leituras devem convergir em alguns pontos e divergir em outros, já que estamos tratando de pessoas que têm muitas coisas em comum, a começar pelo gênero.

Diante de um universo de possibilidades de leituras, é interessante tentar conhecer as leituras das sertanejas, observando a interação entre estas e o ambiente em que vivem; se essas leituras

influenciam para a ação ou a inércia, para a crítica ou para a aceitação dos modelos sociais vigentes; se a mulher sertaneja tem também a sua subjetividade influenciada pela literatura, através das infinitas possibilidades de interação entre texto e leitor; e em como são as visões de mundo de pessoas que convivem com uma realidade de seca, em meio da vegetação escassa da caatinga e de clima definido por duas estações: a seca e o verde. É possível romper com essa crença cristalizada e muitas vezes difundida pela mídia, de um sertão pobre, sofredor, marcado pelas manifestações culturais tradicionais e preso a um ciclo de esperança/descrença, que pode ser traduzido como verde/seca?

CONCLUINDO O PRINCÍPIO

Após o término do primeiro semestre do mestrado em Crítica Cultural, algumas mudanças foram feitas no projeto original e também alguns avanços: muitas leituras, delimitação do tema, recortes, alteração do título, enfim... a partir desse ponto, penso em desenvolver a pesquisa de campo a partir de questionários e, posteriormente, entrevistas semiestruturadas com donas-de-casa leitoras de Irecê. Uma busca prévia dessas leitoras já foi feita; inicialmente foi utilizada uma enquete pelo site de rede social *Facebook*, que foi compartilhada com meus contatos, mas pouca gente respondeu, já que o processo de acessar as questões da enquete foi considerado complexo pelos usuários.

As pessoas as quais enviei a enquete começaram a sinalizar, pelo próprio *Facebook*, que não conseguiam acessar a enquete e, ao mesmo tempo, respondiam o que foi perguntado na minha linha do tempo. Então, resolvi refazer a enquete no próprio *Facebook*, nos espaços públicos de conversas e interações (publicações) e aproveitei para reforçar a enquete via *Whatsapp*, já que esta é a ferramenta da moda, no momento.

Como resultado da prévia, já tenho elencadas cerca de quinze potenciais donas-de-casa leitoras, incluindo uma senhora idosa, que, de acordo com a fonte, nunca foi à escola e que lê bastante literatura e que, inclusive escreve poesia; a merendeira de uma escola pública que é leitora literária voraz e que adora Gabriel Garcia Marques; mãe e filha que compartilham livros e leituras em uma cidadezinha nas proximidades de Irecê. Resumindo: a partir da enquete, encontrei os meus sujeitos de pesquisa, sei que existem de fato; só falta estabelecer criteriosamente como chegar a eles.

A partir das leituras feitas e das em andamento, e levando-se em consideração a temática abordada, penso em desenvolver, além da introdução e conclusão, mais três tópicos que

futuramente poderão tornar-se capítulos da dissertação: 1- Leituras na literatura e na cultura – no qual discutirei mais profundamente os conceitos de leituras, literaturas e culturas; 2- Existe gênero na leitura/literatura? – no qual pretendo deter-me mais às questões de gênero, literatura feminina, feminismo etc.; e 3- (Re)Construção da subjetividade das sertanejas pelas leituras – nesse ponto, almejo desenvolver o estudo das relações entre as donas-de-casa e suas leituras, as influências destas para aquelas e as implicações de ordem subjetiva; bem como discorrer acerca dos processos de construção de tais subjetividades, incluindo aí também outras possibilidades de se pensar o Nordeste, o sertão, Irecê - que vão além dos estereótipos, da seca, das peculiaridades.

Para tanto, penso empregar outros teóricos, além dos já mencionados: Guattari e Rolnik, Sylvia Paixão, Agamben, Durval Muniz, Virgínia Woolf, Joan Scott, Felipe Lindoso, entre outros; que serão importantes norteadores nesse processo dialógico que pretendo travar com o universo de leituras e imaginação da sertaneja dona-de-casa de Irecê.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. *Cultura letrada: literatura e cultura*. – São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- BRASIL, MEC/INPE. *Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – PISA 2009: Resultados Nacionais PISA 2009 – Brasília: O Instituto, 2012*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pisa-busca> em 20/09/2013.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. – 6ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FREIRE, Paulo & MACEDO, Donaldo. *Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- KLEIMAN, Angela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. – 10ª ed., Campinas, São Paulo: Pontes, 2007.
- MURANO, Edgard. *Fraude automática: textos gerados por computador enganam publicações acadêmicas mesmo quando desprovidos de sentido*. In: Revista Língua Portuguesa. – Ano 09 – Nº 103, maio de 2014. (pp. 16-19)
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Altas literaturas: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. – 3ª ed. – 1. reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

**NO VENTRE DA CAPOEIRA: UMA RODA DE ANGOLA COM OUTRAS LADAINHAS PARA CONTAR
ANTIGAS TENSÕES DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E DE PODER NA CAPOEIRA ANGOLA**

Ivanildes Teixeira de Sena (Pós-Crítica)

Orientadora: Profa. Dra. Suely Aldir Messeder

“É preciso repensar a história brasileira a partir do legado africano. Sem isso, perderíamos em profundidade e qualidade o conhecimento sobre nós mesmos” (OLIVEIRA, 2000, p. 3). É nesse sentido que o Projeto se propõe a lançar um olhar analítico e crítico sobre a relação de gênero e a participação da mulher no universo da capoeira angola, está estruturado de modo a atender as necessidades e inquietações pessoais e profissionais, visando suprir as lacunas históricas e sociais sobre a relação de gênero hierarquizada nas rodas e treinos de Capoeira Angola. Essa hierarquização de gênero socialmente silenciada se legitima na divisão dos papéis sociais e são tensionadas nas rodas, seja no desenrolar dos jogos, na realização da musicalidade pelo controle dos jogos e manipulação dos instrumentos musicais.

Nessa análise, a tradição como pano de fundo para o silenciamento da discursão ambígua, onde ao mesmo tempo em que os corpos são representados pelos sexos, nega-lhes a sexualidade, em uma prática da cultura ocidental, onde é possível a fragmentação do SER. Em contraponto ao desafio de pensar o corpo das mulheres capoeiristas como produto e processo histórico-cultural, construído simbolicamente e desestruturador sistêmico da negação subjetiva, com base na cosmovisão da cultura africana, onde a tradição se refaz de modo contínuo e contextualizado, sem a fragmentação do SER.

Sobre a cosmovisão da cultura africana, referindo-se aos três impérios africanos, que o autor selecionou para pesquisar sobre a cultura africana, explica “limitaremos a algumas regiões daquele continente, sobretudo ao Império do Gana, Mali e Songai que tiveram sua existência entre o século X e XV de nossa era”(OLIVEIRA, 2000, p.5). Afirma o autor que:

Nestas sociedades não existe a dualidade homem/natureza. Tudo está interligado, por isso tudo interage. O uno é o todo e o todo é uno. O profano tem sua dimensão sagrada como o sagrado manifesta-se no profano. Não há escatologia. O tempo dos ancestrais é o tempo passado e o tempo do agora (op.cit.OLIVEIRA, p. 15).

Exploraremos como base para refletir sobre a tradição na capoeira angola, a cosmovisão da cultura africana, no aspecto que nos traz Oliveira (2000), compreendendo a capoeira enquanto manifestação cultural afro brasileira, onde cada partícipe está considerado como sujeito uno, sem fragmentar corpo, espiritualidade, intelecto e emoções. Constituindo-se um sujeito marcado por essa prática. O que, inclusive o título do projeto propõe.

No título do projeto e o seu jogo de palavras, versa com a necessidade de reflexão sobre, quem somos, como somos, por que somos e para que e quem somos. Entendendo que esse SER, é diverso, marcado pelo tempo da sua existência histórica e pelo grau, de precisão e definição da lente de quem ver, para além de como esse ser se imagina, auto representa e como poder ser visualmente refletido em espelho a sua imagem “concreta”.

Estamos assim refletindo sobre uma estética de existência, ponderando que, pode essa marca de existência estar atrelada a algum cânone de tradição, mas não que necessariamente esteja. Essa “marca de gente” pode ser lida, gerada ou decodificada de acordo com o signo representativo, resultando no significante pela lente de quem nos ver por um prisma, também subjetivo. Extrapolando a forma como são reproduzidas as imagens e estas, de acordo com as normatizações institucionais.

De certo modo, somos seres decodificados pelas marcas sociais diversas que nos atravessam, concreta e subjetivamente, nesse projeto de pesquisa, estamos sugerindo que pode estar codificado em um corpo humano, especificamente marcado por um ser mulher. Marcas essas, que podem definir os sujeitos e seus papéis sociais com traços de classe, raça, gênero e sexualidades. Por isso, falamos em gênero, como mais uma tecnologia social e historicamente construída e construidora de identidades. Essa marca de gente, o SER mulher\homem\transexual que tem um de corpo representativo, que identificamos nesse processo de pesquisa, como tecnologia de gênero.

Tecnologia de gênero, segundo postulação de Teresa de Lauretis (1987), é uma definição que reúne uma junção de tecnologias sociais diante da representação dos corpos pelos sexos, gerando dentre outras consequências, a limitação dos papéis sociais. A autora defende ainda que a diferença entre mulheres não pode ser entendida como diferença sexual, e, aponta como a segunda limitação do conceito de gênero como diferença sexual, é que, tende a acomodar ou recuperar o potencial epistemológico radical do pensamento feminista. A autora segue ainda, citando Audre Lorde, que parafraseia Nietzsche, com a expressão “prisão domiciliar da linguagem”, onde ela aponta à necessidade de um conceito de gênero que não esteja tão preso a diferença sexual, e que, de algum modo se confunda com ele.

O território da pesquisa, esse lócus ambíguo que transitamos que é o universo da capoeira angola, no qual investigamos através da trajetória corporal das mulheres capoeiristas, ou que tem em suas histórias de vida marcadas pela prática libertadora e de resistência da capoeira, o que definimos aqui como “corpos encapoeirados”, são justamente esses corpos marcados, atravessados por essa arte\luta de resistência que é a capoeira.

De acordo com nossas averiguações prévias, sobre a produção direcionada à capoeira, nos deparamos com uma produção significativa e ampla falando sobre capoeira. As abordagens mais recorrentes incluem questões ligadas a sua origem, trajetória social, desde a sua proibição até alcançar o status de patrimônio imaterial brasileiro. Tendo, a essa altura, reconhecida a sua importância enquanto elemento cultural de base identitária e enquanto saber ancestral. Porém, é insignificante a produção sobre a temática de gênero, nesse contexto da capoeiragem.

Quando surge o assunto, é sobre a participação da mulher na capoeira, vem dentro de uma abordagem onde identificar, mapear ou catalogar, numericamente ou geograficamente essa inserção, é classificada por alguns autores, como abordagem da temática de gênero. Pendendo para a definição de senso comum, onde considera-se gênero como sinônimo mulher e vice versa.

Reconhecemos a relevância dessas pesquisas de identificação, mapeamento, reconhecimento da intervenção da mulher nesse ambiente da capoeira, na construção da história do Brasil, da mulher enquanto “sujeito capoeira”, antes descrito como exclusivamente campo de atuação dos homens. Pois, o estudo sobre gênero, pode ter como ponto de partida esses estudos, que podem e devem compor o estudo de gênero, mas seria uma considerável limitação classificá-los como a temática de gênero, que é algo mais complexo, por envolver questões conceituais mais específicas e amplas.

No trajeto de desenvolvimento da pesquisa, surge na fala das interlocutoras, a relevância estrutural da cultura que se dá a prática dos sujeitos, aqui em especial da capoeira angola, enquanto manifestação cultural afro-brasileira. Levando-nos a investigar nuances das práticas e ideologias, tanto na estrutura cultural da cosmovisão africana, quanto na estrutura da cosmovisão da cultura ocidental. Em certo sentido, essa breve análise nos revela dos aspectos híbridos da “cultura negra” as tensões que a diversidade de elementos que, por vezes tem como alicerce uma estrutura cultural, mas na prática, conserva as ideologias de uma outra cultural.

A cultura negra é vista por Joel Rufino como o núcleo da cultura popular de nosso país, que é um sistema que se completa pela contribuição de elementos indígenas, europeus e até mesmo asiáticos. Ele também aborda a desvalorização que sofre a cultura negra por parte de uma elite social que tem um profundo desprezo pelo saber do outro. Situando a cultura popular brasileira no contexto político-ideológico nacional (BRITO, 2011, p. 33).

Na capoeira angola, o universo de referência é a cosmovisão da cultura africana, “construída com sabedoria e arte pela tradição e atualizada com sagacidade e coragem por seus herdeiros [...] altera a discussão sobre a identidade brasileira” (OLIVEIRA, 2000, p. 3), pois elucida aspectos relevantes de uma cultura, que na ritualidade das rodas de capoeira, pressionam os valores fragmentados da cultura ocidental. Causando uma tensão, porque, muito embora, ante a hipótese de que os corpos são representados pelos sexos, e, que corpo das mulheres está submetido à divisão

sexual, há uma negação discursiva da sexualidade, causando uma fragmentação caótica do “SER”. Tencionada, na relação de gênero, a divisão sexual dos corpos legitima a hierarquia dos papéis sociais pelo sexo.

Reféns das dicotomias reforma-revolução, moderno-arcaico, progresso-tradição, não valorizamos os modelos sócio-econômicos e políticos-culturais fabricados pela complexa tradição africana, que, não obstante, espalhou-se por todo o planeta levando consigo uma cosmovisão includente, imanente, dinâmica e alterativa (Op.cit. OLIVEIRA, p. 2).

Vemos nesse conchavo estrutural de elementos das culturas, um sentido entre base política, ideológica e prática ritualista. Se a base filosófica da capoeira está fundamentada de acordo com a cosmovisão cultural africana, assim como a ritualística da roda. Mas, se na prática ideológica, prevalece o princípio fragmentário da cultura ocidental, sem a equalização desses elementos, caracterizando o hibridismo da cultura, resultam conflitando a relação de gênero no lócus pesquisado. Muito embora, verificamos que pouco tem se refletido sobre a relação de gênero nesse ambiente.

Não estamos fazendo alusão a nenhuma cultura original ou pura, mas como ressalta Oliveira (2000), “A cosmovisão africana, com efeito, prima pela diversidade e não pela imposição de modelos únicos” (p.16). E é justamente essa necessidade de um modelo único e fixo que possivelmente causa as tensões ou até mesmo desencadeiam ondas de violência, simbólica ou física por uma necessidade da hegemonia de um poder masculino defendido como meio de preservar uma tradição, algo que, de acordo com as pesquisas, não demonstram coerência com a tradição, ou com as tradições.

Na verificação do estado da arte através do banco de dados da CAPS, sobre a produção acadêmica relacionada com o assunto da capoeira e a temática de gênero nesse ambiente, encontramos apenas dois projetos que dialogam diretamente com a temática em foco. Cujas autoras e títulos são respectivamente, FIRMINO, Camila Rocha (2011), “A participação das mulheres na capoeira: Uma análise das relações de gênero” e, Eliane Glória Reis da Silva Souza, (2011), “Capoeira Regional: Representações sociais das mestras e formandas sobre sua inserção e atuação no ensino da luta no rio de janeiro”. Ambos os projetos foram produzidos em instituições acadêmicas, fora do Estado da Bahia.

Ao dar a volta ao mundo da produção acadêmica, sobre capoeira e as relações de gênero, identificamos uma lacuna a ser preenchida sobre a temática em termos de problematização e proposição. Diante dos projetos que definem capoeira enquanto manifestação cultural afro-brasileira, as abordagens são diversas, no âmbito da tradição, educação, musicalidade, corporeidade, arte de interdisciplinaridade, em grande parte circulam pelos estudos culturais.

Como faz Catalina Salazar Granados (2011), que na sua pesquisa se propõe a analisar na capoeira, a “relação de uma das suas configurações contemporâneas com uma possível interpretação da tradição”. De outro modo, Paulo Andrade Magalhaes Filho (2011), focando na tradição, debate “as identidades angoleiras, ligadas a diferentes linhagens da capoeira angola”. Ele problematiza a tensão externa entre os grupos e suas respectivas “linhagens”. Enquanto que, em nossa pesquisa problematizamos as tensões também reificadas pela tradição, nas relações de gênero intra grupos e com a sociedade em geral. Para Cecilia Tamplenizza (2011), a globalização está no centro da discussão sobre tradição, seu projeto de pesquisa, “Capoeira Angola na Internet: comunidades, memória e tradição”, onde ela pontua, que mesmo nessa instancia midiática, conserva princípios de tradição.

Para Flavia Cachinesi Diniz (2011); Sara Abreu da Mata Machado (2012) e Marcela Guedes Cabral (2011), a temática da identidade vem como elemento base para suas pesquisas. Porém, a primeira visa identificar entre a capoeira angola, o samba de roda, o candomblé de nação angola e o culto ao caboclo, utilizando a expressão “Trânsito musical”, Ainda relacionada à identidade, Sara Machado (2012), faz uma abordagem mais focada na cosmovisão africana como elemento catalizador da identidade do indivíduo, muito embora na coletividade.

Na pesquisa de, Priscila Maria Gallo (2012), “Caxixi: Um Estudo do Instrumento Afro-Brasileiro em Práticas Musicais Populares Na Região de Salvador – Ba”, ela foca não necessariamente na capoeira, mas a partir da musicalidade, enquanto elemento da capoeira, para pesquisar um instrumento musical.

Para, Marcos Cezar Santos Gomes (2012); Veronica de Moraes Sampaio (2012); Leonardo Silva Alves (2011), as pesquisas estão relacionadas a capoeira, enquanto elemento catalizador para a arte, para o palco ou na preparação do artista para o palco. O que Sampaio (2012), define como “A tentativa de estabelecer diálogo entre a dança cênica e as chamadas danças populares no Brasil não é um fenômeno atual e está presente pelo menos desde o início do século vinte”.

Focando a importância da capoeira enquanto base educativa, mais ampla, Maria Clara da Silva Guimaraes (2012), defende que “a capoeira, além de ser considerada esporte barato, demonstrou ser potente no suporte e educação de forma global. Enquanto que, Gissele Raline da Cunha Fernandes Moura(2012) traz a discussão a partir da história politico social do Brasil, denunciando que “Os valientes e/ou capoeiras faziam parte destes grupos de indivíduos envolvidos com a contraordem vigente, que eram em sua maioria trabalhadores das lavouras de cacau, ambulantes, funcionários públicos e outros”.

Nesse mapeamento, sabe-se que mesmo acessando com afinco o máximo de informações, que de imediato se acredita possível, temos a consciência que jamais alcançaremos toda a produção a cerca de qualquer que seja a temática. Das produções em nível de mestrado acadêmico sobre Capoeira, no período de 2010 até 2014.1 foi um total de 102 registros encontrados, resultados de busca pela palavra – chave: “capoeira”. Porém, diante de resultado tão abrangente, refinamos a busca pelo significado da palavra “capoeira”, refinamos para as dissertações da Bahia, com o tema Capoeira, enquanto manifestação Cultural, defendidas no período de 2010 até 2014.

Considera-se aqui, a Capoeira Angola como uma constelação de representações e práticas sociais, como um micro cosmo com seus princípios ideológicos, fundamentos, e filosofia que incide na geografia de um corpo/espaço, cujo conteúdo, se traduz na tecnologia de gênero que é tensionada e tenciona uma tradição. Em que sentido isso pode resignificar a tradição na atualidade? Até que ponto há possibilidade de ampliar a reflexão sobre a utilização das tecnologias de gênero no universo da capoeira, e como esta tecnologia reflete na vida destas mulheres para além da roda de capoeira. Por isso, a importância de analisaremos suas respectivas historias de vida.

No transito entre participação, investigação e experimentação da e na capoeira angola, percebemos na força das narrativas da musicalidade um modo possível de intervenção na perpetuação de valores, tais como saberes e ideologias. A oralidade da performance cantada e contada nas manifestações culturais, funciona como o pólen para as flores na natureza, que pode disseminar e perpetuar as espécies vegetais, ainda que sutil, as vezes imperceptível e aparentemente desprezioso, mas, é essencial para a uma existência, e como outros elemento dessa tradição, passível de revisão e reflexões em torno da sua prática.

Assim como, a ginga, a esquivada da capoeira, que é o seu elemento base, nada menos é que desequilíbrio e transição. Esse contexto instigou-me a curiosidade de investigar, como a tecnologia de gênero atua nesse ambiente e qual o impacto sobre o corpo das mulheres capoeiristas. Esse corpo que na capoeira, é ao mesmo tempo lócus de batalha e trincheira se si mesmo.

Negritude que pode comportar atos como, por exemplo, o de gingar, revelando uma sabedoria corporal afro, conforme propõem as reflexões de Wilson Barbosa (1994). Observando a ginga, não só como postura corporal, mas também como postura existencial do negro, o estudioso busca, na própria dinâmica da cultura negra, elementos para a construção de um aparato crítico-teórico para amparar algumas análises sobre a inserção, os modos de afirmação e a alienação do negro na sociedade brasileira (BRITO, 2011, p. 36).

A capoeira na sua prática exige do/a interventor/a, um posicionamento crítico. Como uma tessitura que se estrutura e autodestrói, em sua própria ação por ter proposito de resistência, combate. A relação da proposta do projeto, com o Programa de Mestrado em Critica Cultural, advêm

da possibilidade de ampliar a reflexão para o âmbito multidisciplinar que o projeto exige, transitando entre as áreas de sociologia, linguística, antropologia, história, artes, educação e afins. No âmbito da educação, direcionado prioritariamente para a formação de professores, mas com grande possibilidade de inserção na ação direta com os estudantes.

Quando vivenciei a capoeira, compreendi a necessidade de sistematizar a desconstrução negativa a respeito da mesma. As memórias das vergonhas sentidas na escola do modo como eram dadas as aulas de história do Brasil, sobre a situação do africano, do negro e do indígena nessa história. Os livros didáticos retratavam indivíduos sem nenhum referencial positivo, acomodados na subalternidade, passividade diante da violência que estavam submetidos.

Testemunhamos a capoeira sendo ainda, amplamente divulgada nas escolas como manifestação folclórica de um povo oprimido, ainda praticada com músicas que depreciam a imagem da mulher e até mesmo, contraditoriamente do povo negro. Acreditamos que uma arte que foi criada como meio de resistência não deve ser utilizada com o propósito de violentar descendentes de quem a criou para libertação e resistência, muito menos oprimir quem quer que seja.

Desenrolar teórico-metodológico da pesquisa, qualitativa, tendo como alicerce a observação participante, as entrevistas e, sobretudo, a vivência da própria pesquisadora como capoeirista. A escrita será conduzida pela ideia da “escrivência” desenvolvida por Conceição Evaristo de Brito (2011), cujo conteúdo nos reporta a escrita de um corpo inscrito em uma condição de experiência negra no Brasil.

Qual o caminho ou descaminho que poderá ser feito por mulheres, para o retorno a si mesmas, para além da construção de valores culturais pejorativos internalizados em relação à essência humana, para além do que foi estabelecido como um ser mulher?

Afirma Lauretis (1987), referencia em pesquisas sobre as tecnologias de gênero, que “Poderíamos decidir então que, como a sexualidade, o gênero não é uma propriedade dos corpos, não é algo originalmente existente nos seres humanos e sim, um conjunto de efeitos produzidos nos corpos” (2010, p. 3).

Com que propósito, retém da teoria feminista a noção de ideologia libertadora e de fortalecimento das mulheres como meio de questionar uma estrutura político social que está posta, imposta? Compartilhamos com bell hooks (2000), da seguinte reflexão; “[...],tal noção fez o feminismo mais palatável porque traz dentro de si a ideia de que as mulheres podem ser feministas sem questionar e mudar fundamentalmente a si mesmas ou sua cultura”.

No que concerne à capoeira, propomos questionar; o que se mantém como tradição musical e da hierarquia de gênero, onde, de forma mais abrupta, se estabelece a tensão de fronteira entre tradição e conservadorismo? As feministas negras e ou afro americanas, como Suely Carneiro (2003); Luiza Bairros (2000); Audre Lorde (1984); bell hooks (2000), dentre outras problematizam gênero no âmbito de identidades interseccionadas, raça, gênero, classe social e sexualidades.

Em que contexto histórico define-se como principio a relevante hierarquia de gênero na capoeira, se as especulações históricas demonstram que, “[...], durante a escravidão americana, as Mulheres Africanas foram tão duramente tratadas, física e mentalmente, assim como seus pares do sexo masculino” (DAVIS, 2001, apud. WEEMS, 2009).

A propósito de dissertação, a mesma estará estruturada em três capítulos básicos com subitens, que certamente ainda sofrerão alterações até que esse processo se consolide. Vale pontuar que o processo de elaboração dos capítulos tem considerável base pela análise das entrevistas realizadas, e ainda continua em movimento, até que se acomode de fato.

No primeiro capítulo SER - MARCAS DA MULHER NA HISTÓRIA DA CAPOEIRA. Que tipo de mulher marcou e marca a história com a capoeira? Mapear o universo da capoeira angola na Salvador contemporânea. Refletindo sobre o conflito estrutural entre base e fundamentos filosóficos da capoeira angola pela cosmovisão cultural africana e prática ideológica pela necessidade de sustentação da hegemonia da cultura ocidental.

O segundo capítulo - TOQUE DE MESTRAS (RE)TOCANDO A VIDA PARA ALÉM DA RODA - A professora e a escola no mesmo corpo (A rede). Corpo no contexto da cosmovisão africana. A capoeira e o feminino, os modos e as maneiras do corpo. Sobreposição de barreiras culturais. A resistência, contra ou contrariando as tradições, contextos políticos e sociais.

No terceiro capítulo - A TEXTUALIZAÇÃO DO CORPO E A INCORPORAÇÃO DO TEXTO - O corpo ritual - tudo o que move é sagrado - Cotejamento de gênero na capoeira. Desenho e esculturas dos Corpos encapoeirados – redefinindo a estética do SER - O erótico como poder. Ritual de transformação - Músicas, narrativas, poesias, poéticas, cantorias, instrumentos.

Vivenciar a força e autogestão que foram resignificadas, inventada para a superação e subversão de quem vence pela leveza da contra força, perceber os valores do sexismo com o peso do machismo, verificamos uma espécie de antagonismo, para além da natureza antagônica da arte mandingueira na capoeiragem. Há um sentido de reafirmação, reintegração por um SER humano na cosmovisão cultural africana.

REFERÊNCIAS

- ABIB, P. R. J. *Capoeira Angola: Cultura Popular e os jogos dos saberes na roda*. Campina, S.P./UNICAMP/CMU, Salvador- EDUFBA. 2005.
- ABIB, P. R. J. *Cultura Popular E Educação: Um estudo sobre a Capoeira Angola*. 2001.
- AMÉRICA C., NAZARÉ L. – *Letramento em Foco- Diversidade étnico-racial e cultura negra na escola*. AMÉRICA C., NAZARÉ L. Cefiel/IEL/Unicamp, 2005-2010.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento / Gaston Bachelard; tradução Esteia dos Santos Abreu*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 5ª edição- R.J. 2005.
- BARBOSA, M. J. S. “A Mulher na Capoeira.” *Arizona Journal of Hispanic Cultural Studies*, V.9 - 2005.
- BARBOSA, M. J. S. *A representação da mulher nas cantigas de capoeira*. Disponível em:<<http://www.plcs.umassd.edu/plcs12texts/barbosajun162006.doc>>. Acesso em: 02 out. 2008.
- BHABHA, H. K. *O local da cultura. Interrogando a identidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, P70-104. Comentário: Sabine Mabordi (UBC -University of British Columbia)Tradução do comentário: Mariana Lustosa (UFRGS).
- BOLÉ, M. L. V. d P. Jinga. A Rainha Africana. *Revista Máxima*, em 1995. Ed. Revisada, Portal O Leme em 10-11-2005.
- BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. LOURO, Guacira Lopes (Orgg.) **O Corpo Educado- Pedagogias da sexualidade**. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Edição Autêntica -Belo Horizonte 2000, p.151.
- BUTLER, J. *Problema de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar - Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2003.
- CHAUÍ, M. *Cultura e democracia*. Salvador, 2009.
- FANON, F. *Pele negra, mascarar brancas*. Trad. de Renato da Silveira Salvador. EDUFBA, 2008.
- FANON, F. *Pele negra, mascarar brancas*. Trad. de Renato da Silveira Salvador. EDUFBA, 2008.
- FERNANDES E SILVA, C. C., P. C. da C. *Um Estudo Sobre A Participação Feminina Na Capoeira Em Campinas*. São Paulo: [?], 2009.
- FOUCAULT, M. *Historia da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de janeiro, Ed. Graal, 1998.
- HALL, Stuart. *Da diáspora, Mediações e Culturas*. Tradução: Adelaine La Guardia Resende. Ed. UFMG- Representação da UNESCO no Brasil – 2003.
- HARAWAY, D. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Trad.: Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu* (22) 2004, pág.201-246.
- HOOBS, B. – *Políticas feministas*. Publicado pela south end press, Cambridge - ma, 2000.
- KUMARAVADIVELU, B. A Linguística Aplicada na Era da Globalização. In: MOITA
- LOPES, L.P. *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Editora Parábola,
- LAURETIS, T. *Diferencias. Etapas de un camino a través del Feminismo*. Trad. de María Echániz Sans. Horas y horas, Cuadernos inacabados n. 35, Madrid, 2000.
- LAURETIS, T. *La tecnología del gênero- Tomado de Technologies of Gender. Essays on Theory, Film and Fiction*, London, Macmillan Press, 1989, pág. 1-30.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MACHADO, V. Precisamos de consciência histórica e vínculos afetivos Presente! *Revista de educação .dez / 2008* . Salvador.

MALDONADO, N.T. *A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento*. Modernidade, império e colonialidade- Nelson Maldonado Torres- *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, Março 2008: 71-114

MALDONADO.T. N. Pensamento crítico desde a subalternidade: os estudos étnicos como ciências descoloniais ou para a transformação das humanidades e das ciências sociais no século XXI.- Nelson Torres Maldonado. *Afro-ásia*, Salvador, n. 34, p.105-129, 2006.-reseha - Lícia Maria de Lima Barbosa.

MARTIN, E. *A mulher no corpo: uma análise Cultural da reprodução* - Trad. Julio Bandeira. Ed Gramond Ltda. R. de Janeiro- 2006 .

MESSEDER, S. A. E precisa isso?! : Desconstruindo o fio das masculinidades nas vivencias de mulheres masculinizadas na escola e no mundo do trabalho. In Tereza Rodrigues Vieira.(org.). *Minorias sexuais Direitos e preconceitos*. 01 ed. Brasília: Consulex, 2012, V. 0i.

OLIVEIRA, E. D. de. *Cosmovisão Africana no Brasil: Elementos para uma Filosofia Afrodescendente* - Eduardo David de Oliveira – 2013. Disponível em: <<http://filosofiaaancestralidade.wordpress.com/>-> Acesso em 14/02/2014.

RAGO, M. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: GROSSI, Joana Miriam (orgs.)

Masculino, Feminino, Plural. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998. Disponível em: < www.cntgaliza.org>

REGO, W. *Ensaio Sócio-etnográfico*. Salvador: Editora Itapoã, 1968.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade. Porto Alegre, v.20, n.2, jul/dez, 1995.

SOUZA, Eliane Glória Reis da Silva. *Capoeira: sua História e as Relações de Gênero*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2010.

WEEMS, C. H. "*Africana Womanism: the flip side of a coin*". Western Journal of Black Studies, The. FindArticles.com. 30 Jul, 2011. Disponível em:

<http://findarticles.com/p/articles/mi_go2877/is_3_25/ai_n28890867/

http://www.ceap.org.br/downloads/pdf/entrevista_vanda_machado.pdf >

A PRODUÇÃO POÉTICA DE LUIZ GAMA: ATUALIZAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DA *EGALITÉ*?

Jair Cardoso dos Santos¹

Orientadora: Profa. Dra. Maria Anória de Jesus Oliveira

Resumo: Este *paper* é retratada a forma como o poeta e tribuno negro Luiz Gama, principalmente através das suas poesias, ressignificou o conceito de igualdade no Brasil da segunda metade do século XIX, sociedade fortemente marcada pela escravidão e pelas práticas do racismo contra negros escravizados e livres, desmontando as representações da ideia de igualdade formuladas pelo iluminismo francês e pelas elites escravocratas brasileiras. Assim, ao contrapor-se ao pensamento hegemônico da modernidade e revelar-se como um intelectual militante, orgânico, engajado com as causas de pessoas oriundas das margens do tecido social, o poeta e advogado Luiz Gama é considerado um expoente do Atlântico Negro em terras brasileiras.

Palavras-chave: Luís Gama. Poesia negro-brasileira. Igualdade. Desmontagem. Ressignificação.

INTRODUÇÃO

Nos compêndios de história da filosofia existe um lugar consagrado pelo cânone cultural aos iluministas, os pensadores do século XVIII que com uma das mãos arvoraram derrubar os tronos e, com a outra, encetaram a tarefa de sacudir os altares. Representando o pensamento revolucionário burguês, os filósofos iluministas estavam com a história ao contribuírem de forma decisiva para a desmontagem do *Ancien Régime* na França e, posteriormente em toda a Europa.

Inspirados nessas ideias, os revolucionários de 1789 redigiram a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamando, no seu artigo 1º, que “os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum”.

Dessa forma, entrava em cena o instituto jurídico da igualdade formal, ou seja, a igualdade de todos perante a lei. Entretanto, a *égalité* conquistada à luz dos interesses de classe da burguesia levou à frustração das massas rurais e urbanas francesas, que perceberam o engodo do discurso igualitário, que não tivera o condão de mudar as suas reais condições de vida. Interpretando o significado da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, o historiador marxista inglês Eric J. Hobsbawm sintetiza que

As exigências do burguês foram delineadas na famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária (HOBBSAWM, 1986).

Durante o século XIX diversos movimentos, a exemplo das Jornadas Revolucionárias de 1820, 1830 e 1848, e da Comuna de Paris, em 1871, ocorreram na Europa sob o signo da *égalité*, em

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural.

tentativas de desmontagem da lógica dominante imposta pela burguesia para o significado dessa palavra, como bem expressa a obra artística “A liberdade guiando o povo”, do pintor Eugène Delacroix.

No Brasil, entre os séculos XVIII e XIX, algumas tentativas de desmontagem das estruturas arcaicas de poder foram levadas a cabo, influenciadas por estes princípios de *égalité*, *liberté* e *fraternité*, a exemplo da Inconfidência Mineira, Revolta dos Búzios e o próprio processo de independência política do país. E na imperial cidade de São Paulo um jovem negro que sentia na pele as marcas da desigualdade começou a escrever poesias, publicando-as no ano de 1859, sob o título de Primeiras Trovas Burlescas de Getulino, tornou-se advogado provisionado e, defendendo as bandeiras da liberdade dos escravizados e da igualdade entre brancos e negros, destacou-se como uma das personagens mais combativas e aguerridas do país – trata-se de Luís Gama, um pensador fruto da diáspora africana, oriundo das margens do tecido social; filho da negra livre Luíza Mahin, revolucionária que participara da Revolta dos Malês e da Sabinada – movimentos ocorridos na década de 1830 na cidade de Salvador –, com um homem branco que o vendera como escravo quando tinha apenas 10 anos de idade, passando por uma realidade totalmente atípica: de pessoa livre à pessoa escravizada, tendo tais condições ocorridas dentro do território brasileiro. Segundo Lígia Fonseca Ferreira,

A partir dos dezessete anos, graças à “transgressão” de um estudante residente na casa de seu senhor que o ensina a ler e escrever, Luís Gama, qual Prometeu, empreende sua prodigiosa conquista do saber e da palavra que lhe devolvem a liberdade e constróem o improvável destino de um ex-escravo, no Segundo Reinado: o destino de um homem “letrado” cuja voz se fez ouvir na sua cidade, na sua província e na sua nação (FERREIRA, 2011).

Antes de se projetar *et urbi et orbi*, na poesia “No Álbum...”, Luís Gama já revelava o desconforto de viver em uma sociedade racista, que ignorava e repudiava o talento do negro livre e não o considerava em condição de igualdade com pessoas de cor branca:

Ciências e Letras

Não são para ti[;]

Pretinho da Cost[a]

Não é gente aqui (GAMA, 2011).

O fato de a sociedade brasileira não ver os negros livres em condição de igualdade com os brancos, levava, inclusive, ao preconceito quanto ao papel do negro no mercado de trabalho: igualdade nem pensar! A lógica dominante dizia que atividades intelectuais não estariam ao alcance do negro, por suposta absoluta falta de competência técnica! Caberiam ao negro livre as piores

tarefas, as de menor recompensa salarial, as mais desprestigiadas pela sociedade aristocrático-burguesa. Com seu sarcasmo habitual, Luís Gama denuncia a forma elitista e preconceituosa como que o negro livre era visto e o papel das instituições imperiais na formulação do racismo contra este; e, nessa poesia, particularmente, enfatiza, também, o papel do clero católico brasileiro na legitimação da desigualdade imposta pelo cativo, como se observa no final dos versos:

*Vai lá para a tenda
Pegar na sovela,
Coser teus sapatos
Com linha amarela*

*Mordendo na sola,
Empunha o martelo,
Não queiras, com brancos,
Meter-te a tarelo*

*Que branco é mordaz
Tem sangue azulado:
Se boles com ele,
Estás embirado*

*Não borres um livro,
Tão belo e tão fin[o;]
Não sejas pateta,
Sandeu e mofino*

*Não quero que digam
Que sou atrevido;
E que na ciência
Sou intrometido
Desculpa, meu caro amigo,
Eu nada te posso dar;
Na terra que rege o branco,
Nos privam té de pensar!...*

*Ao peso do cativo
Perdemos razão e tino,
Sofrendo barbaridades,
Em nome do Ser Divino!! (GAMA, 2011)*

No antepenúltimo parágrafo acima, observa-se um atrevimento que desafia a violência racista, invertendo a lógica e a hierarquia dominantes. Segundo Jacques Derrida:

Em uma oposição filosófica clássica, nós não estamos lidando com uma coexistência pacífica de um face a face, mas com uma hierarquia violenta. Um dos termos comanda (axiologicamente, logicamente etc.), ocupa o lugar mais alto. Desconstruir a oposição significa, primeiramente, em um momento dado, inverter a hierarquia (DERRIDA, 2001).

Assim fazia o poeta baiano, denunciando sarcasticamente o racismo e desmontando as representações que a sociedade brasileira fazia de uma suposta superioridade branca. Ao inverter a hierarquia, colocava negros e brancos em condição de igualdade na sua poética, sobretudo quando ele se refere à beleza da mulher negra, conforme se verá mais adiante.

Com o seu exemplo e trajetória de intelectual, Luís Gama insurgiu-se contra os fatos por ele próprio denunciados em suas poesias, provando que o negro poderia desempenhar qualquer atividade de cunho intelectual: advogado, poeta, tribuno, jornalista ou qualquer outra atividade não-braçal. Note-se que, além do próprio exemplo de vida, ele usa o domínio da palavra também para atuar como intelectual orgânico, militante, ao qual faz referência HALL (2003), operando no interior do sistema, visando a desconstrução do conceito de igualdade. Os conceitos são culturalmente construídos e, em busca dessa igualdade, Luís Gama atua na sociedade brasileira para inverter a lógica. Trata-se da paralógica, que exigirá um novo conceito, conforme se observa da lição de Jacques Derrida:

Dito isso, ater-se, por outro lado, a essa fase significa ainda operar no terreno e no interior do sistema desconstruído. É preciso também, por essa escrita dupla, justamente estratificada, deslocada e deslocante, marcar o afastamento entre, de um lado, a inversão que coloca na posição inferior aquilo que estava na posição superior, que desconstrói a genealogia sublimante ou idealizante da oposição em questão e, de outro, a emergência repentina de um novo “conceito”, um conceito que não se deixa mais – que nunca se deixou – compreender no regime anterior (DERRIDA, 2001).

O poeta de carapinha sabia exatamente qual era a forma inicial de fazer a sociedade pensar na inversão da ordem, razão pela qual se apresenta com certa humildade. Segundo Elciene de Azevedo

Demonstra com isso saber exatamente quais eram os limites que os valores culturais de seu tempo impunham à sua atuação – afinal, para a sociedade paulista escravocrata, lugar de negro era trabalhando para servir aos brancos, e não metendo-se a “homem de letras” (AZEVEDO, 2005).

Entretanto, mesmo apresentando-se inicialmente com certa humildade, sutil e sarcasticamente Gama prosseguia denunciando a falta de igualdade no mercado de trabalho entre negros livres e brancos, em um discurso atualíssimo, quando os órgãos de pesquisa rotineiramente divulgam as ainda colossais diferenças salariais entre os trabalhadores brancos e não brancos. Quanto àqueles que se encontravam ainda cativos, a sua experiência de homem de arenas, de batalhas o fazia crer que a liberdade era *conditio sine qua non* para as condições da igualdade, razão pela qual, finalizando esse poema, ele assevera:

*E quando lá no horizonte
Despontar a liberdade;
Rompendo as férreas algemas
E proclamando a igualdade;*

*Do chocho bestunto
Cabeça farei;
Mimosas cantigas
Então te darei (GAMA, 2011).*

Ainda nas Primeiras Trovas Burlescas de Getulino, já deixando antever o seu pensamento sobre igualdade entre negros e brancos, o poeta apropriou-se de uma metáfora preconceituosa que comparava e confundia negros com bodes para escrever o poema “Quem Sou Eu?”, mais conhecido como “Bodarrada”. O poeta nascido na Bahia faz questão de satirizar a miscigenada sociedade brasileira, que fazia um esforço hercúleo para afirmar-se como branca. Interessante notar que, ao afirmar nos seus versos que “bodes há de toda a casta/ Pois que a espécie é muito vasta”, Luís Gama coloca todos os que se consideravam brancos como bodes, na mais absoluta condição de igualdade com os negros. Em outro trecho do poema, a ironia satírica vai como uma flecha mensageira da igualdade: “Aqui, n’esta boa terra/ Marram todos, tudo berra”. Àquela altura da segunda metade do século XIX, mesmo negando a condição de igualdade ao negro, as uniões informais interracialis, os encontros casuais, os casamentos (menos comuns) e os rotineiros estupros de mulheres negras conduziram o Brasil a uma miscigenação. Na melhor das hipóteses, poder-se-ia considerar aquela sociedade como mestiça, nunca como branca, assim avaliava o poeta filho de uma africana da Costa da Mina com um branco português. Eis alguns trechos da “Bodarrada”, talvez o mais conhecido poema de Luís Gama:

*Se negro sou, ou sou bode,
Pouco importa. O que isto pode?
Bodes há de toda casta,
Pois que a espécie é muito vasta...
Há cinzentos, há rajados,
Baíos, pampas e malhados,
Bodes negros, bodes brancos,
E, sejamos todos francos,
Uns plebeus, e outros nobres,
Bodes ricos, bodes pobres,
Bodes sábios, importantes,
E também alguns tratantes...
Aqui n’esta boa terra,
Marram todos, tudo berra (GAMA, 2011).*

O pensamento poético de Luís Gama contra a lógica escravocrata dominante representa a contracultura da modernidade (GILROY, 2001), sendo ele uma personagem do Atlântico Negro. No Brasil até a edição das Primeiras Trovas Burlescas de Getulino, nenhum poeta havia se arvorado em escrever publicamente sobre a beleza da mulher negra, e Luís Gama, ao fazê-lo, além de contribuir para criar e fortalecer laços identitários, desconstruía discursos: a traduzia com a mesma formosura

que o cânone cultural hegemônico o fazia com a mulher branca. Também na estética feminina, trata-se da desmontagem do discurso da igualdade: mulheres negras são colocadas como portadoras de beleza, na mesma condição em que eram colocadas as mulheres brancas.

Nota-se, além da beleza da mulher negra, o realce que Gama dá ao poder desta beleza, capaz de silenciar e render poderosos de tez branca, na metáfora que ele faz usando a figura do leão – com letra maiúscula, note-se, talvez confundindo com nomes próprios de pessoas que ostentam poder, e que o senso comum tem confundido como o rei da selva. Assim, diante de tamanha beleza, reis, poderosos render-se-iam à formosura e encantos da mulher negra, conforme se observa do seguinte trecho do poema “Lá Vai Verso”:

*Oh! Musa de Guiné, cor de azeviche,
Estátua de granito denegrido,
Ante quem o Leão se põe rendido,
Despido do furor de atroz braveza (GAMA, 2011).*

No poema “A Cativa”, Luís Gama fala da mãe, Luíza Mahin, “magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro”, como ele refere-se a ela na carta escrita ao amigo Lúcio de Mendonça, em 25 de julho de 1880 (FERREIRA, 2011). No poema feito em homenagem à mãe revolucionária, mais uma vez ele acentua a beleza estonteante da mulher negra, comparando-a com uma obra de arte:

*Tinha o corpo acetinado
– Era o corpo uma pintura –
E no peito palpitante
Um sacrário de ternura (GAMA, 2011).*

Em outro poema, de nome “Meus amores”, o Orfeu de Carapinha usa metáforas que envolvem a cor da noite e os astros para mais uma vez acentuar a retumbante beleza da mulher negra:

*Meus amores são lindos, cor da noite
Recamada de estrelas rutilantes;
Tão formosa crioula, ou Tétis Negra,
Tem por astro dois olhos cintilantes (FERREIRA, 2011).*

Se, no campo da literatura Luís Gama procurava acentuar a igualdade entre negros e brancos, o mesmo ocorria em alguns dos seus escritos para jornais paulistanos, em cartas e na sua prática como advogado e maçom. Instigante notar o esforço de Luís Gama em ver negros e brancos em condição de igualdade no quesito liberdade: ele publicava anúncios em jornais paulistanos, onde oferecia gratuitamente seus serviços advocatícios para libertar escravizados pela via judicial. Mas o que causou maior impressão na sua época foi a forma como ele defendeu a igualdade entre senhores e escravizados ao expor suas ideias sobre o instituto jurídico da legítima defesa, afirmando que “o

escravo que mata o seu senhor age em legítima defesa” (FERREIRA, 2011). Ora, Luís Gama concluía que se alguém pode matar outrem para proteger a própria vida, que é um direito natural, poderia também matar para tutelar a própria liberdade, que também é um direito natural e inalienável. Percebe-se aqui uma nítida desmontagem da lógica dominante, imposta pelo Código Criminal do império, que dava a alguns o direito de nomearem-se donos de corpos e vidas alheios. Note-se que Luís Gama via o Direito e a instituição Justiça como um campo gerador de ressignificações e desmontagens por excelência, onde seria possível as modificações de relações sociais estabelecidas sob a égide da desigualdade. Tratava-se, pois, de instituir alógica da igualdade.

Outro fato que revela a preocupação de Gama com o quesito igualdade é a sua ação na educação de crianças e adultos em um curso noturno, no ano de 1869, conforme Lúcia Fonseca Ferreira nos dá notícia: “Sob os auspícios da Loja América, os “professores” Luiz Gama e Olímpio da Paixão inauguram, em junho, uma escola gratuita para crianças e um curso primário noturno para adultos na Rua 25 de Março” (FERREIRA, 2011).

A Loja América foi a loja maçônica a qual Luís Gama pertencia e essas escolas, ao que tudo indica, eram destinadas a negros. Há aqui a presunção de que ele teria visto na educação o viés que conduziria o negro à igualdade material (entendida aqui, como igualdade de oportunidades, geradora do conceito de ações afirmativas), pois a sua própria vida é fruto e exemplo desse conhecimento que ressignifica a vida. Tal premissa significa dizer que as idéias de Luís Gama ressignificaram o conceito de igualdade formal instituído pela Revolução Francesa. O seu discurso de ex-escravo – à margem do discurso oficial e, portanto, desqualificado pelos setores hegemônicos da época – teria desmontado o conceito burguês de *égalité* para dar-lhe uma feição de igualdade material/substancial; ou, se assim não o fez, ressignificou as representações desse conceito formuladas pela elite escravocrata imperial à luz dos seus próprios interesses. Afinal, o que significava a palavra igualdade para a classe burguesa da França setecentista? Que a igualdade resumia-se em tratar juridicamente desiguais de forma igual. Igualdade na desigualdade é possível?

E para a classe senhorial brasileira, acostumada a atos torpes e cruéis contra a população negra por ela traficada e escravizada, qual era a representação que ela fazia da palavra igualdade? Certamente que a desigualdade na desigualdade; sim, no Brasil oitocentista tal fato era possível! O Código de Processo Criminal então vigente considerava o escravizado como um bem semovente, ou seja, um objeto, uma propriedade do seu senhor, negando-lhe personalidade jurídica. Para questões de ordem judicial, por exemplo, na melhor das hipóteses, ele poderia ser considerado um informante, nunca uma testemunha, como bem assevera Azevedo (2010). Uma grande contradição:

um objeto que fala! Foi contra essa lógica contraditória que a poética de Luís Gama se insurgiu, desmontando discursos...

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Elciene. *O Direito dos Escravos*. Campinas: Edit. Unicamp, 2010.
- AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha*. São Paulo: Editora Unicamp, 2005.
- DERRIDA, Jacques. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FERREIRA, Ligia Fonseca. *Com a palavra, Luiz Gama*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.
- GAMA, Luís. *Primeiras trovas burlescas de Getulino*. Salvador: P55 Edições, 2011.
- GILROY, Paul. “Uma história para não se levar adiante”: a memória viva e o sublime escravo. In: *Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- HALL, Stuart. Estudos culturais e seu legado teórico. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik. Trad. Adelaide La Guardiã Resende Et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HOBBSAWM, J. Eric. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

FOLHAS “MAL-DITAS” DO TEMPO: POR UMA NOVA LEITURA DO CANDOMBLÉ ANGOLA NA BAHIA

Leandro Alves de Araújo¹

Orientador: Prof. Dr. Arivaldo Lima

Resumo: Partindo do pressuposto que sem resistência não há identidade subalterna, há apenas subalternidade, intenta-se, aqui, problematizar o local marginal ao qual fora lançado o Candomblé Angola na Bahia ao longo do tempo, tanto pela sociedade de um modo geral, quanto por pesquisadores renomados que se debruçaram sobre esta temática. Objetiva-se refletir sobre a transvaloração em torno do nagôcentrismo (discussão sobre um possível cânone litúrgico candomblecista) e como esta pode ser confrontada em relação ao conceito de “tradição inventada” de Hobsbawn. Neste sentido, procuro mapear os possíveis deslocamentos, reinvenções e cuidados de si evidenciados em discursos ênicos na comunidade narrativa Unzó Kutalamin Nzambi (terreiro de Candomblé Angola situado na cidade de Catu). Destarte, percebe-se que tornar a oralidade um veículo de afirmação e empoderamento é um ato político; e, desta forma, aprofundar as reflexões que emergem dessas narrativas poderá proporcionar formulações de contradiscursos que viabilizem uma reavaliação dos processos de exclusões, propondo assim, talvez, uma crítica da cultura, das práticas religiosas de orientação africana e dos estudos sobre religião no Brasil.

Palavras-chave: Crítica cultural. Candomblé Angola. Oralidade. Nagôcentrismo.

INTRODUÇÃO

A fortuna crítica produzida por grandes estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento – história, sociologia, linguística-literária e, sobretudo, a antropologia – principalmente a partir da segunda metade do século passado sobre o candomblé da Bahia é vasta e significativa. Contudo, ao fazermos uma revisão bibliográfica, percebe-se, claramente, uma eleição e/ou predileção sobre o que se convencionou chamar de “candomblé de nação Ketu”, em detrimento aos outros segmentos do candomblé, a exemplo do Efon, Jeje ou mesmo dos primeiros africanos escravizados (Bantos), que chegaram à Bahia e que trouxeram consigo suas práticas e saberes religiosos e que mais tarde seria conhecido como “candomblé de Angola”. Neste contexto, várias inquietações, hipóteses e provocações (a exemplo do título inicial do projeto: “folhas mal-ditas do Tempo”), podem/devem ser levantadas na tentativa de elucidar a eleição, indiretamente canônica, do segmento Ketu frente aos demais, bem como problematizar o local marginal do candomblé de Angola.

Neste sentido, destaca-se na investigação da pesquisa corrente, a atenção aqui voltada para um grupo religioso, o Angola, cuja literatura afim é parca, sobretudo, ao compararmos com o espaço aí ocupado por outros grupos religiosos afro-brasileiros. Ao buscar valorizar as visões de mundo dos sujeitos em questão, a pesquisa configura-se também num espaço de visibilidade e representação

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Bolsista FAPESB E-mail: leandrorujo@hotmail.com.

política deste seguimento religioso, bem como fomenta o enriquecimento do debate antropológico e da diversidade etnográfica visada pela comunidade acadêmica.

O projeto tenciona buscar entre praticantes Angola da cidade de Catu, quais são suas “raízes” históricas na Bahia, de que forma suas práticas refletem estas “raízes” e suas “origens africanas”, não mais pautadas em noções externas, tidas como indiscutíveis ou óbvias, mas concebida internamente através de suas memórias suscitadas pelo revolver de suas práticas, discursos ênicos, narrativas e trajetórias de sujeitos emblemáticos do contexto do Candomblé Angola local. Como argumenta Goldman (2003), a história ela mesma não tem nada de evidente ou objetivo. Caso a mantenhemos como um dado fixo e homogêneo:

Tendem[os] a conceber as religiões afro-brasileiras como entes mergulhados numa historicidade que não [necessariamente] lhes pertence, cabendo-lhes tão-somente resistir a esse fluxo temporal externo — mantendo-se então imutáveis ou, [como mais frequentemente são abordadas], degradando-se lentamente até desaparecerem —, ou acomodar-se a ele, passando assim a sofrer transformações que apenas repercutem aquelas, mais fundamentais, da sociedade abrangente (GOLDMAN, 2003, p. 109).

Deste modo, investigar os processos de transformações nas práticas religiosas concebidas pelos próprios adeptos significa um esforço de enfrentar um empreendimento contrário de domesticação (ou mesmo colonização) do Outro através das representações que deles foram feitas, especialmente no cenário religioso afro-brasileiro, no qual o legado Bantu (Angola-Congo) é sistematicamente subestimado.

O empenho inicial tem sido construído na tentativa de verificar ângulos multifacetados da história do candomblé de Angola na Bahia, discutindo noções de identidade, subalternidade e resistência por meio de uma perspectiva inter/trans disciplinar que permita repensar e problematizar o lugar em que foi lançado este segmento do culto afro-brasileiro pela sociedade de um modo geral, bem como por alguns teóricos e pesquisadores que se debruçaram sobre a temática – o candomblé da Bahia. Destarte, percebe-se que tornar a oralidade um veículo de afirmação e consciência é um ato político; e, neste sentido, viabilizar as pesquisas dessas comunidades narrativas poderá proporcionar uma reavaliação dos processos de exclusões bem como de estereótipos, dialogando com contra discursos intrínsecos nas leituras de textos teóricos (linguístico-literário, antropológicos), propondo assim, talvez, uma crítica da cultura através das fronteiras discursivas em questão.

REVISÃO DE LITERATURA

O processo de busca de uma reaproximação da África enquanto “fonte original” das práticas religiosas afro-brasileiras por sacerdotes e sacerdotisas do candomblé é denominado por estudiosos e pelos próprios adeptos de (re)africanização.

A principal “raiz” (ou referência às origens religiosas) procurada por candomblecistas em solo africano é a iorubá – grupo étnico que se estende do sul da Nigéria ao extremo leste de Benin (Verger, 1981; Elbein dos Santos, 2002) – o que comprova que o processo de reafricanização religiosa é, se não unânime, mais intenso entre os candomblés (autodenominados de “nação ketu” (cidade iorubá da qual teria provindo, com os escravizados, o modelo de culto seguido no Brasil nos candomblés homônimos). Nos terreiros, o reflexo desta “volta à África” pode ser refletido em vários espaços da liturgia, os exemplos mais notórios são o aprendizado intensivo do idioma iorubá; a presença crescente do oráculo de Ifá, desempenhado por especialistas brasileiros, mas também africanos no Brasil, os babalaôs; a utilização e procura em escala crescente dos corais na confecção dos colares (comumente chamados de fios de conta); tecidos e vestimentas importados da África em gradativa substituição ou opção de substituição do tecido *richelieu*; estatuetas de madeira e utensílios outros, além de uma acessibilidade ao que chamo de corpus literário do axé (comumente conhecido como fundamentos secretos do axé).

Antigos terreiros reconhecidos como “tradicionais” pela comunidade religiosa transformaram-se, fora dela, em verdadeiros representantes da África no Brasil, principalmente aqueles mais antigos da Bahia – a “Roma Negra” –, e de nação ketu, também chamados “nagô” (BASTIDE, 1960; CARNEIRO, 1977). A legitimação “nativa” – isto é, conferida pelos próprios religiosos – transformou-se em categoria analítica em parte considerável das pesquisas relacionadas, corroborando na construção da imagem dos terreiros nagôs como modelos de culto afro-brasileiro mais “puro”, supostamente mais próximo de um “culto original” africano (cf. Dantas, 1987) – tese que recentemente vem sendo contestada (cf. Parés, 2007).

O mesmo não se deu com as demais nações de candomblé, como as de “Jeje” e de “Angola”. Com a centralização das atenções dos mais diversos setores da sociedade voltadas para os terreiros nagôs, ocorreu simultaneamente a marginalização das demais práticas religiosas afro-brasileiras: voduns e inquices, respectivamente as divindades dos candomblés jeje e angola, não figuram com a mesma familiaridade, no imaginário popular brasileiro, quando aí comparados aos célebres orixás nagôs.

O projeto ora proposto busca investigar as formas pelas quais os praticantes do Terreiro de Candomblé Angola em Catu, *Unzó Kutalamin Nzambi*, relacionam-se com suas “raízes”. Há, na

história do terreiro e/ou em suas atuais práticas, algum processo análogo àquele de reafrikanização qual empreendido pelos terreiros nagô? Como este grupo pensa e exerce as relações com suas “raízes”? Se, como afirma Hobsbawn (1984), toda tradição é uma invenção:

O termo “tradição inventada” é utilizado num sentido amplo, mas nunca indefinido. Inclui tanto as “tradições” realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo - às vezes coisa de poucos anos apenas - e se estabeleceram com enorme rapidez. (HOBBSAWM, 1984, p. 9).

De que forma este grupo [*Unzó Kutalamin Nzambi*] “inventa” – isto é, (re)cria, transmite e vive – as tradições que os identifica e distingue enquanto terreiro de nação angola?

Teoricamente ancorada na Literatura Comparada, nos estudos sobre Oralidade e na Antropologia, a pesquisa tem como pressuposto a sua construção com os sujeitos etnográficos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004), ou seja, estes são considerados atores sociais que a um só tempo produzem suas práticas e sobre elas refletem criticamente, não estando alheios àquilo que outros agentes – como pesquisadores – constroem em torno delas. Perspectiva que então implica na abertura às efetivas agências dos atores sociais sobre a própria pesquisa a ser com eles desenvolvida: desde as questões éticas postas nas relações intersubjetivas, passando pelos métodos possíveis e permitidos pela comunidade (LANGDON, 1999; MALUF, 1999).

Na abertura ao “pensamento nativo”, por assim dizer, encontra-se a tentativa de conduzir “a reflexão antropológica até ao seu limite” (GOLDMAN, 2009, p. 130). A perspectiva do “Outro” é entendida em pé de igualdade epistemológica com a do pesquisador (Castro, 2002). E a representação etnográfica deve levar em conta o lugar desde qual fala o autor e as implicações não só teóricas, mas inerentemente políticas destas representações.

Ampliando as percepções discursivas pautadas na oralidade, trago à cena Paul Zumthor (2010), que vai dizer que a escrita é fixa e nada se compara à força nômade da voz. O mesmo também vai discutir a diferença entre oralidade e vocalidade, considerando que a oralidade ultrapassa a ação da voz, caracterizando-se como uma expansão do corpo que implica tudo o que é endereçado ao outro, por exemplo: um gesto mudo ou mesmo um olhar. Gesto e olhar também concernem à oralidade e os movimentos do corpo são integrados a esta poética.

Zumthor (2010) discuti também a noção de performance como o principal fator constitutivo e determinante de todos os outros elementos formais, cuja compreensão e análise só pode se dar a partir de uma fenomenologia da recepção. Na performance, todo contexto faz parte do texto, além de ser texto.

Ainda sobre as contribuições dos Estudos da Oralidade, dialogo com Frederico Fernandez (2012). O mesmo aborda de forma muito interessante como os trânsitos se constituem e o que eles significam. Discute a noção de trânsito por meio da análise do suporte e de sua variação. O trânsito entre poesia, religião e oralidade contribuem para entender como as pessoas constroem as suas identidades e como estas práticas discursivas fomentam suas culturas.

Embasam a pesquisa etnografias sobre os candomblés como as de Bastide (1983), Carneiro (1977), Landes (2002) e Verger (1997), entre outras já consideradas clássicas nos estudos das religiosidades afro-brasileiras, trazendo descrições e comparações entre distintas modalidades de candomblé. Textos como os de Serra (1995), Dantas (1987), entre outros, elaboram discussões acerca dos discursos de pureza e tradição africana presentes tanto entre os religiosos quanto no meio acadêmico. Discussões mais recentes sobre as abordagens históricas dos candomblés nas pesquisas fazem-se necessárias para pensar e complexificar as abordagens da pesquisa, são exemplo as de Goldman (1984, 2003, 2009, 2012), Opipari (2011), Cardoso (2007, 2009, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de meados do século passado, a religião afro-brasileira ganhou visibilidade e efervescência nas artes (sobretudo na música), na academia e na mídia em geral. A década de 70, por exemplo, representou, no Brasil, a sedimentação de uma consciência reflexiva sobre o negro na sociedade brasileira. Nasce neste período um discurso político e cultural que se fez engajado e consciente. A independência dos países africanos talvez tenha corroborado, em alguma medida, servindo de motivação ainda maior para os empreendimentos do coletivo negro que irá repercutir na criação dos Cadernos Negros (1978), pelo grupo Quilombhoje, por exemplo. Os anos 70 marcaram, ainda, a consolidação de associações de cunho estético-político - a exemplo do Teatro Experimental do negro (embora já fundado em 1944) e o MNU (fundado em 1978). Os agentes da cultura afro-brasileira buscaram ir além dos modelos de cultura dominante, de uma sociedade que foi norteadada pela ideologia do branqueamento. Os sujeitos desse período expressaram, por meio da literatura, da música, do teatro e outras artes a afirmação cultural dos grupos afro-brasileiros. Doravante, não podemos esquecer a importância que as casas de candomblé tiveram (em maior ou menor grau) enquanto espaço de resistência, como também o quanto influenciou esses artistas ativistas e intelectuais negros, dentre outros aspectos, por ser a mesma a maior fonte representativa da memória e oralidade da herança africana no Brasil. O espaço litúrgico do candomblé, neste sentido, é o pedaço vivo da África do outro lado do atlântico.

Destarte, percebe-se que uma nova leitura que discuta criticamente as tensões existenciais entre o centro e à margem, os lugares e os não-lugares legitimados, bem como os dispositivos de poder e interesses subjacentes entre os etnógrafos e suas etnografias construídas em torno da cultura religiosa afro-brasileira é de significativa importância para elaboração de uma crítica cultural que amplie as discussões e os olhares em torno dessa problemática.

REFERÊNCIAS

- BASTIDE, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1985/[1960].
- BASTIDE, Roger. A macumba paulista. In: *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Editora.Perspectiva, 1983 [1946], pp. 193-247.
- BORDINI, Maria da Glória e AGUIAR, Vera Teixeira de. *Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. Pesquisa em versus pesquisa com seres humanos. In: Ceres Víctora, Raul George Oliven, Maria Eunice Maciel e Ari Pedro Oro (Org.), *Antropologia e ética*. O debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. O espírito da performance. Ilha: *Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p.197-213, 2009.
- CARDOSO, Vânia Zikán. *Narrar o mundo: estórias do “povo-de-rua” e a narração do imprevisível*. In Mana, ano 12, nº 2, 2007, pp. 317-345.
- CARDOSO, Vânia Zikán. *Afetos da descrença*. Antropologia em Primeira Mão, 2009a, Vol. 114: 1-17.
- CARDOSO, Vânia Zikán. Assombrações do Feminino. Estórias de pombagiras e o poder do feminino. In: ISAIA, Artur Cesar; MANOEL Ivan Aparecido (Org.). *Espiritismo e Religiões Afro-brasileiras*. São Paulo: Unesp, 2011. Pp. 179-202.
- CARNEIRO, Edison. *Candomblés da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 [1912]. 5 ed.
- CASTILLO, Lisa Earl. *Entre a oralidade e a escrita*. A etnografia nos candomblés da Bahia. Salvador: EDUFBA, 2008.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano* 1.artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.
- DANTAS, Beatriz Góis. “Pureza e poder no mundo dos candomblés”. In: MOURA, C. E. M. de (Org.). *Desvendando Identidades*. São Paulo: EHW Editores, 1987.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- GILROY, Paul. Jóias trazidas da servidão: música negra e a política da autenticidade. In: *O Atlântico Negro*. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001, p. 157-222.
- GOLDMAN, Marcio. Os Tambores dos Mortos e os Tambores dos Vivos. Etnografia, Antropologia e Política em Ilhéus, Bahia. *Revista de Antropologia*, 2003, 46 (2), p. 445-476.
- GOLDMAN, Marcio. Os Tambores do Antropólogo: Antropologia Pós-Social e Etnografia. Ponto Urbe. *Revista do Núcleo de Antropologia Urbana da USP*, v. 3, p. 1-11, 2008.
- GOLDMAN, Marcio. *Histórias, devires e fetiches das religiões afro-brasileiras: ensaio de simetrização antropológica*. Análise Social, XLIII. 2009.

- HOBBSAWM, Eric. "Introdução" In: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.
- LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002 [1947/1967].
- LANGDON, Esther Jean. *A fixação da narrativa: Do mito para a poética de literatura oral*. Horizontes Antropológicos, 1999, n. 12, pp. 13-36.
- MALUF, Sônia. Antropologia, narrativas e a busca de sentido. *Horizontes Antropológicos*, nº 12. 1999. Pp. 69-82.
- OPIARI, Carmen. *O candomblé: imagens em movimento*. São Paulo: Edusp, 2011.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- PARÉS, Luis Nicolau. *A Formação do Candomblé: história e ritual da Nação Jeje na Bahia*. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
- SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil*. Salvador: Edufba; Pallas, 2007, p. 94.
- SANTOS, Juana Elbein dos. *Os Nàgó e a Morte. Pàde, Àsèšè e o Culto Égun na Bahia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 11 ed.
- SERRA, Ordep. *Águas do Rei*. Pretópolis: Vozes Editora, 1995.
- VERGER, Pierre Fatumbi. *Orixás: Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo*. São Paulo: Corrupio, 1981.p. 295
- VERGER, Pierre Fatumbi; CARYBÉ. *Lendas Africanas dos Orixás*. Salvador: Corrupio, 1997. 4 ed.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *O nativo relativo*. Mana 8 (1), 2002, p. 123.

FORMAÇÃO PARA A ESCRITA LITERÁRIA NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Leila Pinheiro Xavier¹

Orientador: Prof. Dr. Carlos Magno Gomes

Resumo: Sob a ótica da formação para a escrita literária, o Ensino Superior brasileiro registra uma ausência. Esse fato exigiu que o público interessado em escrever literatura no Brasil recorresse ao caminho do autodidatismo ou a outro tipo de formação dentro ou fora do país. Mais recentemente, começamos a vislumbrar uma mudança nesse quadro com a chegada de cursos de formação de escritores em nível de Especialização. A proposta deste artigo é investigar como os cursos de pós-graduação em Formação de Escritores ou Escrita Literária/Criativa têm se estruturado no Brasil nas últimas décadas. Proponho discutir este fenômeno sob a ótica dos Estudos Literários e da Crítica Cultural, investigando as possíveis razões da ausência de formação de escritores em nosso país. O trajeto escolhido do caminho metodológico percorrido centra-se na pesquisa qualitativa de cunho descritivo, elaborada a partir de material já publicado sobre o tema em diversas fontes, se tratando, portanto, do ponto de vista dos procedimentos técnicos, de uma pesquisa bibliográfica. O que se busca, além de oferecer uma visão mais detalhada sobre a chegada dos cursos superiores de formação de escritores no Brasil, é investigar os modos de produção de conhecimento para a escrita literária antes da chegada dos cursos de pós-graduação, para discutir as possibilidades trazidas com a eclosão dos mesmos para os egressos de Letras. Defendemos, assim, a necessidade de inclusão da formação para a escrita entre as demandas dos cursos superiores de Letras como uma alternativa de profissionalização dos escritores brasileiros.

Palavras-chave: Formação de escritores. Curso de Letras. Ensino.

INTRODUÇÃO

Até bem pouco tempo atrás era impensável ao estudante de Letras profissionalizar-se em escrita literária no Brasil. Os cursos e toda a sua estruturação apontavam apenas para o exercício da docência. Assim, fazer Letras implicava quase que unicamente em tornar-se professor (a). Ainda hoje uma análise dos componentes curriculares dos cursos pode indicar pouca ou nenhuma alteração em sua estrutura ao longo dos anos e a maioria dos cursos de Letras seguem apenas formando profissionais docentes.

Mais recentemente, entretanto, começamos a visualizar o fenômeno de ingresso de cursos de graduação ou especialização para formar escritores, oferecendo fundamentos para a escrita literária no Brasil. A irrupção desses cursos não significou ainda uma adesão dos cursos de Letras ou uma alteração curricular, mas apresentou-se enquanto uma alternativa de especialização para os egressos dos cursos superiores de Letras e também dos graduados de áreas afins. A preparação para a criação literária ainda dá seus primeiros passos entre nós, mas cumpre ser a oferta de mais uma possibilidade para aqueles que desejarem a carreira de escritor.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Bolsista CAPES. E-mail: leilapinheiro8@gmail.com.

Longe de defender o beletrismo, que reduz a potência da escrita enquanto força transgressora, ou de corroborar a ingênua concepção de que é possível ensinar a escrever por intermédio da sistematização de alguns elementos que compõem o texto literário, nossa ideia de que os cursos superiores de formação para a escrita que começam a se instalar no Brasil se apresentam como uma boa alternativa para o estudante de Letras se sustenta no fato de que é preciso oferecer oportunidade de profissionalização neste setor. De modo bem simples, se admitimos que seja possível ensinar a dançar, pintar ou tocar um instrumento, também devemos admitir que é possível uma formação e conseqüente profissionalização para quem deseja tornar-se escritor(a) literário.

De acordo com Assis Brasil (2014), A Escrita Criativa existe enquanto disciplina acadêmica nos Estados Unidos e na Inglaterra há mais de um século, embora ainda se constitua novidade em nosso país. Aqui este tipo de formação ainda se restringe a uns poucos centros acadêmicos e a cursos realizados fora do sistema oficial. Pode-se ainda encontrar alguma literatura, ficcional ou não, indicando caminhos para quem deseja tornar-se escritor. Isso revela o esforço de preenchimento dos vazios da formação para a escrita literária no Brasil ao passo em que demarca uma crescente demanda.

Os cursos de formação de escritores que chegaram ao Brasil a pouco mais de meio século já figuram na Universidade de Harvard - EUA desde 1880 (RAMEY, 2007, apud MANOCELOS 2010, p. 156), multiplicando-se durante a década de trinta, altura em que surge o primeiro mestrado na área, na Iowa University (VANDERSLICE, 2007, apud MANOCELOS, 2010, p. 156). Ou seja, esta área foi incluída nos programas acadêmicos dos EUA há mais de cento e trinta anos, entretanto ainda aparece timidamente no Brasil.

Foucault (1996) em sua obra *A ordem do discurso* nos alerta para o fato de que os discursos que passam pela sociedade são controlados, produzidos, difundidos ou recepcionados como forma de poder e repressão. Ele esclarece ainda que são muitos os procedimentos de repressão do discurso. “Mas, o que há, enfim, de tão perigoso no fato de as pessoas falarem e de seus discursos proliferarem indefinidamente? Onde, afinal, está o perigo?” (FOUCAULT, 1996, p. 8).

O modo como se delineia a formação de escritores no Brasil nos remete a esse questionamento de Foucault (1996) e nos faz perguntar algo semelhante: Por que nos negamos, por tanto tempo a oportunizar a formação de escritores literários em nosso país? Essa pergunta surge porque o lugar ocupado pela literatura, enquanto produto cultural, nunca foi o necessário ou o esperado para possibilitar o empoderamento discursivo desta nação. Segundo Deleuze e Guattari (1977, p. 25) “[...] a consciência nacional, incerta ou oprimida, passa necessariamente pela

literatura". Através da palavra escrita o indivíduo encontra um canal de manifestação de sua identidade e de sua cultura e este, opera como um libertador da opressão e interdição a que somos submetidos enquanto país pós-colonizado.

Motivados por esta questão nos propomos discutir o modo como a escrita literária vem sendo entendida entre nós. Esta concepção, aparentemente despida de problemas, foi rediscutida pelos Estudos Literários e pela crítica contemporânea, exigindo um esforço de esclarecimento aqui.

A relação entre autor e escrita de que temos registro inicia-se pelo período dos manuscritos, quando escribas frequentemente alteravam os textos que transcreviam e copiavam. Neste período a noção de autoria não era significativa. Mais tarde aparece o papel de criador. As palavras e histórias criadas serviam para avaliar a individualidade e reconhecimento do autor. Assim, com o passar do tempo, a ideia de autoria foi se consolidando.

Foucault (1992), ao tratar da identidade autoral, nos diz que, historicamente, os textos passaram a ter autores na medida em que os discursos se tornaram transgressores com origens passíveis de punições. É com a instituição do sistema de propriedade, que traz regras restritas sobre direitos do autor entre os séculos XVIII e XIX, que a escrita enquanto transgressão passou a se constituir um bem. A autoria, nessa concepção, não é apenas a atribuição de um texto a alguém que o cria, mas sim uma "[...] característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade [...]" (FOUCAULT, 1992, p. 46).

Esse tema instigante também foi discutido por Roland Barthes em *"A Morte do Autor"*. Ele problematiza a questão da autoria enfatizando a questão da não existência do autor fora ou anterior à linguagem. Barthes (1984) vê o autor como sujeito social e historicamente constituído, como um produto do ato de escrever - é o ato de escrever que faz o autor e não o contrário. Nesse estudo, Barthes (1984) afirma que "[...] a escrita é destruição de toda a voz, de toda a origem. A escrita é esse neutro, esse compósito, esse oblíquo para onde foge o nosso sujeito, o preto-e-branco aonde vem perder-se toda a identidade, a começar precisamente pela do corpo que escreve." (p. 1).

Somente com a noção de hipertexto que, enfim, houve uma desvinculação da ideia de escrita atrelada obrigatoriamente a uma autoria posto que o hipertexto possibilita a cada leitor adicionar, alterar ou simplesmente editar outro texto, abrindo possibilidades de uma autoria coletiva e quebrando a ideia da escrita como originária de uma só fonte.

Nesse sentido, hipertexto e teoria contemporânea reconfiguram a ideia de escritor e de escrita. E, são essas novas noções de que fazemos uso ao tratar da chegada dos cursos de formação para a escrita literária no Brasil.

Num esforço por definição, o escritor contemporâneo pode ser considerado todo e qualquer indivíduo que queira representar a vida por meio do simbólico e a escrita define-se por uma criação que não exige ser obrigatoriamente original ou exclusiva. Assim, pergunta-se: Qual o papel dos cursos superiores de formação para a escrita? Como eles podem contribuir positivamente para os cursos e estudantes de Letras?

O presente trabalho objetiva clarificar, com brevidade, as perguntas levantadas aqui, com o intuito de mostrar como esse quadro se delineou ao longo da última década, este artigo propõe pensar a ingressão destes cursos considerando duas questões centrais. Primeiro, a história da formação para a escrita literária no Brasil. Segundo, a chegada dos cursos de especialização em escrita literária/formação de escritores no Brasil, tentando entrever as possibilidades que estes cursos trazem para os estudantes e os cursos de Letras. Desse modo, acreditamos que essa análise poderá contribuir para uma compreensão mais adequada da força e dos limites que os atuais cursos de formação para a escrita literária no Brasil possuem e de suas possibilidades para os egressos de Letras.

PERFAZENDO O CAMINHO DA FORMAÇÃO PARA A ESCRITA LITERÁRIA NO BRASIL

A história da formação para a escrita literária no Brasil está intrinsecamente interligada à história das políticas culturais de nosso país. Isso porque a presença ou omissão do Estado no fomento à criação literária e as demandas levantadas pela população impulsionaram boa parte do investimento nesse campo. A partir das obras de Lindoso (2004) e Rubim (2010) refizemos nos trabalhos anteriores o percurso da formação para a escrita literária no Brasil, considerando o posicionamento político cultural assumido.

Resumidamente, a história da formação para a escrita literária em nosso país se restringe a algumas ações de mecenato na época do império, à expansão do sistema educacional e à regulamentação de ações em prol da produção escrita. Entretanto, nenhum esforço maior foi realizado no sentido de nos fazer avançar frente à preparação para a escrita. Essa realidade começa a se alterar à medida que surgem os cursos de formação de escritores em nosso país, se instituindo enquanto um caminho para os egressos de Letras que desejarem se profissionalizar nesse campo ou graduados em cursos superiores com igual intuito. E, é a chegada destes cursos de formação para a escrita que passamos a visualizar a partir desse ponto.

OFICINAS DE ESCRITA CRIATIVA E PÓS-GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DE ESCRITORES – CAMINHOS PARA A PROFISSIONALIZAÇÃO EM ESCRITA LITERÁRIA NO BRASIL

As oficinas de escrita criativa são relativamente novas em nosso país. As principais de que temos notícias datam de pouco mais de cinco décadas atrás. Um dos expoentes desta atividade em nosso meio é o Professor Luiz Antônio de Assis Brasil. Em sua página na internet, ele busca esclarecer alguns equívocos e preconceitos em relação a este modo de formação através de um artigo/seção denominado *Oficinas literárias*. Assis Brasil, como é conhecido no meio acadêmico, começa esse desafio nos oferecendo um breve histórico das oficinas de criação literária. Ele corrobora que os laboratórios de texto tiveram seu início nos Estados Unidos, na década de 1930-40, mas, segundo ele, foi a partir da Segunda Guerra Mundial que encontraram seu pleno florescimento. Como primeiro curso citado está o *Program in Creative Writing* iniciado pela Universidade de Iowa em 1936, sob a direção de Wilbur Schramm. Essa oficina passou em 1941 aos cuidados de Paul Engle, e ficou sob sua responsabilidade por vinte e cinco anos, ainda segundo este autor. Neste período o curso se delineou e passou a ser reconhecido.

É claro que o pouco tempo de atuação dessas oficinas em nosso país geram certa desconfiança quanto a sua eficácia. Assim, surgem muitos equívocos que Assis se ocupa de esclarecer. O primeiro deles é pensar que as oficinas trabalham uma uniformização dos textos produzidos. O autor tenta desfazê-lo disponibilizando as coletâneas produzidas nas oficinas das quais faz parte para avaliação. A este respeito, Assis Brasil (2014) diz:

Trata-se, este, de um pensamento simplificador, e todas as simplificações são vistosas. Temos de pensar um dado, contudo: se ninguém - repito: ninguém - apresentou estudo que viesse a comprovar essa alegada uniformização, circunscrevendo-se ao mero palpite, temos a considerar a realidade da série de vinte e seis antologias de alunos da "Oficina da PUCRS", editadas sob a denominação genérica de Contos de oficina: quem tiver o cuidado de lê-las sem prevenção, verá que ali estão presentes todas as temáticas e todas as opções técnicas imagináveis: há humor, há política, há sátira, há conflito íntimo, há conflito social; por outro lado, esses temas expressam-se na utilização dos mais variados narradores e procedimentos formais. Há textos lineares e fragmentados. Há experimentalismos e "bons comportamentos". Há contos curtos e contos longos. Se têm algo em comum, é a correção e a limpeza textual - o que, pelo sabido, ainda é uma virtude. É ler e conferir, já que os livros estão disponíveis para consulta (ASSIS BRASIL, 2014, s/p).

Outra afirmação combatida por Assis Brasil (2014) em seu texto, é que os grandes autores não precisaram passar por cursos de formação. Pode até ser verdadeira a afirmação, ele diz, entretanto, é correto dizer que eles pensaram suas obras, submeteram-nas para análise de seus colegas, e em função disso, refizeram suas escritas, acertaram a forma e refletiram sobre o que escreveram. Ações que são feitas dentro de uma oficina literária de forma sistemática. Aí temos um esforço de Assis por

elencar exemplos de parcerias e trocas entre autores na construção de seus textos, o mais significativo seria a célebre crítica que Machado de Assis escreveu ao *O primo Basílio*, na Revista O Cruzeiro, de 16 de abril de 1878 onde, pela primeira vez, foi dita em português, a expressão "oficina literária": "[Eça de Queirós] transpôs ainda há pouco as portas da oficina literária [...]". (Apud ASSIS BRASIL, disponível em: <http://www.laab.com.br/oficina.html>). Esta expressão não é uma referência ao fenômeno moderno discutido neste artigo, mas chama a atenção para a existência de uma "técnica da literatura" e para a necessidade de um aprendizado dessa técnica.

O que se constata, a partir da escrita de Assis Brasil é que as oficinas de criação literária sempre existiram. A sua sistematização é que se apresenta como certa novidade. Sem maiores pretensões assue-se enquanto espaços privilegiados para o exercício da criação, da troca de ideias, de aconselhamento e podem oportunizar o conhecimento dos métodos de composição. Alicerçados na premissa de que escrever, como qualquer outra arte, exige dedicação, informação e conhecimento técnico, as oficinas literárias, com a configuração que temos, se configuraram como estes dispositivos de formação para a escrita no Brasil. O que veremos é como esta ação formativa se instauram nos cursos superiores e qual a contribuição que trazem para os egressos dos cursos superiores de Letras.

Uma reportagem recente publicada em 05 de Março de 2014 no jornal *O Estadão* de São Paulo-SP trata da chegada dos cursos de formação em escrita literária no Brasil. Nela, são relatadas as experiências dos cursos de autores nacionais em oficinas realizadas em Cuba e nos Estados Unidos ou mesmo nas oficinas mais tradicionais brasileiras e hoje seguem o caminho como executores de oficinas. São citados Roberto Taddei, atual coordenador do curso de Especialização em Formação de escritores do Instituto Superior de Educação (ISE) - Vera Cruz, Socorro Acioli, o próprio Assis Brasil, pioneiro no ensino da escrita em nosso país, a jornalista Rosângela Petta, o escritor João Silvério Trevisan, que há 27 anos também realiza oficinas em São Paulo-SP. Também nesta reportagem existe uma preocupação em mostrar como se dá a construção de um autor e de uma obra.

A variedade de cursos oferecidos é grande e se aplica a diferentes níveis e objetivos. Essa crescente oferta já havia sido anunciada pelo site Terra em 11 de junho de 2012 no artigo eletrônico *Universidades integram oficinas de escrita criativa ao currículo*. Lá, além de se falar da chegada dos cursos, Noemi Jaffe, professora de Literatura Brasileira e Crítica Literária da pós-graduação em Letras da PUC-SP discute o alcance desses cursos para os estudantes de nível superior:

A experiência pode ser válida também para os estudantes que ingressam na faculdade de Letras para seguir carreira literária: Noemi observa que muitos cursos de graduação ainda carecem de disciplinas práticas e aulas em que a análise

literária se compromete mais em estudar os recursos técnicos do que o autor ou período da obra em si, aspectos que podem ser explorados nas oficinas.²

Uma consulta feita ao site do MEC revela que são cerca de 2.150 (dois mil, cento e cinquenta) cursos de Letras em atividade no país. Entretanto, a graduação em Letras destinada à formação de escritores é ainda um empreendimento recente no meio acadêmico brasileiro e pouco encontrado mesmo em universidades estrangeiras. A demanda dos estudantes foi um dos principais motivos que levou à criação do bacharelado em Letras com habilitação em Produção Textual pela PUC-Rio em 2004. No currículo, são combinados os conhecimentos básicos do curso de Letras, como Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, a uma série de oficinas sob o formato de disciplinas opcionais, divididas em gêneros literários (poesia, roteiro, dramaturgia) e não literários (lexicografia, texto institucional e texto editorial). Além dos professores da universidade, as aulas são ministradas também por romancistas, poetas e roteiristas, modelo que parece ter sido importado de algumas academias norte-americanas como vimos no quadro apresentado por Assis Brasil nesta seção.

Os cursos de Letras passaram por significativas mudanças no campo metodológico e científico a partir dos anos 80. A coexistência de estudos literários e não-literários foi algo que trouxe o sujeito para o *corpus* da pesquisa. Assim produto e produtor são igualmente estudados. E é nesse contexto que a literatura desce do palco privilegiado do livro, de acordo com Santiago (2004). O fato é que, apesar de vivenciarmos essa reviravolta a mudança no curso de Letras não se processou de modo a admitir tais avanços. Trouxemos o sujeito como *corpus* das pesquisas, abraçamos as políticas de identidades, da crítica literária cultural, mas não conseguimos resgatar o estudante de Letras do despejo linguístico e literário a que foi submetido no contexto da colonização. O direito linguístico e literário, recente objeto de estudo dos cursos de Letras ainda precisa abrir-se para as novas possibilidades que surgem dessas demandas em ascensão, entre elas, os cursos de formação para a escrita literária como uma alternativa de profissionalização dos egressos, e dispositivo de combate à crise dos cursos de Letras.

Nessa perspectiva, listamos aqui alguns cursos de graduação e pós-graduação que já figuram oficialmente nas instituições de nível superior como mais um atrativo e possibilidade de atuação para os estudantes de Letras. Eles ainda são poucos e recentes, mas se constituem como uma nova perspectiva para a área de Letras:

Tabela 3: Cursos superiores de formação de escritores

Curso	Instituição
-------	-------------

² Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/educacao/universidades-integram-oficinas-de-escrita-criativa-ao-curriculo,b40ddc840f0da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 8 abr. 2014.

Curso superior de formação de escritores e agentes literários	UNISINOS
Bacharelado em produção textual (formação de escritores)	PUC-RIO
Pós-graduação em formação de escritores	ISE- Vera Cruz
Pós-graduação em Letras (área de concentração em Escrita Criativa)	PUC- RS

Fonte: Levantamento na web, 2014.

O escasso número de cursos de graduação e pós-graduação em Formação de escritores em atividade hoje no nosso país pode ser reflexo da resistência da academia a esta modalidade educativa. Existia uma recusa justificada pela crença de que o ensino da escrita literária seria uma apologia ao beletismo. Pensar a chegada desses cursos em nosso país e a grande procura que possuem nos faz refletir sobre as demandas que temos e nisso, os cursos de Letras tendem a se beneficiar atraindo um novo público através da reformulação do seu currículo ou da oferta de cursos de pós-graduação em formação de escritores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introjeção dos cursos de formação de escritores no Brasil foi contemplada nesse artigo de modo a analisar o seu impacto e as possíveis contribuições para os cursos de Letras. As políticas culturais para o Livro, Leitura e Bibliotecas no Brasil, como vimos, dedicaram pouco do seu espaço para tratar a questão da formação para a escrita literária em nosso país. Com algumas raras exceções começamos a vislumbrar um movimento em direção ao preenchimento desta lacuna na história de nossa formação. Com um atraso significativo frente aos países que já adotaram o curso em seus sistemas educacionais, as oficinas de criação literária ganharam força fora do sistema oficial para depois começar a ser incorporado nas instituições de nível superior. Ainda são poucos os cursos oferecidos em nível de graduação e pós-graduação, entretanto, eles sinalizam um desejo e crescente demanda pela profissionalização do setor.

O cuidado com a criação literária fortalece a nossa singularidade cultural e tem muito a dizer sobre o papel da literatura em nosso contexto. Por isso, à medida que a academia se abre para as novas possibilidades, despindo-se do medo do beletismo, começamos a escrever uma nova história para o curso de Letras em que se reparam os despejos linguísticos e literários que nos atingiram ao longo desse processo de pós-colonização.

A análise do fenômeno de surgimento dos cursos de formação para a escrita no Brasil sinalizam um caminho novo para os cursos de Letras. No momento em que o exercício da docência

passa a exercer pouca atratividade para os estudantes, abrir mais uma possibilidade de profissionalização além da docência pode significar um novo ânimo para a área.

Pode-se afirmar que esta pesquisa ganha força à medida que se propõe a olhar para aquilo que pode o curso de Letras na contemporaneidade, posicionado no presente, mas com o foco nas suas configurações do passado (AGAMBEN, 2004). É desse modo que entendemos que a Formação de escritores no Brasil se instaura como um novo caminho para os cursos de Letras.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo e outros ensaios*. Trad. Vinícius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

BARTHES, Roland. A morte do autor. In: *O rumor da Língua*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1984.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? Vega: Passagens. Tradução de Antônio F. Cascais e Edmundo Cordeiro, 1992.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LAJOLO, Marisa. *No jardim das Letras, o pomo da discórdia*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio36.html>. Acesso: 02 jun. 2013.

LINDOSO, Felipe. *O Brasil pode ser um país de leitores? Política para a cultura/ Política para o livro*. São Paulo: Summus, 2004.

MANOCELOS, João de. *O ensino da escrita criativa em Portugal: Preconceitos, verdades e desafios*. Actas do I EIELP. p.155 a 160. Exedra, 9 de Março de 2010.

RUBIM, Antônio Albino Canelas (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.

SANTIAGO, Silviano. Democratização no Brasil – 1979-1981 (Cultura versus arte). In: *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Febre nos EUA, cursos de formação de escritores se espalham pelo país. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,febre-nos-eua-cursos-de-formacao-de-escritores-se-espalham-pelo-pais,1137302>. Acesso em: 8 abr. 2014.

Manifesto Temos fome de literatura. Disponível em <http://portunhonselvagem.blogspot.com.br/2007/06/portunhol-selvagem-apoia-el-movimento.html>. Acesso em: 5 abr. 2013.

Oficinas de criação literária iniciam a programação 2014. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/babel/oficinas-de-criacao-literaria-iniciam-a-programacao-de-2014/>. Acesso em: 8 abr. 2014.

ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. *Oficinas literárias*. Disponível em: <http://www.laab.com.br/oficina.html>. Acesso em: 8 abr. 2014.

Universidades integram oficinas de escrita criativa ao currículo.

<http://noticias.terra.com.br/educacao/universidades-integram-oficinas-de-escrita-criativa-ao-curriculo,b40ddc840f0da310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 8 abr. 2014.

<http://emec.mec.gov.br>. Consulta feita em Março de 2014.

O ATO DE ESCREVER E DE SE REESCREVER: EM FOCO RAQUEL DE QUEIROZ E CONCEIÇÃO EVARISTO

Luane Tamires dos Santos Martins¹

Orientadora: Profa. Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira

Resumo: A seguinte pesquisa, em sua forma inicial, visa investigar e refletir sobre o perfil das escritoras Conceição Evaristo e Rachel de Queiroz, considerando suas trajetórias literárias e de vida. Para tanto pretendemos levantar a bibliografia e biografia das mesmas, destacando temáticas mais recorrentes e textos que tratem do ato de escrever. Ainda nos utilizaremos de um referencial teórico condizente com a crítica cultural, com os estudos feministas, de gênero e literários. Desta forma, pretendemos averiguar o percurso das escritoras, nos seus diversos contextos, na conquista deste lugar outrora negado à mulher. Por fim, esperamos contribuir, pelo viés da crítica cultural, com os estudos sobre literatura de autoria feminina no Brasil.

Palavras-Chave: Mulher escritora. Ato de escrever. Crítica Cultural. Crítica Literária.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar o projeto de pesquisa para o Mestrado em Crítica Cultural, cujo tema é a escrita feminina e ainda encontra-se em fase inicial de abordagem e construção.

Para começar esta apresentação, faz-se necessário discorrer um pouco sobre o que me levou a pesquisar literatura de autoria feminina. Nesta perspectiva, ao cursar Letras com Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas na Universidade do Estado da Bahia (UNEB-CAMPUS II/Alagoinhas), deparei-me com os estudos sobre gênero e comecei a refletir sobre o fato de que a maioria dos livros que li eram escritos por homens.

Iniciei como pesquisadora da área de gênero em 2010, com o subprojeto de Iniciação Científica (IC), intitulado *O lugar da literatura nas pesquisas de gênero*, orientado pela professora Jailma Pedreira, chegando à conclusão que as pesquisas de literatura tem cada vez mais focado temáticas sobre gênero, o que significa que o próprio campo literário tem sofrido uma significativa abertura, quando correlacionado, pela perspectiva do gênero, aos Estudos Culturais e suas interfaces (raça, identidade, economia etc).

Desta maneira, em 2011 iniciei outro subprojeto de pesquisa de IC, mais um vinculado ao projeto coordenado pela mesma orientadora. Com este subprojeto voltei-me à identificar, em termos sucintos, quais bibliotecas escolares (municipais e estaduais) do município de Alagoinhas possuíam livros de autoria feminina e quais políticas públicas existiam voltadas para tais bibliotecas, principalmente no tocante a produção/circulação/leitura de livros de autoria feminina. Este estudo

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Bolsista CAPES.

foi ampliando na pesquisa monográfica intitulada *“Literatura de autoria feminina em bibliotecas/salas de leituras escolares de Alagoinhas.”*

Sendo assim, abordando a escrita de autoria feminina na perspectiva do Gênero verificamos a proporcionalidade dos livros de literatura, presentes no acervo, que foram escritos por autoras, em relação aos de autores, considerando o espaço das salas de leituras e bibliotecas pesquisadas em quatro escolas de Alagoinhas. Dessa forma, chegamos à conclusão que havia mais livros de autoria masculina que de autoras. E dos livros de autoras encontradas, raros eram de autoras não canônicas.

Em meio a tais pesquisas, percebi que no meu repertório pessoal de leitura havia poucas autoras e fui em busca de leituras de autoria feminina. Diante de alguns livros escritos por mulheres que tive a oportunidade de ler, deparei-me com obras de Raquel de Queiroz e Conceição Evaristo. Ao ler o livro *“Insubmissas Lágrimas de Mulher”*, uma coletânea de contos da autora Conceição Evaristo, pude observar uma linguagem objetiva e cativante que trazia como protagonistas dos contos mulheres que passam por diversas situações conflituosas em suas vidas. Nessa mesma perspectiva, o livro *“Memorial de Maria Moura”*, de Raquel de Queiroz, também apresentava como protagonista uma mulher, Maria Moura.

Essas duas narrativas citadas acima chamaram-me a atenção uma vez que, fora do que habitualmente estava acostumada a ler, estava diante de escritoras que tratavam em seus escritos sobre a mulher. Não era mais uma visão de um autor, estava diante de mim a oportunidade de ler como uma mulher retrata a si mesma ou a outras.

Apesar de a escrita feminina ter sido invisibilizada e silenciada desde os séculos passados, isso não quer dizer que as mulheres não tenham escrito literatura ou que não escreveram. E, principalmente, as escritoras negras, como é o caso de Conceição Evaristo.

Desta maneira, a problemática desta pesquisa nos faz questionar: como se configura o perfil das escritoras literárias Raquel de Queiroz e Conceição Evaristo, considerando suas trajetórias literárias e de vida? Como objetivos gerais e específicos, pretende-se investigar e refletir sobre a escrita feminina e a própria construção do *“ser escritora”* nas obras das autoras em questão, considerando suas trajetórias literárias e de vida; averiguar o percurso das escritoras no que concerne a historiografia literária; pesquisar e analisar a bibliografia e biografia das autoras; investigar e refletir sobre a presença de temas relacionados ao ato de escrever, à mulher escritora e escrita feminina, e, ainda, averiguar e discutir sobre as possíveis violências (simbólicas ou não) que as autoras sofreram na construção do *“ser escritora”*.

GÊNERO, LITERATURA E CRÍTICA CULTURAL: ALGUNS FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Sabemos que, historicamente, o lugar e o papel da mulher na sociedade foram categoricamente frisados como inferiores ao do homem. A sociedade, construída nos moldes do patriarcalismo, refreava e silenciava qualquer expressão política, teórica ou artística oriunda das mulheres. Se a mulher não era vista como sujeito da Ciência, conseqüentemente ela também não poderia ser vista como sujeito leitor, crítico, reflexivo, ou até mesmo como sujeito capaz de escrever. Dessa forma, tornavam invisível também a escrita da mulher e as representações sobre as mulheres na literatura davam-se basicamente por meio da autoria masculina.

Já os estudos teóricos sobre mulher ascenderam no espaço acadêmico a partir de 1968, como nos afirma Guacira Lopes Louro (1997). A mesma autora ressalta que:

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como conseqüência a sua ampla *invisibilidade* como sujeito da Ciência. (LOURO, 1997, p.17, grifo meu).

Sendo assim, não precisamos fazer muitos esforços para perceber a exclusão concernente à produção literária feminina, basta, reflexivamente, nos perguntarmos quantas autoras consideradas canônicas e quantos autores estudamos durante o nosso Ensino Médio. E se nos aprofundarmos ainda mais nessa reflexão e nos perguntarmos sobre as escritoras negras, provavelmente, não nos lembraremos de muitas, isto se conseguirmos nos lembrar de alguma. Reis (1992) ainda nos alerta que ao lermos e questionarmos um texto literário considerado canônico não se pode deixar de refletir sobre as circunstâncias históricas em que o mesmo foi criado e que, provavelmente frente a essas circunstâncias, indivíduos dotados de poder atribuíram ao tal texto o valor de “literário” em relação a outros, tornando-o um cânone. Segundo o autor supracitado a canonização literária é dotada de interesses ideológicos de dominação, poder e exclusão.

Nessa perspectiva, adentrar o espaço do cânone tem sido luta constante de nossas escritoras, principalmente as escritoras negras. Para Ramalho (2011) a escritora feminina somente assume uma consciência de sua condição de mulher diante de uma sociedade patriarcal a partir do século XX e isto vai refletir nos seus textos. Para a autora, diversas escritoras do século XIX acabaram reproduzindo muitos dos valores patriarcais em suas obras.

Ainda sobre a escrita feminina, é pertinente frisar o que nos diz a autora Carmen Catiz-Montoro (1999), em seu artigo *Feminismo radical e o lugar da nova mestiça*, que discute sobre a neutralidade dos sexos, desconstruindo o equívoco de considerar igualdade e uniformidade como sinônimos. Segundo Catiz-Montoro, essa crença de que homens e mulheres são iguais e possuem os mesmos direitos tem causado grandes controvérsias no meio social e para a autora faz-se

imprescindível compreender que em qualquer país “as mulheres ainda não são iguais aos homens”. Catiz- Montoro apresenta-nos o conceito de “opressão – sistemática” em que o foco dessa falsa igualdade entre mulheres e homens é colocado somente nas mulheres que possuem alguma posição social considerável e elas mesmas acabam acreditando que exemplos isolados e minoritários representam a maioria.

Para a autora, enquanto as mulheres não se conscientizarem das diferenças que existem entre as mesmas, será impossível promover alguma mudança no sistema, uma vez que quando uma minoria feminina assume alguma posição privilegiada no sistema social e econômico acabam por vezes reproduzindo o padrão de opressão que paradoxalmente lutam contra há muitos anos. Isto por acreditarem que as oportunidades de outras mulheres galgarem o mesmo *status* estão disponíveis e são diversas, restando apenas a tentativa e o esforço.

Questionando sobre as diversas formas de opressão feminina, a autora afirma que o governo não encoraja outras formas de criatividade feminina, como por exemplo, a escrita. Para Catiz-Montoro quando se permite a mulher falar ou escrever, sua produção é menosprezada, considerada como de categoria inferior. Consoante à abordagem supracitada, escrever da perspectiva feminina sempre foi um desafio, tanto para enquadrar-se quanto para resistir às pressões e lutas pelo espaço criado por e para os homens.

Nesta perspectiva, não podemos falar de escrita literária, sem antes pensar em uma concepção de Literatura, bem como tentar situá-la na perspectiva da crítica cultural. Discorrer sobre obra de Literatura, não é uma tarefa fácil devido à complexidade do termo e a amplitude daquilo que denominamos Campo Literário. Para Jorge Wanderley (1992, p. 253) definir Literatura é complexo uma vez que esta “se confunde com a definição do poético e da beleza.” Desta maneira, em consonância com o mesmo autor, a definição de Literatura no tocante ao dicionário é praticamente “impossível” (WANDERLEY,1992, p. 254). O autor Antonie Compangon (1999), por sua vez, afirma que, em um sentido amplo, literatura é compreendida como aquilo que é impresso, todos os livros de uma biblioteca e, no sentido restrito, afirma que as implicações sobre o termo variam de época para época. O que os autores em questão concordam é que a Literatura produz um efeito no sujeito que a ler, um sentido que se completa nas entrelinhas do texto literário a partir da subjetividade leitor.

Consoante Culler (1999) “os estudos culturais incluem e abrangem os estudos literários” (CULLER, 1999, p. 49). Sendo assim, buscando refletir sobre a relação entre os Estudos Culturais e os Estudos Literários, observamos que em *Literatura e Estudos Culturais*, Jonathan Culler (1999) apresenta questões relevantes sobre o interesse dos estudos culturais, apresentando, de início, a

genealogia dupla dos estudos culturais modernos: a primeira marca genealógica, é a do estruturalismo francês dos anos 60, cujo representante é Roland Barthes, e a sua atividade implicaria na desnaturalização daquilo que foi considerado natural; e a segunda é a teoria literária marxista na Grã – Bretanha, tendo como representantes Raymond Williams e Richard Hoggart. Desse movimento genealógico os principais objetivos são a resignificação e consideração da produção marginalizada, a análise da cultura de massa e a proposta de dar visibilidade aos povos considerados “sem cultura.”

Culler (1999) trata também do conflito entre os “Estudos Culturais” e os “Estudos Literários”, uma vez que, para alguns autores os “Estudos Culturais” poderiam “sufocar”, “matar” os “Estudos Literários”. Culler (1999) afirma e demonstra justamente o contrário, pois para o autor os Estudos Literários podem “ganhar” na relação com os Estudos Culturais, uma vez que a literatura, na perspectiva cultural, é compreendida como uma prática cultural específica e as obras são vinculadas a outros discursos.

Esses textos, entre outros, já nos levam a refletir sobre como mulheres escritoras puderam adentrar o espaço criado por e para homens, sobre como seus textos, suas reflexões, denúncias e proposições levaram, por exemplo, Raquel de Queiroz a tornar-se participante da Academia Brasileira de Letras, e Conceição Evaristo, enquanto mulher e negra, ter os seus textos literários e a sua biografia sendo estudados por acadêmicos contemporâneos.

PRIMEIROS PASSOS: RAQUEL DE QUEIROZ E A LITERATURA MODERNISTA

Já nos é sabido que as autoras em questão fazem parte de períodos históricos diferentes e, considerando a periodização literária, escolas literárias diferentes. Enquanto Raquel de Queiroz é comumente enquadrada no período da historiografia literária denominado Modernismo, Conceição Evaristo faz parte do que a crítica atual costuma chamar de “contemporâneo”.

A princípio, nos deteremos a refletir um pouco sobre esse período denominado de Modernismo, no que diz respeito ao que alguns críticos literários abordaram a respeito de Raquel de Queiroz. O período Modernista, resumidamente, é caracterizado pela ruptura com os modelos parnasianos e o seu estopim é relacionado à Semana de Arte Moderna, realizada em fevereiro de 1922.

Os críticos literários Antônio Candido e José Aderaldo Castello (1975), no terceiro volume do livro *Presença da Literatura Brasileira*, abordam sobre os fundamentos do Modernismo brasileiro e doravante apresentam uma breve biografia sobre autores modernistas e fragmentos que exemplificam suas obras. Neste volume, encontramos destacados vinte e dois autores, como por

exemplo, Jorge Amado, Manuel Bandeira e Oswald de Andrade; e duas autoras, Cecília Meireles e Raquel de Queiroz. Sobre esta última, nos deteremos em descrever a crítica dos autores.

Cândido e Castello (1975) dissertam de uma forma breve sobre a biografia e a bibliografia da autora em questão, afirmando que, no tocante a prosa, uma das correntes mais importantes foi a regionalista, corrente que tem como representante Raquel de Queiroz. Segundo os mesmos, a escritora nasceu em Fortaleza (1910), diplomou-se em 1925 e ingressou no jornalismo, lançando seu livro de estreia, *O Quinze*, em 1930. Os autores ressaltam que nos romances *O Quinze* e *João Miguel*, a autora se apoia na análise psicológica dos personagens, especialmente no tocante ao homem nordestino, ainda afirmam que tanto nestes, quanto nas suas demais obras regionalistas, a autora vale-se de uma linguagem enriquecida pela escolha acertada do vocabulário e pela técnica do diálogo.

Referente à bibliografia da escritora, os autores destacam os seguintes textos, por ordem cronológica de lançamento, indicando entre parênteses as crônicas e os textos teatrais: *O Quinze* (1930), *João Miguel* (1932), *Caminhos de Pedra* (1937), *As Três Marias* (1939), *A Donzela e a Moura Torta* (Crônicas, 1948), *Lampiã* (Teatro, 1953), *100 crônicas escolhidas* (1958), *A Beata Maria do Egito* (Teatro, 1958), *O Brasileiro perplexo: histórias e crônicas* (1963) e *o Caçador de tatu* (Crônicas, 1967).

Alfredo Bosi (1994), por sua vez, em *História Concisa da Literatura Brasileira*, dedica dois capítulos sobre a escola literária modernista e neles apresenta uma breve nota biográfica sobre os autores e tece alguns comentários sobre as obras dos mesmos e o estilo que os caracteriza. No primeiro, ele descreve os adventos do Pré-modernismo e do Modernismo até a década de 30. No outro capítulo, intitulado *Tendências contemporâneas*, o autor disserta sobre os autores que se destacaram no Brasil após a década de 30, período considerado pelo mesmo como “contemporâneo” ponderando até os dias atuais. É neste período que, para o autor, Raquel de Queiroz estaria enquadrada no que se refere à periodização literária. Sobre o motivo de usar o termo “contemporâneo”, o autor justifica-se dizendo:

[...] 1922, por exemplo, presta-se muito bem à periodização literária: o ano de 1930 evoca menos significados literários prementes por causa do relevo social assumido pela Revolução de Outubro. Mas, tendo esse movimento nascido das contradições da República Velha que ele pretendia superar, e, em parte, superou; e tendo suscitado em todo o Brasil uma corrente de esperanças, oposições, programas e desenganos, venceu fundo a nossa literatura, lançando-a um estatuto *adulto* e *moderno* perto do qual as palavras de ordem de 22 parecem fogachos de adolescentes. Somos hoje contemporâneos de uma realidade econômica, social, política, e cultural que se estruturou depois de 30 (BOSI, 1994, p. 383, grifo do autor).

Sendo assim, em relação ao primeiro capítulo o autor destaca quatro autores pré-modernistas, e onze autores modernistas. Destes, não há representantes femininas. No segundo capítulo, Bosi destaca dezoito autores e três autoras: Cecília Meireles, Clarice Lispector e Raquel de Queiroz.

Sobre Raquel de Queiroz, Alfredo Bosi tece alguns comentários a respeito de quatro romances da escritora, ressaltando que *O Quinze* e *João Miguel* estão inseridos na ficção regionalista, enquanto, *Caminho de Pedras* seria um romance de cunho conscientemente político, mas também populista por situar as “personagens pobres ‘de fora’, como quem observa um espetáculo curioso, que eventualmente, pode comover.” (BOSI, 1994, p.396). Já o romance *As Três Marias*, seria de cunho psicológico.

Sobre o caráter ideológico da autora em questão, Alfredo Bosi ressalta que a mesma é um tanto paradoxal, mas que tal paradoxo pode ser facilmente compreendido considerando a influencia do momento tenentista nacional que a teria condicionado. Desta forma, a mesma apresenta-se revolucionária, em 1930; sentimentalmente liberal e esquerdizante, no período da ditadura; e por fim, defensora das raízes do *status quo*.

Em relação à bibliografia de Raquel de Queiroz, o crítico literário referido acima, destaca, cronologicamente, no gênero ficção: *O Quinze* (1930), *João Miguel* (1932), *Caminho de Pedras* (1937), *As Três Marias* (1939), *O Galo de Ouro* (1950), *Dora Doralina* (1975) e *Memorial de Maria Moura* (1992); no teatro: *Lampião* (1953) e *A Beata Maria do Egito* (1958); e na crônica: *A Donzela e a Moura Torta* (1948), *100 Crônicas Escolhidas* (1958), *O Brasileiro Perplexo* (1963) e *o Caçador de Tatu* (1967).

Desta maneira, com base em tais constatações, podemos começar a refletir sobre desproporcionalidade entre o número de escritores mencionados, resenhados e caracterizados pelos críticos aqui mencionados, em contraste com o número de escritoras. Além disso, vale-nos questionar também se como representantes femininas da escrita literária modernista, teríamos tão somente Cecília Meireles, Clarice Lispector e Raquel de Queiroz, bem como, o que teria sido considerado nestas escritoras, mais especificamente em Raquel de Queiroz, que as fizeram ser “contadas” nestas historiografias da Literatura Brasileira.

CONSIDERAÇÕES EM ANDAMENTO

Com base no exposto, considerando a produção literária de Raquel de Queiroz e Conceição Evaristo, que não tratamos aqui, pois ainda estamos em fase bem inicial, torna-se relevante indagar

como estas autoras literárias se constituíram enquanto escritoras de literatura. Além disso, nos inquieta pensar também se e como tais autoras representam em suas obras o que compreendem ser a escrita feminina, ou, como as mesmas representam a escritora, ou a si mesmas enquanto escritoras literárias. É importante também refletirmos sobre quais os impasses, as violências simbólicas (ou não) que estas autoras sofreram ao longo de suas trajetórias literárias. E que escrita é essa? Existem marcas que possamos identificar essa tal “literatura feminina”?

Desta forma, vale ressaltar que através dos diversos movimentos sociais feministas, das discussões sobre Gênero, de uma crítica literária feminista e da própria discussão dos Estudos Culturais, a literatura feminina tem surgido aos poucos nos espaços que anteriormente haviam sido negados às mulheres. Um exemplo disso é a presença de autoras, como Raquel de Queiroz, na Academia Brasileira de Letras e, ainda que de forma parcial, em historiografias literárias. Destarte, o presente projeto torna-se pertinente, uma vez que, busca estudar a construção do próprio “ser escritora” no tocante a Raquel de Queiroz e Conceição Evaristo, considerando também os desafios que, provavelmente, existiram para estas escritoras e ainda existem para as mulheres romperem com as barreiras do cânone literário. E desta maneira, esperamos contribuir, através do viés da Crítica Cultural, com os estudos de autoria feminina no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ivia. Escritoras do século XIX e a exclusão do cânone literário. In: ALVES, IVIA. MACEDO, Márcia. PASSOS, Elizabete.(Org.). *Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares*. Salvador: UFBA, Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 1998.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 37ªed. São Paulo: Cultrix, 1994. p. 303-491.
- CANDIDO, Antonio. CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da Literatura Brasileira*. Vol III. Modernismo. 5. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1975.
- CATIZ – MONTORO, Carmem. Feminismo radical e o lugar da nova mestiça. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. CAPELATO, Helena Rolim (Org.). *Relações de gênero e diversidades culturais nas Américas*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: EDUSP, 1999.
- COMPANGNON, Antoine. A literatura. In: COMPANGNON, Antoine; MOURÃO, Cleonice Paes Barreto; SANTIAGO, Consuelo Fortes. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- CULLER, Jonathan. Literatura e Estudos Culturais. In: CULLER, Jonathan. *Teoria Literária: uma introdução*. São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999.
- FREITAS, Zilda de Oliveira. A literatura de autoria feminina. In: FERREIRA, Silvia Lúcia. NASCIMENTO, Enilda Rosendo (Org.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/ UFBA, 2002.
- MARRECO, Maria Inês de Moraes. Investigando a história das mulheres. In: DUARTE, Constância Lima. DUARTE, Eduardo de Assis. ALEXANDRE, Marcos Antônio. (Org.). *Falas do outro: literatura, gênero e etnicidade*. Belo Horizonte: Nandyala; NEIA, 2010.

RAMALHO, Cristina. As faces líricas da escritora brasileira. In: ZONLIN, Lúcia Osama. GOMES, Carlos Magno. (Org.). *Deslocamentos da escritora brasileira*. Maringá: Eduem, 2011.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIN, José Luís. (Org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

WANDERLEY, Jorge. Literatura. In: JOBIN, José Luís (Org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992.

VIOLÊNCIA RACIAL, VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA OBRA DE CONCEIÇÃO EVARISTO

Manoela dos Santos Barbosa¹

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Garcia

Resumo: Esta pesquisa investiga as peculiaridades do projeto estético-literário da escritora Conceição Evaristo, que questiona as diferentes formas de violências a que estão submetidas às mulheres negras. Como recorte, exploraremos as representações étnico-raciais e de gênero na antologia *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011). Nosso objetivo é analisar as marcas das diferentes formas de violência a que mulheres negras são submetidas no contexto social brasileiro a partir das intersecções de gênero, classe e etnia. Metodologicamente, usaremos as perspectivas feministas de bell hooks, Jurema Werneck e Angela Davis, dos documentos legislativos no que diz respeito ao enfrentamento à violência contra a mulher, e ainda, conceitos de violência doméstica de Constância Lima Duarte, Heleieth Saffioti, Lia Zanotta Machado e Eva Blay, que ressaltam o quanto este tipo de violência deve ser combatido por meio de políticas públicas.

Palavras-chave: violência doméstica. Gênero. Políticas públicas. Conceição Evaristo

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa, com título provisório: “Violência de gênero, violência racial na obra de Conceição Evaristo”, parte primeiramente das minhas inquietações enquanto ser social ao observar, por exemplo, as questões relativas à violência contra a mulher, mas, sobretudo, da minha percepção e vivência enquanto mulher e negra consciente das especificidades que marcam a minha trajetória e das minhas iguais a partir de uma sociedade marcadamente discriminatória, sexista e misógina.

Levada inicialmente pelas motivações pessoais busquei enveredar minhas escolhas profissionais/acadêmicas por caminhos que me conduzissem a refletir sobre tais questões, a saber, a violência contra a mulher e mais precisamente as mulheres negras.

Somam-se a estas indagações o contato com projeto literário, da escritora Conceição Evaristo presente nos *Cadernos Negros*², sendo surpreendida pela sua maneira de escrever as mulheres (negras), rompendo com estereótipos, homogeneidades, invisibilidades, sensualidade acentuada comumente destinadas as mulheres afro-brasileiras, no que tange a boa parte da produção literária brasileira e posteriormente, o interesse em aprofundar/mergulhar nos estudos provenientes, pela ficção-verdade impressa em sua prosa contemporânea e ainda, pela forma de escrever da autora em questão descrita pela mesma como uma escrevivência - escrever a existência. Segundo Evaristo: “Foi daí, talvez, que eu descobri a função, urgência, a dor, a necessidade e a esperança da escrita. É

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Bolsista CAPES. E-mail: manoellasbarbosa@hotmail.com.

² Publicação coletiva do Grupo Quilombhoje que vem a público desde 1978, cada ano é dedicado à poesia ou à prosa.

preciso comprometer a vida com a existência ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?” (EVARISTO, p. 2007).

Dessa maneira, a escritora, insere-se nesse contexto com seu projeto estético e inovador, focalizando através da sua escrita “realista” vozes femininas negras ambientadas no século XXI. Em meio a esse ínterim, pretende-se elencar a partir de uma perspectiva étnica, de classe e feminista, a abordagem dada pela autora com comprometimentos e sensibilidades propõe releituras da violência, apresentando-nos sem pudores personagens-reais do nosso cotidiano, tendo como pressuposto a relação entre narrativa e estado lírico, sem perder de vista as imbricações da violência contra a mulher e a relação patriarcal e machista a que estão submetidas dentro (e fora) da narrativa proposta.

Desse modo, esta pesquisa visa investigar a proposta literária da escritora, e para tal investida, nos apoiaremos em sua última publicação, a saber, a antologia *Insubmissas lágrimas de mulheres* (EVARISTO, 2011), onde reúne treze contos, todos protagonizados por mulheres negras e costurados pela voz narradora-ouvinte da autora atentando para as marcas da violência doméstica e intrafamiliar.

Esta pesquisa apresenta-se relevante na medida em que vem havendo investidas do Estado, através de políticas específicas com o intuito de minimizar os efeitos do sexismo, do racismo e das discriminações, as quais ainda marcam as trajetórias das mulheres neste país.

Assim sendo, os interesses e objetivos dessa pesquisa relacionam-se com a abordagem da crítica cultural, à medida que interroga o cânone literário, propondo uma discussão que visa averiguar qual o compromisso que a literatura deve ter com os discursos reais? De que maneira a literatura pode colaborar e\ou contribuir para mediar conflitos, estabelecer novos conceitos ou até mesmo fortalecer “velhos” e surrados estereótipos? De que modo a produção literária pode contribuir para denunciar violência contra a mulher introjetada no convívio social? De que modo a literatura pode corroborar para politizar estas feridas?

CONTEXTUALIZANDO A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra a mulher é um problema mundial e antigo. Entende-se como violência, “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.” (BRASÍLIA, 2006, p. 6).

Ao longo dos anos temos observado inúmeros casos de agressões, brutalidades e extremismos protagonizados pela herança patriarcal, pautada no machismo. No Brasil, todos os dias ouvimos,

presenciamos ou temos notícias sobre violência(s), sobretudo, no que diz respeito à mulher. Dados apontam, para um crescente número de mulheres violentadas cotidianamente. O fato é que muitas são violentadas apenas por ser mulher, o que nos leva a observar que essas severidades estão ligadas ao machismo e seus desdobramentos.

Mesmo com oito anos de existência da Lei 11.340\06³, a qual visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e de políticas públicas para o enfrentamento a estas violências, ainda são flagrantes os abusos, excessos e ideia de soberania e posse dos homens em relação às mulheres.

A violência contra a mulher pode se manifestar de várias formas - violência de gênero, violência intrafamiliar, violência sexual, violência psicológica, violência doméstica, violência física, violência econômica ou financeira, ou ainda, violência institucional – e com os demais distintos graus de perversidade. Estas formas de violência não se produzem isoladamente, mas fazem parte de uma sequência crescente de episódios, do qual os assassinatos vêm a ser a manifestação mais extrema.

No entanto, parece que há uma rotinização destas violências no nosso convívio. É curioso quando nos perguntamos, por exemplo, onde estão os talhos, as rasuras, as dores, a solidão, as brutalidades dessas ocorrências na nossa vida?

Levando em conta os dados obtidos através do Dossiê *Mulheres Negras: retratos das condições de vida das mulheres negras no Brasil*⁴, o qual estabelece um diagnóstico sobre o perfil das condições de vida e vulnerabilidade das mulheres negras e conforme nos alerta Castro e Rocha (2006):

[...] ampliar a atenção às mulheres negras em situação de violência é romper com uma visão estreita de que as outras formas de violência não influem na qualidade de vida, na auto-estima e na redução dos danos causados à mulher e multiplicar as estratégias vitoriosas das mulheres no combate a violência contra a mulher, em especial as mulheres negras, atuando também nas outras causas que violam os seus direitos e que reproduzem com maior ênfase a violência contra elas.

Somam-se a estes dados expressivos de pesquisa nacional, bem como as dimensões e efeitos das discriminações de gênero e raça, tomamos como fonte a antologia *Insubmissas lágrimas de Mulheres (2011)* da escritora Conceição Evaristo, onde são pertinentes questões relativas à violência contra a mulher, sobretudo, as marcas das violências domésticas e sexuais presentes na obra

³ Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

⁴ Publicação interinstitucional resultante de uma importante parceria com o Ipea, a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ambas da Presidência da República.

buscando estabelecer diálogos entre os documentos legislativos como os Mapas da Violência (2012); Homicídios de mulheres no Brasil, Progresso de mulheres no Brasil (2003-2010); Lei 11.340/2006, Dossiê Mulheres Negras (2012), Convenção de Belém do Pará, os quais chamamos aqui de arquivos públicos e a obra em questão.

Evaristo é uma escritora de voz coletiva, que se propõe a discutir, problematizar e apresentar uma literatura comprometida com o universo feminino (negro), e, sobretudo, busca afirmar o dever e comprometimento que a literatura deve ter com a realidade e a inclusão:

Pode-se concluir que na escre(vivência) das mulheres negras, encontramos o desenho de novos perfis na literatura brasileira, tanto do ponto de vista do conteúdo, como no da autoria. Uma inovação literária se dá profundamente marcada pelo lugar sócio-cultural em que essas escritoras se colocam para produzir suas escritas. (EVARISTO, 2007, p. 54).

Dessa maneira, este estudo tem por objetivo geral analisar o projeto estético-literário, constantes na antologia *Insubmissas lágrimas de mulheres* (2011), recorrendo, para sua elucidação, a suportes da crítica literária, da crítica cultural e a aspectos fundamentais da escrita literária feminina e negra. Tornam-se fundamentos de análise, os discursos presente na obra e os aspectos presentes na ficção-verdade da autora em questão e o comprometimento da sua escrita com aspectos do nosso cotidiano.

Quanto aos objetivos específicos, vale verificar, no corpo dos contos, a resistência e insubmissão diante das adversidades cotidianas bem como o analisar dos discursos no tocante a prosa contemporânea e as marcas de violências - intrafamiliar, sexual e doméstica – a partir das interações de gênero, classe e etnia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a violência contra a mulher é um problema mundial, antigo e multifacetado. O Brasil ocupa o sétimo lugar na esfera mundial, segundo dados do Mapa da Violência 2012 – Homicídios de Mulheres no Brasil, o que evidencia o quanto esta chaga deve ser discutida e combatida com devido rigor tanto pela academia quanto pelo Estado, o qual deve intervir através de políticas específicas a fim de preveni-la, e atribuindo punição efetiva aos perpetradores com vistas a sua erradicação no convívio social.

Desse modo, proponho-me a discutir sobre a violência contra a mulher, atribuindo um olhar específico a violência contra mulheres negras, as quais experienciam as subjetividades de serem mulheres e negras numa sociedade marcadamente misógina, racista e excludente.

Refletindo sobre a construção de discursos que conferem a estas mulheres um lugar subalternizado, e de que maneira a nossa sociedade culturalmente estabelece e operam as esferas de poder, destinando a determinados corpos a legitimação das práticas de violência, questões como estas têm sido basilares para o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao concluir, o primeiro semestre os questionamentos se ampliaram à medida que “certezas” deram vazão aos desalinhos, as dúvidas, mas, também a novos horizontes os quais corroboram para ampliação das discussões e da bibliografia, a fim de avançar nas novas leituras e diálogos a partir de documentos públicos, de outras formas conhecimentos – literatura, antropologia, direito, filosofia – a fim de avançar a discussão sobre a violência a partir das leis, a partir, dos recortes os quais têm sido a dinâmica atual para o desenvolvimento deste estudo.

REFERÊNCIAS

BLAY, Eva Alterman. *Violência contra a mulher e políticas públicas. Estudos avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, dez. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300006 Acesso em: 12 de Julho, 2014.

BORDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. de Maria Helena Kuhner. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL (2006). *Lei 11.340 de 07/08/2006 – “Lei Maria da Penha”*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 10 de Julho, 2014.

BUTLER, Judith. *O clamor de Antígona: parentesco entre a vida e a morte*. Trad de André Cechinel. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

Cartilha: *Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica*. Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos– FNEDH, Brasília, 2006.

DUARTE, Eduardo de Assis; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Literatura e afrodescendência no Brasil*: antologia crítica, Volumes 2 e 4. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

EVARISTO, Conceição. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe; um dos lugares de nascimento de minha escrita. In Alexandre, Marcos Antônio (Org.). *Representações performáticas brasileiras*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

HOOKS, Bell. *Intelectuais negras. Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: Ano 3, n 2, 1995.

BARSTED, Leila Linhares e PITANGUY, Jacqueline (Org.). *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010*. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

A LINGUAGEM FOTOGRÁFICA: UMA LEITURA SOBRE AS VIVÊNCIAS DAS FAMÍLIAS INHAMBUPENSES

Maria Aparecida Ramos de Lima¹

Orientador: Prof. Dr. Washington Luís Lima Drummond

Resumo: Este projeto, objetiva pesquisar através da imagem fotográfica a trajetória das famílias Inhambupenses. A motivação deste estudo nasce a partir dos registros fotográficos observados desde a infância, o que aguçou a curiosidade pelas imagens reprodutíveis. A pesquisa pretende inicialmente coletar, identificar e classificar um conjunto de imagens reprodutíveis para uma posterior análise das mudanças vivenciadas no cotidiano da vida privada familiar. Dessa maneira, pretende desenvolver uma historiografia cultural sobre as relações da vida privada e o atual estágio das imagens reprodutíveis em suas mutações contemporâneas. Para subsidiar esta investigação foi necessário a apropriação de reflexões teórico-críticas desenvolvidas a partir de abordagens de teóricos no campo da crítica cultural, que estudam historiografia da intimidade e imagens reprodutíveis, sobretudo fotografias, como Benjamin (1985), Flusser (1983), Drummond (2013) e Achutti (2004). A pesquisa, de âmbito qualitativo, será desenvolvida através de minucioso trabalho de análise e interpretação de fotografias. Os instrumentos utilizados serão notebook, scanner e máquina fotográfica. A coleta de dados se dará a partir do contato direto da pesquisadora com as famílias que fornecerão as fotografias, objeto de nossa análise, as quais serão scaneadas e interpretadas.

Palavras-chave: Fotografia. Historiografia. Intimidade. Contemporaneidade.

INTRODUÇÃO

A pesquisa inserir-se nos estudos da linha 3 de pesquisa, que trata de narrativas, testemunhos e modos de vida, do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Pretende-se desenvolver uma historiografia cultural sobre as relações da vida privada e o atual estágio das imagens reprodutíveis em suas mutações contemporâneas. A escolha por desenvolver este estudo também justifica-se pelo compromisso da universidade de intervir de forma viva e dinâmica nas comunidades vizinhas à qual a UNEB², estar inserida.

A questão que perpassa por essa pesquisa é a seguinte: Em que medida a percepção e interpretação da imagem fotográfica traduz o cotidiano da vida privada familiar? Os propósitos para o desenvolvimento deste estudo em linhas gerais é fazer uma leitura crítica de imagem fotográfica, a partir dos diversos momentos históricos, vivenciados no cotidiano da vida privada familiar. Em um contexto mais específico o pesquisador pretende pesquisar imagens fotográficas que retratem as relações sociais no cotidiano da vida privada familiar, coletar, identificar, classificar e interpretar um conjunto de imagens reprodutíveis para uma posterior análise das mudanças vivenciadas no

¹ Mestranda no Programa de Pós- Graduação em Crítica Cultural. E-mail: cidara1@yahoo.com.br.

² Universidade do Estado da Bahia - UNEB

cotidiano da vida privada familiar e posteriormente analisar as relações sociais da vida privada familiar e suas mutações contemporâneas.

METODOLOGIA

A pesquisa, de âmbito qualitativo, será desenvolvida através de minucioso trabalho de campo que dá base à metodologia voltada ao crítica cultural. Inicialmente serão adotados procedimentos metodológicos como coletar, identificar e classificar um conjunto de imagens reproduzíveis para uma posterior análise. Dessa maneira pretende desenvolver uma historiografia cultural sobre as relações da vida privada e o atual estágio das imagens reproduzíveis em suas mutações contemporâneas. Os dados coletados serão as imagens reproduzíveis (fotografias), que fazem parte de acervos particulares, no entanto para se compreender o contexto histórico e espacial do objeto de estudo, serão coletados também mapas e documentos relacionados a história da cidade de Inhambupe.

No primeiro momento, o pesquisador irá entrar em contato com famílias que construíram uma trajetória de vida na cidade de Inhambupe. Neste momento será esclarecido que pretende-se fazer uma leitura de vivências destas famílias a partir de seus acervos fotográfico. Para isto, existe a necessidade de coletar as fotos para desenvolver este estudo. O pesquisador pretende combinar com as famílias o momento mais adequado para scannear as fotos e/ou fotografá-las.

Antes de iniciar propriamente a coleta dos dados visuais, é necessário que o representante familiar assine um documento para autorização de imagem, uma cópia fica com ele e a outra ficará com o pesquisador. O próximo procedimento é a coleta de fotografias para a análise posteriormente.

A proposta é coletar aproximadamente 1.000 (mil) fotos. Na próxima etapa o pesquisador irá identificar na fotografia o que existe de recorrente, em determinados aspectos da vida cotidiana, que seja capaz de impactar o olhar crítico tanto do pesquisador como da sociedade. Após esta identificação as fotografias serão selecionadas em aproximadamente quatro blocos temáticos, com oito fotografias por bloco, que serão selecionadas e estabelecidas quando o pesquisador estiver com a posse das fotografias. Para o minucioso trabalho de análise e interpretação deste objeto de pesquisa, o estudioso irá recorrer aos conhecimentos apropriados e construídos a partir das contribuições de autores como Benjamin (1985), Flusser (1983), Drummond (2013) e Achutti (2004).

Alguns suprimentos e equipamentos são necessários na realização da pesquisa, como por exemplo, notebook, scanner e máquina fotográfica.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A invenção da fotografia, pelos franceses Joseph Nicéphore Niépce e Louis Daguerre por volta de 1839, é considerada na contemporaneidade como um achado importante para os estudos culturais historiográficos, acerca da vida cotidiana. A fotografia tem se mostrado como um rico campo de investigação, não somente para as ciências sociais com também para os diversos campos científicos.

O estudo da fotografia tem contribuído para desmistificar a realidade e têm sido um precioso material de informação e análise para diversos trabalhos de cientistas como Benjamin (1985), Flusser (1983), Drummond (2013) e Achutti (2004).

Na sociedade moderna, onde cresceu o individualismo e o apego à pessoa, em que os valores morais se modificam, deixando de lado categorias como família e religião, a fotografia surge com a possibilidade indispensável na construção de uma autoimagem.

[...] A fotografia é “o advento de mim, mesmo como outro”. Isto significa que a fotografia e o auto retrato fornecem os elementos essenciais para que eu me reconheça como pessoa, como uma unidade observável que existe em si mesma e fora de minha consciência. (COSTA, 2005, p. 87).

É por isso que segundo Costa (2005, p. 87), “a fotografia tem a função de marcar, registrar e ilustrar, um momento gravando-o na nossa memória e dos outros”. É através das fotos que o vivido se fixa, se perpetua e se torna histórico. Para esta doutora em Ciências Sociais, nossa memória, regularmente, faz uso das imagens fotográficas que armazenamos em nosso cérebro, pois ao contrário do que vivemos, o registro fotográfico conserva e eterniza os momentos vividos.

A autoestima de um povo estar relacionada também ao resgate da memória cultural, e a imagem fotográfica é considerada como uma ponte. A memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas “Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 2013, p. 201).

Através das fotografias percebem-se traços da cultura de uma comunidade. A palavra “cultura” é habitualmente utilizada para definir sistemas de crenças, costumes, ritos e valores existentes na sociedade. Este termo é muito antigo, ele não surgiu no seio da teoria administrativa, pois na sociedade romana a expressão latina *colere* referia-se ao cultivo de produtos que tinham relação com a terra, com a educação, o desenvolvimento da infância e o cuidado com os deuses. Este significado foi sendo modificado no transcorrer da história da humanidade.

Por isso, torna-se necessário conhecer outros conceitos de cultura, e de acordo com a concepção estrutural de cultura, feita por Thompson (1994, p. 166), “os fenômenos culturais podem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados; e a análise cultural pode ser pensada como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas”. O aspecto cultural mostrado através das formas simbólicas podem ser percebidos através de imagens reproduzíveis, inclusive a fotografia, em que a imagem visual pode proporcionar diferentes interpretações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que os acontecimentos marcantes identificados nos registros fotográficos sejam material relevante para o desenvolvimento da pesquisa. Pretende-se com o resultado da pesquisa, contribuir para a leitura crítica da cidade de Inhambupe sobre acontecimentos vivenciados no cotidiano da vida privada familiar. Esta pesquisa será disponibilizada como parte do acervo histórico da cidade pesquisada.

REFERÊNCIA

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. *Fotoetnografia da Biblioteca Jardim*. Porto Alegre: Tomo Editorial. UFRGS/Tomo Editorial, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 7. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v.1).

COSTA, Cristina. *Educação, imagens e mídias*. São Paulo: Cortez, 2005.

DERRIDA, Jacques. *Semiologia e gramatologia* - Entrevista a Julia Kristeva. In: *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DRUMMOND, Washington; SAMPAIO, Alan. *A cidade e seu duplo*. Salvador: Eduneb, 2013.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 2002 (Conexões, 14). Tradução do autor para Fur eine Philosophie der Fotografie.

MARTINS, José de Souza. *Sociologia da fotografia e da imagem*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Disponível em: <http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wpcontent/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf>. Acesso em: 31 de jul. de 2013.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

POÉTICA DOS CADERNOS NEGROS: REPERCUSSÕES IDENTITÁRIAS NUMA COMUNIDADE QUILOMBOLA

Maria Gabriela Batista Neiva¹

Orientador: Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos

Resumo: A Literatura Negra/Marginal, na contemporaneidade, vem se configurando como um espaço privilegiado de afirmações identitárias, deslocamentos, engajamento político e, sobretudo, como projeto de emancipação humana, em que o negro deixa de ser objeto para ser sujeito do seu discurso. Nesta pesquisa, trata-se de investigar o impacto ou não dessa produção no interior de uma comunidade quilombola, situando e confrontando valores tradicionais, estéticos, políticos e identitários, a partir de um grupo focal da comunidade remanescente de Lagoinhas, situada no município de São Gabriel- BA. Desse modo, espera-se que o trabalho com os Cadernos Negros possa contribuir para construção de um modelo de representação e de autorrepresentação étnico-racial positivamente afirmado.

Palavras-chaves: Literatura Negra. Identidades. Representação. Comunidade quilombola.

INTRODUÇÃO

O Brasil possui a segunda maior população negra do mundo, como se sabe, isso se deve a um passado histórico marcado pelo crime da escravidão que perdurou durante séculos, haja vista, a sociedade brasileira se constitui de uma base cultural, fundamentalmente africana, por isso, os valores étnicos, socioculturais, históricos, econômicos, artísticos e religiosos estão imersos no cotidiano do povo brasileiro. No entanto, houve historicamente um processo de desvalorização e depreciação dos elementos de matriz africana, de modo que, práticas de racismo, discriminação e preconceitos foram se estabelecendo socialmente e se difundindo culturalmente, gerando imagens negativas do negro/a, além de austeras práticas de exclusão étnico-raciais, em que os padrões de uma cultura branca europeia têm sido vislumbrados e assimilados como superiores.

Como reflexo dessa sociedade que foi formada a partir de um sistema ideológico racista, a Literatura Brasileira durante muito tempo vinculou uma estética que silenciava a voz negra, ou quando trazia para arte literária era de forma estereotipada e depreciadora dos elementos culturais africanos. Assim, a Literatura Brasileira, desde o período de sua formação, o negro enquanto tema, sempre se fez presente, todavia, numa visão distanciada, reducionista e estigmatizada, em que a cor da pele, associada a classe social, serviu de parâmetro para mensurar os arquétipos que a cultura do poder legitima, (CUTI, 2002).

Como consequência dessa negação e/ou invisibilização da cultura negra, não só na Literatura, mas em outros espaços, onde o modelo de dominação hierarquizador predomina, os negros vivem

¹ Mestranda no Programa de Pós- Graduação em Crítica Cultural. E-mail: gabyneiva@bol.com.br

ainda, resquícios de negação de sua cultura. Um exemplo desses espaços são os quilombos contemporâneos, que ainda têm sido vítimas de exclusão sociocultural, vivendo na subalternidade - reflexo de um sistema colonialista perverso em que o Brasil deixou no esquecimento seus nativos e as comunidades remanescentes, renegando direitos elementares para o exercício de sua cidadania.

A ausência de políticas públicas, que assegurassem e assistissem dignamente esses povos, provocou uma fragmentação de suas subjetividades, marginalizando-os socialmente, sendo comumente vítimas de práticas de racismos e segregação, de modo a impactar diretamente no modelo de suas autorrepresentações e identificações.

Atualmente, ainda que contemplados timidamente com algumas políticas públicas (tardias), os remanescentes de quilombos, provenientes de um processo de negação, subjugação, de um contexto social, político-econômico adverso e desfavorável à construções identitárias positivas, indiscutivelmente, foram afetados pelas representações negativas, construídas e atribuídas aos negros, forjadas pela elite colonialista brasileira, que vinculou universal e compulsoriamente um modelo de cultura, de beleza, de religião, de vida, vigente no país, como princípio de sociedade. Por isso, desconstruir, desmontar esse modelo de representação se faz necessário.

Para romper com esse paradigma de exclusão, torna-se imprescindível um trabalho no campo linguístico-literário, inserido na Crítica Cultural, que busque suscitar reflexões acerca da Literatura afro-brasileira e sua relação com a subjetividade e autoestima negra. Nessa perspectiva, busco investigar, a partir de uma percepção da subalternidade, como a comunidade remanescente de quilombos de Lagoinhas, situada no município de São Gabriel- BA, se percebem, apropriam-se e respondem aos discursos identitários promovidos pelos Cadernos Negros.

A proposta desta pesquisa, é portanto, investigar o impacto ou não dessa produção no interior de uma comunidade quilombola, situando e confrontando valores tradicionais, estéticos, políticos e identitários, a partir de um grupo focal e perceber de que modo os Cadernos Negros funcionam como dispositivos de empoderamento do devir negro, por se tratar de uma escrita do “negro” por meio de sua própria autoria, não mais pela visão do outro, tem sido o objetivo maior dessa pesquisa, ainda na sua fase inicial.

Assim, a pesquisa adota os Cadernos Negros como instrumentos discursivos capazes de oferecer uma ampla compreensão acerca das representações identitárias negras positivamente afirmadas na cultura brasileira. Para tanto, parte do princípio de que tais obras possam contribuir para um modelo de representação e de autorrepresentação étnico-racial e de sua autoidentificação consciente. Desse modo, através de oficinas literárias, potencializadas pela poética da Literatura negra brasileira, analisar-se-á a recepção dos Cadernos Negros pelos moradores da referida

comunidade, de forma a perceber como desenvolvem e constroem seus modos de vida a partir de oficinas político-pedagógicas.

A ARTE INTERESSADA

A Literatura Negra - termo utilizado recentemente - foi definida pela coletânea dos Cadernos Negros para nomear o produto literário de toda uma geração de escritores das três últimas décadas do século XX. Estes escritores se definem como *negros produtores de uma estética literária negra*, consagrando assim o termo, que por sua vez, promove o rompimento com a tradição literária, tida como masculina, branca, heterossexual, burguesa, cristã (ALVES, 2002).

A escolha pelo periódico “Cadernos Negros – Melhores Poemas”, como objeto de pesquisa, inserido na comunidade quilombola, deu-se pelo importante papel social que este desenvolve, uma vez que os periódicos representam para os escritores afro-brasileiros, a possibilidade de romper com os aparelhos de vigilância, normatização, controle cultural/literário e por à mostra, de forma subversiva, a cultura afro, por meio de campos linguísticos (poemas e contos) divergentes dos padrões estéticos canônicos.

A coletânea Cadernos Negros configura-se como o *locus* ideal para discutir e interferir positivamente no modelo de representação e autorrepresentação dos afrodescendentes; pois representa “as estratégias empreendidas pelos negros brasileiros para produzir e divulgar um discurso identitário que almeja interferir na estrutura e no exercício do poder político-cultural” (SOUZA, 2005, p. 11). Espaço, este, em que negros e negras podem refutar os dispositivos de enquadramentos, classificações reguladoras e trasgredir pelas fronteiras, já que o poder não existe; o poder é exercido, de múltiplas formas, por diversos segmentos de uma sociedade, coexistindo micro-poderes, como afirma (FOUCAULT, 2002).

Analisar a comunidade quilombola, bem como, a Coletânea dos Cadernos Negros enquanto agenciamentos de coletividades de resistências, permite-nos perceber a arte literária não apenas como um fenômeno inocente, natural, inerte, mas como a coisa mais inquietante, provocante e perigosa. Nas palavras de (AGAMBEM, 2002, p. 19) uma arte mobilizadora que possibilita “sair do horizonte neutro da esteticidade, para se reconhecer na esfera do outro”, através da vontade de potência; da capacidade de produzir, de levar uma coisa do não ser ao ser, que desobstrui o campo da evidência habitual.

Ainda de acordo com Agambem (2002), a verdadeira *póiesis*, na acepção grega, está ligada ao princípio de verdade, de desvelamento, do fazer existir ou emergir uma nova forma. Agambem, ver a

arte (a poesia) como algo extremamente perigoso, não só para quem produz, mas para toda sociedade. Através da experiência criativa do artista, a arte pode conduzir tanto a felicidade, quanto a ruína. Partindo desse pressuposto, a poesia é potencializada nesta pesquisa, compreendida enquanto instrumentos de intervenção político-social e de relevância sociocultural que se desloca, em um processo de intercâmbio com outras performances discursivas e culturais, capazes de interferir nas relações de poder.

Por esta razão, considera-se importante captar tais discursos, outrora marginalizados, silenciados, porém mobilizadores, presentes na coletânea *Cadernos Negros*; trazê-los ao plano do debate crítico, a fim de oferecer visibilidades e fomentar reflexões sobre as representações do ser negro, especialmente, para comunidade de Lagoinhas. Acredita-se que o diálogo entre os *Cadernos Negros* e a comunidade possa contribuir para reconstrução da vida cultural, social e política do negro quilombola lagoence, por meio de um contradiscurso libertário que concede voz as produções que formam ocultadas e/ou excluídas do cânone literário e que hoje já se reverbera na vida cotidiana.

Assim, abordar sobre Literatura Negra (conceito em construção) é trazer para a cena questões relacionadas a diferenças, biopoder, sexualidade, diversidade cultural, memória, multiculturalismo, alteridade, diáspora, sobretudo, abordar sobre identidades. Pensadas a partir de sujeitos poéticos e remanescentes descentralizados, com marcas fluídas e instáveis de construção identitárias (HALL, 2000). Nesse sentido, torna-se importante entendê-las (identidades) como um imaginário simbólico, complexo, dinâmico - em constante trânsito que permite ao sujeito, um sentimento de pertença, de autoria, de ser parte integrante de um sistema de referências. “Referência em torno da qual o indivíduo se autorreconhece e se constitui, estando em constante transformação e construída a partir de sua relação com o outro” (FERREIRA, 2005, p. 47).

Pensar numa construção identitária positivamente afirmada na comunidade pesquisada, a partir da poética dos *Cadernos Negros*, torna-se possível, justamente por compreender as identidades, como esse constructo em grande mobilidade, que se constitui nas relações sociais, no processo de alteridade, relacionados com critérios políticos-ideológicos, imbricados nas relações de poder e em processos de (re) negociações contínuas, como afirma Munanga (2006).

Por esta razão, as identidades, no seu sentido plural, podem ser forjadas e manipuladas, já que seus limites são deslizantes, são tênues, em que as fronteiras culturais, linguísticas, territoriais não são fixas, unas, centradas. Nesse sentido é possível pensar identidades pelos princípios rizomáticos de Delleuze e Guatarri (1995), enquanto mapas abertos, conectáveis, desmontável, reversível e suscetível à mudanças contínuas.

Dessa forma, ao afirmar a identidade negra, o sujeito poético demarca fronteiras de afirmação e reafirmação das relações de poder, em que a marcação da diferença pressupõe movimentos de inclusão e de exclusão. Nas palavras de (SILVA, 2000, p. 81): “O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes”.

Assim, é necessário pensar a utilização dos Cadernos Negros como micropoderes em processo de agenciamento; pensar como lugar de desmonte Derrida (2001), a poética como um lugar privilegiado de rupturas, funcionando como linha de fuga para escapar do controle biopolítico, da quebra do contínuo e da série projetada pela elite brasileira.

Faz se necessário refletir sobre os Cadernos Negros como uma ação política; um lugar de reivindicação e desmontagem de uma forma (canônica) para emergir outras formas, não para suplantar um ou outro modelo canônico, mas para oportunizar outras poéticas, outras enunciações, outros discursos formais e não formais, ou seja, novas formas de representação. É no interstício do processo de descentramento do cânone que a poesia negra revela sua importância, oportunizando insurgir um novo lugar de recuperação de sentido de ser negro-quilombola e de construção de um novo consciente, por meio de processos de desmontagens da subjetivação.

Portanto, para romper com o pensamento monoculturalista de mundo e colaborar com o enriquecimento desta temática (Literatura Negra/comunidades remanescentes) que, só recentemente vem emergindo de forma afirmativa e com “certa” visibilidade, é importante caracterizar os projetos literários comprometidos com a valorização dos negros “como sujeito da enunciação que se afirma e se quer negro” (BERNAD, 1992), numa atitude compromissada; de tomada de consciência e questionamento de conceitos socioculturais estabelecidos: o branqueamento e mito da democracia racial – os quais projetam um país de aparências harmoniosas, escondendo cruéis práticas discriminatórias, pensada a partir de um único padrão – eurocêntrico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos sobre quilombos vêm se tornando um grande campo de evidência nos trabalhos contemporâneos, em que traz novas abordagens e perspectivas para o processo de se entender o modo de vida dessas comunidades, sendo um dos temas, assim como a Literatura Negra, bastante discutidos entre profissionais e estudiosos das múltiplas áreas do conhecimento, em especial, a Crítica Cultural, a qual suscita grande abertura para os estudos interdisciplinares, além de ocupar um

espaço de pesquisa de fundamental relevância histórico-social, obtendo ampliações necessárias no campo linguístico-literário.

Por isso, essa pesquisa, não trata apenas de uma mera reflexão sobre a incidência dos Cadernos Negros na comunidade de Lagoinhas, mas uma análise importante para se perceber acontecimentos vividos, construções sociais, modos/experiências de vida, conceitos/determinações históricas, pensadas e internalizadas por esses sujeitos individual e coletivamente, sobretudo, analisar de que forma os Cadernos Negros podem ou não provocar mudanças/transformações no estatuto “negro” e refletir como esse paradigma impacta no sujeito quilombola contemporâneo, dentro de uma esfera social ampla.

É possível pensar que a visibilidade dessa Literatura, possa interferir na realidade, auxiliando no processo de transformação social, uma vez que, estimula a valorização da pluralidade discursiva, o reconhecimento da riqueza e variedade dos textos que circulam, sobretudo os que não circulam nos espaços sociais. Portanto, espera-se que a pesquisa seja capaz de emponderar o negro quilombola lagoence a assumir o seu papel de agente histórico e compreender melhor a partir da linguagem poética, que se exprime pela recomposição de um sistema próprio de representação estética, todo universo simbólico que as palavras e as imagens transcriam: a memória africana.

Dessa forma, para promover a releitura da história do mundo africano, sua cultura e os reflexos sobre a vida dos afrodescendentes em geral, é preciso contemplar outras linguagens; valorizar outros saberes, outras epistemologias. É preciso conceder voz a outras produções discursivas, de modo que se possa apreciar contribuições de grandes escritores contemporâneos - ativistas dos Cadernos Negros, importantes referências para Literatura afro, para as comunidades remanescente e para a cultura brasileira em geral

Enfim, espera-se que este projeto seja capaz de aguçar o sentimento de valorização e orgulho do pertencimento étnico-racial, de modo que os sujeitos remanescentes de quilombos, testemunhas dessa pesquisa, possam (re)apropriar-se da sua história ancestral africana, seus processos de resistência, de modo a favorecer a construção de identidades positivamente afirmadas, já que a Literatura Negra vem consolidar o papel do afro-brasileiro na formação histórica, socioeconômica e cultural do país, além de contrapor a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O homem sem conteúdo*. Trad. Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BERND, Zilá. *Introdução a Literatura Negra*. Brasília: Brasiliense, 1988

- BERND, Zilá. *Literatura e Identidade Nacional*. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1992.
- Cadernos Negros – melhores poemas* (Org.) Quilombhoje. São Paulo: Quilombhoje; Editora Anita, 1998. (poemas)
- CUTI, Luis Silva. *O Leitor e o Texto Afro-brasileiro*. In: FIGUEREDO, Maria do Carmo Lanna; FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). *Poéticas Afro-brasileira*. Belo Horizonte: Mazza, PUC Minas, 2002.
- DELLEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad.: Aurélio Guerra e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro, ed. 34, 1995.
- DERRIDA, Jacques. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro-descendente: identidade em construção*. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
- FIGUEREDO, Maria do Carmo Lanna; FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). *Poéticas Afro-brasileira*. Belo Horizonte: Mazza, Puc Minas, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 8.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 17. ed. Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Grall, 2002.
- HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*; trad. Tomaz Tadeu da Silva, 4ª ed.- Rio de Janeiro: DPBA, 2000.
- MUNANGA, Kabengele. *Construção da identidade negra no contexto da globalização*. In: DELGADO, Ignacio et al. (Org.). *Vozes (além) da África*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006.
- SOUZA, Florentina da Silva. *Afro-descendente em Cadernos Negros e Jornal do MNU – Belo Horizonte*: Autêntica, 2005.
- SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e Diferença: perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis-RJ: vozes, 2000.

JUBIABÁS: UMA INTERSEMIÓTICA NEGRA COM ROMANCE, CINEMA E QUADRINHOS

Marinalva Lima dos Santos¹

Orientadora: Patrícia Kátia da Costa Pina

Resumo: O objeto desta pesquisa é o romance de Jorge Amado *Jubiabá* e as adaptações homônimas para o cinema, produzida por Nelson Pereira dos Santos e para os quadrinhos, por Spacca. A pretensão é compreender o processo de tradução intersemiótica do livro, para o filme e para os quadrinhos, enfocando de que maneira são produzidas as significações para as temáticas dos negros e suas práticas culturais, que são centrais em *Jubiabá*. Para tanto será necessário buscar os processos de montagem das obras em questão, verificando se elas privilegiam a aparição da temática negra de maneira positiva por meio da abordagem da ancestralidade, se elevam a autoestima afrodescendente, ou denunciam injustiças sociais contra os negos. Esta pesquisa se apoiará em teóricos da literatura, semiótica, da crítica cultural e antropologia, tais como Plaza (2003), Santaella (2004), Deleuze (1972), Derrida (2001), Hutchen (2013), Gomes (2014), dentre outros.

Palavras-chave: Jubiabá. Tradução Intersemiótica. Negro. Crítica Cultural.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa inicialmente tinha como título “*Jubiabá de Jorge Amado, do romance aos quadrinhos: representações da cultura afro-brasileira*” e apresentava como objetivo principal realizar um estudo comparativo sobre as representações da cultura afro-brasileira na obra Amadiana *Jubiabá* (1935) e em sua adaptação quadrinística, relacionando-as enquanto temática e linguagem de resistência, num processo de crítica aos padrões culturais tradicionais.

O interesse em discutir as afro-brasilidades, vem desde quando, na graduação, ingressei no projeto de iniciação científica, no qual iniciei meus estudos voltados para a produção literária de Jorge Amado. A partir de então, tornei-me empenhada em, por meio da literatura, no trânsito com outras áreas do conhecimento, tais como a sociologia e a filosofia, adentrar pelo universo afro-brasileiro, compreender sua importância na formação/afirmação da identidade cultural brasileira.

Ainda levando em consideração as questões relacionadas aos negros, suas práticas culturais e formação/afirmação da identidade afro-brasileira a proposta desse projeto, que até o momento tem como título: “*Jubiabás: uma intersemiótica negra com romance, filme e quadrinhos*” é de realizar um estudo sobre o romance *Jubiabá*, que foi publicado em 1935 e as adaptações para o cinema em 1985, com direção do cineasta Nelson Pereira dos Santos e para história em quadrinhos em 2009 por Spacca. Considerando essas três séries discursivas de *Jubiabá*, este projeto pretende investigar como foram construídos os personagens negros no romance, no filme e nos quadrinhos.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, bolsista FAPESB. E-mail: marnalvalima17@yahoo.com.br.

Nesse procedimento, é necessário levar em consideração os processos de adaptação, ou tradução de uma linguagem para outra e discutir o papel que esse tipo de arte desempenha na sociedade contemporânea, por exemplo, para a formação de leitores. Visto que, embora seja de grande importância para a atualização da obra e das temáticas nela presente, ainda é desqualificada e excluída por muitos.

Por outro lado, no que se refere às questões do negro, é de relevância discutir o modo como aparece no discurso literário e de outras artes, visto que esses são meios de disseminação de ideologias, conseqüentemente contribuem para a construção, fixação e reprodução de sentidos, ou podem também promover rupturas e colocar em trânsito os sentidos fixados sobre os negros e suas práticas culturais.

Dito isso, é propósito desse *paper* apresentar o projeto de pesquisa, tecendo, de forma sucinta, algumas discussões sobre a presença do negro e suas práticas culturais na literatura; linguagens e tradução intersemiótica e também, sobre o método desse trabalho, que se insere no campo da crítica cultural.

TEMATIZANDO O NEGRO, CONSTRUINDO IDENTIDADES

Entendendo essas narrativas em questão e as outras artes como discursos que tematizam o sujeito negro, suas práticas culturais, os espaços e as paisagens nos quais sua presença prevalece e que influenciam, portanto na construção da identidade, a qual, conforme Hall surge:

Não tanto de um centro interior, de um “eu verdadeiro e único”, mas do diálogo entre os conceitos e definições que são *representadas* para nós pelo discurso de uma cultura e pelo nosso desejo (consciente ou inconsciente) de responder aos apelos feitos por estes significados [...]. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente. (2014, p. 8)

Este projeto procura investigar como foram construídas as personagens negras, tanto no romance quanto no cinema e nos quadrinhos, e se seriam essas construções capazes de colocar em trânsito sentidos fixados sobre os negros e suas práticas culturais, além de verificando se essas produções privilegiam a aparição da temática negra de maneira positiva, se elevam a autoestima afrodescendente, ou denunciam injustiças sociais contra os negros.

Nessa perspectiva, é necessário levar em consideração também, as marcas da discriminação e preconceitos que tanto os negros, quanto suas práticas culturais enfrentaram e ainda enfrentam num constante processo de resistência. Essas obras seriam então um lugar de transformação e desestabilização das práticas segregacionistas e excludentes e um lugar de afirmação e valorização

positiva da identidade afro-brasileira? Isso, entendendo que quando a identidade passa a ser afirmada, diminui o preconceito e a estereotipia.

Esta discussão pressupõe portanto, entender o negro como sujeito que historicamente foi marginalizado devido à fixação de estereótipos, preconceitos, dentre outras práticas que inferiorizam sua existência. Essa condição de subalterno foi legitimada por muito tempo, tanto por construções discursivas literárias quanto por correntes teóricas. Como afirma Albuquerque e Fraga Filho (2006, p. 312).

As teorias raciais concebidas na Europa e nos Estados Unidos serviram para justificar a desigualdade sócio-racial no Brasil. Até a década de 1930, a idéia de que negros e brancos pertenciam a raças diferentes foi a explicação científica para a inferioridade e subalternidade negra.

O apagamento da figura do negro enquanto sujeito, muitas vezes por discurso sobre os negros, afrodescendentes e suas práticas culturais, realizados de modo que desqualificam características físicas, culturais, impõe barreiras à uma quebra de paradigma sobre o que é ser negro na sociedade brasileira.

Domício Proença Filho (2004), em um estudo sobre a trajetória do negro no discurso literário afirma que há presença de dois posicionamentos, um como objeto, numa visão distanciada e outro como sujeito, numa visão compromissada. A perspectiva distanciada configura-se em textos, nos quais o negro é personagem ou em que a temática gira em torno dos aspectos histórico-culturais relacionados aos negros na realidade brasileira. Porém, indicam ideologias, atitudes e estereótipos da estética branca dominante.

Dentre os estereótipos que Proença Filho destaca estão: “escravo nobre” que aceita a condição de submisso e vence pelo branqueamento após muita humilhação; “negro vítima”, o qual, transfigura em objeto de idealização, o que gera a exaltação da liberdade e defesa da abolição; “negro infantilizado”, serviçal e subalterno; “escravo demônio” que torna-se fera por força da própria escravidão, dentre outros.

Dessa forma, a figura do negro e suas práticas culturais foram ao longo do tempo sendo construída e constituída às margens, já que distanciava do modelo europeu. Como consequência de uma constatare polarização entre negro/branco, profano/sagrado, bom/mal, belo/feio, dentre outros. A construção da identidade negra no Brasil, de maneira positiva, constituiu-se como um entrave, conforme Gomes, (2014, p. 43) “construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros(as).” Pode-se associar esse “ensino” apontado por Gomes à literatura, ao cinema, à TV, e outras produções artísticas e culturais.

LINGUAGENS: SIGNIFICAÇÕES E RESSIGNIFICAÇÕES

As linguagens são indissociáveis do ser humano, é mediado por elas que o homem comunica e se constitui enquanto seres sociais e simbólicos, culturalmente organizados. É importante notar a utilização do vocábulo linguagens, no plural, pois é insustentável a ideia de que linguagem é restrita apenas à língua em sua manifestação verbal: oral ou escrita.

A comunicação, conforme Santaella (2004), se dá também por meio da leitura e produção de sentidos por uma infinidade de linguagens, a título de exemplo: movimento, imagens, gráficos, sinais, setas, luzes, sons, cheiro, textura, gestos, olhar, dentre outras que também se constituem como sistemas sociais e históricos de representação do mundo. Diante disso, a semiótica é ciência que se ocupa com os modos de constituição dos fenômenos de produção de significação e de sentido.

Nessa perspectiva de produção de significação e sentido, a proposta desse projeto está pautada em três séries discursivas, que comunicam com linguagens específicas. A saber, o romance de Jorge Amado, *Jubiabá* e suas adaptações para o cinema e para os quadrinhos, as quais receberam o mesmo título. Dessa maneira, essas obras serão lidas aqui sob a ótica da tradução intersemiótica que conforme Plaza (2003) consiste em interpretar signos verbais por meio de sistema de signos não verbais. Por se tratar de interpretação, envolve também as subjetividades e criatividade.

A operação tradutora como trânsito criativo de linguagens nada tem a ver com a fidelidade, pois ela cria sua própria verdade e uma relação fortemente tramada entre seus diversos momentos, ou seja, entre passado-presente-futuro, lugar-tempo onde se processa o movimento de transformação de estruturas e eventos. (PLAZA, 2003, p. 1).

Fundamentado em Peirce, Plaza (2003) concebe o signo como continuidade e devir, pois tem um poder de autogeração. Nessa perspectiva, o processo de tradução é infinito, pois um signo gera outro signo no processo de significação, que por sua vez gera outros e outros signos infinitamente. A cadeia semiótica, como explica Plaza (2003), já se institui desde o pensamento, concebido aqui como tradução e qualquer pensamento ou conhecimento pode ser extrojetado por meio da linguagem.

Nessa perspectiva, no processo de adaptação, deve-se considerar que o filme e os quadrinhos são construídos por meio da transposição dos significados do livro e não uma correspondência entre eles. É evidente que nesse processo os significados também são traduzidos em novos signos numa cadeia infinita, por isso a impossibilidade de fidelidade entre ambos, tem-se obras independentes que estabelecem intertextualidades, porém cada uma abre possibilidades para uma nova cadeia de produção de signos.

Deleuze (1972) no ensaio *“Em que se reconhece o estruturalismo”*, elenca alguns critérios formais para se reconhecer o estruturalismo, o qual é diferenciado, pois é proposto de uma maneira mais aberta e móvel. Reconhece sua base, porém amplia a visão. Tudo isso, possibilitado pela ação do “simbólico” que age entre o real e o imaginário, possibilitando os deslocamentos.

Nesse sentido, um dos critérios apresentados por Deleuze (1972), e que é significativo aqui, é a noção de “casa vazia”, que pode ser entendida como a possibilidade de movimentação, de deslocamento dos significados dentro de uma série, ou dentro de uma estrutura, é oportuno para refletir sobre sentidos que são atribuídos e fixados a algo ou alguém, como sobre os negros e suas práticas culturais, pois se eles têm significados e nomes foi porque alguém nomeou. Na linguagem nada é gratuito, embutido em cada signo pode estar presentes discursos que legitimam ou invalidam algo.

Associando a isso, a proposta desconstrutivista de Derrida (2001), a qual aponta para a implosão das dicotomias e desmontagem dos discursos como condição para o virá a ser, para uma nova maneira de pensar, com um terceiro elemento que não está nos extremos, mas entre. Pode-se pensar então, tanto a literatura quanto os quadrinhos e o cinema, como potências para questionar e desestabilizar o instituído, ou ainda de se pensar a possibilidade de criar um sentido diferente do que é apresentado.

Isso porque conforme Hutcheon (2013, p. 135) “uma adaptação pode ser utilizada para realizar uma crítica social ou cultural mais ampla”. Isso, portanto, envolve também uma postura política e crítica, pois a tradução requer em primeira instância leitura, passando pela interpretação e consequentemente por escolhas, dessa maneira não pode escapar da visão crítica.

SOBRE O MÉTODO

Longe de apenas colocar frente-a-frente romance, filme e quadrinhos, para elucidar suas semelhanças e diferenças, fidelidade e transformação, a proposta desse trabalho vai além. É preciso ‘baixar’ o espírito do detetive, proposto por Guinzburg (1990), e ir em busca dos rastros, das pistas, como na cena de um crime. Primeiramente será preciso entender como foram pensados os negros na literatura e como pensaram e entenderam o negro nos Jubiabás aqui estudados, para a partir daí tecer as críticas, escutando as vozes, tanto as que gritam, quanto as que quase são silenciadas, ou que enfrentam dificuldades e interdições.

Outro trabalho de detetive será a busca por passagens do romance, cenas do filme e vinhetas dos quadrinhos, para leituras, interpretação e apreciação crítica que é de proposta realizar. Mas isso,

também, não pode acontecer de qualquer maneira. Tem que ser de maneira múltipla, heterogênea, que somente um método baseado na proposta de rizomática de Deleuze e Guattari (1995) conseguiria dar conta. Nessa perspectiva a pesquisa será construída por meio de *links* entre o romance, o filme, os quadrinhos, com teóricos de campos e lugares de falas diferenciados.

Não é proposta aqui construir pensamento em oposição, separação, conceituação, classificação, e construção de verdades absolutas e sim um acolhimento às diferenças e as multiplicidades evidenciando as possibilidades de produção de sentido, sem se fechar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aqui foi expostas as pretensões e abrangências desse projeto. As interpretações são inerentes às leituras, e disso, não escapam a criação particular de sentidos. Portanto a efetivação desse trabalho não tem como foco instituir verdades, nem criar hierarquias, ou ainda classificar obras de artes. Mas sim apontar possibilidades de leituras, produção, reprodução, modificação e tradução de sentidos.

A realização desta pesquisa será de importância para o desenvolvimento tanto dos estudos sobre tradução intersemiótica, quanto para as discussões sobre os negros, afrodescendentes e suas práticas culturais, que apesar de ter ocorrido várias mudanças no tratamento recebido, ainda requer ampliação do debate. Por isso, não se pode estagnar diante da realidade da maneira como nos é apresentada, ou consumir as representações sem um olhar crítico. Isso porque as produções culturais estão a cada momento inovando. E como afirma Coelho Netto

[...] se por um lado o novo é um eterno motivo de atração, por outro lado e quase na mesma medida é também um motivo de repulsão, para diferentes indivíduos e grupos de indivíduos ou para um mesmo grupo e para um indivíduo. Claro que a reação ao novo não se deve especificamente a seu caráter de novidade, mas à sua potencialidade de mudar uma situação; o que se receia é justamente essa mudança. (COELHO NETTO, 2010, p. 130).

Do que foi apresentado aqui não tem-se nenhum resultado concreto. Porém espera-se que haja essa mudança no olhar, ao deparar com o novo, como coloca Coelho Netto e enxergar nas novidades um convite a uma mudança e intervenção. Afinal todas as construções sociais, políticas passam primeiramente pelo crivo das linguagens, por isso, qualquer que seja a transformação almejada ou necessária não pode escapar à linguagem.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Jorge. *Jubiabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 [1935].
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. e FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- COELHO NETTO, J. Teixeira. *Semiótica, informação e comunicação*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 7 – 37.
- DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In: *O Século XX*. Zahar Editores: Rio de Janeiro - RJ. (s/d).
- DERRIDA, Jacques. Semiologia e gramatologia – Entrevista a Julia Kristeva. In: *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 143-179.
- GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/?p=1555>. Acesso em: 04 maio. 2014.
- HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 15-46, jul./dez. 1997.
- HUTCHEON, Linda. *Uma teoria da adaptação*. Trad. André Cechinel. 2. ed. Florianópolis: Ufsc, 2013.
- PLAZA, Júlio. *Tradução Intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. In: *Estudos avançados*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a17v1850.pdf>. 2004. Acesso em: 4 maio. 2014.
- SANTAELLA, Lúcia. *O que é semiótica*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SPACCA. *Jubiabá de Jorge Amado: adaptação e desenhos de Spacca*. Cia das Letras, 2009.

DESCONSTRUÇÃO DO PATRIARCADO EM PONCIÁ VICÊNCIO

Marluce Freitas de Santana¹

Orientador: Prof. Dr. Carlos Magno Gomes

Resumo: A tradição patriarcal aprisiona a mulher a papéis submissos de respeito à ordem do pai, tal estrutura é excludente e reforça a identidade feminina como uma extensão da força masculina. Opondo-se a essa tradição, a crítica literária feminista contemporânea preocupa-se com o questionamento dessas representações para propor o corpo feminino liberado e livre das amarras do sistema patriarcal. Nesta pesquisa, objetiva-se identificar os discursos subversores da estrutura patriarcal no romance *Ponciá Vicêncio* (2003), de Conceição Evaristo. Exploraremos os conceitos de patriarcado, de Elódia Xavier (1998), de afro-brasileiro, de Eduardo Duarte (2006), de feminismo de Nelly Richard (). Com isso, propomos o aprofundamento da análise das estruturas subversivas que a narrativa de Evaristo expõe como crítica ao patriarcado.

Palavras-chave: Patriarcado. Desconstrução. Feminismo. Afro-brasileiro. Crítica Cultural.

[...] se conseguirmos mostrar como a Literatura pode tornar visível, através de seus recursos estéticos, o aspecto caduco de certas práticas sociais, estaremos, talvez, contribuindo para a renovação da sociedade e para um mundo melhor. (XAVIER, 1998, p.14)

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta considerações preliminares acerca de uma pesquisa em andamento intitulada *Desconstrução do patriarcado em Ponciá Vicêncio*, de Conceição Evaristo. Esta pesquisa insere-se na Linha 1- *Literatura, Produção Cultural, Modos de Vida*, do Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural da UNEB. Nossa justificativa para propor um estudo sobre essa obra parte do reconhecimento que a crítica literária vem dando ao livro de Conceição Evaristo como uma das obras que retoma a representação de questões afro-brasileiras a partir de um lugar de revisão da tradição.

Com um recorte para o estudo do patriarcado, objetivamos analisar como as questões de gênero estão representadas em *Ponciá Vicêncio*. Além da importância dessa obra para os estudos literários atuais, particularmente, tenho uma admiração especial pela autora e obra, desde 2007, quando assumi o componente curricular “Literatura e Cultura Afro-brasileira”, na UNEB. Inicialmente, destaco que Conceição Evaristo busca, por meio de um *Eu enunciador* afrodescendente, demarcar posição política a favor dos socialmente excluídos e inscrever-se como sujeito identificado às raízes africanas, conforme bem pontua Eduardo de Assis Duarte (2006).

Como parte de uma proposta crítica de atuação no magistério superior, me auto-identifico como uma negra, neta de uma linda mulher negra, com traços fenotípicos de afrodescendência como

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: mvsantana@uneb.br

comprova meu registro de nascimento, que me atribui a designação de cor “parda”. Nessa enumeração de justificativas, não posso deixar de fora a postura política de luta pelos direitos humanos e aversão ao preconceito racial. Desde muito cedo, senti-me sensibilizada e incomodada com qualquer tipo de discriminação e preconceito, o que me motivou a estudar e produzir em torno das questões sobre os negros e negras brasileiras.

Resultante disto, desenvolvi estudos que originaram alguns trabalhos apresentados em eventos acadêmicos, inspirados na paixão que nutro pela obra e pela autora Conceição Evaristo e estimulados pelas inquietações que se mobilizaram a produção acadêmica, cuja problemática discorre representações canônicas dos grupos subalternizados, dentre os quais, os afro-brasileiros em especial a mulher negra.

Para este trabalho, ressalto a importância de fazer reflexões mediadas pelo diálogo entre o texto literário e outras áreas, buscando articular o potencial interdisciplinar intrínseco à Literatura e, também, destacá-la como importante meio de se questionar a realidade, e produzir realidades outras, transgredir e subverter seu *status quo*, dado às possibilidades de “trapacear” com, na, e pela linguagem, conforme aponta Barthes (1978).

Seguindo essa perspectiva, vinculo-me aos estudos de Crítica Cultural, pois tenho afinidades com as discussões sobre os grupos subalternizados. Essa identificação se justifica pelo movimento subversivo, mobilizado pelo pensamento pós-crítico contemporâneo, que busca, do campo linguístico-literário, “violentar a violência colonizadora [...] e promover uma desmontagem permanente das formas de representação do ocidente branco, capitalista, logocêntrico, eurocêntrico, falocêntrico e patriarcal” (MOREIRA, 2010, p. 139).

Embora existam diversos estudos sobre a obra *Ponciá Vicêncio*, que problematizam variadas questões em torno da afrodescendência brasileira, mantivemos o interesse de pesquisa-la, buscando deslindar o universo simbólico do discurso evaristiano, no sentido de fazer vir a lume estratégias e operações desconstrutoras do paradigma patriarcal, a partir de pistas que apontam para a valorização da oralidade e de outras formas de representação do universo subjetivo da mulher afro-brasileira.

O avanço das mulheres também no âmbito da expressão literária marca uma importante conquista do feminismo, desde Beauvoir (1949), que identificou o mito da mulher e a sua disseminação como sustentáculo ideológico do patriarcado, nos textos escritos pelos homens sobre as mulheres. Todavia, a mitologia feminina patriarcal se mantém, muitas vezes, na escrita de mulheres, cujas obras estão filiadas aos movimentos de emancipação feminina e dos grupos

excluídos, mas que ainda operam com essencialismos e polarizações decorrentes da estrutura hegemônica patriarcal (GLASS, 1989).

Tal problemática instigou o desejo de tomar a mencionada obra como lócus de investigação, partindo da hipótese de que, sendo Conceição Evaristo uma negra que faz da sua arte militância e do seu discurso um contradiscurso de rasura e interposição ao cânone literário, o estudo possibilitará uma crítica no campo linguístico-literário ao paradigma hegemônico etnolofocêntrico, pois parte de paradigmas subjetivos e pautados na oralidade para a construção do imaginário de sua protagonista.

Tal engajamento da autora já foi aprontado pela crítica literária. A afro-descendência pulsa em sua obra. Por exemplo, *Ponciá Vicêncio* revela o seu engajamento e seu lugar político e ideológico de pertencimento e autoenunciação da mulher negra, conforme constata Duarte (2006). Nessa direção, elaboramos os questionamentos iniciais que orientam a proposição desta pesquisa: Que elementos fazem da obra *Ponciá Vicêncio* um contradiscurso afro-brasileiro à estrutura mítica patriarcal? Que elementos estéticos na obra trazem marcas do feminismo contemporâneo? Quais os recursos da oralidade foram utilizados pela autora para promover o esvaziamento do patriarcado?

Dar respostas a tais questões requer a formulação de objetivos, estabelecendo diretrizes para o estudo. Dessa forma, busca-se em âmbito geral identificar os elementos estruturais subversivos ao patriarcado presentes na obra *Ponciá Vicêncio*, a partir da crítica feminista e da sociologia de gênero, ressaltando a desconstrução dos papéis femininos e a ruptura com o sistema patriarcal por meio da valorização da oralidade e da subjetividade feminina.

Em termos mais específicos, buscaremos caracterizar as principais marcas da desconstrução do patriarcado no romance em destaque; identificar os elementos da subjetividade e ludicidade da narrativa relacionadas à tradição afro-brasileira e comparar a desconstrução do romance tradicional a partir do paradigma feminista de busca de um novo lugar para a mulher no espaço da casa; e ainda, situar a obra como importante discurso crítico-cultural, do ponto de vista da crítica às representações essencializantes do feminino afro-brasileiro.

Com isso, espera-se contribuir com a produção de conhecimento sobre as questões de gênero, na perspectiva da crítica ao paradigma patriarcal, a partir da literatura afro-brasileira e da crítica literária feminista contemporânea, promovendo reflexões sobre o lugar da mulher na literatura e a relação disto com a dominação patriarcal, na perspectiva do empoderamento feminino como estratégia antipatriarcal.

PONTO DE MUTAÇÃO: O ABALO DO PARADIGMA PATRIARCAL

Muraro e Boff (2010) falam do processo de transição e das transformações provocadas pela aceleração histórica, científica e tecnológica desencadeadas no final do século XX e início do século XXI e como esse ponto de mutação da espécie humana aponta para a emergência de uma nova consciência e de novas formas das relações humanas.

O paradigma civilizatório patriarcal, que fundamentou as principais categorias de pensamento e instituições ocidentais, instaurou o domínio masculino sobre a natureza, instituindo o exercício do poder como dominação ou hegemonia do mais forte. A racionalidade tecno-científica, que dicotomiza e reduz o complexo ao simples, levou às últimas consequências o projeto androcêntrico, cujas agressões ao planeta pôs em risco de extinção as diversas espécies de vida, condicionou as relações sociais e naturais à lógica do mercado, instituindo a competitividade e autodestruição como princípios prevaletentes, ao invés da preservação e da solidariedade, comprometendo a qualidade de vida na terra. (MURARO E BOFF, 2010, p.17-18).

Há previsões catastróficas sobre a impossibilidade de reversão desse processo de violência e destruição, caso a humanidade não se reinvente e se aproprie de uma nova consciência, cujos princípios do cuidado, da solidariedade, do compartilhar vida e bens da natureza sejam a tônica. Preconiza-se, portanto, a união de forças e fontes de inspiração, um pacto entre homens e mulheres de valorização da alteridade que rompa com a lógica de dominação patriarcal e falocêntrica.

Nesse ponto, as discussões de gênero constituem estratégia de desmonte e abalo do *status quo*, conforme preconizam Muraro e Boff (2010, p.19-20):

[...] o desafio atual consiste em desmontar a dominação dos homens sobre as mulheres, que desumanizou a ambos, mas principalmente as mulheres, mediante símbolos, linguagens, formas de exercício de poder, instituições, visões de mundo, valores e religiões, que levam a marca do antifeminismo e da continuada exclusão da mulher nos processos de decisão.

O patriarcalismo enquanto sistema construído pelo pensamento do homem branco e heterossexual, sempre esteve alicerçado no autoritarismo e na subalternização de certos grupos sociais, tais como, as mulheres, os negros, os homossexuais. Nascimento (2003, p. 65-76) enfatiza que a base ideológica fundante do preconceito racial contra os negros também se reproduz nas relações de gênero, pois que origina-se da concepção de existência de um “ser humano universal”, este masculino, branco e europeu, em oposição ao Outro “não homem”, “não-branco” e “não-ocidental”. Essa hierarquia racial tem suas raízes anteriores ao Século das Luzes, mas se fortalece com o cientificismo proliferado nesse período.

As teorias da hereditariedade conjugaram-se aos interesses colonialistas para definir os padrões de Humanidade que serviram de paradigma para classificar esse “Humano” em oposição a um “sub-humano”. Assim, o patriarcalismo, sustentáculo para o desenvolvimento capitalista burguês, classifica a mulher como segundo gênero, do mesmo modo que o etnocentrismo vê as demais raças como sub-raças:

Estabelecido o modelo do universal humano como masculino e branco, à medida que uma identidade se “desvia” desse padrão, distancia-se da condição humana. Desse modo o racismo e o patriarcalismo se cruzam numa dinâmica de interação e dependência mútua na desumanização desses grupos subordinados. [...] a crítica à dominação racial se entrelaça implicitamente com a crítica ao patriarcalismo (NASCIMENTO, 2003, p. 68-69).

A Literatura enquanto constructo cultural, à luz das teorizações dos Estudos Culturais, Pós-Coloniais, Pós-Estruturalistas, Feministas e da Literatura Comparada vem desempenhando um importante papel político e ideológico, na medida em que esse campo de estudos se abre para o diálogo interdisciplinar, incluindo abordagens críticas revisionistas que interpelam o cânone e questionam as representações totalizantes e hegemônicas. Nesse sentido, Gomes (2013, p. 33) destaca que:

[...] trata-se de um sistema estético-cultural que tem suas particularidades, com conhecimentos diferentes que têm a função de desconcertar, incomodar, desorientar ou desnortear seus leitores, visto que pertence ao campo da subjetividade [...] mas para um ensino atualizado é preciso avançar além dessas características com um projeto de intervenção política nas aulas de literatura.

A crítica literária contemporânea alinha-se à crítica literária feminista e ao feminismo, este compreendido como pensamento social e político da diferença, para deslegitimar os sistemas representacionais hegemônicos da mulher na literatura canônica. Inicialmente, esses estudos denunciam e problematizam as formas tradicionais de representação da mulher, marcadamente estereotipada. Numa outra ótica, o feminismo crítico busca mapear a diversidade expressiva e subjetividades da autoria feminina (DUARTE, 2003).

A produção literária de autoria feminina no Brasil, a partir de 1980, busca desconstruir os esquemas representacionais ocidentais, deslocando a centralidade do sujeito, homem, branco, bem situado socialmente, voltando-se para “a re-escritura de trajetórias, imagens e desejos femininos” (ZOLIN, 2009, p. 106).

A escrita de Conceição Evaristo insere-se numa vertente da Literatura Nacional caracterizada pelo discurso literário de representação étnica identitária afro-brasileira, que se origina da necessidade de organização política do/as escritores/as negros/as brasileiros/as que buscam dar resposta coletiva à problemática do preconceito e discriminação racial no Brasil, também manifestado no âmbito das Letras (SOUZA, 2006).

A obra *Ponciá Vicêncio* instiga o aprofundamento de questões em torno das identidades afro-brasileiras femininas contemporâneas e das intersecções históricas, políticas e sociais daí decorrentes, pois traz na tessitura do discurso literário abertura para o diálogo interdisciplinar que atualiza o pensamento acadêmico contemporâneo (HALL, 2000).

Compreendida como um contradiscurso literário e histórico, essa obra apresenta-se como ação político-ideológica que se interpõe ao cânone e faz emergir um discurso histórico Outro, deslocando a centralidade da construção de uma historiografia hegemônica, masculina, burguesa e eurocêntrica, para atribuir valor aos sujeitos excluídos, dando-lhes voz e autorizando-os sujeitos enunciadores da própria história, que desafia e desestabiliza a oficial.

Importa destacar as possibilidades de pensar a condição afrodescendente sob o olhar do determinante de gênero, pois, conforme nos alerta Nascimento (2003, p. 71): “O próprio movimento feminista nem sempre se caracterizou por uma consciência dos problemas específicos da mulher negra, conservando por muito tempo a face branca e de classe média da época de Du Bois”.

Esta autora afirma que a crítica ao universalismo ocidental hegemônico e a luta antirracista não pode prescindir da crítica às questões de gênero, que são parte integrante de um mesmo sistema de dominação. “[...] A questão racial e a de gênero, no seu inter-relacionamento, dizem respeito à vivência real dos direitos humanos e da cidadania, e é nesse contexto que a abordagem teórica da identidade ganha sentido” (NASCIMENTO, 2003, p. 77).

A contestação da “Verdade”, construída a partir da legitimação dos representantes do Poder, encontra em Foucault (1998, p. 19) as bases teóricas para se pensar a escrita feminina afrodescendente de Conceição Evaristo como Outra verdade, que desloca, descentraliza e desconstrói o discurso hegemônico, na medida em que faz surgir do entrelace literário, onde linguagem, ficção, memória vivenciada e ativismo social tecem, em tom poético, a trama protagonizada por diversos personagens afro-brasileiros, um contradiscurso que interroga o absolutismo da narrativa literária e histórica canonizadas.

SOBRE O MÉTODO

O estudo será desenvolvido através de pesquisa bibliográfica, cujas fontes e categorias de análise referem-se às questões de gênero, partindo do campo linguístico-literário, encetando-se a Crítica Cultural na perspectiva de uma metodologia sob as bases do pensamento Pós-Estruturalista, Pós-Colonial e do Feminismo contemporâneo.

Buscaremos os aportes teóricos da crítica feminista contemporânea como as de Nelly Richard, do feminismo negro, na voz de Sueli Carneiro, dos estudos sobre literatura e afrodescendência, proposto por Eduardo de Assis Duarte (2006), da sociologia de gênero e crítica ao patriarcado proposta por Elódia Xavier(1998), Constância Duarte(2003), Lucia Zolin (2009) e Carlos Gomes(2013), dentre outros e outras pesquisadores.

Partiremos da busca de vestígios que apontem para uma operação de desmonte da estrutura patriarcal por meio da linguagem literária, tendo as formulações desses teóricos e teóricas sobre a desconstrução como orientação metodológica.

Estabeleceremos o confronto da tradição patriarcal na escrita de mulheres com a escrita afro-brasileira evaristiana, para identificarmos os artifícios estéticos que buscam “desconstruir”, “esvaziar”, “subverter”, ou “reverter” a estrutura imposta. Tal visão metodológica é sustentada pela tradição da “desconstrução”, proposta por Jacques Derrida () e os pós-estruturalistas que exploram operações de desmonte com, na, da, e pela linguagem, provocando deslocamentos, reversões, esvaziamentos, despolarizações, destotalizações e des-hierarquizações. Tal proposta metodológica é operada pela crítica cultural em diálogo com outros campos do conhecimento: crítica feminista contemporânea e feminismo negro; filosofia contemporânea; sociologia de gênero; estudos culturais e interdisciplinares sobre afrodescendência brasileira.

A pesquisa quanto à natureza do objeto de estudo adotará uma abordagem qualitativa, uma vez que os objetivos pleiteados norteiam-se por questões cujas respostas passam por subjetividades, crenças, valores, representações da realidade, opiniões, haja vista a complexidade do fenômeno a ser explicado. Para tanto, adotaremos a Interpretação de Sentidos como procedimento para a Análise de Conteúdo, conforme preconiza Minayo (2006).

O estudo será desenvolvido a partir da dinâmica do pensamento indutivo, partindo de uma realidade particular, compreendida das representações e sentidos suscitados pela análise da obra literária *Ponciá Vicêncio*, da autora Conceição Evaristo, para construir saberes aplicáveis a situações mais amplas e gerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conquistas das mulheres em todo o mundo, contabilizadas a partir dos anos 60 do século passado, marcam uma longa trajetória histórica de lutas em busca de um tratamento igualitário em termos civis, políticos, sociais e culturais. As mulheres desse século veem muitas de suas reivindicações materializadas, graças à resistência contra a desigualdade, à discriminação, organizada

pelos movimentos feministas em suas diversas formas de expressão, contribuindo para um posicionamento estratégico da mulher no espaço público, historicamente delimitado pelas redes de dominação patriarcais e falocêntricas.

Nascimento (2003, p.115-120) aponta para a desigualdade de tratamento da sociedade brasileira em relação às mulheres e especificamente para com as afrodescendentes. Verifica-se em dados do IBGE mais recentes a crescente ocupação pelas mulheres de espaços anteriormente reservados aos homens, na área educacional, no setor produtivo, na política, enfim, hoje poderíamos afirmar que não há âmbitos sociais e privados nos quais às mulheres seja impossível estar. No entanto, conforme Strey (2001, p. 10), a realidade das mulheres evidencia que essas conquistas “são mais aparentes do que substanciais”.

A imagem estereotipada da mulher como “o segundo sexo”, apropriando-nos das formulações de Simone de Beauvoir, ainda delimita a condição feminina ao poder determinista de uma sociedade machista, falocêntrica e patriarcal. As desigualdades entre homens e mulheres estão patentes na ocupação dos espaços de poder, para citar alguns exemplos, nos postos de mando da política, do mercado de trabalho, na academia, nos meios intelectuais, na mídia, etc, conforme destaca Constância Duarte (2003, p.168):

Apesar de tantas conquistas nos inúmeros campos de conhecimento e da vida social, persistem nichos patriarcais de resistência. Basta que lembremos do salário inferior, da presença absurdamente desigual de mulheres em assembleias e em cargos de direção, e da ancestral violência que continua sendo praticada com a mesma covardia e abuso da força física.

Além disso, o equívoco de considerar a identidade feminina como uma categoria fixa, generalista, em que o nascer mulher define e determina uma condição inegociável levou a se pensar que os avanços conquistados contemplariam equanimemente a todas as pessoas do sexo feminino.

Munanga (2006, p.133) ao abordar a realidade feminina afrodescendente no Brasil atual chama a atenção acerca de que o fator étnico-racial acrescenta às mulheres afro-brasileiras impeditivos ao usufruto dessas conquistas, se comparadas às mulheres pertencentes a outros grupos étnicos, ou seja, o condicionante racial num país de racismo velado como o Brasil condena a população feminina de descendência africana ao duplo preconceito: de gênero e de raça.

Apesar das transformações nas condições de vida e papel das mulheres em todo o mundo, em especial a partir dos anos de 1960, a mulher negra continua vivendo uma situação marcada pela dupla discriminação: ser mulher em uma sociedade machista e ser negra numa sociedade racista (MUNANGA, 2006, p.133).

No Brasil, mesmo após as conquistas sociais resultantes da luta histórica do segmento negro, a exemplo da Lei 10.639/03, das cotas nas universidades públicas e no serviço público, das políticas públicas de promoção à igualdade racial, implementadas a partir de 2003, a representação da mulher negra na sociedade permanece marcada pelos estereótipos construídos ao longo de uma história que determinou aos negros e seus descendentes uma herança de inferiorização, submissão e exclusão.

São as mulheres negras, em sua maioria, que ainda desempenham os papéis de menor prestígio na sociedade, alimentando uma concepção de feminino sob as bases do paradigma euro-etno-falocêntrico. A mulher negra do terceiro milênio continua, em sua maioria, desempenhando funções braçais, insalubres e pesadas, cuidando da casa e dos filhos de outras mulheres que ascendem socialmente.

O feminismo enquanto movimento teorizado cientificamente vem conquistando espaço no meio acadêmico ao longo dos últimos anos, todavia há que se intensificar o debate nas questões relacionadas à intersecção entre gênero e raça, com ênfase para a transitividade identitária da afrodescendência feminina, buscando compreender as implicações advindas da condição de ser mulher negra ou afro-brasileira no Brasil contemporâneo, temática pouco assistida pelo movimento feminista tradicional e pelo Movimento Negro, conforme atesta Munanga (2006, p. 133).

Assim, fazer do romance *Ponciá Vicêncio* mola propulsora para a produção de conhecimento acadêmico em torno da Crítica Cultural, sob o ponto de vista do feminismo contemporâneo, posiciona o estudo no front por um compromisso intelectual com as transformações sociais necessárias à contemporaneidade e reafirma a visão foucaultiana acerca do papel desse intelectual (FOUCAULT, 1998, p. 42).

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, 1978.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 1949. Trad. Sérgio Milliet. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

DUARTE, Constância. Feminismo e literatura no Brasil In: *Estudos Avançados*. v. 17, n.49, São Paulo, set/dez, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010>. Acesso em: agosto/2014. (p. 151-172)

BONNICI, Thomas. *Resistência e intervenção nas literaturas pós-coloniais*. Maringá: Eduem, 2009.

- DUARTE, Eduardo de Assis. *O Bildungsroman afrobrasileiro de Conceição Evaristo*. *Revista de Estudos Feministas*, v. 14, n. 1, Florianópolis, Jan./Abr.2006 <<http://www.scielo.br/scielo.p?lng=n>>: Acesso em: setembro/2013.
- DUARTE, Eduardo de Assis. *Notas sobre a literatura brasileira Afro-descendente*. Belo Horizonte: Cronos Revista de História,2002.
- EVARISTO, Conceição. *Ponciá Vicêncio*. Belo Horizonte: Mazza, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p.15-37.
- GOMES, Carlos Magno. Ensino de Literatura: dos estudos de gênero a historiografia. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*. Campina Grande: ABRALIC, n. 22, 2013, (p. 31-45)
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 25ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MOREIRA, Osmar. *Um Oswald de bolso: crítica cultural ao alcance de todos*. Salvador: Quarteto, 2010.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global, 2006. (Para entender).
- MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. *Feminino & Masculino: Uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O Sortilégio da Cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.
- STREY, Marlene Neves; MATTOS, Flora B.; FENSTERSEIFER, Gilda; WERBA, Graziela C. (Org.). *Construção e Perspectivas em gênero*. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- XAVIER, Elódia. *Declínio do Patriarcado: a família no imaginário feminino*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1998.
- ZOLIN, Lúcia. A literatura de autoria feminina brasileira no contexto da pós-modernidade. In: *Ipotesi*. Juiz de Fora: UFJF, v. 13, n. 2, p. 105-116, jul./dez, 2009.

A MATERIALIZAÇÃO DE UMA DISSERTAÇÃO

Monica Grisi Chaves¹

Orientador: Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel

Resumo: O presente estudo tem por objetivo seminal promover uma reflexão sobre os primeiros escritos da dissertação de Mestrado intitulada “*A Máquina*” e *os sonhos de Nordestina: entre a literatura e o cinema*. Partindo do princípio de que, para além dos recursos materiais, a redação de um texto desta natureza exige recursos imateriais baseados no conhecimento adquirido ao longo do curso e necessita, ainda, atender a padrões de coesão e coerência. A ideia é a de elencar, brevemente, alguns aspectos referentes à trajetória da escrita do primeiro capítulo desta dissertação.

Palavras-chave: Nordeste. Teóricos. Símbolos. Identidade.

INTRODUÇÃO

Ao acionar uma reflexão sobre o processo histórico de escrita, percebe-se, dentre outras coisas, que a sua emergência influencia, sobremaneira, o progresso da humanidade, pois a documentação de descobertas científicas, ditames morais, localizações geográficas, objetos artísticos – apenas para citar alguns – contribuí para a continuação do desenvolvimento humano. Partindo deste princípio, uma dissertação de Mestrado é um texto que expõe, não apenas, a resposta a uma problemática levantada, mas também, o arcabouço teórico acionado para a resolução do problema e o percurso trilhado no decorrer da pesquisa. Diante disso, é necessário que o texto dissertativo seja coerente, tanto na escolha teórica, quanto na expressão do seu conteúdo. E, que seja também coeso, pois as suas partes precisam funcionar no todo. É preciso, ainda que atenda às normas prescritas pela ABNT e que apresente um vocabulário pertinente. As questões elencadas precipitam a ideia de ser esta uma escrita desenhada por certo grau de complexidade. Todavia, de certo modo, a escrita da dissertação é uma das etapas finais do processo da pesquisa, assim, o sucesso do seu desenvolvimento depende do bom desempenho das demais etapas da pesquisa. Desta forma, as dificuldades encontradas, na escrita do texto, resultante da pesquisa intitulada “*A Máquina*” e *os sonhos de Nordestina: entre a literatura e o cinema*, tem a sua origem em etapas precedentes. Em função disso, o presente estudo fará um breve relato sobre o desenrolar da pesquisa citada, com o objetivo de melhor entender a dificuldade da escrita em si.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: monicagrisi@gmail.com.

A PESQUISA

As questões que norteiam a pesquisa mencionada originam-se de determinadas inquietações sobre o tratamento dado aos personagens em produções literárias e fílmicas de temática nordestina. Pois, causa estranheza o fato de tais personagens, ao longo de décadas, serem representados tanto na literatura, quanto no cinema por características idênticas. Características estas que engendram um nordestino filho da seca e herdeiro de sua improdutividade. Tanto as mulheres quanto os homens nordestinos são tecidos por linhas fixas, opacas e caricatas que não dão conta de tecer a diversidade humana que habita este lugar.

Os traços que desenham a paisagem do lugar também são conduzidos por uma fixidez que coloca em relevo a secura de uma terra vermelha muitas vezes infértil, a qual se atribui a carência e a falta de perspectiva de um ambiente árido com sua gente desgastada pela falta de esperança. Existem carências neste lugar, como em muitos outros. Por que somos apenas a personificação de todas elas? Quais são os mecanismos de força que atuam no processo de subjetivação dos personagens nordestinos e na representação do ambiente geográfico do Nordeste?

Deste modo, a pesquisa intitulada: *“A Máquina” e os sonhos de Nordestina: entre a literatura e o cinema*, nasce com o objetivo de responder a tais questionamentos. E, motiva-se a partir do propósito de proceder a uma análise crítica do romance *A Máquina* (1999) da escritora Adriana Falcão e do filme homônimo (2006) do diretor e roteirista João Falcão, a fim de refletir sobre os processos de representação dos signos que habitualmente caracterizam o Nordeste Brasileiro e também, acerca de como se dão as relações entre os signos caracterizadores da cultura nordestina e os processos de subjetivação dos personagens nas produções citadas.

A escolha dos elementos constituintes do objeto que compõem a pesquisa foi feita em primeiro plano, a partir do gosto pessoal pelas obras. O contato com as obras ocorre sem a pretensão de transformá-las em pesquisa, no entanto, o impacto causado por este contato repercutiu-se em estudo. Porém, o elemento desencadeador presentificava-se tanto no romance, quanto no filme a partir da perspectiva de pensá-los sob o viés de serem representantes de um Nordeste que troca a escassez pela abundância. Entretanto, o tempo mostrou que as coisas não eram exatamente assim, pois, para além de pequenas mudanças no tratamento dado ao tema do Nordeste, o que se tem no objeto citado é certa reiteração dos mesmos signos em construções mais poéticas.

Assim, esta pesquisa tem um débito irremediável com o Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultura oferecido pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pois se não fosse pelo prisma ideológico que atravessa o programa, por meio das suas disciplinas e principalmente dos seus

professores, ela teria outros contornos. A inserção neste programa de Mestrado me levou a repensar o meu pensamento, não apenas o pensamento que direciona o estudo em curso, mas o pensamento que norteia a minha vida. Pensar as coisas a partir de discursos pré-fabricados é entender que, a maioria das coisas que nos cercam, só são o que são porque, estão impregnadas de discursos. Sendo assim, a vida se insere numa incessante dinâmica transitória do pensamento, e são eles, os pensamentos postos em trânsito os responsáveis por grande parte das mudanças do mundo. No entanto entender tamanha força de construções discursivas é entender também, que quando repetidos à exaustão, os discursos inventam verdades e, tais invenções podem interferir no modo de perceber a vida.

Talvez, de forma inconsciente, tenha escolhido a temática e o objeto com disposição para provar a força do nordestino. Para denunciar a existência de um Nordeste que não fosse tão intensamente marcado pela intempérie climática que provoca a seca do solo quanto úteros inférteis. Objetivava desvelar o Nordeste e propor que os outros – os não nordestinos – tirassem as vendas que os impedia de enxergar a verdade sobre o Nordeste. Ao longo do curso, percebi, entretanto, que ver a região, como ela realmente é, significa tirar dela a possibilidade de ser outras coisas, de estar outras coisas e de garantir que a sua única permanência seja a mudança. Ou que a sua verdadeira forma, de ser, seja o seu permanente estado de mudança.

Uma descoberta deste quilate se fez possível em função de uma ampla gama de conhecimento e reflexão a partir da leitura de estudos desenvolvidos por importantes pensadores, da filosofia, da sociologia, da teoria literária e dos estudos culturais. No entanto, sistematizar tais estudos e articulá-los com o objeto e as ideias insurgentes sobre ele, tem sido uma tarefa, ao mesmo tempo, instigante e difícil. Já que o estudo da temática nordestina é muito mais complexo do que parecia inicialmente. Pois, entender, que o Nordeste é uma intrincada cadeia de signos discursivamente tecida, exige que se reflita sobre o porquê de esta cadeia continuar tão presente, por tanto tempo, mesmo depois de tantas discussões sobre isso. Neste sentido, a primeira conclusão a que se chega é que a pesquisa mudou os seus rumos e que o objeto passou a ser visto sob outros ângulos. E, um dos novos ângulos de percepção sobre o objeto, aponta para o relevo da televisão, como um veículo de comunicação de massa, que influencia os personagens e participa ativamente dos seus processos de subjetivação, sendo assim a pesquisa ganha um novo elemento. O artefato televisivo, conquista espaço na pesquisa, em função de serem as imagens exibidas pela TV, o sustentáculo da dicotomia entre o Nordeste e o seu outro.

A TEORIA

Tendo em vista, que a pesquisa caminha na contramão de pressupostos naturalistas, este trabalho buscou amparo nas contribuições de Durval Muniz de Albuquerque Junior, pois, em seu livro *a Invenção do Nordeste e outras artes* (2011), ao abordar as questões que permeiam o imaginário sobre a região Nordeste, o autor aponta para a ideia de que o espaço geográfico e histórico identificado como sendo o Nordeste brasileiro, origina-se de um conglomerado discursivo que tem a sua formação iniciada em finais do século XIX. De acordo com o historiador, até o final da primeira década do século anterior, o Brasil tinha a sua divisão política e econômica polarizada em duas grandes regiões: o Norte, guardião das “verdadeiras” raízes do país e por isso, “arcaico”; E o Sul, marcado pelo cosmopolitismo, pela industrialização e pela constante marcha rumo ao progresso, por isso, “desenvolvido”.

Neste sentido, o autor não objetivou descobrir o que havia de verossímil nesta dicotomia, tampouco desvendar uma verdade sobre o Nordeste, seu estudo buscou entendimento sobre o processo de confecção do recorte geográfico/discursivo denominado de Nordeste. Nas palavras do autor, o seu propósito é exposto nos seguintes termos:

Por isso, o que interessa a este trabalho não é saber se estes primeiros discursos, que começam a criar imagens do Nordeste para consumo do “Sul”, que fazem parte da institucionalização desses espaços pela visão do outro, seriam mentirosos ou fariam a verdade, estariam errados ou certos. O que interessa é entender como funcionam e a serviço de que relações de força. Não se trata de buscar uma “verdadeira representação de Nordeste”, sua verdadeira interpretação, mas tentar entender a produção desse conceito e como ele funciona, seja dentro ou fora de suas fronteiras. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.59)

O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de “verdades” sobre este espaço. (Grifo do autor) (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p. 62).

Em razão disso, o trabalho ora exposto, busca amparo nas contribuições de Albuquerque Junior, uma vez que, também, não se almeja encontrar no romance (1999) ou no filme (2006) *A Máquina*, pontos consonantes ou dissonantes com relação à realidade nordestina, mas sim, refletir sobre o modo com o qual determinados signos comumente atribuídos à identidade nordestina repercutem no romance de Adriana Falcão e na leitura fílmica de João Falcão. Este trabalho intenta colaborar com a reflexão sobre os mecanismos e signos envolvidos no fabrico de um Nordeste simbólico e não com o desvelamento de uma verdade implícita sobre o Nordeste, pois para o ímpeto que impulsiona esta pesquisa revelar uma verdade sobre este lugar é tirar dele a possibilidade de ser vários.

Deste modo, a crença que norteia este trabalho esta fincada na ideia de que aquilo que por convenção identificamos como Nordeste é uma teia de enunciados atravessada pelo discurso acadêmico, pela prosa, pela poesia, pela música, pelo teatro, pelo cinema, pelas Artes plásticas, pelos recortes de jornais e revistas, pela televisão e pela fala cotidiana das pessoas construída e propagada tanto dentro quanto de fora da região. Embora originários de diferentes segmentos, conjuntamente, formam um todo homogêneo dotado de uma força intrínseca, capaz de obliterar a possibilidade de enxergar este lugar sob o olhar da multiplicidade.

Embora as pesquisas de Albuquerque Junior sejam emblemáticas, sobretudo, para a sustentação do primeiro capítulo da dissertação que está em curso, serão acionados ainda, estudos realizados por Stuart Hall (2000, 2006), sobre as questões de identidade. Bem como, as contribuições de Moacir dos Anjos (s/d) concernentes à temática nordestina e dos sociólogos Pierre Bourdieu (1989), Zygmunt Bauman (2008) nas suas contribuições sobre o poder simbólico e a relação entre a identidade e a globalização, respectivamente. Todos estes trabalhos foram postos em movimento a fim de propiciar a elaboração da emergência do Nordeste enquanto símbolo e, portanto, de suma importância, também, se revelou a concepção simbólica da cultura desenvolvida por John B. Thompson (1995).

O segundo capítulo é construído a partir da ideia de que a ausência da cidade de Nordestina, na programação televisiva da fábula de Adriana Falcão, reforça os imperativos do Nordeste simbólico e impulsiona o fluxo migratório das personagens – temática bastante presente nos objetos artísticos ambientados no Nordeste. O objetivo subjacente deste tópico é o de relacionar o Nordeste, enquanto símbolo, com a cultura globalizada através dos meios de comunicação de massa. Para tanto, torna-se imprescindível um levantamento histórico sobre a emergência do termo cultura de massa ao longo do século XX.

Neste sentido, o texto *A Obra de Arte na Era da Reprodutibilidade Técnica* do teórico Walter Benjamin (2000) e as suas reflexões sobre a mudança dos conceitos da estética clássica a partir do advento de equipamentos e técnicas que possibilitam a reprodutibilidade das obras de arte. Como também, sobre a ressonância social e política efetivada pelas tecnologias de multiplicação, revelam-se amplamente oportunas. De modo similar ao conceito de indústria cultural desenvolvido por Mas Horkheimer e Theodor Adorno (1995), quando propagam a indústria como um organismo sistêmico, que inclui a cultura na maquinaria de produção seriada, e destacam o caráter fetichista que envolve os produtos culturais e os transforma em mercadorias. Outra importante ferramenta para a construção do capítulo mencionado foram os argumentos de Marshall McLuhan (1995) para sustentar a sua formulação de que os meios de comunicação atuam como uma espécie de dilatador

dos sentidos humanos. Do mesmo modo, que a avaliação do crítico Frederic Jamerson (1996), quando assinala que são os sistemas culturais que organizam a vida das pessoas na contemporaneidade e a lógica destes sistemas é a própria lógica do capitalismo. E tal lógica, implica na cultura de maneira tão determinante, que segundo o teórico, falar de economia é falar de cultura. Daí a necessidade de entender o processo de produção desta cultura, pois é em tal processo que repousa a lógica do funcionamento da sociedade. E, finalmente, os posicionamentos críticos de Terry Eagleton (2011) no que tange o conglomerado teórico que se presta a entender as demandas do cotidiano atual, sem, muitas vezes, dar-se conta do quão cultural se tornaram as sociedades. O crítico também discorre sobre questões que envolvem o pós-modernismo e a pertinência dos estudos culturais para o entendimento do cenário contemporâneo, sem esquecer-se de mencionar a influência do marxismo para a fundamentação dos contornos teóricos em voga no pós-modernismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O breve artigo objetivou lançar um olhar analítico sobre o andamento da pesquisa intitulada *“A Máquina” e os sonhos de Nordestina: entre a literatura e o cinema*, a fim de descrever os novos rumos da pesquisa tendo em vista que a aquisição de fundamentos teóricos oportunizou importantes reverses exploratórios.

Diante da rápida explanação sobre o percurso teórico e metodológico tem-se a complexidade da escrita, pois à medida que o texto vai sendo concretizado, surgem lacunas que exigem novas reflexões e reescritas. A dinâmica da contemporaneidade é tamanha que comumente exige que os pensamentos sejam repensados e este movimento resvala, inevitavelmente, na confecção do texto. Todavia, embora uma colocação de caráter absolutamente conclusivo não seja a pretensão deste estudo e nem tenha cabimento, em um momento marcado pela transitoriedade. Assim, tudo leva a crer que certamente, logo a pesquisa chegará ao fim e com isso o texto também será findo, porém o seu encerramento derradeiro, talvez esteja longe de acontecer.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. e HORKHEIMER, M, *Dialética do Esclarecimento*. RJ: Zahar, 1985.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A Invenção do Nordeste e Outras Artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

ANJOS, Moacir dos. *Vinte notas sobre a identidade cultural no Nordeste do Brasil*, Acesso Julho de 2013.

(http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1039)

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BAUMAN, Zygmunt: Identidade no mundo globalizante. In: *A Sociedade Individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Trad. José Gradel- Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed:2008,

BAUMAN, Zygmunt: *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Trad. Carlos Alberto Medeiros- Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed: 2008

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989.

EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os estudos culturais e o pós-modernismo*. Trad. de Maria Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011.

FALCÃO, Adriana. *A Máquina*. Rio de Janeiro: Objetiva, [1999] 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. Trad. de Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopez Lauro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

JAMERSON, Frederic. *A lógica cultura do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática S.A, 1996.

MCLUHAN, Marshall. *Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem*. São Paulo: Cultrix, 1995.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

O DEMÔNIO LOGRADO: TÁTICAS DE REINVENÇÃO SIMBÓLICA NA CULTURA POPULAR

Priscila Cardoso de Oliveira¹

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Felix

Resumo: O presente projeto incluindo na Linha 1: Literatura, Produção Cultural e Modos de vida, propõe analisar a figura do demônio na cultura popular a partir da análise de quatro contos orais coletados por Câmara Cascudo (2004), relacionando-os ao Romance *As Pelejas de Ojuara*, escrito por Nei Leandro de Castro (2006) contejando-os, por meio de uma análise crítica, com o filme *O homem que desafiou o Diabo*, direção de Moacyr Góes (2007). Nesse sentido, busca-se compreender como a figura do “Demônio Logrado” se reinventa na cultura popular, além de examinar relações discursivas entre os textos orais, escritos e o cinematográfico, bem como o espaço de tensão produzido por essas interações.

Palavras-chave: Narrativas. Tradição. Cultura Popular. Cultura de Massa. Cinema.

INTRODUÇÃO

Pesquisar a poética oral implica pensar na cultura popular e nos aspectos que envolvem as tradições e os ensinamentos que passam de geração a geração por meio das vozes dos seus contadores/narradores. É notável a importância da cultura popular para o estudo da história e da cultura de um país e de seu povo. As narrativas descrevem os costumes mais antigos do cotidiano e da sabedoria popular, de maneira que estes acontecimentos vão construindo e, ao mesmo tempo perpetuando histórias e fatos socioculturais.

Durante a graduação iniciei meus estudos no campo da literatura oral, procurando entender sua dinâmica, assim tal temática tornou-se objeto de pesquisa na Iniciação Científica, o que culminou na produção do meu TCC nessa mesma área. Na ocasião, fiz uma análise comparativa entre oral, escrito e visual, enfocando os valores religiosos e culturais existentes nas obras estudadas. Agora, proponho uma pesquisa crítica, na tentativa de complementar estes estudos de forma mais intensiva, e por meio destes estudar/investigar e refletir mais detidamente os diversos elementos da tradição oral. Sua relação com outros meios como a literatura e o cinema.

Este projeto tem por objetivo pesquisar a figura do demônio na cultura popular a partir da análise de quatro contos orais coletados por Câmara Cascudo (2001), relacionando-os ao Romance *As Pelejas de Ojuara*, escrito por Nei Leandro de Castro contejando-os, por meio de uma análise

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, bolsista CAPES. Endereço eletrônico: prioliveira1983@hotmail.com

crítica, com o filme *O homem que desafiou o Diabo*, direção de Moacyr Góes. Busca-se demonstrar que a cultura popular desenvolve mecanismos extraordinários de leitura e desmontagem dos mitos impostos pelo ocidente e sua vontade verdade e de controle, e em consonância a isso, investiga-se as relações da cultura popular com a literatura escrita e a cultura de massa. A metodologia consiste em análise literária e comparativa, fundamentada nos estudos culturais e folclóricos a partir de Alfredo Bosi (1993), Bráulio do Nascimento (2005), Câmara Cascudo (1985), Nestor Canclini (1997), Oswaldo Elias Xidieh (1993) e Stuart Hall (2003).

A proposta é examinar, por meio de uma análise formal das narrativas, do romance e do filme, o trânsito e a complexidade da poética da criação popular, a apropriação, a recriação e as novas leituras possíveis dos textos tradicionais em diversos meios. Desse modo, este estudo leva em consideração questões das comunidades, bem como os grupos minoritários, suas vozes, seus modos de vida, o que nos faz pensar criticamente o *status* da cultura popular pela estética da existência, da memória e das vivências e as tensões produzidas diante da lógica de apropriação e padronização que caracterizam a cultura de massa.

FÚTIL, ÚTIL E INSTRUTIVO: UM DISPOSITIVO VIVO

Históricos datam que a mito do diabo surgiu na antiguidade, porém, foi na Idade Média que o príncipe das trevas tornou-se popular, carregado de mistérios, sua presença era tão importante quando os seres celestiais. Numa relação sempre antagônica, foi tema de conflitos que retratavam a luta entre o bem e mal em todo mundo. No Brasil, sua “fama” chegou junto com as caravelas dos portugueses, assim, afirma os estudos de Pimentel (1995) Tornou-se conhecido em todo território nacional, principalmente, nas regiões norte e nordeste, “[...] estava no apogeu de sua fama, respeitado e temido no mundo inteiro, personagem central de tudo quanto era lenda, histórias e credences armazenadas desde o começo do mundo” (PIMENTEL, 1995, p.17).

Marise Gândara Lourenço no texto intitulado *O Diabo que encanta* (2009a) diz que no Brasil a figura do Diabo é multifacetada, ora aparece como um animal (gato, cachorro, bode, morcego, dentre outros), ora sob a forma humana. Essa sua aparência se diversifica, vai desde um negrinho, anão de barba pixaim e cauda, para o moço loiro de olhos azuis.

Os contos orais que tratam da figura do demônio foram registrados na coletânea *Contos Tradicionais do Brasil*, por Câmara Cascudo (2001), grande estudioso da etnografia brasileira e pertencem ao ciclo catequístico, assim como todos que fazem referência à figura satânica, no entanto nesta obra eles se encontram classificados como Ciclo do Demônio Logrado: “Todos os contos

ou disputa em que o Demônio intervém, perde a aposta e é derrotado, parece estabelecer o ciclo, isto é a reunião de contos e lendas derredor de um único motivo: O demônio Logrado” (CASCUDO, 2001, p. 21). Essas narrativas são curiosas, porque em princípio, o Diabo é desafiado por uma pessoa comum e bastaria que ele recorresse à fúria característica de seus poderes sobrenaturais para ganhar o duelo, mas ao contrário, ele aceita o desafio, respeita as regras humanas e acaba perdendo a peleja, isto é, há um nivelamento entre o diabo e o homem, mostrando que ele ao perder é menos esperto. Para Vladimir Propp, a inteligência e a astúcia constituem a força do fraco e com isso ele vence um inimigo mais forte. No entanto, se o diabo, aceita a derrota e cumpri o acordo, algo que ele poderia não cumprir, mostra que ele também se submete a um código de honra, estabelecido no pacto tratado.

Gândara Lourenço (2009b) diz que “O pacto sempre aparece relacionado a Satã ou outro representante das forças do mal ou da suprema ordem cósmica, aparece como elemento deflagrador, é movido sempre por uma carência de proteção, fortuna, mocidade, felicidade, saber etc.,- problemas que não podem ser resolvidos na ordem social comum”. Então, o pobre faz um pacto com o diabo, símbolo maior da rebeldia e da desordem, abrindo um espaço de utopia; só fora da ordem cósmica cristã será possível usufruir o prazer de viver com o mínimo de condição humana. Assim surge a questão: Quais possibilidades simbólicas são descobertas através dos elementos contidos nas narrativas do ciclo do Demônio Logrado?

O conto popular é uma narrativa que retrata histórias de vidas e, além de propor aos ouvintes modelos de comportamentos, também se configurava enquanto entretenimento, lazer. Não tem propriamente uma autoria, na realidade, ele se constitui como uma criação coletiva, pois cada narrador lhe acrescenta pequenas alterações e, assim, sofrendo modificações, passa de um povo para outro carregando novos sentidos e interpretações. As narrativas orais possuem estruturas capazes de serem analisadas e decompostas. Dentre muitas características, observa-se: cadência rítmica, estruturas frasais simples, o uso da repetição, diálogos indiretos, jargões próprios, modulações, exclamativas, diferentes variações no modo de acabar.

Gislayne Matos (2005), descreve que o conto é texto anunciativo do contador de histórias. Para ela o conto constitui o fio que completa a tecelagem da tradição oral, é nele “[...] que junta os símbolos, a história, as sonoridades, as implicações filosóficas, políticas ou sociais e os elementos subjetivos do contador que, como mestre da palavra, fabricará o texto dialogando com seus ouvintes” (2005, p. 16).

Indo além, pode-se refletir que a tradição oral encontra espaços que favorecem a sua permanência nos dias atuais, ela se constitui numa teia cultural, quase como um rizoma, não existe

um lugar privilegiado para se falar sobre as coisas, múltiplas são as entradas e conexões que circulam as narrativas. Portanto, não faz sentido se procurar um só criador, uma origem, o importante é o efeito social que a transmissão produz. A oralidade trabalha em redes múltiplas e heterogêneas. Assim como rizoma, o conto não pode ter uma estrutura fixa, pois aconteceria um aprisionamento. Ele se constitui em novas formas a todo instante, a toda reelaboração, num campo movente.

O conto oral é uma construção coletiva que possibilita variadas interpretações, a partir das narrativas do Ciclo do Demônio Logrado é possível identificar tensões sociais, situações locais, pois, “[...] estes textos orais quase sempre propõe alterações interpretativas que contrastam com a ordem vigente [...]”, não se realizam sem o concurso e a atenção exclusiva de pessoas anônimas, comuns do cotidiano, assim, sua expressão comporta as vozes silenciadas de excluídos, esquecidos, mas também é um meio pelo qual se pode estudar as elites. É uma ação da cultura popular na leitura, releitura, reinvenção, desconstrução da figura do diabo como personagem imposto pelo discurso ocidental.

Dessa forma, compreender o texto oral como um dispositivo vivo que diverte, ensina e transmite é entender que este pode nos transportar para além de uma versão puramente narrativa, ou seja, nos provoca, por meio de um viés crítico, a novas reflexões, tensões, possibilitando-nos refletir e questionar a realidade.

ENTRE O ORAL E O VISUAL, ESPAÇO DE TENSÃO...

No que se refere às relações intertextuais entre os textos orais e o cinematográfico podemos considerar que essas interações possibilitam novas formas de recriação e contribuem para permanência do texto em seus diversos níveis dialógicos. Edil Costa (1998, p. 29-30) afirma que embora na tradição “o principal meio de transmissão seja a oralidade, é indiscutível a importância dessas outras formas na (re)vitalização do texto e na fixação da memória coletiva”. Sendo assim, os filmes podem ser considerados como captadores e divulgadores do popular e funcionam como principais textos de apoio às narrativas. Nesse sentido, o texto cinematográfico atua como elemento de intercursos da linguagem, re-ativando a presença da oralidade que ali se confirma.

Glória Maria Palma nos aponta que: “essa interação entre esses níveis é possível porque ler é como viver, uma arte que se pratica movida pelo desejo de descobrir novos motivos para continuar lendo” (PALMA, 2004, p. 8). É importante destacar que as diferentes artes não se repelem, elas se completam, aproximam-se na fruição. Literatura e cinema podem se entrelaçar tanto no estudo como na pesquisa, principalmente no que tange ao desenvolvimento da sensibilidade estética da leitura.

Luiz de Melo Diniz (2007) explica que a principal característica que entrelaça as diferentes artes, literatura e cinema é justamente a narratividade, visto que este é um traço marcante do cinema moderno, que por seu turno alia-se perfeitamente às tradições orais, encontradas nas narrativas. No entanto, é importante destacar que o rico patrimônio imaterial que contempla: as manifestações folclóricas, rituais sacros e profanos, causos, narrativas que passam de pai para filho, são apropriados por escritores, autores, diretores que reinventam suas histórias em livros, teatro e no cinema no formato muitas vezes alegórico, inconsistente que visa apenas o entretenimento das massas.

Grandes nomes da intelectualidade atual tomam como fonte as narrativas populares orais, para escrever seus livros, romances, contos, roteiros para cinema, novelas e teatro. Os que buscam esses status fazem uso da mídia, principalmente da televisão, para projetar os seus bens culturais: tais como cordel, as cantorias, os folguedos, o artesanato, a culinária e as suas alegorias que enriquecem os cortejos populares. Ou seja, há um jogo de movimento que induz a reelaboração cultural. “O princípio estruturador do “popular” neste sentido são as tensões e oposições entre aquilo que pertence ao domínio central da elite ou da cultura dominante, e a cultura da “periferia””. (HALL, 2003, p. 257).

Evelina Hoisel (1980) aponta para o discurso da sintonia entre as artes, o elo entre a arte dita culta e a de massa. A cultura moderna urbana passa a ter uma estética de consumo, perdendo, de certa forma, sua aura sacralizada de obra de arte. Assim, essa experiência estética passa a valorizar o contato participativo e de divertimento, “[...] na medida em que a técnica da reprodutibilidade substitui a existência única da obra por uma existência serial, permitindo que tal reprodução chegue ao encontro do espectador, resultando num forte abalo à tradição” (HOISEL, 1980, p.19).

O entretenimento através do alegórico garante a ideologia do consumo, ou seja, a “semelhança” entre o que é popular ao produto massificado cria uma realidade ficcional que atende as necessidades da manutenção do sistema globalizado. Para Trigueiro (2005) a cultura popular, em especial a nordestina é um fluxo de significados oriundos do imaginário medieval e cujas manifestações culturais de carnavalização autorizam a extravagância e a obscenidade em oposição às regras obedecidas cotidianamente. É essa hibridização das redes de comunicação do global e do local que reinventa a cultura brasileira.

Nesse intercâmbio o popular também projeta na mídia suas produções. Em troca, a mídia se apodera dessas expressões com o sentido do "espetacular" num propósito puramente mercantilista. O intuito é atingir grandes picos de audiência e estender ao maior número possível de consumidores. Com muita competência, a mídia se articula, com bastante êxito, das tradicionais culturas populares,

seja no formato sutil ou integral, atribui novos formatos e conteúdos, refuncionalizando e mediando a seu próprio interesse, a performance que convém atrair novos investidores, conseqüentemente, maior rentabilidade lucrativa.

Ao se pensar no diálogo dos contos orais do ciclo do Demônio Logrado, transcritos com as novas formas de tecnologias, queremos observar como o uso destas, traduz inovações estéticas de textos oriundos da oralidade, ou seja, verificar como se dá o trânsito palavra-texto- imagem e como este entrelaçamento nos permite perceber práticas do cotidiano popular.

Trata-se, portanto, de verificar a interdiscursividade, bem como as relações e tensões de sentidos existentes entre linguagens diferenciadas. Nenhum formato de texto é visto isoladamente, sendo, ao invés disso, correlacionado com discursos similares e/ou próximos. Para Mikhail Bakhtin (1987), o dialogismo se dá a partir da noção de recepção/compreensão, de uma enunciação a qual constitui um território comum entre o locutor e o interlocutor.

Tomando com referência a noção de trânsito apontada por Frederico Fernandes (2012), podemos entender que há uma movência do texto oral identificados em três aspectos: a) ora aponta para a variação de um suporte para outro, o que acaba por acarretar transformações e até mesmo hibridações de sentido em relação ao contexto de produção anterior; b) ora permitem evidenciar o deslocamento de uma experiência local para uma nova possibilidade de leitura, numa conjuntura global; c) ora a oralidade serve como veículo de registro das próprias mudanças socioculturais. Em razão disso, torna-se possível afirmar que as narrativas que tratam da temática da figura do Demônio Logrado habitam um território movediço, marcado pela tensão das fronteiras que elas insistem em transgredir ou pelas inevitáveis mudanças de práticas, atitudes e pensamentos advindos de um processo histórico.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Trad. Yara Frateschi Vieira. São Paulo/Brasília: Hucitec/UnB, 1987.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Contos tradicionais do Brasil*. São Paulo: Global, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Companhia das Letras, 1994.

CASTRO, Ney Leandro. *As Pelejas de Ojuara: o homem que desafiou o Diabo*. 4ª Ed. São Paulo: Arx, 2006.

COSTA, Edil Silva. *Cinderela nos entrelaces da tradição*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, Coleção Selo Editorial Letras da Bahia. 1998.

DINIZ, Luiz de Melo. *O processo de interdiscursividade entre as artes Literatura e Cinema*. REEL - Revista Eletrônica de Estudos Literários, Vitória, a. 3, n. 3, 2007.

HALL, Stuart. *Da Diáspora. Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HOISEL, Evelina. *Supercaos: estilhaços da cultura em Pan América e Nações Unidas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. p.134-153.

LEITE, Eudes; FERNANDES, Frederico. *Trânsitos da voz: estudos de oralidade e literatura*. Londrina: EDUEL, 2012.

PALMA, Glória Maria. *Literatura e cinema: a demanda do Santo Graal & Matrix/ Eurico, o presbítero & A máscara do Zorro*. Glória Maria Palma. (Org.). Bauru, SP: EDUSC, 2004.

XIDIEH, Oswaldo Elias. *Narrativas populares: estórias de Nosso Senhor Jesus Cristo e mais São Pedro andando pelo mundo*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

FILMOGRAFIA

O homem que desafiou o Diabo. Direção: Moacyr Góes. Roteiro: Moacyr Góes, Bráulio Tavares, Nei Leandro de Castro. Intérpretes: Marcos Palmeira; Lívia Falcão; Fernanda Paes Leme; Sérgio Mamberti; Flávia Alessandra. Gênero: Comédia. Columbia Tristar Filmes do Brasil, 2007. 1 DVD (106 min).

**O SABER DOS MICROEMPREENDEDORES/AS: (RE)PENSANDO OS SABERES ESTÉTICOS,
ECONÔMICOS, CULTURAIS ACIONADOS PELOS MICROEMPREENDEDORES(AS) PARA MONTAR UM
SALÃO DE BELEZA**

Raimundo Washington dos Santos¹

Orientadora : Suely Aldir Messeder

Resumo: O presente paper tem como proposta apresentar a necessidade de se investigar os saberes e as vivências acionadas pelos microempreendedores/as para montar um salão de beleza na cidade de Alagoinhas – Bahia. Tomo como ponto de partida para a reflexão teórica os estudos de relações raciais, relações de gênero e o mundo do trabalho desenvolvido por Ângela Davis (2013) e Suely Carneiro (2009). Para entender as práticas econômicas no âmbito cultural, investiremos no conceito alternativo de *homo situs* e na teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento de Hassan Zaoual (2010) e questões de estéticas corporais de Luciana Maia. O procedimento metodológico será quali-quantitativo com aplicação de questionários e entrevistas aprofundadas sobre a vida dos microempreendedores/as sob perspectiva cultural. Deste modo, espera-se identificar os saberes estéticos mobilizados por microempreendedores/as, bem como redefinir um salão de beleza como um modo de produção cultural. Em suma, só uma perspectiva de crítica cultural pode repensar um salão de beleza como um lugar estético-cultural, e de impacto identitário, indo além de um mero lugar econômico.

Palavra-chaves: Crítica Cultural. Salão de Beleza. Modos de Produção. Relações de gênero.

INTRODUÇÃO

De início, é importante sinalizar que esta pesquisa que tem o título provisório, *O saber dos microempreendedores/as*, a ser desenvolvida no projeto (re)pensando os saberes estéticos, econômicos e culturais acionados pelos microempreendedores/as para montar um salão de beleza. É importante dizer, também, que observa-se a necessidade e preocupação em fazer um recorte para essa pesquisa do sujeito feminino negro para o entendimento da sua atuação mediante o tema proposto, e que ao mesmo tempo vai de acordo, e em consonância aos propósitos do eestrado em Crítica Cultural na linha 2 de pesquisa, a saber 1)Estudo de linguagens, 2)processos de letramento, a partir da perspectiva étnico-racial, de gênero, sexualidades, classe, considerando os sentidos de políticas públicas, deslocamentos e repercussões nas práticas educativas e na sociedade, ao mesmo tempo, crendo-se ser serviente na articulação com a sociedade, com a ciência, com a tecnologia e trabalho.

Nesse sentido querendo compreender como os saberes estéticos culturais promovem, acionam, contribuem e, portanto, são os alicerces para que sejam acionados pelos microempreendedores/as na atividade de montarem o seu salão de beleza.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: admwashingtonsantos@yahoo.com.br.

Esse espaço rico e cheio de itens diversos a serem analisados, pesquisados, compreendidos quando se pensa em crítica cultural, a saber, questões de estéticas, relações de racismo, raça, relações de gênero, mercado de trabalho, práticas econômicas em um ambiente cultural, itens que subsidiam o enriquecimento no desenvolvimento desse trabalho, percebe-se a necessidade de se repensar um salão de beleza como um lugar estético-cultural, e de impacto identitário, indo além de um mero lugar econômico.

CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA NO CAMPO DO EMPREENDEDORISMO

Para um ponto de partida de compreensão do tema é preciso ir ao passado e buscar entender o que é empreendedorismo, condição para a existência do empreendedor. Logo, empreendedorismo configura-se como algo muito subjetivo, todos parecem conhecer, mas não conseguem definir realmente o que seja. Essa subjetividade pode ser devido as diferentes concepções ainda não consolidadas sobre o assunto ou por se tratar de uma novidade, principalmente no Brasil. A ascensão do empreendedorismo vem paralelamente ao processo de privatização das grandes estatais e abertura do mercado interno para concorrência externa. Daí a grande importância de desenvolver empreendedores que ajudem o país no seu crescimento e gere possibilidade de trabalho, renda e maiores investimentos.

Tomando por referência Dornelas (2001) o autor faz um resgate histórico e identifica que a primeira definição de empreendedorismo é creditada a Marco Polo, sendo o empreendedor aquele que assume os riscos de forma ativa, físicos e emocionais, e o capitalista assume os riscos de forma passiva. Na Idade Média, o empreendedor deixa de assumir riscos e passa a gerenciar grandes projetos de produção principalmente com financiamento governamental. E no século XVII, surge a relação entre assumir riscos e o empreendedorismo. Bem como, a criação do próprio termo empreendedorismo que diferencia o fornecedor do capital, capitalista, daquele que assume riscos, empreendedor. Mas somente no século XVIII, que capitalista e empreendedor foram completamente diferenciados, certamente em função do início da industrialização.

Com as mudanças históricas, o empreendedor ganhou novos conceitos, na verdade, são definições sob outros ângulos de visão sobre o mesmo tema, conforme Britto e Wever (2003, p. 17), “uma das primeiras definições da palavra empreendedor, foi elaborada no início do século XIX pelo economista francês J. B. Say, como aquele que “transfere recursos econômicos de um setor de produtividade mais baixa para um setor de produtividade mais elevada e de maior rendimento”. Já no século XX, tem-se a definição do economista moderno, de Joseph Schumpeter que esclare que:

O empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais (SCHUMPETER, 1949, apud DORNELAS, 2001, p. 37).

Contudo, parece que uma definição de empreendedor que atende na atualidade é de Dornelas (2001, p. 37), que está baseada nas diversas definições vistas até então, pois “o empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados”. Caracteriza a ação empreendedora em todas as suas etapas, ou seja, criar algo novo mediante a identificação de uma oportunidade, dedicação e persistência na atividade que se propõe a fazer para alcançar os objetivos pretendidos e ousadia para assumir os riscos que deverão ser calculados.

Baseado nas palavras de Dornelas (2001) e quando faz referência a oportunidades e aos riscos a serem calculados de um empreendimento, pode-se pensar nessa linha de raciocínio o mesmo quando se propõe um empreendimento de ordem crítico cultural quando numa relação de gêneros, sujeitos se propõe dar voz, pertencimento e significado a questão de estéticas culturais, econômicas e culturais. Esperando daí algum tipo de resultado, reação diversa da sociedade, um risco a ser calculado com dimensões diversas.

Davis (2013) coloca a questão a questão da mulher negra na busca por sua história para que possam conhecer o seu papel enquanto mulher e negra, e assim destruir a colonização da sua mente e construir de forma autodeterminada seus pensamentos e comportamentos (oportunidades que se constituem), começando por definir como se reconhece como mulher negra, e uma dessas formas é partir de uma ação estética cultural tendo como meio a criação de um salão de beleza como empreendimento, mas ao mesmo tempo, como um espaço estético-cultural, e de impacto identitário, indo além de um mero lugar econômico, o que provoca reações em uma sociedade como a nossa cheia de todo tipo de pré-conceitos e preconceitos.

Isso leva a entender que toda ação iniciada tem seus riscos a serem percebidos mais adiante, mesmo em se tratando de empreendimento que se insere em contextos envolvendo saberes seja de estética, economia e cultura, esse último (cultura) bem esclarecido por Dolabella (1999):

[...] sabe-se que o empreendedorismo é um fenômeno cultural, e, é [...] fruto dos hábitos, práticas e valores das pessoas. Existem famílias mais empreendedoras do que outras, assim como cidades, regiões, países. Na verdade aprende-se a ser empreendedor pela convivência com outros empreendedores [...] o empreendedor aprende em um clima de emoção e é capaz de assimilar e experiência de terceiros (DOLABELA, 1999, p. 31).

Conforme Dolabella (1999, p. 12), para se aprende a empreender, faz-se necessário um comportamento pró-ativo do indivíduo, o qual deve desejar “aprender a pensar e agir por conta

própria, com criatividade, liderança e visão de futuro, para inovar e ocupar o seu espaço no mercado, transformando esse ato também em prazer e emoção”.

Baseado no entendimento do que trata o empreendedorismo e que esse proporciona as pessoas base de compreensão para a realização dos seus empreendimentos, nesse caso concreto e foco de estudo, um empreendimento de ordem cultural, nasce uma inquietação para esta pesquisa, a problemática que busca saber: De que forma os saberes estéticos, econômicos e culturais podem ajudar a acionar ou mesmo mobilizar aos microempreendedores/as da cidade de Alagoinhas na Bahia, a (re)definirem um salão de beleza não meramente como um espaço econômico mas, também, como um lugar estético cultural e de impacto identitário?

Analisando o problema identificado e que se busca responder de forma a elucidá-lo, percebe-se com a fala de Hooks (2005) que numa cultura de dominação e antiintimidade, deve existir a arte do lutar diariamente por permanecer em contato consigo mesmo e com os nossos corpos, uns com os outros. Especialmente as mulheres negras e os homens negros, já que são os seus corpos os que frequentemente são desmerecidos, menosprezados, humilhados e mutilados em uma ideologia que aliena. Um comportamento que inverte a lógica naturalizante, pois passam a celebrar os seus corpos, participam de uma luta libertadora que libera a mente e o coração.

Diz ainda que, o cabelo do afrodescendente certamente é parte intrincada do perfil estético que compreende a identidade negra. A relação que cada um tem com seu cabelo é muito particular. O fato de saber ou não lidar com ele determina a forma como é aceito. Além disso, as possibilidades de informação que cada um tem e as experiências vividas desde a infância até a idade adulta fazem com que as pessoas criem diferentes conceitos sobre a forma como encaram seu cabelo e traços, descendentes das populações que vieram do continente africano. Há também que se considerar as noções de alteridade que cada um tem, que em geral causam um "despertar" para o reconhecimento de uma identidade própria, frente ao espelho e à sociedade.

Atrelado às inquietações que surgem, há objetivos que devem ser trabalhados nesta pesquisa, como identificar os saberes estéticos, econômicos e culturais mobilizados por microempreendedores/as, bem como entender como é feita a redefinição de um salão de beleza como um modo de produção cultural.

Acredita-se que utilizando metodologia quantitativa e qualitativa possam ajudar na investigação proposta, onde o uso de questionários semiestruturados e entrevistas aprofundadas buscando ver junto aos entrevistados e entrevistadas, principalmente mulheres negras empreendedoras e proprietárias de salão de beleza, como de fato esse espaço que em uma primeira vista seria um espaço econômico pode ser visto por outro ângulo, o ângulo crítico cultural.

O legado que se pretende entender étnico cultural, leva-se a buscar nas memórias presentes no imaginário do afrodescendente que são muito ricas em histórias, costumes e mitologias, que fazem continuar uma África além-Atlântico e outra reinventada aqui.

De acordo com Raul Lody:

Ao lado das culturas nativas, a cultura africana é especialmente importante na história dos países que foram escravocratas. É preciso considerar a influência africana nos conceitos estéticos dos colonizadores e a participação de sua cultura na formação da identidade dessas civilizações (LODY, 2004, p. 19).

Segundo o autor, na cultura africana, o corpo é um espaço de manifestação artística, especialmente a cabeça, de modo que "os cabelos e os penteados assumem para o africano e os afrodescendentes a importância de resgatar, pela estética, memórias ancestrais, memórias próximas, familiares e cotidianas." (LODY, 2004, p. 65).

Como sugere a teoria dos sítios, segundo Zaoual (2010):

[...] o homo situs é um "interpretador" da situação, ele o é no imediato e na dinâmica de sua situação. É o homem social, pensando e agindo em uma dada situação. E ele é tudo isso, veiculando o sentido do momento, aquele de sua situação com todo o peso do passado e da mudança que se impõe. É, portanto, no interior destas múltiplas contingências que ele exerce seu comportamento econômico. Assim, contrariamente ao homo oeconomicus, o homo situs é um homo comunicante com o seu meio. Ele é relacional antes de ser racional no sentido da teoria econômica. Neste sentido, o homo situs reencha o homo oeconomicus e liberta o homo sociologicus.

Evidentemente, o Homem permanece um "animal social complexo" (GIBBARD, 1996, p. 87) e por isso, o homo situs não separa as dimensões de sua existência real que nós compartimentamos pelas nossas ciências acadêmicas. O homo situs é indisciplinado e evolutivo a despeito do habitus (Bourdieu/ano) que seu meio lhe transmite por meio da socialização e das rotinas adquiridas. Esta margem de liberdade funda as especificidades da pessoa e sua capacidade criativa.

Nessa capacidade criativa é que se percebe a necessidade do resgate através dos saberes estéticos culturais a ratificação identitária dos microempreendedores/as principalmente o sujeito negro feminino.

Considerando-se a visão do Ministério da Cultura, que defende que a cultura popular é a expressão mais legítima e espontânea de um povo. Ao mesmo tempo em que carrega em si elementos fundadores de uma cultura, resulta de um constante processo de transformações, assimilações e misturas. Ao assumir e reconhecer sua fundamental importância para a construção de uma identidade nacional que compreenda toda a diversidade das manifestações culturais, percebe-se um passo importante em direção ao fortalecimento de uma consciência cidadã.

No caso da cultura da arte de empreender um salão de beleza não como fator unicamente econômico mas estético e cultural, percebe-se ser esta uma arte que além de ressaltar o orgulho étnico, tem um papel fundamental na configuração social e econômica do local, pois deixa de ser apenas a cultura étnica popular, ensinada em casa e passa a ser profissão e forma de sustento para várias famílias e legitimação identitária.

De acordo com Carneiro (2010) pensar a contribuição do feminismo negro na luta anti-racista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes.

Diz ainda que, o esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (especialmente as primeiras) pudessem ecoar de tal forma a ultrapassarem as barreiras da exclusão, principalmente no mercado de trabalho.

Dessa forma, percebe-se que a participação da mulher negra na condição de empreendedora de salão de beleza, a partir dos seus saberes acionados e mobilizados contribui, também, numa perspectiva de crítica cultural podendo possibilitar o repensar de um salão de beleza como um lugar estético-cultural, e de impacto identitário, indo além de um mero lugar econômico.

A dimensão político e institucional é a base para a sustentabilidade, no momento em que as políticas públicas podem interferir em todas as dimensões e fortalecerem os processos de desenvolvimento regional sustentáveis.

De acordo com Zaoual (2010) a importância dessa dimensão para o novo homem (*homo situs*) está em valorizar o local, seu pertencimento e assim seu sítio simbólico, buscando não somente criar ou manter o pertencimento, mas também criar condições para este homem permanecer no seu local onde estão suas raízes.

Informa ainda que os sítios simbólicos de pertencimento são espaços humanos onde as dimensões da sociedade podem se adequar, se adaptar e necessitam da sustentabilidade, por esta ser multidimensional e valorizar o ser humano e a natureza com igual importância para a continuidade da humanidade. O pertencimento do *homo situs* é o elo entre os sítios simbólicos e o desenvolvimento sustentável.

Reflete-se com isso a necessidade de ver a importância da mulher negra no mercado de trabalho como uma figura empreendedora. Nesse sentido, pode-se crer que as três grandes revoluções da mulher foram: a chegada dos métodos contraceptivos; sua entrada na Universidade ou

até mesmo na escola e seu engajamento no mercado de trabalho, baseado na arte dos seus microempreendimentos.

Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem moldando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira e sua presença no mercado de trabalho (CARNEIRO, 2003, 118).

Nas últimas décadas o movimento brasileiro de mulheres vem ganhando novas características e se firmando como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização política e de mentalidades, mostrando seu potencial e principalmente a sua força de trabalho em um cenário considerado machista, racista e sexista.

REFERÊNCIAS

BRITTO, Francisco; WEVER, Luiz. *Empreendedores brasileiros: vivendo e aprendendo com grandes nomes*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento*. Estudos Avançados, São Paulo, nº 49.2003.

DAVIS, Angela Yvonne. *Mulher, Raça e Classe*. Trad. Livre. Plataforma Gueto. 2013.

DOLABELA, Fernando. *Oficina do Empreendedor*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DOLABELA, Fernando. *O segredo de Luísa*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo: transformando idéias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

HOOKS, Bell. *Alisando nosso Cabelo*. Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba, janeiro-fevereiro de 2005. Tradução do espanhol: Lia Maria dos Santos. Retirado do blog coletivomarias.blogspot.com/.../alisando-o-nossocabelo.html

LODY, R. G. da M. *Cabelos de Axé: Identidade e resistência*. Rio de Janeiro: Editora Senac Nacional, 2004. 136p.

Ministério da Cultura, em *Seminário Nacional de Culturas Populares* de 23 a 26/02/2005;

Disponível em:

http://www.cultura.gov.br/foruns_de_cultura/culturas_populares/seminario_naciona Acesso em 21/08/2014

ZAQUAL, H. O homo situs e suas perspectivas paradigmáticas. In: revista *OIKOS*. Rio de Janeiro, Volume 9, nº1, 2010.

A MICARETA DE FEIRA DE SANTANA COMO MERCADORIA DE CONSUMO

Regina Beatriz Suzarte Ferreira¹

Orientador: Prof. Dr. Ricardo O. Freitas (orientador)

Resumo: Este paper tem o objetivo de relatar o processo de desenvolvimento do meu projeto de pesquisa, que pretende verificar formas da cultura de massa na Micareta de Feira de Santana, promovendo uma reflexão sobre as consequências que estas causam à identidade cultural da comunidade e do cidadão feirense. Dentre essas formas é possível destacar o descaso para com os blocos afros, afoxés e escolas de samba que desfilam na festa; e a supervalorização e padronização dos “blocos de abadás”. Buscar-se através desta pesquisa investigar tal contexto com a cooperação e participação de membros representativos das agremiações e comunidades vitimadas, lançando mão assim, no que diz respeito ao procedimento de coleta, da Pesquisa-ação. Segundo a natureza dos dados, esta pesquisa tem cunho qualitativo, uma vez que trata da investigação de valores, atitudes e motivações do público pesquisado, sem preocupação estatística. A proposta então é abordar o conceito de cultura pelo viés da ruptura e não da tradição; nem a Cultura do dominador nem a Cultura do dominado, mas uma outra coisa, um espaço onde os diversos e os múltiplos possam coexistir. No que se refere aos resultados finais, importa destacar que esta investigação se encontra no processo de elaboração do segundo capítulo, constituído do cotejo entre os dados coletados no decurso da festa, uma vez que a pesquisa de campo *in locus* já foi realizada; a entrevista com o líder das agremiações (por se realizar); e as ideias de teóricos que embasam a pesquisa.

Palavras-chave: Violência discursiva. Mercadoria. Mecanismo de controle.

INTRODUÇÃO

Gostava de assistir ao cortejo dos blocos afros que desfilavam na Micareta de Feira, nos anos 80. Amava o som da percussão, o colorido das fantasias, a dança e a alegria contagiante. Não tinha noção naquela época, de que enquanto desfilavam, contavam a sua história, faziam os seus protestos e principalmente clamavam por igualdade. Também apreciava a coroação do Rei Momo, da rainha e das princesas da micareta. Não menos prazeroso era ver desfilarem os chamados blocos de corda, em que os foliões vestidos com mortalhas eram conduzidos por um trio elétrico, e separados dos “foliões pipocas” por cordas fortemente levadas por homens fortes que cuidavam da segurança do grupo.

Era para mim, uma festa de cores, odores, tons e peles. Era uma alegria esperar abril, minha mãe festejava meu aniversário, que durante muitos anos ocorria justamente no decurso da festa. Era alegria dobrada, receber presentes, colar estrelinhas coloridas no rosto e purpurina nos cabelos. Adorava os confetes e o cheiro que sentia discretamente dos foliões que cheiravam lança-perfume em lenços de pano; eu não entendia por que era proibido cheirar um perfume tão agradável. Na década de 90, os blocos de abadás ganharam força, os camarotes também se tornaram visíveis para

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: reginabeatriz.sf@hotmail.com.

mim e comecei a ter a impressão de que as cores, os cheiros e as peles perderam um pouco de sua diversidade. Tudo parecia mais uniforme, o som ecoava mais repetitivo, e a alegria pareceu ceder lugar aos cabelos semelhantes, roupas iguais e “caras e bocas” cada vez mais idênticas. Lembro-me que entre 2000 e 2002, já não via, nem tinha certeza, se ainda acontecia o desfile dos blocos afros. Hoje sei que outros espaços foram criados paralelos ao circuito principal, justamente neste período.

Diante dessas memórias, Cabe neste espaço apresentar mais amplamente, meu projeto de pesquisa, que é investigar a Micareta de Feira de Santana, destacando formas da cultura de massa que a festa sofre, apesar de ser considerada em sua origem, como festa popular. Essas formas podem ser observadas na elitização cada vez maior dos blocos, que ocorre através da padronização e do alto preço dos abadás, e por meio do enfoque dado à apresentação desses blocos, considerada o ponto alto da festa, e que acontece numa espécie de corredor situado entre os camarotes, que são ocupados por pessoas de maior possibilidade aquisitiva. O descaso para com os blocos afros e escolas de samba, que não têm espaço no circuito principal da festa, é outra evidência da presença da cultura de massa na festa de caráter popular mais importante da cidade. Embora os dois exemplos acima sejam o foco desta pesquisa, várias outras evidências podem ser percebidas, como os artistas e cantores da cidade que não recebem “holofotes”, sendo convidados a se apresentarem em palcos improvisados em algumas praças da cidade, para entreter um público considerado de menor poder aquisitivo (que não tem acesso aos blocos principais); enquanto artistas famosos (baianos ou não) são contratados por cachês exorbitantes, sem falar da promoção dada aos ritmos e estilos também aclamados pelas mídias e que embalam a “massa”.

Dessa forma, tomar uma festa essencialmente popular como objeto de estudo mostrou-se bastante adequado e oportuno, pois surge como uma possibilidade de questionar as bases do discurso que oprime e padroniza, promovendo a elitização da festa por meio do alto preço e padronização dos abadás; e privilegia espaços nos desfiles, através da ausência, ou seja, o “não lugar” dos blocos afros, afoxés e escolas de sambas no circuito principal. O próprio Estado mercantiliza a festa e coisifica o indivíduo, assim o discurso funciona como aparelho do Estado e máquina de aniquilamento e captura. Portanto, a questão que permeia esta pesquisa se resume no seguinte problema: *Como se configura a violência discursiva num contexto de mercantilização da micareta de Feira de Santana, enquanto evento cultural?* Que esta pesquisa, então, possa ser um meio de denunciar construtos, reinventar de alguma forma a política que rege essa violência discursiva, revestindo o discurso de dominação por um discurso de singularidade.

Para fundamentar esta investigação foram selecionadas várias contribuições teóricas que discutem conceitos, noções e pareceres diversos sobre o tema proposto. Algumas referências, que já

constavam no anteprojeto, foram conservadas, dentre elas, a noção de crítica cultural em Stuart Hall (2003); o conceito de indústria cultural de Theodor Adorno (2006); a cultura popular em Mikhail Bakhtin (2010); o feitiçismo de Karl Marx (2005); e os fundamentos de metodologia científica por meio de Eva Maria Lakatos (2001). Outras referências foram acrescentadas a partir da vivência no Mestrado, como a violência discursiva em Osmar Moreira (2002); e a ideia do lazer como mercadoria de consumo de Guy Debord (1991). Alguns teóricos relacionados à Teoria de Método também serão abordados, dentre eles, Gaston Bachelard (1996) e a noção de que a ideia de transcendente precisa ser modificada, reinventada; Giorgio Agamben (2012) e sua proposta de ruptura, da quebra da linearidade temporal e histórica; Jaques Derrida (1971) e a desmontagem do discurso, o dar forma para uma coisa que não existe; e Gilles Deleuze (2006), com sua “casa vazia”, que sinaliza sobre o significante flutuante, nem a tese, nem a antítese, mas outra coisa (a criação), algo a ser proposto (o devir).

Os próximos parágrafos apresentam o tópico “A micareta de Feira de Santana como mercadoria de consumo”, que faz parte do segundo capítulo da tese, que tem como título “A violência discursiva nos bastidores da grande festa” (em construção). Adorno, Debord, Derrida e Bachelard, serão abordados, por meio de uma breve discussão entre suas principais ideias e o cenário da micareta, sob a perspectiva proposta nesta pesquisa.

A MICARETA DE FEIRA DE SANTANA COMO MERCADORIA DE CONSUMO

A Micareta, enquanto manifestação cultural nascida no meio do povo feirense apresenta hoje, uma série de formatações que se encaixam nas exigências do consumismo capitalista. A festa que era considerada espontânea, criada por um grupo de foliões inconformados com o cancelamento do carnaval, em razão das fortes chuvas na cidade, vem sendo convertida em um acontecimento institucional, que é manipulado por interesses políticos e especialmente econômicos, passando da condição de festejo comunitário a de grande evento da cultura de massas. A noção de cultura aqui será abordada a partir do contexto do século XX, período em que despontaram os novos meios de comunicação; e veículos como cinema, rádio e televisão ganharam notório destaque e se dedicaram, em grande parte, a homogeneizar os padrões da cultura, dando espaço assim, a chamada *indústria cultural*. Essa indústria, segundo Adorno (2006), consiste em “moldar” toda a produção artística e cultural, de modo que elas assumam os padrões comerciais e possam ser facilmente reproduzidas. A arte seria tratada simplesmente como objeto de mercadoria, estando sujeita as leis de oferta e procura do mercado. O que estimularia uma visão passiva e acrítica do mundo ao dar ao público apenas o que ele quer, desencorajando o esforço pessoal pela posse de uma nova experiência

estética. As pessoas procurariam apenas o conhecido, o já experimentado. Nas diversas áreas existem produtos adaptados ao consumo das massas, e é exatamente por meio delas que as indústrias se orientam, tendo no consumidor não um sujeito, mas um objeto. Dessa forma, a indústria cultural define as produções artísticas e culturais organizadas no contexto das relações capitalistas de produção, que uma vez lançadas no mercado, são consumidas.

Essa indústria cultural, para Adorno (2006), apresenta padrões que sempre se repetem com a intenção de formar uma estética comum voltada ao consumismo. Trata-se de um sistema e só funciona enquanto sistema, que representa a submissão total, pois pretende atender às expectativas da sociedade. Ela é sistêmica, pois se baseia na racionalidade técnica, e na padronização, gerando produtos em série, produzindo mercadoria para consumo e idiotizando assim, o indivíduo. A indústria cultural não precisa de ideologia, ela existe para alienar. É um sistema que submete o particular ao coletivo; o indivíduo, a criação e a autonomia ao estilo. Neste contexto, o estilo é tudo, é o universal e o individual (o local, o singular, o particular), onde o presente se alimenta do passado e não há nada novo que seja criado. Os produtos oriundos desse sistema, não são de forma alguma, artísticos, uma vez que são exclusivamente dependentes do mercado. Esta realidade nos permite compreender de que maneira a indústria cultural funciona, ao oferecer produtos que promovem uma satisfação efêmera, que agrada aos indivíduos, impondo-se assim, sobre estes, submetendo-os ao seu monopólio e os tornando alienados.

No ambiente da Micareta de Feira é possível observar a reprodução ideológica de um sistema, e a imposição de um comportamento, por meio da padronização dos abadás, pelas escolhas dos artistas e ritmos que embalam os blocos, que também refletem todo um processo de padronização e elitização. Cada um desses elementos se torna produto adaptado ao consumo das massas. A festa aparece neste contexto como símbolo de dominação e poder, passando à condição de mercadoria, que por sua vez, é produzida para consumo. O indivíduo é coagido a submeter-se às formas culturais que passam a ser ditadas e padronizadas.

O evento se apoia em grandes empresas, que investem fortunas em campanhas publicitárias que divulgam seu apoio. Trata-se de uma estrutura complexa, com camarotes, infraestrutura sanitária, assistência médica, aparato de segurança e um quadro de pessoal bastante numeroso. Os patrocínios são feitos, em sua maioria, por empresas privadas e grandes marcas investem pesadamente em propagandas de todo tipo. Alguns patrocinadores têm camarotes reservados, que geralmente usam para oferecer aos clientes e funcionários, e para divulgar seu produto. Para estas empresas as vantagens são muitas: sua marca é vista e divulgada e seu nome fica associado a um

evento cultural. No caso das marcas de bebidas, os produtos se tornam exclusivos e sua venda explode durante o evento.

Logo, o conceito de “indústria cultural”, bem como o conceito de “sociedade do espetáculo” faz parte de uma postura crítica com relação à sociedade capitalista. Guy Debord (1991), o criador desse conceito, parece ter definido o termo *espetáculo* como o conjunto das relações sociais mediadas pelas imagens, como acontece no contexto da propaganda, por exemplo. Nas diversas sociedades em que a desigualdade está presente, principalmente graças à divisão do trabalho manual e intelectual, ocorre a valorização da dimensão visual da comunicação, como instrumento de exercício do poder e de dominação social. A *sociedade do espetáculo* corresponderia a uma fase específica da sociedade capitalista, quando há uma interdependência entre o processo de acúmulo de capital e o processo de acúmulo de imagens. Por isso, a cultura do consumismo é norteadada pelo entretenimento. Tudo é conectado ao prazer, sejam shoppings, boates, desfiles de moda, jogos eletrônicos, e outros. Todas essas atividades são direcionadas ao lazer midiaticizado, e têm o objetivo de divulgar seus produtos para fins exclusivamente comerciais, onde as estratégias de disseminação são baseadas na persuasão, estabelecendo modelos e padrões estéticos a serem imitados.

É importante abordar neste espaço, um pouco sobre o histórico da micareta de Feira, para destacar sua condição original de entretenimento. Além de estar situada nessa modalidade, essa festa também é uma forma de desenvolvimento cultural, assim como as demais que apresentam danças e manifestações populares. A *Micarême* era uma festa que acontecia na França, desde o século XV, em meio ao período de quarenta dias de penitência da Igreja Católica. De origem francesa, a palavra significa literalmente "meio da quaresma". Somente a partir de 1935, através de um plebiscito feito pelo Jornal *A Tarde*, houve a mudança do nome para "micareta" que acabou significando, tanto na Bahia, como no Brasil, uma espécie de "segundo carnaval", que acontece depois da Páscoa. Pode-se dizer que, em princípio, a função da Micareta era o entretenimento, como ressalta bem o jornal jacobinense, “O Lidador”, na edição de sete de abril de 1935:

Despertaí foliões, para o delírio que empolga. Erguei-vos, jacobinenses, em êxtase de alegria e vinde com as "Sertanejas Alegres" festejar o "Bicarnaval", "Micareta", "Refolia", ou "Micareme" que a 28 do corrente reinará sob louco entusiasmo, espancando tristezas e dissidências. A cousa vai ser da outra vida e não haverá quem resista à tentação.

Mas, atualmente, a festa de rua mais popular da cidade, em sua plena realização parece não refletir e suprir à necessidade de entretenimento peculiar à sua comunidade e aos seus membros enquanto foliões. O formato da festa passou a ser ajustado às necessidades dos jovens de classe média que desfilam nos blocos, vestindo abadás comprados por preços elevados, que variam conforme o prestígio de cada bloco. Nesse contexto de elitização, os foliões credenciados precisam

ser separados dos “foliões pipocas” (aqueles que acompanham à distância, o som do trio elétrico). Para isso existe a figura dos “cordeiros”, rapazes jovens de origem humilde que têm a função de formar uma corda humana em torno do bloco e separá-lo no intuito de “protegê-lo” dos que se divertem de graça.

A lógica do mercado dos blocos revela um “jogo de interesses”, que na prática, desvia a funcionalidade precípua da festa, que é ou deveria ser, o entretenimento. E aponta para uma questão que se torna cada vez mais real e cotidiana, onde passamos a observar as atividades e as manifestações culturais a partir do descontrolo da oferta e da procura. O lazer, que no processo de cidadania é observado como um direito social e como uma conquista dos cidadãos, deixa de cumprir seu fluxo natural. Pode-se dizer que sob o ponto de vista aqui discutido, a micareta de Feira tem sido tratada simplesmente como objeto de mercadoria, estando sujeita as leis de oferta e procura do mercado. Ela encorajaria uma visão passiva e acrítica do mundo ao dar ao público apenas o que ele quer, desencorajando o esforço pessoal pela posse de uma nova experiência lúdica e estética.

A Micareta é uma festa que se transformou numa verdadeira indústria, por se tornar palco de interesses múltiplos e tensões que afirmavam o caráter mercantil em detrimento ao aspecto cultural. Tornou-se, então, alvo do interesse de empresas regionais e nacionais, da mídia e da prefeitura, que exploram economicamente o evento, submetendo-o aos padrões estéticos ditados por seu discurso dominante. Assim, emerge de forma inquietante, a necessidade de se conhecer quais sujeitos elegem essa dicotomia, e quem respalda o discurso que está nas entre linhas do cenário da festa. O que se quer aqui, então, é denunciar a violência que rege tal discurso, é despertar a vontade de potência, resistindo ao sistema dicotômico e opressor.

A dicotomia é o exercício do poder totalitário que divide o mundo em ramos binários: os dominadores e os dominados, o feio e o belo, o certo e o errado. Formas dessa estrutura podem ser observadas na micareta feirense, por meio do descaso para com os blocos afros e escolas de samba, que não têm espaço no circuito principal da festa, enquanto que o desfile dos blocos de abadá é considerado o ponto alto da mesma. Outro exemplo que ilustra essa visão é a supervalorização dada aos artistas famosos e aos ritmos promovidos pela mídia, enquanto artistas feirenses são convidados como coadjuvantes ao se apresentarem em trios de “celebridades”.

Propõe-se, então, a desmontagem do discurso, conforme Derrida (1971); ou seja, o dar forma a uma coisa que não existe, ‘nem a cultura do dominador nem a cultura do dominado’, como proposto no resumo acima; o que indica uma situação de deslocamento, batendo de frente com a dicotomia. O deslocamento de um problema, conforme Derrida termina por formar um sistema, que é um princípio aberto, um processo aberto a ressignificações e reelaborações. Em relação à micareta,

é preciso propor um novo espaço público, nem um circuito paralelo nem um circuito principal. Mas, a criação de um lugar que possa traduzir uma visão de relações humanas totalmente diversas, que seja deliberadamente não oficial, onde não haja espectador, e que os foliões possam viver a festa, uma vez que a micareta, assim como o “carnaval pela sua própria natureza, existe para todo o povo” (BAKHTIN, 2010, p. 6). No contexto da minha pesquisa, a micareta deve surgir como um lugar de fronteira em que a diversidade de cores, odores, tons e peles devem coexistir; distante da concepção binária e classificatória que fundamenta a violência discursiva, que vigora no sistema da festa.

O diálogo entre as ideias desses pensadores traz à luz, o novo e a criação, fazendo dos recursos metodológicos, instrumentos de resistência e potencialização, elementos que são fundamentais ao processo de pesquisa. Isso porque, como defende Bachelard (1996), as verdades instituídas pela ciência não são absolutas nem imutáveis, mas, incompletas, graças ao próprio objeto, que nunca se mostra plenamente. Na produção do saber há sempre algo a ser captado e elaborado. O conhecimento científico é considerado por ele, como fruto de metodologias e investigações plurais que viabilizam o processo de objetivação do real, com o objetivo de aproximar-se da verdade. O método deve viabilizar a pesquisa, contribuindo para coordenar o saber e ampliar a experiência. Em sua opinião a ciência é mais que um sistema acabado, de dogmas imutáveis.

Cabe, então, ao pesquisador, o papel de criar, de trazer o novo à existência, um como o espaço de coexistência entre os diversos, entre os múltiplos e sem hierarquização, como proposto em minha investigação. Também é privilégio do pesquisador, a condição de sujeito, de ‘saber conhecer’, de não deter a verdade absoluta em seus postulados registrados após exaustivo processo de investigação e experimentação. Precisamente por este motivo, a *Pesquisa-ação* é a metodologia escolhida para respaldar minha pesquisa, uma vez que todo o contexto da micareta tem sido investigado com a cooperação e participação de membros representativos das agremiações e comunidades vitimadas. Nessa concepção, o investigador transcende à condição de receptáculo herdada do positivismo e ganha o estatuto de autor e criador do conhecimento científico.

Para isso é necessário esvaziar o significado transcendental e promover o esvaziamento do poder e suas formas de representação; pois só dessa maneira, é possível tomar esta proposta de pesquisa como uma “máquina de guerra”, como diz Osmar Moreira (2002), dominando, dessa forma, o domínio e propondo uma outra função do discurso, diferente dos discursos autorizados e legitimados na voz do Estado, dos patrocinadores e organizadores da micareta, dos donos de blocos e dos próprios líderes das agremiações afros.

Importa, então, denunciar os dispositivos de poder, como o discurso do dominador, a limitação de espaços, a disponibilidade de verbas, a mídia, e o próprio Estado. E por que não

reinventar o espaço público a partir dos consensos locais (Estado, organizadores da festa, agremiações, blocos de abadás, patrocinadores, foliões feirenses)? Abrindo novos espaços, onde não prevaleça nem o discurso do dominador nem a retaliação do dominado, mas a criação de um lugar onde os diversos e os múltiplos possam coexistir. Uma zona de fronteira em que o comprometimento teórico seja levado a sério, ativando forças reativas que transcendam modos de saber e de poder.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006.

AGAMBEN, Giorgio. *O homem sem conteúdo*. Trad. de Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 2010.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Lisboa, Mobilis in Modile, 1991.

DELEUZE, G. *Mil platôs*. São Paulo, 1997.

DERRIDA, Jacques. *Posições*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

HALL, Stuart. Estudos culturais e seu legado teórico. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. (Org.). Liv Sovik. Trad. Adelaide La Guardiã Resende. et al. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, pp. 199-218.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Centauro, 2005.

MOREIRA, Osmar. *Folhas Venenosas do discurso*. Salvador: UNEB, Quarteto, 2002.

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS NA BAHIA: REFLEXOS E MUDANÇAS A PARTIR DA LEI 10.639/2003

Selma Maria Batista de Oliveira¹

Orientadora: Profa. Dra. Maria Nazaré Mota de Lima

Resumo: Como resultado dos anseios sociais, fruto de uma longa luta dos movimentos negros, as Ações Afirmativas vem materializar o desejo de muitos/as educadores/as que conviviam com um modelo de ensino pautado na cultura hegemônica, uma vez que não valorizava a identidade negra na formação histórico-cultural do Brasil. A pesquisa que ora se apresenta busca dimensionar os resultados e as principais barreiras que dificultam a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Focalizando o deslocamento da comunidade escolar frente a um novo currículo, o estudo será desenvolvido nas duas principais escolas da rede pública estadual da cidade de Guanambi-BA. Espera-se, portanto, trazer para este texto as primeiras reflexões teóricas e filosóficas acerca da temática desse estudo que se encontra em fase inicial.

Palavras-chave: Currículo e Educação. História da cultura Afro-brasileira. Lei 10.639/2003.

INTRODUÇÃO

Para começarmos, é importante sinalizar que essa pesquisa tem o título provisório “*Educação das Relações Étnico-Raciais em Escolas Públicas na Bahia: Reflexos e Mudanças a partir da Lei 10.639/2003*”, o interesse sobre o legado da cultura africana foi aguçado no decorrer de um curso de férias oferecido para turma de 8º período-noturno do curso de Pedagogia, no campus XII da Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Até então, figurava a ideia de um povo escravizado que foi vítima de um processo colonialista. Como herança do ensino médio deficiente, concebia o legado dos africanos e seus descendentes escravizados no Brasil como uma história de figurantes, sofrendores, verdadeiros coitados, vítimas de algo mais forte do que eles, o sistema escravista ao qual eram submetidos sem a isso reagir. Ao deparar com um ensino mais reflexivo sobre a temática em questão no componente curricular “Educação e Cultura Afro-Brasileira”, fiquei enlevada com a riqueza e complexidade da história e cultura das civilizações africanas, o que possibilitou a remoção da venda que levava a perpetuar uma série de estereótipos.

Ainda na graduação iniciei os estudos voltados para as relações étnico-raciais, com o objetivo de verificar até que ponto os professores/as conheciam e como estavam se formando para atender as prescrições da lei 10.639/03, motivada pela necessidade e preocupação de compreender a Lei 10.639/2003, seus objetivos e diretrizes quanto à obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Bolsista CAPES. E-mail: Selmamboliveira@hotmail.com.

Afro-brasileira e Africana, buscando analisar os reflexos em Escolas da Rede Estadual de Ensino no Município de Guanambi na Bahia. A partir da promulgação de tal Lei, bem como o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, tal estudo resultou no trabalho de conclusão de curso.

Na época, o resultado da pesquisa foi que poucos professores conheciam a Lei 10.639/03, e dentre estes poucos um número muito baixo estavam se formando com recursos e iniciativas próprias para atender o que estabeleciam as diretrizes, foi perceptível que as diretrizes não eram contempladas em seus 6 eixos, sendo estes: 1) Fortalecimento do marco legal; 2) Política de formação para gestores e profissionais de educação; 3) Política de material didático e paradidático; 4) Gestão democrática e mecanismos de participação social; 5) Avaliação e Monitoramento e 6) Condições institucionais), ou seja, pensar o currículo numa concepção para além do rol de disciplinas e/ou grade curricular.

Agora retomo o estudo da temática objetivando um maior aprofundamento das questões que possibilitam pensar uma educação que não empobrece a racionalidade com narrativas da certeza, mas que potencializa a criação, a invenção, a diferença, a variação e outras formas de (co)existir na relações entre toda comunidade escolar.

Vivemos em um país no qual as questões raciais e os preconceitos estão presentes em quase todos os meios, principalmente nas escolas que são espaços reprodutores das diferenças (de forma tanto positiva, quanto negativa). Uma vez desmistificada a farsa da democracia racial no Brasil e diagnosticado o racismo aqui existente e sua forma dissimulada de perpetuação, nosso interesse se volta para as unidades educacionais públicas estaduais, objetivando dimensionar os resultados e as principais barreiras que dificultam a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, focalizando os deslocamentos da comunidade escolar frente aos movimentos curriculares necessários para contemplar os 6 eixos do plano de implementação das diretrizes para as relações étnico-raciais em educação.

Tendo em vista tal objetivo, surgem as seguintes indagações, a saber: Houve esse movimento curricular pós lei 10.639/2003? Esse movimento conseguiu extrair da estrutura hegemônica de um currículo maior, um currículo menor, através do qual as relações entre o heterogêneo se recompõe de diferentes modos e com múltiplas linguagens sendo capaz de empoderamentos, transvalorizações e de agenciamentos dentro de uma cultura hegemônica? Nesta perspectiva, através de um currículo que contemple os 6 eixos das diretrizes é possível pensar a igualdade educacional, articulando produção de saberes e processos de subjetivações?

Buscando respostas para tais indagações, apresenta-se como hipótese: Seria o currículo movente para as relações étnico-raciais em educação um campo de potências capaz de empoderamentos, transvalorizações e de agenciamentos realizados dentro de uma cultura hegemônica?

Assim sendo, busco apresentar nesse “paper” uma imagem do projeto de pesquisa e das indagações iniciais após o estudo das primeiras disciplinas do Mestrado em Crítica Cultural, em especial das inquietações provocadas pela disciplina: “Metodologia da Pesquisa em Crítica Cultural”, que tem mobilizado noções teóricas que provocam mais questões em torno da problemática da pesquisa.

ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA A PARTIR DE 2003: AJUSTES DEMOCRÁTICOS NA BUSCA DA IGUALDADE ÉTNICA

Como resultado dos anseios sociais dos negros, e principalmente dos movimentos organizados, foram lançadas diversas políticas de reparação, reconhecimento e valorização da população afro-brasileira. Dentre essas, podemos citar a Lei 10.639, sancionada em 9 de janeiro de 2003 pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e incluiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todos os currículos escolares.

Como parte de um programa de ações afirmativas, a Lei 10.639/03 ganha importância na medida em que a sociedade brasileira reconhece o valor da história e da cultura africana trazida ao Brasil pelos negros escravizados.

Sob o manto da falsa ideologia da democracia racial, o Brasil tem alimentado uma prática racista que, muitas vezes, manifesta-se de forma indireta. Todavia, como nunca visto antes, vivemos uma época em que a preocupação com as desigualdades raciais tem provocado a busca de soluções, em especial à adoção de políticas públicas, visando o combate ao racismo e a conquista da justiça social. Segundo Hélio Santos (2001, p. 85), o racismo parte do pressuposto de “superioridade de um grupo racial sobre outro”, assim como da “crença de que determinado grupo possui defeitos de ordem moral e intelectual que lhe são próprios”.

Após séculos negligenciando as contribuições e heranças da cultura africana, surge o reconhecimento da importância de se estudar África e as contribuições do povo negro na formação do Brasil. Por força da Lei 10.639/03, tornou-se obrigatória a inclusão de História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares, bem como os conteúdos a serem ministrados e as disciplinas

trabalhadas, deste modo, esta obrigatoriedade acabou gerando uma série de discussões em universidades e escolas de todo o Brasil, tanto no tocante à formação de professores/as quanto à elaboração do material didático específico. A referida Lei ainda é alvo de muitas críticas, nem sempre positivas, mas muitos acreditam que estamos começando a construir as bases para igualdade racial, onde cada um luta (quase que individualmente) pelos direitos que lhe são prioritários. Assim, a partir da concepção filosófica da diferença, conforme Deleuze (1988, p. 17) “queremos pensar a diferença em si mesma e a relação do diferente com o diferente, independentemente das formas da representação que as conduzem ao mesmo e as fazem passar pelo negativo”.

Nesta perspectiva, acredita-se que se possa buscar a igualdade em todos os espaços, começando pela educação, que, durante décadas, foi elitizada, seletista e, conseqüentemente, excludente, a este respeito, Tomaz Tadeu da Silva destaca que a “[...] obtenção da igualdade depende de uma modificação substancial do currículo existente” (2007, p. 90). Esse é o salto proposto pelas teorias pós-críticas do currículo. Nas teorias pós-críticas, o poder não tem mais um único centro, está espalhado por toda a rede social; o poder transforma-se, mas não desaparece.

Ao longo da história do Brasil, negros e índios ocupam lugar de destaque no que se refere à discriminação. Por isso, o estudo de suas culturas não pode se firmar somente a fatos históricos, sobretudo, ao ensino sistematizado europeu. Deve-se buscar também abordar situações atuais e instigar os alunos a observarem criticamente cada situação e dar-lhes direcionamentos. Cunha (1997) afirma que:

O argumento principal para o ensino da História Africana está no fato da impossibilidade de uma boa compreensão da história brasileira sem o conhecimento das histórias dos atores africanos, indígenas e europeus. As relações trabalho-capital realizadas no escravismo brasileiro são antes de tudo, relações entre africanos e europeus. A exclusão da História Africana é uma dentre as várias demonstrações do racismo brasileiro (CUNHA 1997, p.67).

Combater o racismo, o preconceito e a discriminação racial e social não é uma tarefa fácil, em muitas situações, alguns profissionais da educação não sabem como proceder. A este respeito, deve-se partir do pressuposto de que todos são iguais, independentemente da etnia, cultura ou situação econômica.

Vale salientar que a Lei é fruto de uma conquista e não resultado de um processo meramente burocrático, ela vem fornecer uma base para que seja desarticulada a educação preconceituosa da atualidade quando se fala em África e Brasil.

Por meio da nova Lei, passa-se a incluir formalmente no currículo escolar um direcionamento específico para tratar da temática em questão, assim, ficam diretamente recomendadas às disciplinas de Educação Artística, de Literatura e História Brasileiras, funcionando como um eixo

integrador unindo várias áreas curriculares promovendo o enriquecimento das discussões, lembrando que tal recomendação não exclui dos demais componentes curriculares a responsabilidade de atuar em prol das discussões da temática, conforme recomenda as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Para Silva “A questão da raça e da etnia não é simplesmente um ‘tema transversal’: ela é uma questão central de conhecimento, poder e identidade” (2007, p. 102).

Uma perspectiva pós-colonial exige um currículo multicultural que não separe questões de conhecimento, cultura e estética de questões de poder, política e interpretação. Ela reivindica um currículo descolonizado. Nesse sentido, é necessário que haja uma (re)significação no campo educacional, parafraseando Deleuze (1998) com Parnet (1997), precisamos sair da educação pela própria educação, através de um currículo movente que estabelece uma relação curricular com a multiplicidade.

É preciso superar a forma de como se vem representando o negro, porque quando se trabalha história e cultura afro-brasileira não se pode falar da história do negro no Brasil separada da história do Brasil. A história e cultura afro-brasileira é uma história do Brasil com a população negra, eventualmente, em lugar de destaque, já que esta deu significativa contribuição na formação do nosso país.

Existe uma cosmogonia africana bastante diversificada, o grande problema é que muitas vezes as diferenças são vistas como sinônimo de desigualdade ou, até mesmo, como algo inferior seguindo os padrões do positivismo eurocêntrico. Independentemente da etnia ou tonalidade da pele, todos pertencem à mesma natureza humana num mundo compartilhado e com o direito básico de terem direitos. Quando se fala em miscigenação na teoria social do Brasil, a linguagem adquire um tom de eufemismo para o embranquecimento, o que acaba por desqualificar a cultura negra.

Assimilação dos valores culturais dos brancos pelos negros [...] produziu dentro da ideologia colonial, o negro instruído na escola do colonizador toma pouco a pouco conhecimento da inferioridade forjada pelo branco. Sua consciência entra em crise. Graças a uma série de mecanismos de pressão psicológica e outras astúcias, sua alienação deixa de ser teórica. Ele se convence de que o único remédio para curar sua inferioridade, a salvação, estaria na assimilação dos valores culturais do branco superpotente. Essa fase de absorção do branco pelo negro é chamada de embraquecimento cultural (MUNANGA, 1988, p. 06).

Assim, é preciso nesta nova perspectiva de um ensino que se detenha cuidadosamente sobre as questões das relações sociais entre escravizados africanos e brasileiros no século XIX e sobre a situação dos afrodescendentes na atualidade. Neste sentido, caberá ao professor/a adequar-se às estratégias que visem investigar como a história da África veio trazer elementos humanos para a formação da nacionalidade brasileira, tendo como aporte um currículo que contemple o fato de que

os africanos não foram apenas sobreviventes e sim recriadores, protagonistas de uma interação profunda e intensa na vida colonial de negros e brancos.

ÂMBITO METODOLÓGICO

O método a ser utilizado para o desenvolvimento deste estudo é o método cartográfico de Deleuze e Guattari (1995), considerando a forma rizomática de produzir saberes, será desenvolvida a pesquisa-ação com base qualitativa, por acreditar que esta possibilitará uma maior formulação interrogativa ao objeto de pesquisa.

A pesquisa de campo será desenvolvida com os/as professores/as de letras de dois centros de ensino da rede estadual da cidade de Guanambi – Bahia, situada a 796 quilômetros a sudoeste de Salvador, sua população estimada em 2013, segundo o IBGE, era de 84,645 habitantes, o que a torna a 20ª cidade mais populosa da Bahia. As duas unidades de ensino foram selecionados por serem as principais unidades de ensino da cidade, sendo o Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho e o Centro Estadual de Ensino Profissional em Gestão e Saúde - CEEP, a primeira atende ao alunado do ensino fundamental (8º ao 9º ano), ensino médio e EJA, com um total de 1.428 alunos regularmente matriculados, e possui um quadro total de 61 professores/as, destes 16 professores/as possuem formação em letras, enquanto que a segunda unidade de ensino tem uma clientela composta por alunos do ensino técnico profissionalizante (Ensino médio integrado; PROEJA e Subsequente), com um total de 1.231 alunos regularmente matriculados, possui um quadro total de 81 professores/as, sendo que destes professores/as 17 possuem formação em letras.

Ambas as unidades acolhem clientela variada, geralmente oriunda de escolas públicas, onde a escolha dos entrevistados estará vinculada à necessidade de compreender o referencial simbólico, os códigos e as práticas do universo educacional específico.

A descrição e a delimitação do grupo base da amostragem constituem um problema a ser enfrentado, tendo em vista o grande número de “colaboradores/as” que compõe o universo a ser pesquisado, ainda que a intenção é trabalhar apenas com o grupo de professores/as com formação em letras, até mesmo por ser esta umas das áreas de recomendação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana para trabalhar a temática das relações étnico-raciais, cumprindo as prescrições da lei 10.639/03. Assim, ao delimitar a pesquisa para a formação de professores/as de letras, estamos direcionado o estudo para o eixo 2 (Política de formação para gestores e profissionais de

educação) das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Para respaldar teoricamente o estudo no campo filosófico, da crítica cultural e das relações étnico-raciais, destacamos: Tomaz Tadeu da Silva (1999; 2007; 2012), com as teorias do currículo e desenvolvendo estudos que registram as preocupações das teorias críticas e pós-críticas com as conexões entre saber, identidade e poder; Stuart Hall (2005; 2003), com os estudos de crítica cultural e a abordagem sobre identidade negra; Maria Nazaré Lima (2012), com a noção de escola plural e a formação de professores/as para as relações étnico-raciais; Paulo Freire (1996), como precursor de uma perspectiva pós-colonialista sobre currículo; Osmar Moreira (2002), envolvendo as leituras da Crítica Cultural e a noção de violência discursiva; Deleuze (1988), a partir da concepção filosófica da diferença; Deleuze e Guattari (1995), com o método cartográfico, considerando a forma rizomática de produzir saberes; Jaques Derrida (2001), com a desmontagem do discurso, o dar forma para uma coisa que não existe; Giorgio Agamben (2004, 2012), a proposta de ruptura, da quebra da linearidade temporal e histórica (a ideia de reinventar a política, a transcendência e denunciar os construtos), entre outros já mobilizados para leitura a exemplo de Munanga (1988), e muitos outros que serão convidados para o “baile”.

Sabemos que a lei por si só não constitui em mudanças efetivas, ela torna obrigatório o ensino da temática nas escolas, gerando meios para que a mesma seja efetivada, um desses meios são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que dá-nos os direcionamentos e dimensões necessárias à prática escolar.

Um dos grandes desafios que o processo educacional brasileiro enfrenta em nossos dias é o de proporcionar um melhor ensino-aprendizagem nas instituições escolares, desafio este que se esbarra nas tendências da globalização neoliberal, no tradicional modelo positivista de ensino, na falta de investimentos por parte dos governos, dentre outros. Com o objetivo de construir o conhecimento ao invés de simplesmente transmiti-lo, o sistema educacional passa a atribuir novos papéis aos integrantes desse processo, em especial ao professor/a que passa de interlocutor a mediador do conhecimento.

Desse modo, o compromisso de promover uma sociedade mais justa e igualitária não pode ser uma tarefa apenas dos/as professores/as, nem tão pouco realizar-se somente no âmbito escolar, este por sua vez, exige um comprometimento solidário das varias instâncias da sociedade, visto que, cada um de nós (brasileiros) temos uma dívida secular para com os descendentes dos negros

africanos e demais povos que contribuíram para a formação da nação brasileira tão rica em diversidade cultural.

CONSIDERAÇÕES...

O discurso de que a educação é o caminho para mudança e desenvolvimento de uma sociedade não é recente, mas nunca se falou tanto em educação como meio de promover crescimento e igualdade social como se tem falado nos últimos anos no Brasil. A crescente valorização de tal temática justifica-se ao passo em que se vislumbra, com maior clareza, a importância do papel das escolas na consolidação dos pensamentos e ideias em um determinado meio social.

Para qualquer mente que impere um mínimo de racionalidade é inadmissível considerar que características biológicas de um ser humano determinem o grau de seu caráter e intelecto. Do mesmo modo, é indigesta a ideia de que em pleno século XXI existam indivíduos que assumam uma postura de cunho positivista, alimentando a ideia da existência de um Darwinismo Social principalmente em ambientes educacionais.

É inegável que o fator fundamental para que a lei 10.639/03 possa ser bem sucedida, está diretamente ligada à formação profissional dos/as professores/as, uma vez que eles são autores desse processo. Isto posto, é objetivo da pesquisa analisar a aplicabilidade da Lei 10.639/03, em vigor desde 09 de janeiro de 2003, e refletir sobre suas implicações na comunidade escolar, frente à nova realidade das políticas educacionais, focalizando os movimentos curriculares que ocorrem nesse processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Por fim, objetiva-se buscar resultados e explicações cujo grau de abrangência e generalização dependerá da ligação que será feita entre os microuniversos investigados e universos sociais mais extensos que constituem campos de amplas possibilidades de transformações do convívio social frente a uma educação que ainda é elitizadora e excludente.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. *O homem sem conteúdo*. Trad. Cláudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BRASIL. *Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003*. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10.01.2003.

- BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, temas transversais*, Volume 10. Brasília: SEF, 2000.
- BRASIL. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-raciais*. Brasília. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. MEC-SECAD, 2006.
- BRASIL. *Plano Nacional de Implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Secretaria especial de Políticas de Promoção da Igualdade racial. Subsecretaria de políticas de Ações afirmativas. Brasília: MEC, 2009.
- BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília: MEC-SECAD/SEPPPIR / INEP, 2004.
- CUNHA JUNIOR, H. Educação popular afro-brasileira. In: LIMA, I; ROMÃO, J. (Org.). *Série Pensamento Negro em Educação* nº. 05. SC: Editora Núcleo de Estudos Negros (NEN), 1997.
- DELEUZE, Gilles. *Diferença e repetição*. Trad. Luiz B. L. Orlandi; Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In: *O Século XX*. Zahar Editores: Rio de Janeiro - RJ. (s/d).
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, pp. 7 – 37.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad. Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.
- DERRIDA, Jacques. Semiologia e gramatologia – Entrevista a Julia Kristeva. In: *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10ª ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Liv Sovik (Org.). Trad. Adelaine La Guardia Resende [et. al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- LIMA, Maria Nazaré Mota de (Org.). *Escola plural: a diversidade está na sala: formação de professores/as em história e cultura afro-brasileira e africana*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- MOREIRA, Osmar. *Folhas Venenosas do discurso*. Salvador: UNEB, Quarteto, 2002.
- MOREIRA, Antônio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Territórios Contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1988.
- SANTOS, Hélio. Discriminação racial no Brasil. In: SABÓIA, Gilberto Vergne; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Orgs). *Anais de seminários regionais Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão preparatórios para a conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata*. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às Teorias do Currículo*. 2ª ed. 11ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica. 2007.
- SILVA, Tomas Tadeu da. *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MEMORIAS DOCENTE: NAS ENTRELINHAS DO CURRÍCULO NO CURSO DE LETRAS

Sheila Rodrigues dos Santos¹

Orientadora: Profa. Dra. Áurea da Silva Pereira

Resumo: A pesquisa objetiva investigar as relações entre identidade e currículo no campo da formação de professores na UNEB/Campus II, a partir de suas práticas de leitura experienciadas nos espaços formais e não formais, a fim de analisar o quanto as práticas de leituras vividas implicam/implicaram na sua formação do professor-leitor. Partindo deste pressuposto articularemos o professor enquanto sujeito leitor e o seu modo de produção pedagógica no cotidiano escolar. Assim, este projeto propõe o estudo da constituição identitária desse sujeito-leitor, perpassando pelo viés do letramento a partir das suas memórias vividas no âmbito escolar. A proposta é conceber a leitura como um dispositivo operacionado pelo professor de um modo que venha mobiliza o currículo escolar ressignificando as diversas práticas de leituras que compõem esse cenário. Desse modo, este estudo nos leva a refletir sobre as práticas de leituras presente no currículo escolar, cujos estudos não partem mais da teoria social hegemônica e sim das diversas questões sociais que estão vigentes, tendo como noção básica as práticas de leituras articuladas com a prática social do professor-leitor.

Palavras – chave: Práticas de leituras. Narrativas. Formação de professores-leitores.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Vivemos em uma sociedade onde saber ler e escrever é considerado também um requisito de inclusão social, pois o fato de estarmos inseridos em um contexto social, na qual o letramento do sujeito não se limita apenas a simples decodificação de palavras ou interpretação dos símbolos gráficos, como queira. Ao ler é preciso que o leitor compare o que foi lido com sua bagagem de conhecimento mundano, ou seja, requer sua interpretação acerca do que está escrito nas linhas e nas entrelinhas para se inferir sentido.

Ler é considerar aquilo que envolve o mundo do leitor, ou seja, o contexto ligado à experiência de vida de cada ser, para que este possa relacionar seus saberes cotidiano com o conteúdo do texto e, dessa forma, construir o sentido. Uma concepção de leitura que rompe com a dicotomia da decodificação/codificação dos signos, pois ao considerar a leitura a partir das suas experiências e vivências, a leitura se tornar uma prática muito mais ampla e viva, na qual o pulsar das informações baterá no mesmo ritmo das emoções.

Assim, a leitura como bem sabemos é proveniente da experiência existencial, a mesma não apresenta a mesma dimensão existencial para os mesmos leitores, cada leitor experiência o que lê a partir de suas representações concretas e simbólicas. E essas experiências ganham sentidos quando o sujeito se transforma e aprende a partir das suas marcas sócios históricas. No entanto, esse

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. Bolsista CAPES. E-mail: sheiladrigues@hotmail.com.

desvelamento do mundo da leitura me faz perceber o quanto essa “habilidade” é importante para qualquer universitário, mas se tratado de discentes do curso de Letras, a responsabilidade é bem maior, já que o sujeito/professor irá mediar o processo de letramento de seus alunos.

Com base nessa responsabilidade, (que soa mais como um peso), surgem algumas inquietações que me faz refletir como essas práticas de leituras vivenciadas pelos alunos egressos do curso da UNEB/Campus II influenciam na sua constituição identitária docente.

Para tanto, é necessário se pensar na formação de professores leitores, capazes de potencializar seus educandos tornando-os leitores, desconstruindo o processo de ensino-aprendizagem da linguagem, que se reproduz nas práticas pedagógicas mecanicistas-pragmáticas. Um verdadeiro mascaramento que massifica os sujeitos, tornando-os seres dóceis, submissos, indivíduo totalmente obediente, como nos faz lembrar Foucault com a domesticação dos sujeitos em sua obra *Vigiar e Punir* (1987). No entanto, com o advento da contemporaneidade exigem um leitor que saiba lidar com a leitura não somente como instrumento de informação, mas como um diferencial cultural para as atividades que venha a desempenhar.

QUESTÕES DE PESQUISA E SEUS FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A leitura é hoje uma ferramenta indispensável para a convivência na sociedade contemporânea, bem como para o delineamento de novas fronteiras do saber, já que toda e qualquer atividade humana está relacionada com o uso da língua através de enunciados, orais ou escritos, provindos de todo ser humano, independentemente de sua classe social, uma vez que o domínio da leitura e da escrita é fundamental para que o sujeito saiba atribuir significados a cada processo por qual vivenciou, ressaltando que este sujeito é um ser social que interfere no seu meio se posicionando criticamente.

E dentro desta perspectiva, compreendemos que o trabalho que o professor desenvolve com a leitura decorre de sua visão do mundo e do modo como põe os seus hábitos leitores a serviço das atividades que desenvolve. Sua atuação na docência em relação ao ensino da leitura e ao desenvolvimento da compreensão leitora é resultante dos seus conhecimentos específicos e pedagógicos. Assim, compreender o processo identitário de professores em formação através de suas histórias de vida, da visão particular de suas experiências, pode ser uma forma de visibilizar esses sujeitos, dando voz as singularidades presentes que habitam/habitavam no processo de formação.

Desse modo, o trabalho de leitura passa a ter caráter produtivo, transformador de sentidos e de sujeitos, isto é, um verdadeiro espaço de interação entre professor e aluno, educação e cultura, pedagogia e antropologia, currículo e o estudo do cotidiano, uma gama de multiplicidade que nos apresenta a contemporaneidade, dentro desta perspectiva questiona-se: Como as práticas de leituras realizadas pelo estudante/professores do curso de letras do Campus II no decorrer da sua formação contribuem para a construção da sua identidade docente? Qual o lugar que a leitura ocupa na formação do sujeito-professor?

No entanto, para iniciar a discussão referente a constituição identitária do docente de Letras a partir das relações que esses sujeitos foram estabelecendo com os livros ao longo de suas trajetórias de vida e de trabalho, faz-se necessário repensar as práticas por qual passaram em suas práticas escolares, pois o contexto atual, no qual a escola se encontra inserida, não há mais espaço para a prática horizontal da alfabetização, não se busca mais formar indivíduos que executem, obedeçam e concebam o que está escrito como verdade absoluta, inquestionável e, sim, que sejam capazes de construir e desconstruir os seus saberes, de uma forma que se reintegrem a uma sociedade reflexiva e complexa.

Sendo assim, me apropriarei de teóricos como: Kramer (2010), Soares (1995) Lopes (2006), Canen (2002), Corraza (2002), Silva (2011), dentre outros. Com base nesse referencial teórico, pretende-se refletir sobre as práticas tradicionais e atuais, no qual o letramento multicultural surge em cena ressignificando as práticas de leituras e escritas dos sujeitos, pois é sabido que as práticas de leitura e de escritas dependem de algo que está além da decifração, da decodificação, algo que se efetiva a partir de uma construção de sentidos.

Para o contexto contemporâneo o fato de saber ler e escrever é também considerado um requisito de inclusão social, pois o fato de estarmos inseridos em um contexto social, no qual o letramento do sujeito não se limita apenas a simples decodificação de palavras ou interpretação dos símbolos gráficos, como queira. Ao ler, é preciso que o leitor compare o que foi lido com sua bagagem de conhecimento mundano, ou seja, requer sua interpretação acerca do que está escrito nas linhas e nas entrelinhas inferindo sentido, dentro desta perspectiva os pesquisadores da temática consideram que são necessárias mais que habilidades para resolver alguns problemas que os estudantes enfrentam nas atividades de leitura e escrita.

Segundo Magda Soares (1995), ser letrado é mais que ser alfabetizado, é saber ler e escrever dentro de um contexto, onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da sua vida. Esse novo tempo nos coloca diante da necessidade de buscar modos diferenciados de pensar a educação, diante deste cenário múltiplo, falar de educação não é apenas se limitar ao espaço físico

da instituição, ou das relações desenvolvidas pelos sujeitos que vivenciam esse espaço, é ir muito mais além, é preciso situá-la em um contexto social e relacioná-la as múltiplas dinâmicas da sociedade (raça, gênero, classe social, questões religiosas e políticas e dentre outras).

Lopes (2006) nos apresenta uma ruptura quanto a decodificação/codificação dos signos, o descentramento desta dicotomia permite ao sujeito contemporâneo a ter um comportamento e um pensamento que transgrida indisciplinadamente aos modelos e verdades absolutas alimentadas pelos ideais modernos eurocêntricos. Possibilitando modos diferenciados de pensar à educação, desacomodando, por conseguinte, formas de avaliar, estruturar, planejar e acompanhar, senão conceber o desenvolvimento educacional do aluno. Formas essas que sabidamente não mais encontram sustentação, tão pouco, eficácia. Sendo assim, nos aponta para a concepção de que o novo saber produzido neste século, direciona a ação educativa não mais para um fluxo contínuo, sequencial e fixo, mas envolve um impulso descontínuo e flexível com permanente oportunidade de criação, centrada no desejo de auto significação dos sujeitos individuais.

De acordo com essa desconstrução que a contemporaneidade nos possibilita, Canen (2002) nos apresenta novos caminhos pedagógicos, possibilitando à opção de fala para os grupos plurais, aos sujeitos que durante um longo período foram silenciados. Um currículo implicado em novas práticas de leituras que contribui por uma sociedade mais democrática, rompendo com o radicalismo que fixam as identidades. De tal modo, Silva (2011) parte pelo viés do discurso, das múltiplas narrativas, que implicam nas identidades sociais. As narrativas além de ajudarem a dar sentido ao mundo, contribuem para constituí-lo e a constituir a nós, já que as práticas de leituras e escritas são processos vivos, como práticas sociais inseridas na história, constituidoras da subjetividade, feitas nas culturas e produtoras de culturas.

Sendo assim, a sala de aula torna-se esse espaço vivo de narrativas, onde os sujeitos tecem os conhecimentos a partir de uma rede de subjetividades, desconstruindo os saberes imutáveis, assim como nos propõe Alves e Oliveira (2002) ao descrever o currículo a partir da realidade cotidiana da escola, pois a analisa sem nenhum julgamento de valor, compreendendo e valorizando a pluralidade de conhecimentos que há neste espaço. Nessa concepção curricular, os estudos não partem mais da teoria social hegemônica e sim das diversas questões sociais que são vigentes.

Assim, os estudos culturais propostos por Corraza (2002) apresentam um novo método de analisar as questões sociais, pois partem da desconstrução do binarismo presente em muitas concepções construindo novos conceitos. O que de fato nos proporciona é uma aproximação e uma justaposição de povos e culturas divergente, neste cenário tem-se “o que Robertsom chamou de globalização, onde o global está localizado e o local está globalizado” (KUMARAVADIVELU, 2006. p.

134). E o contexto educacional por representar um espaço social, é influenciado por esse pensamento interdisciplinar, nos conduzindo através de uma postura aberta de investigação, de busca, de curiosidade sobre as relações existentes entre os conhecimentos.

Assim, ao dar visibilidade à produção cotidiana da escola entendendo-a como produção cultural, rompe-se com uma lógica positivista de produção de conhecimento pedagógico, já que a partir da valorização dessas experiências vivenciadas no âmbito escolar, ressignificamos o nosso olhar, visto que a escola é um mosaico de culturas que se lançam e se entrelaçam com seus saberes e desejos, desconstruindo essa que permitiu uma nova concepção de currículo e junto a ela uma ressignificação das práticas de leituras e escrita no espaço escolar, na qual esses sujeitos são capazes de ressignificarem seus saberes a partir da sua vivência.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

Na contemporaneidade, o homem, e, portanto o professor, encontra-se fragmentado, reflexo desta contemporaneidade, na qual coloca o homem frente à sua crise de identidade; identidade essa que está sendo extensamente discutida na teoria social. Assim, a chamada "crise de identidade" é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. O indivíduo não mais possui uma identidade fixa, pois ela poderá ser formada e transformada constantemente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas que vivenciamos.

Sendo assim, me aproprio da concepção a qual afirma que o sujeito é múltiplos, constituído por seus diversos "eus", para então refletir a construção da identidade docente na perspectiva das suas narrativas, pois essa abordagem possibilita o entrelaçamento das histórias individuais com as histórias sociais (uma rede de significações), já que os sujeitos autores dessas narrativas são sujeitos ativos que se apropriam do mundo social que está a sua volta dando-lhes sentidos diversificados, que, por sua vez, são traduzidos em suas práticas se manifestando na sua subjetividade.

Deste modo, esta pesquisa se fundamenta numa abordagem fenomenológica e qualitativa/social, pois nos permite analisar o sujeito por diversos olhares, nos proporcionando assim, uma série de caminhos que podem ser percorridos com o intuito de compreender este sujeito que é social, tendo como enfoque as práticas de leituras na perspectiva da abordagem autobiográfica, um suporte teórico metodológico que dá visibilidade ao professor, pois ao lembrar, dá a sua vida outros sentidos, repensar as experiências do passado, processo que se relaciona à

história e à cultura, já que a memória de cada um se liga à memória do grupo e a laços de coletividade. Nos permite assim, desenhar a genealogia das formas de ler a partir das suas narrativas e o significado cultural da leitura na vida desse professor/leitor.

ESPERA-SE....

Sendo assim, o trabalho com a memória dos percursos de letramentos dos professores, possibilita-nos desenvolver um olhar sensível às vivências do professor e de seus alunos, por conseguinte, às suas demandas e aos seus desejos em relação aos rumos de sua formação, ao mesmo tempo em que a sua práxis docente será fundamentada na polifonia presente nos discursos.

Por este viés, o estudo sobre currículo no cenário educacional contemporâneo, nos permite enquanto professores romper com a dicotomia enraizada neste léxico (inserção ou eliminação de uma determinada disciplina). O docente, como o sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem deixa de lado aquela roupagem de reprodutor, se tornando o professor mediador de conhecimentos, conhecimentos esses pertencentes à cultura escolar, a cultura predominante e a cultura do aluno que, até então, não passava pelos muros das instituições escolares. O professor que transforma o currículo dando visibilidade às diversas vozes que foram silenciadas, fazendo-as presente na sua prática pedagógica.

REFERÊNCIAS

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: Dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

ALVES, Nilda. Cultura e cotidiano escolar. In: *Revista da Educação*; Maio/Jun/Jul/Ago 2003 Nº 23. p. 62-74. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a04.pdf>>. Acessado em 4 de Fev. 2012.

CANEN, Ana. Sentidos e dilemas do multiculturalismo: desafios curriculares para o novo milênio. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). *Currículo: debates contemporâneos*. São Paulo, SP, 2002. P. 174-193.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 46ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

JOSSO, M. – Christine. Abordagem biográfica em situações educativas: a formação de si. In: *Presente! Revista de Educação*, Ano 15 Nº57, Junho/Agô, Salvador de Bahia, 2007, [revista@ceap.org.br].

KLEIMAN, Ângela B. *Preciso “ensinar” o letramento? Não Basta ensinar a ler e escrever?* Campinas: Cefiel – Unicamp; Mec, 2005.

KRAMER, Sonia. *Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso*. São Paulo, SP: Ática, 2010.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola editorial, 2006. p. 85-107.

SILVA, Tomaz Tadeu. *Documentos de identidade; uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte, BH: Autêntica, 2011.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as múltiplas facetas. In: *26ª Reunião da ANPED -GT Alfabetização, Leitura e Escrita*. Poços de Caldas, 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>>. Acessado em 03 Mar. 2012.

SOARES, Magda. Língua escrita, sociedade e cultura: relações, dimensões e perspectivas. In: *17ª Reunião da ANPED*. Caxambu, 1995. Disponível em:<<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n00/n00a02.pdf>>. Acessado em 30 Mar. 2012.

LITERATURA DE CORDEL: LEITURA E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Sílvia Gomes de Santana Velloso¹

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Kátia da Costa Pina

Resumo: A Literatura de Cordel ganhou novos espaços no contexto acadêmico e escolar, entretanto ainda é abordada de forma periférica. A poética de sua linguagem não é potencializada como instrumento de formação leitora, nem no ensino regular, nem na EJA, modalidade educacional cujo público traz especificidades de repertórios, que demandam a interação com variados gêneros de textos tradicionalmente considerados populares, dentre os quais destaco o cordel. Entendendo o letramento como uso social da leitura e da escrita, conforme proposto por Soares (2009), questiono se essa literatura pode, efetivamente, contribuir para o letramento entre estudantes da Educação de Jovens e Adultos - EJA. Parto da hipótese de que, por dialogar, enquanto linguagem e conteúdo, com as vivências desse grupo de educandos, o cordel pode aproximá-los do impresso e despertar-lhes o gosto pela leitura, numa perspectiva libertadora. Desse modo, esta pesquisa caracteriza-se em qualitativa, delineada como estudo de caso, através dos métodos bibliográfico, documental e de intervenção no espaço escolar.

Palavras-chave: Leitura. Cordel. EJA. Escrita. Letramento.

INTRODUÇÃO

A Literatura de Cordel ganhou novos espaços no contexto acadêmico e escolar, a partir do século XX, entretanto ainda é abordada de forma periférica e complementar. A poética de sua linguagem não é potencializada como instrumento de formação leitora, nem no ensino regular, nem na EJA, modalidade educacional cujo público traz especificidades de repertórios, as quais demandam interação com variados gêneros de textos tradicionalmente considerados populares, dentre os quais destaco o cordel.

A poesia de cordel é considerada uma literatura popular produzida pelo povo e difundida para o próprio povo, funcionando como um dos maiores meios de comunicabilidade popular, que possibilita a todos, numa prática de letramentos, participarem da atuação poética através do código linguístico oral. As pessoas que não sabiam ler tinham apenas a memória como único instrumento para ordenar as mensagens poéticas, sendo necessária toda uma organização e atenção na observação da formação dos versos. Dizer que a literatura de cordel faz parte da literatura popular é o mesmo que afirmar que ela é construída pela cultura das classes economicamente desfavorecidas, já que conforme Burke (1989, p 26, 27), em discussão sobre o que seria a cultura popular.

No final do século XVII e início do século XIX, quando a cultura popular tradicional estava justamente começando a desaparecer, o “povo” (*o folk*) se converteu num tema de interesse para o intelectuais europeus. Os artesão e camponeses decerto ficaram surpresos ao verem suas casas invadidas por homens e mulheres com

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: gsantana20@yahoo.com.br

roupas e pronúncias de classe média que insistiam para que cantassem canções tradicionais ou contassem velhas histórias .

Burker (1989), além de deixar claro que cultura popular é aquela produzida pelas classes abastardas, ainda mobiliza as ideias de Herder, o qual afirma que a poesia popular se tornou patrimônio comum de toda a humanidade, já que circula oralmente, é acompanhada de música e desempenha funções práticas.

Entendendo o letramento como uso social da leitura e da escrita, conforme proposto por Soares (2009), questiona-se se essa literatura pode, efetivamente, contribuir para o letramento entre estudantes da Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Esta pesquisa surgiu a partir do desenvolvimento de um trabalho com literatura de cordel em sala de aula, na modalidade educacional de Jovens e Adultos - EJA, do Centro Estadual de Educação profissional Luís Pinto de Carvalho, localizado num bairro periférico de Salvador- Bahia. Nessa experiência, os educandos realizaram leituras de cordéis de diversos autores, demonstrando, assim, grande interesse por esse texto literário. Além de constatar a familiaridade dos estudantes com a sintaxe e vocabulário utilizados pelos poetas, pode-se perceber, ao propor uma atividade de produção textual, como aquela atividade provocava-os, mobilizando-os no desenvolvimento de uma escrita de si. Os educandos escreveram sobre suas vidas, suas experiências profissionais, sobre como se sentiam na cidade, no bairro onde vivem, sobre seus papéis na comunidade; muitas alunas escreveram acerca de suas experiências como mães, tudo isso de maneira prazerosa, autoral e sem os entraves que o não domínio da norma padrão costumava imputar-lhes.

A referida experiência oportunizou muitas reflexões e questionamentos a respeito do trabalho com a literatura popular na EJA, a saber: que literatura é essa? Por que os estudantes da EJA se identificam tanto com essa literatura? A leitura e escrita de cordéis tornou-se significativa e prazerosa por promover um diálogo com a cultura dos discentes das classes populares? Que cultura é essa e que olhar a escola tem lançado sobre ela? O cordel tem sido abordado como texto literário que deve fazer parte do currículo da disciplina língua portuguesa ou apenas de forma periférica e complementar? De que maneira os docentes têm trabalhado essa Literatura em sala de aula? O cordel fomenta a aprendizagem a partir de práticas de letramentos?

Compreende-se a necessidade de responder a esses questionamentos, pois uma escola que abriga estudantes das camadas populares, sobretudo da classe trabalhadora, se comprometida com a construção de aprendizagens significativas, deve aproximar-se dos saberes construídos pelos estudantes em outros espaços socioculturais, de modo a estabelecer relações entre a aprendizagem escolar e as experiências de vida dos alunos. Entretanto, ainda nos deparamos com uma instituição

fechada que espera os educandos, que deveriam ser entendidos como sujeito do processo de aprendizagem, para incorporar neles uma cultura, um modo de vida, para ensinar valores. Por isso, é urgente a necessidade de investir numa proposta de trabalho de leitura e escrita que se aproxime dos sujeitos imbricados no processo de ensino aprendizagem, na EJA, de maneira a instituir perspectivas menos hierárquicas no trato com a cultura dos discentes.

A EJA pode ser considerada uma proposta educacional que tem como maior desafio reaproximar jovens e adultos do ambiente escolar, de modo que eles desejem pertencer a este espaço. Nesse propósito, é imprescindível a percepção do mediador de aprendizagem em relação ao perfil diferenciado desses estudantes, que adentram as salas de aulas com um vasto repertório de experiências a ser potencializado. Nesse sentido, observa-se que o papel do Educador, conforme preconizado por Freire (1989) é, portanto, possibilitar ao educando o reconhecimento de sua condição de oprimido para, conseqüentemente, rejeitá-la numa perspectiva emancipatória.

Cabe também nessa pesquisa discutir como tem ocorrido a formação inicial e continuada dos professores de Língua portuguesa que atuam na EJA, bem como as concepções de cultura, letramento, leitura e escrita que eles defendem e os efeitos destas na formação dos estudantes, sobretudo nessa modalidade de ensino.

Um desdobramento imediato da destituição desses segmentos estudantis de uma identidade própria é uma ação pedagógica desvinculada do universo dos estudantes e, conseqüentemente, pouco atrativa para os sujeitos do aprendizado. No intuito de propor alternativas para essa problemática, propõe-se investigar como a literatura de cordel pode ser uma ferramenta importante para o desenvolvimento de práticas de leitura e letramento, numa perspectiva autoral que mobilize a formação cidadã desses sujeitos.

Segundo Soares (2009), o indivíduo letrado, ou seja, que vive em estado de letramento é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica-as, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita.

A escolha da discussão do texto literário cordel como instrumento de leitura deu-se por considerá-lo um gênero de texto essencialmente produzido por sujeitos pertencentes às camadas populares com o objetivo de trazer à tona fatos do cotidiano para serem lidos pelo próprio povo. (CAMPOS, 1977, p. 10) já observava, na década de 70 que, “[...] levados pelo desejo de ler folhetos, muitos trabalhadores têm se alfabetizado”. Logo, mesmo considerando que essa proposta de trabalho objetiva a discutir a literatura de cordel como mecanismo de formação de leitores, tendo em vista diferentes práticas de letramento, é importante levar em conta a ideia apresentada por

Campos (1977), já que se entende que o processo de alfabetização deve envolver essas diferentes práticas, ou seja, diferentes usos sociais da leitura e da escrita.

Conforme Cosson (2009), em uma sociedade essencialmente letrada como a nossa, mesmo um analfabeto tem participação, ainda que de modo precário, em algum processo de letramento. Por isso, faz-se necessário considerar todas as práticas de letramento desenvolvidas pelos sujeitos. Assim, vale salientar que grande parte dos escritores de cordel, embora não tenha tido acesso à educação formal, escrevia e refletia de forma autônoma e autoral a partir do ambiente de suas vivências, trazendo para o espaço da escrita marcas identitárias, sociais e culturais, o que pode se constituir em fator mobilizador para os estudantes da EJA numa ruptura com os entraves que a escrita formal lhes impõe.

O MÉTODO DE PESQUISA

Esta pesquisa caracteriza-se em qualitativa, delineada como estudo de caso, através dos métodos bibliográfico, documental e de intervenção no espaço escolar. Nessa fase inicial têm sido realizadas leituras sobre autores que discutem os temas Leitura e Letramento, a saber: Cosson (2009), Soares (2009), Jouve (2002), Yunes (2003) entre outros, bem como a pesquisa documental a partir de documentos que tratam da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB; Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Língua Portuguesa na educação de Jovens e Adultos- PCN; Plano Nacional de Educação- PNE, dentre outros. Cabe ressaltar que o levantamento bibliográfico sobre leitura e letramento, assim como dos dados documentais sobre EJA no Brasil culminará na escrita do primeiro capítulo da dissertação.

CONSIDERAÇÕES

Diante das abordagens feitas do decorrer desse trabalho, entende-se que essa pesquisa terá grande relevância no contexto acadêmico e escolar, visto que possibilitará reflexões sobre a importância do trabalho com a literatura popular, sobretudo a literatura de cordel, no contexto da Educação de Jovens e Adultos- EJA, como instrumento de formação leitora. Nessa perspectiva, visa a uma mobilização da escola no sentido de repensar o conceito de literatura, as práticas de ensino de leitura e escrita que estão sendo utilizadas e como os modos de vida dos sujeitos da EJA têm sido inseridos nesse processo.

REFERÊNCIAS

BURKE, Peter. *A Cultura popular na Idade Moderna :Europa.1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAMPOS, Renato. *Ideologia dos poetas populares do Nordeste*. 2. ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; Rio de Janeiro: FUNARTE, 1977.

COSSON, Rildo. *Letramento Literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2009.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

JOUVE, Vicent. *A leitura*. Trad. Brigitte Hervor. São Paulo: UNESP, 2002.

OS DESAFIOS E LIMITAÇÕES DO PROFESSOR DE FLE (FRANCÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA) EM UMA COMUNIDADE RURAL DE ALAGOINHAS

Sílvia Maria Santos Marinho¹

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Martins Moreira

Resumo: Esta pesquisa tem por objetivo investigar as práticas de letramento desenvolvidas pelo professor de Língua Estrangeira (Francês) na Escola Estadual Dr. João Carlos Meireles Paulilo, situada em Riacho da Guia, comunidade campesina, distrito de Alagoinhas, visando compreender se as mesmas contribuem para a formação de um sujeito crítico, e de que forma o ensino de FLE promove o reconhecimento desse indivíduo, enquanto cidadão, para que ele possa descobrir as várias formas de conhecer o mundo, mesmo pertencendo a uma comunidade do campo. O presente trabalho terá como suporte teórico estudos realizados por Magda Soares (2001); Paulo Freire (1977); Ângela Kleiman (2006); Tomaz Tadeu da Silva (2013); Silvano Santiago (2004); Gilles Deleuze e Félix Guattari (2000), para discutir e ressignificar as práticas de letramento e a formação do professor de língua estrangeira (Francês). Esses autores são tomados como referência, na medida que refletem sobre o processo de formação do sujeito crítico e a formação do professor de língua estrangeira. Para desenvolvimento desse trabalho, serão feitas observações em sala de aula, além de entrevistas, para visibilizar e investigar o trabalho desenvolvido por professores de ensino de FLE.

Palavras-chave: Professor de FLE. Práticas de letramento. Ressignificação. Sujeito crítico.

INTRODUÇÃO

As diferentes práticas de letramento desenvolvidas em contextos variados e específicos de nossas vidas constroem níveis de aprendizado, de desenvolvimento de leitura e de escrita que contribuem para a formação identitária de cada sujeito dentro de um determinado contexto. Segundo Kleiman “Os estudos do letramento têm como objeto de conhecimento os aspectos e os impactos sociais do uso da língua escrita.” (KLEIMAN, 1995, p. 1). O ensino de língua estrangeira deve contemplar essa proposta, na perspectiva de possibilitar um consistente e variado aprendizado. Para que isso se efetive é necessário pensar em um aprendizado voltado para a formação de um sujeito crítico. Quando se tem acesso a um ensino de língua estrangeira onde os agentes preocupam-se com a formação integral do indivíduo, essa língua pode fazer com que os indivíduos vejam o mundo e suas possibilidades de outra forma.

Sabe-se que o valor atribuído ao nosso discurso está relacionado ao valor social de quem fala, à posição social que a pessoa ocupa. Dessa forma, ser falante de uma segunda língua pode levar o indivíduo a ser visto de outra forma, visto que este falante de língua estrangeira está frequentemente organizando e reorganizando seu pensamento em relação a noção de quem ele é, e como interage com o mundo a seu redor. Assim, pode-se dizer que, à medida que se investe em

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: silviamarinho@ig.com.br

aprender uma segunda língua, estamos investindo na construção de nossa própria identidade social. Vale ressaltar, ainda, que, nas práticas educacionais, assim como em outras práticas da vida social, identidades e crenças são elaboradas, negociadas e transformadas de maneira contínua, e intermediadas através da língua.

Pensar o ensino de Língua francesa em Alagoinhas é pensar numa forma de ruptura com os paradigmas vigentes que regem a educação do ponto de vista colonizador. Descolonizar nesse contexto passa a ser sinônimo de ter liberdade de escolha, uma vez que a própria Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96, Art. 36, inciso III) oportuniza a liberdade de escolha no aprendizado de uma segunda língua estrangeira. O curso de licenciatura em língua francesa e literaturas, da UNEB/Campus II, assim como o ensino da disciplina de Língua Francesa nas escolas públicas de Alagoinhas, não pode ser visto como curso e/ou disciplina com menos valor ou desnecessário, em relação a outros cursos ou outras disciplinas.

A língua francesa está presente em diversas universidades estaduais e federais, a exemplo da UnB em Brasília, da Universidade Federal do Rio grande do Sul, da Universidade Federal do Amazonas, da Universidade Estadual de Alagoas, da PUC de São Paulo, entre outras. A partir desse contexto, percebe-se que a língua francesa tem a sua importância no que se refere à formação do sujeito contemporâneo. Aqui na Bahia, temos a UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana, a UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz e a UNEB, campus II, Alagoinhas, com cursos de licenciatura em Língua Francesa, entretanto, nessa região, esse curso não tem muita visibilidade frente a outros cursos ligados, por exemplo, à saúde, aos cursos ligados às engenharias, entre outros, mesmo no campus II da UNEB, tendo um Mestrado em Crítica cultural, cuja parte da bibliografia é de autores franceses.

É importante fazer com que esse curso permaneça sendo oferecido normalmente nesses locais. Por outro lado, parece haver um interesse em manter esse mesmo curso na invisibilidade. Esse desejo pode reproduzir uma ideologia de prestígio constituída por crenças que nos levam a aceitar e acreditar nas estruturas capitalistas existentes como boas e necessárias. Manter, somente, o ensino de língua inglesa nas escolas públicas pode representar a manutenção de um sistema voltado exclusivamente para a comercialização. A escola atua nesse sistema como um veículo de transmissão ideológico do estado, através do seu currículo, quando privilegia a manutenção apenas de uma língua estrangeira, língua essa que representa uma das potências econômicas mundiais.

Deste modo, a Escola Estadual Dr. João Carlos Meireles Paulilo pode ser vista como um exemplo de resistência com a manutenção da disciplina de Língua Francesa, ressaltando que é uma escola situada no campo, mas localiza-se à margem do centro urbano. E foi a partir desse contexto

que tive o interesse de pesquisar sobre os desafios enfrentados pelo professor de Língua Francesa em uma comunidade anônima como a de Riacho da Guia. Hoje, como mestranda do curso de Crítica Cultural, pretendo contribuir para que o ensino de Língua Francesa não só permaneça nessa escola, mas que a manutenção dessa disciplina possa assegurar, aos estudantes dessa comunidade, um nível de educação diferenciado, marcado pela construção de um sujeito crítico capaz de fazer a diferença no meio em que vive. Da mesma forma, quero poder contribuir para que o professor de FLE (Francês) reflita sobre seu papel e sobre a importância do seu trabalho na comunidade. Dentre as várias contribuições que esse professor pode oferecer, especificamente, a esses alunos, ressalta-se a necessidade de ressignificar o ensino da língua estrangeira, mostrando que esse ensino pode oportunizá-lo a adentrar em outros espaços, outras culturas e, ao mesmo tempo, ressignificar a sua própria existência.

Existem diversos mecanismos que definem a organização de muitas instituições de ensino no nosso país. O programa em Crítica Cultural pode, através de seus estudos e reflexões, ajudar-nos a entender melhor os mecanismos político-ideológicos que sustentam a manutenção de um sistema perverso e discriminatório em relação às minorias; a questionar os parâmetros de uma sociedade que usa a educação como privilégios de determinados grupos ou como forma de aprisionar a consciência, e que, ao invés de ser usado como instrumento de libertação, pode ser usado de forma contrária. Paulo Freire (1977), reforça a ideia de que a educação deve ser pensada e efetivada como instrumento de libertação.

Esta busca do ser mais, porém, não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existentes, daí que seja impossível dar-se nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos. Ninguém pode ser, autenticamente, proibindo que os outros sejam, esta é uma exigência radical. O ser mais que se busque no individualismo conduz ao ter mais egoísta, forma de ser menos. De desumanização. Não que não seja fundamental – repetamos – ter para ser. Precisamente porque é, não pode o ter de alguns converter-se na obstacularização ao ter dos demais, robustecendo o poder dos primeiros, com o qual esmagam os segundos, na sua escassez de poder (FREIRE, 1977, p. 74-75).

Dentro do contexto do ensino de língua estrangeira, esse aprisionamento pode estar representado pela manutenção de apenas uma língua estrangeira no currículo escolar, uma vez que a própria LDB assegura a possibilidade de inserção de uma segunda língua. Nesse caso, vale lembrar que o currículo, segundo Silva (2013) “é um espaço de poder”. Além de destacar que “é um aparelho ideológico do Estado capitalista. O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é em suma, um território político”. Nesse caso, a manutenção apenas da língua inglesa na grade curricular das escolas públicas está atrelada à economia norte-americana, vista ainda no cenário mundial econômico, como um referencial de poder. No entanto, na contemporaneidade, as teorias pós-

críticas defendem a ideia da descentralização do poder, pois o poder deve estar espalhado por toda rede social reforçando a ideia que não mais existe um único centro.

O ENSINO DE LÍNGUA FRANCESA EM ALAGOINHAS: UMA QUESTÃO DE PODER

Existem diversos mecanismos que definem a organização de muitas instituições de ensino no nosso país. O programa em Crítica Cultural pode, através de seus estudos e reflexões, ajudar-nos a entender melhor os mecanismos político-ideológicos que sustentam a manutenção de um sistema perverso e discriminatório em relação às minorias; a questionar os parâmetros de uma sociedade que usa a educação como privilégio de determinados grupos ou como forma de aprisionar a consciência, e que, ao invés de ser usado como instrumento de libertação, pode ser usado de forma contrária. Dentro do contexto do ensino de língua estrangeira, esse aprisionamento pode estar representado pela manutenção de apenas uma língua estrangeira no currículo escolar.

Por outro lado, é preciso desconstruir a ideia de que o conhecimento existe para única e exclusivamente se opor ao poder e perceber que o conhecimento é parte integrante ao poder (SILVA, 2013). É preciso que o conhecimento seja um instrumento que faça com que todo cidadão se reconheça enquanto membro de uma comunidade, enquanto sujeito ativo capaz de transformar o nosso espaço de forma significativa: reconhecendo, preservando e valorizando sua cultura.

Nesse contexto, a Crítica Cultural contribuirá para a formação de uma consciência crítica necessária a uma sociedade que não privilegia suas minorias. Deleuze e Guattari (1995, p.36), na introdução de sua obra *Mil Platôs: capitalismo e Esquizofrenia*, mostram uma estratégia metodológica rizomática que se distingue por “não ter começo nem fim”, porque atua em vários espaços, descaracterizando a existência de um único centro, “não há centro e nem periferia”. Essa noção de descentralização acaba por questionar a dominação de quem sempre esteve geograficamente no centro para focalizar quem sempre esteve em zonas periféricas, levando-nos a pensar em outras possibilidades e alternativas para fazer emergir tudo que estava à margem.

Associar esse método rizomático ao ensino de língua francesa em Alagoinhas é pensar essa prática como uma forma alternativa em relação à manutenção do ensino de uma única língua estrangeira, a língua inglesa, nas escolas públicas. A inserção de uma segunda língua representaria a diferença, a descentralização, o deslocamento de uma visão mercadológica, que abala aquilo que é considerado como a dominação do centro. Entretanto, para que essa descentralização aconteça, é preciso que haja revoluções, mudanças, a começar pelo cumprimento do Art. 36, inciso III da 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases, que admite o ensino de duas línguas na grade curricular das

escolas públicas de Ensino Médio. A mudança de mentalidade, daqueles que estão no poder e dirigem suas respectivas escolas, também é pré-requisito para que esse evento se realize.

Para reforçar essa ideia de subordinação em relação a outrem, Tomaz Tadeu diz o seguinte:

Embora seja evidente que somos cada vez mais governados por mecanismos sutis de poder tais como os analisados por Foucault, é também evidente que continuamos sendo também governados, de forma talvez menos sutil, por relações e estruturas de poder baseadas na propriedade de recursos econômicos e culturais (SILVA, 2013, p.145).

Nesse contexto, não se pode ignorar que o fato dos Estados Unidos pertencerem a um bloco econômico poderoso, o poder político desse país continua “imperando” no que se refere à escolha da língua estrangeira nas escolas públicas brasileiras. Ensinar a língua inglesa não significa necessariamente ter acesso a uma outra cultura como forma de ampliação de visão de mundo. Em função da sociedade de consumo, o ensino de língua inglesa representa uma necessidade capitalista, uma exigência de mercado. Dessa forma, a “necessidade” de estudar a língua inglesa aparece como a reprodução de um processo de globalização, cujo objetivo é fortalecer a extensão dos níveis de exploração econômica em relação aos países que não fazem parte do grupo dos países mais ricos do mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino de FLE (Francês) não deve ser visto simplesmente como mais uma disciplina que cumprirá seu programa ensinando um conjunto de estruturas linguísticas. Ensinar/aprender uma língua estrangeira é tornar real ações sociais que considerem quem somos e quem participa conosco desse processo de interação. Ter uma segunda língua estrangeira como disciplina regular, nas escolas públicas, nos levará a conhecer melhor outras culturas e perceber como esse aprendizado pode repercutir nas relações sociais e na construção de nossa identidade.

O que se pretende com este trabalho não é propor a substituição do ensino de língua inglesa pelo ensino de língua francesa, mas possibilitar uma reflexão sobre a importância da inserção de uma outra língua estrangeira, no caso a língua francesa, no currículo da Educação Básica, já que na região há o curso de licenciatura em Língua Francesa e suas Literaturas. Esse trabalho será também uma oportunidade de verificar a relevância das práticas de letramento desenvolvidas pelo professor de FLE, em Riacho da Guia, partindo do lugar de fala desse professor. A partir da perspectiva de análise da Crítica Cultural, será possível ter uma visão mais contundente sobre o assunto, permitindo perceber as implicações sociopolíticas que circundam os espaços reservados ao ensino de FLE, em uma comunidade rural da cidade de Alagoinhas, cidade na qual está localizada a Universidade do

Estado da Bahia. Esse espaço acadêmico, assim como as escolas de Ensino Fundamental ou Médio, devem ser espaços legitimados de permanentes questionamentos, de luta e de resistência com o objetivo de viabilizar a articulação entre educação e cultura. Vale salientar ainda, que os desafios de formar sujeitos críticos num mundo composto por múltiplas culturas é responsabilidade do conjunto das instituições sociais, assim espera-se que a escola faça a sua parte.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção IV. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 28 ago. 2014.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, F. Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, pp. 7 – 37.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 4ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.
- KLEIMAN, Angela B. Leitura e prática social no desenvolvimento de competências no ensino médio. In. BUNZEN, Clecio; MENDONÇA, Márcia (Org.). *Português no Ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- SANTIAGO, Silvano. A Democratização no Brasil (1979-1981): Cultura versus Arte. In: *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3ª edição, 4ª reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed., 2. reimpressão, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

OS FRAGMENTOS LITERÁRIOS NA ERA DA REPRODUTIBILIDADE TÉCNICA

Táise Alves Moreira¹

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Felix

Resumo: O presente material não visa apresentar para a comunidade acadêmica uma classificação para os fragmentos literários que circulam nas redes sociais virtuais (como arte ou como literatura), mas sim compreender a partir dessa manifestação estética contemporânea de representação via tecnologias, a sua influência sobre a formação identitária dos sujeitos que as ressignificam. Acredito que, automaticamente, ao atribuir uma função as ficções escritas, estas acabam se comportando como arte, mesmo que não ratificada pela crítica. Essa aproximação entre sujeito e escrita não se reporta a uma particularidade do século XXI, mas o que problematiza a questão nos últimos séculos é a presença dos dispositivos que se valem da indução do consumo desse “produto” como um ordenador social. Com um levantamento teórico consistente, o trabalho se encontra em andamento e, portanto não tem como foco apresentar resultados, mas refletir sobre os novos acontecimentos sociais que envolvem o homem e a escrita nas comunidades virtuais tecnológicas via as imagens técnicas.

Palavras-chave: Dispositivos. Identitária. Imagens técnicas. Literatura. Redes sociais

INTRODUÇÃO

Pesquisando sobre o tema literatura, no século XVIII, descrevemos que ter acesso ao conhecimento por meio da aquisição de artigos literários, significava entrar em um mundo marcado por uma história unilateral, mas com teor de destaque social devido ao fato de que a literatura, um século antes desse período também passou por reformulações que realocaram seu papel de leitura ficcional para uma ideológica (EAGLETON, 2006, p. 25 e 26) na qual eram encontradas produções que visavam uma formação distinta para os indivíduos (em questão, os ingleses) advindos dos destroços sociais pós-guerras.

Mas, o que sabemos é que a literatura apenas enquanto escrita ficcional, imaginativa, ideológica ou pautada em concepções românticas (século XIX) em um dado momento não mais seguiu a responsabilidade de transmitir por meio de seus textos, apenas as vozes do público que a consumia, independente do interesse por trás desse ato (e aqui colocamos como essas vozes, a da burguesia e da religião) (EAGLETON, 2006, p. 33); como citamos, as reformulações sociais pós-maquinaría reprodutiva transferiram outras funções para os escritos, além daquilo que se propunha abordar também em detrimento a falência dessas instituições. O indivíduo que fazia parte da “nova sociedade pós-industrial” se encontrou tentado a fugir dos padrões e voltar-se para a exacerbação dos próprios sentimentos que os envolviam; assim, ensaios, questões filosóficas e ideológicas não sustentavam sozinhas as construções sociais que emergiam.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: taisealves23@gmail.com.

Por conseguinte, as transformações sociais e culturais, geralmente visualizadas por meio das manifestações produzidas e difundidas, nem sempre são conceituadas como arte; independente da posição do sujeito (de quem produz ou de quem consome), o que percebemos nessas produções é uma oportunidade de fuga de uma sociedade, por vezes, moldada, conservadora e fechada ou mesmo uma possibilidade de exposição de outras visões dos sujeitos que se encontram inclusos e/ou excluídos do sistema. Pegando como exemplo a palavra escrita ou a literatura (romântica) enquanto arte consagrada concebida sob um modelo literário que se apega firmemente às formas perfeitas, captamos a utilização do lirismo, da magia romântica e das frases recheadas por rabiscos construídos sobre rimas perfeitas como uma forma de representação dos indivíduos, a partir do acesso (conhecimento) às obras assinadas pelos autores nomeados pela crítica literária como os “mestres da escrita”.

Mas o que se torna latente nessa forma de representação social é o trabalho de intensificação do consumo de bens valorativos oriundos de um mercado aberto pela reprodução técnica (o que não desmerece a importância e legitimidade das obras). Se de um lado tínhamos “produtos” consagrados por “cânones”, do outro se encontravam os cidadãos que foram moldados por um sistema, para um consumo especificamente desse tipo de conhecimento, que os classificariam socialmente, mesmo que pelo caminho da distração (BENJAMIN, 1987, p. 192-194) substanciado por artigos dotados de valor (muito embora já observamos a inconstância dessa classificação). O que visualizamos daquela época descrita acima aos dias atuais se refere ao valor atribuído ao acesso à literatura (exemplificamos a conceituada canonicamente) que ainda não sofreu alterações substanciais em relação ao peso que carrega, nesse objetivo de transferir para o portador desse material cultural, um status diferenciado perante os seus pares. Ressaltamos que, em nenhuma hipótese diminuímos a importância de outros tipos de escrita literária, mas o que destacamos é um ponto conflitante discutido pelos estudos culturais (SANCHES, 2011, p. 192), no século XX, nessa tentativa de compreensão do social por meio das produções artísticas, agora, ancoradas pelas manipulações tecnológicas, que agregam valores e simbologias. O valor outorgado à literatura enquanto manifestação artística, desde que procedente de fontes aceitáveis ainda se revela como um campo cuidadosamente questionado, pois a ideia de “final feliz” (um modelo capitalista) até então está presente quase sempre correlacionado às produções dotadas de simbologias que remetem à forma, ao belo, enfim ao esteticamente aceitável. O que dizer, então, do que ocorre na contemporaneidade por meio das fragmentações encontradas no meio virtual tecnológico?

A UTILIZAÇÃO DA LITERATURA COMO FORMA DE DEFINIÇÃO IDENTITÁRIA DOS SUJEITOS

A dúvida que emerge é que, se diferentes graus de importância são aplicados aos objetos (sejam eles materiais ou imateriais) ao ponto de determinar posições sociais a quem caberia a tarefa de elevar o valor social de uma produção? A identificação da presença dos dispositivos (FOUCAULT, 1979) reforça a ideia de uma alienação (DEBORD, 1997) inconsciente ao expor aqueles que têm ou não direito ao consumo de materiais que resplandeçam notoriedade. Desde quando a escrita foi desenvolvida e disseminada, a mesma já proporcionava uma segmentação social que colocava de um lado, o que sabiam e tinham acesso à leitura e a escrita e do outro, aqueles que não mereciam conhecê-la². Como já argumentamos, o indivíduo contemporâneo agregou diversos valores simbólicos (DELEUZE, 1972) aos textos literários (como aos seus autores), mas essa incumbência de atribuir um peso diferenciado para um ou outro objeto não é outorgada a qualquer pessoa e sim, a uma crítica especializada.

De toda sorte, a literatura abarcou a tarefa de registrar os pensamentos, as histórias, o conhecimento de uma época, como também os discursos dominantes e o papel dos dominados; Bhabha (1949, p. 153-155) apresenta um interessante pensamento quando enfatiza que normalmente encontramos no colonizado, o discurso do colonizador, por mais que esse tenha se libertado das amarras subalternas que já possuía no passado ou o desejo de representação mesmo que por meio de simulacros (BHABHA, 1949, p. 118-119). Com base nos estudos culturais (WILLIAMS, 2007, p. 420 e 421) se tornou possível escavar esse indivíduo intrínseco sob o discurso dos dispositivos e mostrar que também é válido para a sociedade, a presença de outros que não se “enquadram” nos estereótipos homem, branco, europeu ou como já ouvimos em algum momento, os letrados que tem acesso aos livros considerados cultos e logo, merecedores de respeito.

A pós-modernidade se caracteriza por um aceleração do processo de trocas simbólicas culturais em decorrência da utilização dos meios tecnológicos de criação, transformação e manipulação de objetos imateriais; esse “intercâmbio” possibilitou um maior contato com discursos distintos, ao ponto de ampliarmos nossos conceitos sobre o que é colocado pelos dispositivos como modelo social a ser seguido. Mas, visto a importância empregada aos textos, a simbologia quando da apropriação dos sentidos ali expostos (sabendo que nem tudo que é produzido pode e será classificado como arte) e ainda compreendendo que as pessoas se apropriam desses escritos como

² Apenas para exemplificar, a própria história do processo de colonização no Brasil é composta por tais concepções de merecimento do acesso ao conhecimento a partir da relação de submissão entre negros e brancos.

uma representação própria indagamos sobre a utilização da literatura como forma de definição identitária dos sujeitos contemporâneos.

O relato de Hall (2011, p. 10 -14) sobre a formação identitária dos sujeitos revela que as mudanças significativas que ocorreram na forma de pensar foram transferidas para a maneira de agir perante os outros cidadãos. Esse processo começou a acontecer quando em um dado momento (século XVII), o homem (moldado por um pensamento religioso) sentiu (ou o condicionaram a agir dessa forma) uma necessidade de questionar o espaço no qual vivia, visto que as respostas teológicas não mais supriam as dúvidas existenciais que se revelavam em virtude das transformações sociais e econômicas da época, mas principalmente pelo surgimento dos aparatos motorizados que permitiram a realização de cálculos, a refutação de teorias (tal como criar tantas outras), além de aguçar a busca por respostas mais racionais a aquelas encontradas nos textos religiosos. O indivíduo (WILLIAMS, 2007, p. 227) começava, então, a reescrever a sua história no mundo a partir de recursos que lhe proporcionavam uma determinada segurança e, conseqüentemente, sua identidade começava a ser montada com base em dados comprobatórios (materiais escritos). Já no século XX, acreditamos que o salto maior promovido pelo homem foi de poder experimentar as transgressões, mas desta vez, livre de culpas “pecaminosas” ou respaldados em conceitos comprováveis pela ciência para assim, sair das rimas, da forma clássica, expor o corpo e a mente, sem regras. Retornando a uma exemplificação do início desse capítulo sobre o surrealismo francês se torna relevante apontar que este movimento se fundamentou na prerrogativa de busca por “sensações” que fugiam aos padrões estéticos, literários, sociais e familiares substanciados pelas pesquisas freudianas na época. Assim, os materiais de George Bataille e Salvador Dalí também podem ser vistos como uma ruptura das concepções clássicas daquilo que era classificado como arte (NADEAU, 2008, p. 9 e 10) quanto materializaram as suas manifestações mentais.

Por conseguinte, este caminho escolhido pelos artistas e por aqueles que os imitavam mesmo que por meio de simulações os elevam para outras noções de pertencimento resultando em uma descrição literária mais próxima da realidade (tanto dos pontos visíveis quanto dos invisíveis) de um homem pós-moderno. Em decorrência dessas rupturas sócio/culturais, Hall (2011, p. 10-14) discorre sobre três tipos de concepções de identidade que são: o sujeito do Iluminismo, o qual descreveu como o indivíduo racional, o sujeito sociológico como aquele que se constitui diante das interações sociais que o circunda e por fim, o sujeito pós-moderno formado por infinitas fragmentações instáveis que, nos incluímos por apresentarmos características instáveis por vontade própria ou como discutimos até então, seria uma tendência a modificar “nossas identidades” em virtude das imposições dos dispositivos mercadológicos e sociais.

Enfim, se surgiram outras maneiras de escrita (e hoje, os estudos culturais propiciam essa tarefa de considerar as produções que fogem de determinados padrões estéticos) é porque existiam leitores que esperavam por esse tipo de material, pois vê-se representado, na escrita, de alguma forma é entender que o mesmo existe (pertence) para a sociedade. Todavia, Hoisel (2008, p. 64) ainda ressalta que existem diferentes tipos de leitores: aqueles que empregam um olhar mais complexo sobre o texto e os que lêem descompromissadamente. Partindo dessa afirmativa, compreendemos que a função do texto literário se diferencia também em virtude da especialização cultural do leitor (ou como o que já abordamos sobre a acessibilidade a literatura por aqueles cidadãos com destaque na sociedade: um sinônimo de *status social*); para tanto, o consumo das significações intrínsecas na escrita ganham outros aspectos que impactam diretamente na construção de sujeitos plurais contemporâneos.

Para melhor compreender essa construção surge a necessidade de uma conceituação que Cancline (2008, p. 45) apresenta ao mesmo tempo em que refuta;

Possuir uma *identidade* equivalia a ser parte de uma nação ou de uma “pátria grande” [...] uma *entidade* espacialmente delimitada, onde tudo aquilo que era compartilhado por seus habitantes – língua, objetos, costumes – marcaria diferenças nítidas em relação aos demais.

Nesse mesmo texto, o autor explica essa inutilidade do conceito devido as mudanças culturais, econômicas, políticas e sociais que incidem no comportamento, na localização e nas construções individuais e coletivas que os sujeitos contemporâneo costumam exercer, principalmente nessa época de “relações trans” (BAUDRILLARD, 1990). As identidades são (re)produzidas a cada nova leitura ou à medida que o leitor, o sujeito ou o usuário se especializa ao (trans)formar sua visão de espaço em um jogo (HOISEL, 2008, p. 67) que corresponde “ao descentramento dos binarismos e das dicotomias platônicas, metafísicas e etnocêntricas”. Em outras palavras, quando esses se permitem por meio das ferramentas que possuem (e no caso, a literatura tanto auxilia como reflete tais mudanças) reformular significados apresentados como norteadores universais para as relações compartilhadas em sociedade é que os sujeitos criam suas identidades. Logo, quanto por mais especializado que seja o leitor, maiores serão as condições que este apresentará para entender as reestruturações que ocorrem não apenas em espaços definidos, mas também nos discursos e nas fronteiras do imaginário (DELEUZE, 1972, p. 300 e 301).

Não deixa de ser consistente quando recordamos que o ato da escrita já é um artifício criado para estruturar materialmente um pensamento e que mesmo que o ensino do que seria um conceito para o termo literatura ainda recaia sobre um estereótipo de manifestação “fantasiosa” ou “criativa” (ZAPPONE E WIELEWICKI, 2003, p. 20) para (re)montar cenários que preencherão os discursos ali

desenrolados. Entretanto, a escrita detém um poder por meio de seus códigos configurar uma situação e (re)constituir padrões linguísticos fora do formalismo (EAGLETON, 2006, p. 6-7) a fim de auxiliar não em delimitações, como também em definições que facilitaríamos o recorte do objeto discutido. É nesse ponto que, mesmo se valendo de elementos imaginários e/ou simbólicos, a literatura mantém uma função, pois acaba evidenciando identidades intrínsecas ao ser. Assim, fantasiosa, crítica, criativa ou mesmo sem nenhum ponto de definição, o ato da escrita que fundamenta a literatura se apresenta como uma transcrição de valores ou um caminho para encontrar uma identidade.

É fato que essas transformações na forma de pensar do homem em sociedade, nos últimos tempos, permitiram reformulações nas atitudes e práticas sociais; quando Hall (2011, p. 30) discorre que “o cidadão individual tornou-se enredado nas maquinarias burocráticas e administrativas do estado moderno” e que “emergiu, então, uma concepção mais social do sujeito” foi sinal de que as relações sociais passavam por reformulações irrevogáveis registradas pela literatura (a arte literária manteve uma grande importância ao sinalizar essas (re)significações). Assim, procuramos por uma compreensão para o que encontramos nas redes sociais virtuais por meio da propagação das imagens técnicas que, por vezes, ressoa como um ritual de ruptura de pensamentos seculares ou como uma pausa para outras reflexões diante da utilização das novas tecnologias.

Mas como ficaram aqueles sujeitos que foram mobilizados a acreditar que, o consumo de um artigo literário (geralmente clássico) os definiria enquanto sujeitos influentes na sociedade formando identidades respaldadas pela proeminência de uma cultura letrada? E os leitores ou consumidores que encontram nesse ato de representação da própria imagem valorativa? Compreendemos que, o que importa nessa sociedade imagética (FLUSSER, 2008, p. 15) que vincula o sucesso das produções (e das pessoas) ao tamanho da visibilidade que alcançam e na qual, o *status* social que eleva o “lado culto” não está mais na absorção dos conteúdos, mas no acúmulo (porte) de materiais; o valor defendido na sociedade moderna é o valor de exposição (aparição) (BENJAMIN, 1987, p. 173).

Silva e Silva (2011, p. 16) relatam que “em meio a esse universo de bits, a literatura se apropria desses novos espaços de escrita”, pois é no espaço virtual proporcionado pelas redes sociais virtuais, o local aonde encontram, na atualidade, elementos que permitem a montagem de uma identidade própria e virtual, a partir de produções manipuladas pelos usuários (as imagens técnicas que aglutinam textos literários a imagens). Mesmo com a mudança espacial, a formação identitária ainda está vinculada ao peso de determinados escritos (e seus escritores) proporcionando um sentimento de pertencimento, anteriormente, verificado pelos estudos culturais. Logo, independente do local, se usuários ou se sujeitos, o que evidenciamos é que a literatura (e seus fragmentos) não perdeu sua

importância mesmo se reconfigurando a partir de princípios pós-modernos, visto que o sujeito contemporâneo é formado por variadas concepções, além daquelas socialmente aceitas pelos dispositivos; por isso, se reinventam para estar em todas as partes, mesmo em lugares voltados para a diversão.

Mesmo auxiliando em questões até de autoajuda, o material literário compartilhado nas redes sociais virtuais, ao serem expostas, sujeitas a críticas, as especulações e ao se tornarem produto de autodefinição dos usuários acabam retornando as proposições iniciais da literatura; a formação identitária marcada pelo uso da “máquina semiótica” (SILVA E SILVA, 2011, p. 17), desenrolando através da linha do tempo, a história de vida de cada um. A diferença é que agora, as suas ações físicas/presenciais – as identidades virtuais são apresentadas através das imagens técnicas compostas por elementos ficcionais ou não que podem resultar em resultados desejáveis pelo usuário (situação inviável na vida cotidiana). Esse material permite que os interdiscursos, as intertextualidades sejam gerados e utilizados pelos usuários que se apresentam tanto como leitores como escritores da própria história nessa permissividade característica da pós-modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando partimos para esse trabalho de delimitação do que seria uma teoria literária, ou simplesmente delinear um conceito para a função literária não consideramos como cabível compreender a “morte” de um modelo e o “nascimento” de outro estilo; mas a abertura para um novo ciclo de troca de experiências, de conhecimentos mútuos, pois apenas observar e apontar semelhanças e diferenças não representa um estudo profundo para os questionamentos que surgem na sociedade atual, mesmo que por meio do estudo de uma escrita de “forma peculiar” (EAGLETON, 2006, p. 3) em contradição com as fragmentações textuais desconectadas dos “artifícios literários” (2006, p. 5).

Assim sendo, as valorizações simbólicas empregadas em determinadas ocasiões se tornaram fortes na sociedade atual, a qual considera que o status social é resultado do acúmulo de riquezas do que apenas, pela compreensão e repasse de tradições culturais; não esquecendo que, as produções realizadas por um grupo, geralmente tende a caracterizá-lo, ao desenhar um perfil das ações que pratica, da forma como pensa tal como lida com algumas situações. As “práticas artísticas” (RANCIÈRE, 2005, p. 17) refletem diretamente na questão, principalmente nessa sociedade imagética conectada aos aparatos tecnológicos, resultando em outros modos e usos (CERTEAU, 1998). Os significantes (DELEUZE, 1972, p. 301) que aparecem mesmo que recortados, separados de um todo que mantém uma ideia de ficcional e formal oriundo de uma linguagem própria (EAGLETON, 2006, p.

5) continuam carregando uma tonicidade que é transferida para os sujeitos que dela se apropriam. A oxigenação oportunizada na atualidade, com a utilização dos meios de informação / comunicação movimenta a literatura (ou sua teoria) devido às reformulações ou como prefere Rancière (2005, p. 23) um “recorte ordenado”.

Mesmo considerando que a crítica literária empenha-se em engendrar métodos classificatórios e disseminadores sob parâmetros previamente estipulados para ordenar as obras produzidas (ZAPPONE E WIELEWICKI, 2003, p. 21), ainda sim enxergamos situações, nas quais, o termo função pode ser utilizado mesmo se esquivando de opiniões cânones. Atrevemo-nos assim, a discordar (mesmo que momentaneamente) de escolhas fechadas por conceitos ou concepções do que seja arte, para aos críticos/teóricos, por aceitarmos a opinião de Amora (1964, p. 13) quando discorre sobre alguns erros corriqueiros encontrados na tentativa de definir um objeto como tal, em um período delimitado; as obras literárias seriam exemplos de uma “fuga das normativas” (SOUZA, 2007, p. 16), pois independente das conceituações estéticas as quais seguem (um tipo de escrita ficcional, científica ou histórica), se reinventam a cada mudança social (ou seria o contrário?) sem a obrigatoriedade de repetir modelos. Rancière (2005, p. 32) especifica o estético como esse “modo de ser específico” identificáveis em qualquer época; uma ramificação do conceito de arte, que como já foi relatado ultrapassa o previsível (o estético). Amora (1964, p. 31) ainda complementa o posicionamento acima ao afirmar que “os meios de que se serve o homem para expressar ou representar suas intuições são variados”.

Baseando-nos nas colocações de Rancière (2005) e Amora (1964) sobre arte e estético refletimos que mesmo que a maioria dos sujeitos contemporâneo (incluindo os usuários virtualmente construídos pelas técnicas) não apresente a eloquência artística para produzir obras próximas aos critérios estéticos aceitos pela teoria consideramos as representações pautadas na junção imagem e texto geradas com o auxílio da tecnologia como produções dotadas de significações. De alguma forma expressam (ou por meio do processo de criação ou do compartilhamento) pensamentos e sentimentos ao representarem, ficcionalmente, aqueles que as escolhem como norteadores sociais.

Até o presente momento, nosso trabalho foi de trazer para a discussão, um elemento que também compõe a vida externa dos sujeitos contemporâneos – a literatura; as simbologias que emergem por meio desse objeto propiciam hipóteses sobre a capacidade que temos em reformular situações encontradas nos textos e criar condições favoráveis que justifiquem as ações praticadas em coletividade. O que argumentamos é que não somos donos das nossas próprias ações, visto que refletimos aquilo que nos ensinam (ou condicionam) a fazer; ou seja, seríamos compostos por

intertextualidades (HUTCHEON, 1991, p. 167) que, advém das relações entre as experiências que travamos com o meio e das leituras que realizamos. Todavia, a aceitação de padrões regulamentadores que norteiam nossos modos de agir e pensar é um indicativo (mesmo que vivamos em uma sociedade dita livre) de que existem “forças reguladoras invisíveis” que nos monitoram, mas não tão completamente, ao ponto de inibir a capacidade de ressignificação de objetos, os quais sujeitos têm acesso.

REFERÊNCIAS

- AMORA, Antônio Soares. Conceito atual de literatura. In: *Teoria da literatura*. 8 ed. São Paulo: Editora Clássico-Científica, 1964.
- AMORA, Antônio Soares. Evolução histórica do conceito de literatura. In: *Teoria da literatura*. 8 ed. São Paulo: Editora Clássico-Científica, 1964.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Volume 1. Tradução: Sergio P. Rouanet. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CANCLINE, Néstor Garcia. Desenvolvimento com dúvidas, abertura sem rumo. In: *Latino americano à procura de um lugar neste século*. Tradução: Sérgio Molina. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- CERTEAU, Michel de. Fazer com: Usos e táticas. In: *A Invenção do Cotidiano*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DEBORD, Guy. A mercadoria como espetáculo. In: *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In: *François Châtelet, éd., Histoire de la philosophie*, t. VIII. *Les Lumières XXe siècle*, Paris, Hachette, “col. Pluriel”, 1972.
- EAGLETON, Terry. O que é literatura? In: *Teoria literária: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- EAGLETON, Terry. A ascensão do inglês. In: *Teoria literária: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: *A microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FLUSSER, Villém. *O universo das Imagens Técnicas. Elogio da superficialidade*. São Paulo: AnaBlume, 2008.
- HALL, Stuart. A identidade em questão. In: *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP &A, 2011.
- HALL, Stuart. Nascimento e morte do sujeito moderno. In: *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP &A, 2011.
- HOISEL, Evelina. O leitor astucioso. In: Nascimento, Evando (Org.). *Leitura e experiência: teoria, crítica, relato*. São Paulo: Annablume, 2008.
- HUTCHEON, Linda. A intertextualidade, a paródia e os discursos da história. In: *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago editora, 1991.

NADEAU, Maurice. *Elaboração / A guerra*. In: *História do surrealismo*. Trad. Geraldo G. de Souza. São Paulo: Perspectiva, 2008.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. 34 ed. São Paulo: Exo experimental org., 2005.

SANCHES, Tatiana Amendola (Org.). *Estudos culturais: uma abordagem prática*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

SILVA, Carlos Morais. SILVA, Débora Cristina Santos e. *Poética intermídia: as interfaces do amor*. In: CAMARGO, Flávio Pereira (Org.). *Percurso da narrativa brasileira contemporânea. Volume II*. Goiânia: Ed. da Puc Goiás, 2011.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Pode-se teorizar sobre a literatura?* In: *Teoria da literatura*. 10 ed. São Paulo: Ática, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave. Um vocabulário de cultura e sociedade*. Trad. Sandra Gardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZAPPONE, Mirian Hisae Y. WIELEWICKI, Vera Helena G. *Afinal o que é literatura?* In: BONNICI, T. ZOLIN, L. O. (Org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Editora da Universidade Estadual de Maringá, 2003.

MODOS DE PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E PUBLICAÇÃO DE OBRAS DE ESCRITORAS NEGRAS

Taise Campos dos Santos Pinheiro de Souza¹

Orientadora: Profa. Dra. Jailma Pedreira dos Santos Moreira

Resumo: É perceptível a invisibilidade de mulheres negras em nosso campo literário brasileiro, tanto em forma de representação, geralmente ausentes do texto literário ou retratadas de forma estereotipada, quanto de acesso, pela dificuldade de inserção das mesmas no mercado editorial. Esta pesquisa busca conhecer e analisar diferentes modos alternativos de produção literária de quatro escritoras negras baianas, a saber: Fátima Trinchão, Jocelia Fonseca, Mel Adún e Rita Santana. Para tanto, primeiramente foi feito um mapeamento de escritoras negras baianas contemporâneas, e, em seguida, a seleção de quatro escritoras que buscassem formas alternativas e diversificadas de produção. Assim, foram realizadas entrevistas com as mesmas, no intuito de perceber seus modos de produção, abarcando os sentidos que atribuem para o literário, as ferramentas criadas para produzir, publicar, circular e distribuir suas obras, bem como a imbricação entre a produção literária e sua própria subjetividade, observando também nesse percurso, seus modos de vida. Verificamos, nesse processo, que as escritoras pesquisadas encontram diversas dificuldades no percurso de produção, publicação e circulação de suas obras, que partem de um sistema de exclusão que abarca as variáveis gênero, raça, classe e, nesse caso, também a região. Apesar das formas de interdições várias, a que são submetidas, desde a dificuldade de inserção na literatura brasileira até à materialização do livro, as escritoras negras forjam outros caminhos, como a divulgação de seus textos na internet, a participação em projetos socioculturais, a associação com outras (os) escritoras (es), entre outras táticas que facilitam a chegada de suas obras a um público leitor. Tais práticas demonstram o quanto estas escritoras, pouco visibilizadas, têm resistido e criado linhas de fuga, perante sistemas de coerção que as aprisionam.

Palavras-chave: Escritoras negras. Modos de produção. Circulação de textos.

INTRODUÇÃO

Como pensar sobre a arte, suas feições, inclusive a literária e em seus modos de produção no contexto atual, em meio a um capitalismo que como um dispositivo modela e infunde no material, no plano da infraestrutura, uma lógica cultural, interceptando, assim, outros modos de produção resistentes a essa lógica, outros modos de vida?

Como se dá esse movimento de tensões no plano econômico e cultural? Essa é uma questão que nos interessa, pois não podemos pensar a cultura, sem pensar nas realidades cotidianas de exclusão, opressão de agentes e produtores literários/culturais, via mecanismos capitalísticos.

Jameson (2004) nos aponta que o cultural, o pós-moderno formam aspectos influentes desse novo estágio do capitalismo tardio, que funde infraestrutura e superestrutura, em sua lógica. Por isso, ao tratar do cultural não estamos falando isoladamente de formas culturais autônomas,

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, bolsista FAPESB. E-mail: tai_campos@hotmail.com.

organizadas em sociedade, mas a partir desse olhar, percebemos que as tensões, interceptações, a lógica do capitalismo as tocam, as perpassam.

Desse modo, o produto é condicionado pelos significados que lhes atribuem, por sua lógica simbólica que irá determinar o valor econômico do mesmo, a partir de uma série de significações e discursos construídos em torno dele.

Sendo assim, quais seriam as construções simbólicas formadas em torno da produção de escritoras negras? A possível resposta para esta questão irá depender dos sujeitos sociais e o lugar de fala dos mesmos. Pois se pensarmos do ponto de vista dos sujeitos tocados pelas mesmas marcas das mulheres que escrevem ou que mesmo sem experimentar de perto suas tensões são sensíveis a estas e possuem um olhar do ponto de vista positivo de ouvir, dar lugar às falas do que é considerado menor, secundário, terá uma significação latente de grande teor político, cultural. De outro lado, se olharmos para essa situação a partir de um viés hegemônico, europeizado a produção textual de mulheres negras terá uma significação de menor, não no sentido potencializado que queremos pensar, elucidar, mas ainda em um sentido negativo, desvalorizado.

Desse modo, podemos perceber que o valor simbólico e usos que se faz de um produto irá depender dos sujeitos sociais específicos, seus interesses e suas demandas, evidenciando que todo e qualquer processo de produção está rodeado de jogos de significações e de relações de poder circunscritas em seu bojo. Diante disso é importante salientar que:

O produto que chega ao seu mercado de destino constitui uma objetificação de uma categoria social, e assim ajuda a constituir esta última na sociedade; em contrapartida, a diferenciação da categoria aprofunda os recortes sociais de sistemas de bens. O capitalismo não é pura racionalidade. É uma forma definida de ordem cultural; [...] (SAHLINS, 2003, p. 206).

Destarte, podemos compreender por que são encontradas tantas dificuldades no processo de produção escrita de mulheres negras, não havendo abertura do mercado para os processos de produção e publicação de suas obras, bem como de sua ampla circulação. O mercado é capitalista, e este define uma ordem cultural, que como sabemos é historicamente hegemônica, europeizada, elitista. Diante disso, como custear os livros? Como fazê-los circular? Como viabilizar suas atividades artísticas e culturais?

PRODUÇÕES LITERÁRIAS INSCRITAS SOB O GÊNERO E A RAÇA: IMPASSES E DIFICULDADES

Em seu artigo *Literatura e Afrodescendência*² Duarte (Portal Literafro), afirma que desde o período colonial, os afro-brasileiros atuam em esferas da produção artística, entre elas a literatura, mas sem o devido conhecimento e reconhecimento. Na produção literária vários fatores colaboraram para isso, como o impedimento à sua divulgação, partindo mesmo da dificuldade de materializá-la em livro, vejamos:

Desde o período colonial, o trabalho dos afro-brasileiros se faz presente em praticamente todos os campos da atividade artística, mas nem sempre obtendo o reconhecimento devido. No caso da literatura, essa produção sofre, ao longo do tempo, impedimentos vários à sua divulgação, a começar pela própria materialização em livro. Quando não ficou inédita ou se perdeu nas prateleiras dos arquivos, circulou muitas vezes de forma restrita, em pequenas edições ou suportes alternativos. Em outros casos, existe o apagamento deliberado dos vínculos autorais e, mesmo, textuais, com a etnicidade africana ou com os modos e condições de existência dos afro-brasileiros, em função do processo de miscigenação branqueadora que perpassa a trajetória desta população (DUARTE, LITEAFRO).

Schmidt (2011) também chama a atenção para o fato de que “os escritores negros ainda trabalham sem recursos, enfrentam dificuldades de mercado e, na maioria das vezes, fazem edições autofinanciadas.” Ela afirma que:

Publicar ainda é difícil para autores negros brasileiros. A dificuldade de ingressar no mercado editorial e colocar seus livros à disposição de um grande público talvez seja a principal causa da reduzida visibilidade de escritores afro-descendentes que, em suas obras, retratam a vida e os valores da comunidade negra brasileira (SCHIMDT, 2011, p.24).

Ainda essas dificuldades são enfrentadas no processo de outra produção desviante dos padrões homogêneos e hegemônicos, a produção feminina. Isto pode ser visto Em *Histórias da Editora Mulheres*, de Muzart (2004) em que a mesma explanou as demandas e dificuldades encontradas no percurso da edição e publicação de escritos femininos. O resgate de textos e vozes femininas do século XIX foi que deu origem a Editora Mulheres e, mais uma vez, mostrou como a negação do reconhecimento da mulher enquanto sujeito da escritura já vem de longas datas.

Zahidé Muzart idealizadora do projeto e uma das fundadoras da editora aponta as dificuldades encontradas nesse micro empreendimento voltado aos estudos da mulher e de gênero: “ Lutamos sempre com as gráficas, as livrarias, com os distribuidores! Lutamos com a constante falta de dinheiro, porém muito mais com a permanente falta de respeito”. (MUZART, 2004, p. 104).

² Artigo publicado em <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/>.

Como vemos os problemas que envolvem uma editora chamada Mulheres, dirigida por mulheres são muitos e surgem de um ponto principal: o preconceito de gênero e a descrença na capacidade de atuação do sujeito feminino.

Muzart (2004) assinala o cunho artesanal no início da editora, e o empenho lançado por ela e suas companheiras nas diversas tarefas de edição, revisão, editoração, bem como a necessidade do envolvimento de outras pessoas em outras tarefas, como a tradução de obras estrangeiras, tudo isso com limitações de recursos.

Ainda a autora nos fala da distribuição como um dos pontos mais difíceis nesta tarefa de editoração de obras femininas, os impasses e as dificuldades encontradas perante os distribuidores tornaram-se causa de cancelamento de contratos, o que por sua vez, retira das livrarias os livros.

Diante das dificuldades, Muzart (2004) ressalta como a participação em feiras e eventos feministas, juntamente com a rede de publicações feministas foi fundamental para divulgar, circular suas edições, evidenciando como o trabalho alternativo tem sido a saída e a mola propulsora de tantas mulheres que querem falar, escrever, editar.

Em entrevista concedida a Prof.^a Dr.^a Jailma Pedreira Moreira (2012) para o nº 1, vol. 2. da Revista *Pontos de Interrogação*, a idealizadora da editora Muzart (2004) apontou que a dificuldade inicial era a falta de respeito com o nome da Editora Mulheres, em seguida por ser uma editora de pequeno porte enfrentavam vários problemas, entre os quais se destaca o da distribuição, uma vez que os distribuidores e também as grandes livrarias exigiam descontos muito altos, no mínimo 55%, muitas vezes sem pagar o frete. Fato que fez a mesma desistir dessa etapa da distribuição.

Quando Murzat (2004) é perguntada sobre o percurso da mulher dentro da cadeia produtiva de distribuição e circulação, diz:

Quanto ao campo editorial e mercadológico posso dizer que não há uma distribuição e uma circulação ampla e democrática. Basta procurar a produção feminina em livrarias, em sites especializados. Há sempre uma dificuldade desses livros terem divulgação e, conseqüente, circulação. Ou vice-versa. Nesse sentido é rompida a cadeia produtiva (MUZART apud MOREIRA, 2012, p. 319).

Identificamos que para com tais minorias étnicas e de gênero há uma dificuldade de escoar suas produções, o que indica que para as mulheres negras o problema pode se intensificar. Como pudemos observar, são encontrados vários desafios e impasses no processo da produção feminina, bem como na produção literária negra dentro do mercado, o que já revela o quanto é mais problemático ainda o trabalho de produção feminina negra, uma vez que une dois fatores de estigmatização e exclusão sociocultural: o gênero e a raça.

Essa subalternização ocasionada pela interseccionalidade de gênero e raça e muitas vezes por classe social confere às mulheres negras um problema maior de inserção na esfera da produção. Sobre isso a graduada em Ciência política e mestra em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB) Layla Daniele Carvalho (2012) no *Dossiê Mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, fomentado pelo IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, pontua que:

A noção de *interseccionalidades* remete-se à acumulação, por uma pessoa, de várias marcas de subordinação, a qual leva à deterioração da forma de sua inclusão social. Dessa forma, a inserção social de uma mulher negra perpassa dois conjuntos de condicionantes que subordinam sua posição no espectro social: ser mulher e ser negra (CARVALHO, 2012, P.82).

Como indica a ativista e Assistente Social Matilde Ribeiro apesar de o Brasil ser o país que concentra, fora da África, a maior população negra, esta ainda continua, no que se refere às condições sociais, ocupando o mais baixo grau. Essa situação se intensifica para a realidade de mulheres negras ao aliarmos o racismo e o sexismo que às atingem:

Os dois referenciais — branquitude e poder — coexistem como reafirmação da conjugação entre machismo e racismo e incidem sobre a vida da população negra. Para as mulheres negras resultam em barreiras para o seu cotidiano e desenvolvimento pleno (RIBEIRO, 1998, p.196).

Nesse sentido, as categorias de exclusão se duplicam e como afirma Moema Augel em artigo publicado no portal LITEAFRO³: se a literatura afro-brasileira continua a ser pouco reconhecida, a literatura de autora feminina negra continua relegada à completa desconsideração, mesmo diante de uma considerável parcela de mulheres negras, que buscam, por meio da escrita, expressar seu “ser-negra” no mundo.

A pesquisadora Ana Rita Santiago (2012) observa que no Brasil e, mais especificamente na Bahia, há um clima de hostilidade para com a produção literária de autoria feminina negra, tal situação remonta de uma avaliação da crítica literária que atribui a essa produção um tom discursivo reivindicatório e excessivamente memorialista, deixando a desejar no quesito da literalidade e estética textual, o que, segundo essa visão, se configuraria em uma incipiência de qualidade de tais escritos. Desse modo:

O mercado editorial, aliado a esse obstáculo, pouco cria possibilidades de suas produções e menos ainda credita sucesso em seus projetos literários, ampliando o dilema de se afirmarem como vozes autorais femininas negras (SANTIAGO, 2012, p.17).

³ Conferir em <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/>.

PRODUÇÃO LITERÁRIA DE ESCRITORAS NEGRAS: POR VIAS ALTERNATIVAS E TÁTICAS.

Com Silva (2011) pudemos ver que uma questão levantada pelo movimento de escritores negros nos anos 80, mas especificamente com a realização do *I Encontro Nacional de poetas e Ficcionistas negros*, ocorrido em 1985, foi a da revisão crítica do cunho etnocêntrico da indústria cultural traduzida em bloqueio editorial para com escritores e escritoras negros(as), bem como a ausência ou a deficiência de fomento estatal para com essa literatura.

A problemática da marginalização histórica no que se refere à produção, a distribuição e ao consumo da literatura negra ainda persiste nos dias atuais, uma vez que são visíveis os impasses e as dificuldades a que escritores (as) negros (as) estão expostos (as). Estes (as) são ao mesmo tempo escritores (as), editores (as), divulgadores(as) e vendedores(as). Deste modo, observamos que “[...] com contáveis exceções, todos os livros dos escritores negros são **edições do autor**, auto-financiadas, publicadas, distribuídas e consumidas limitadamente, sobre as quais poucos leram ou ouviram falar” (Silva, 2011, p. 131).

Essa realidade não mudou muito em tempos atuais, uma vez que escritores e escritoras negras precisam criar meios para produzir e fazer circular seus escritos diante das dificuldades e impasses encontrados.

Como vemos, a produção literária negra tem buscado sobreviver, de tempos em tempos, de maneira alternativa, através de edições marginais e independentes.

Em entrevistas realizadas em dias e locais diferenciados em Salvador – BA, entre dezembro de 2013 e julho de 2014, com as escritoras negras baianas desta pesquisa pudemos visualizar, a partir da experiência de cada uma delas, como se configura esse mercado e como elas se veem inseridas dentro de sua dinâmica. Jocelia Fonseca⁴ afirma desconfiar do mercado, especificamente falando do editorial, pois não acha justo o funcionamento deste. Para ela o dinheiro e esforço que o autor investe não são valorizados, não havendo o merecido retorno para quem escreve, por isso ela busca operar, produzir de modo alternativo.

Tendo suas raízes de poetisa na arte teatral, foi a partir desta que construiu sua voz, expressando suas angústias, inquietações, enfim sua subjetividade em forma de poesia, aliando essa atividade da escrita à performance teatral.

⁴ Escritora nascida às margens do Rio São Francisco, em Juazeiro-BA, onde começou seu fazer político-poético e teatral. Reside desde 1997 em Salvador, onde graduou-se em Letras. Seu trabalho tem como foco a defesa da alma fêmea, a valorização da estética e força femininas e da cultura afro-brasileira e africana.

Jocelia Fonseca, além de escritora, é integrante do grupo *Importuno Poético*, composto por mais duas poetisas Cléa Barbosa e Lutigarde Oliveira. Jocélia, em companhia deste grupo, chamado de grupo das três sereias sertanejas, expressa e expande sua voz pelas ruas do Pelourinho, estendendo-se pelos recantos da Bahia em eventos, feiras, organizações, instituições, através da junção entre poesia, corpo, estética e performance, mostrando mais de si, da mulher negra, de sua voz e resistência. É assim, também que, paulatinamente, a cada apresentação, a cada recital revela sua escrita, suas poesias, sua arte.

É esse trabalho de cunho performático que acaba por mediar o processo de circulação e venda de seus escritos. Ela afirma que é assim que gosta de fazer, não isola a arte de seu produto, neste caso o livro, para ela é crucial levar ao público partículas de sua obra. Hoje o grupo *Importuno poético*, que tem como projeto político, social e cultural, a defesa da força e estética femininas está em sua nona publicação, a primeira em forma de livro que leva o nome do grupo e está em sua 2ª edição, com o apoio e parceria com o Sindicato dos bancários da Bahia, Departamento de Gênero e a Edições Revoluo.

Jocelia, vê no grupo *Importuno Poético*, o pilar de sustentação de sua vivência poética, uma vez que se tornou um veículo de propagação da mesma e acaba por mediar o caminho da publicação e circulação dos textos.

A escritora Fátima Trinchão⁵ participou de seis antologias, sendo quatro delas publicadas pela Editora Ómnira, que trabalha em parceria com a UBESC- União Baiana de Escritores, com o intuito de prestar assessoria editorial a escritores independentes, abrindo espaço à produções literárias emergentes. Além disso, Trinchão faz parte do consórcio dos *Cadernos Negros*, tendo participado, até o momento, de duas de suas antologias.

Porto (2004) nos indica que o sistema de consórcio tornou-se uma alternativa na busca da divulgação de publicações feministas, como uma importante ferramenta inovadora no campo editorial independente do Brasil.

A autora traz como ponto forte dessa iniciativa a articulação entre a rede de publicações feministas, composta pelo portal eletrônico de periódicos feministas e o consórcio. Este atua na distribuição das publicações na versão impressa em eventos acadêmicos, culturais e militantes realizados no Brasil e alguns no exterior, bem como com a parceria com instituições, livrarias e ONGs,

⁵ Escritora nascida no município de Euclides da Cunha-BA, atualmente vive em Salvador, onde formou-se em Letras com Francês. Escreve contos, poemas crônicas, tendo como vertente de trabalho a valorização da cultura afro-brasileira e africana, bem como a defesa dos direitos humanos e o respeito entre os mesmos.

com o objetivo de por meio dessa ação unificada pelos processos de distribuição, venda e divulgação, dar maior visibilidade às publicações.

Porto ressalta que as publicações feministas vão além das perspectivas comerciais, capitalistas, pois as informações prestadas pelos estudos de gênero são importantes não somente para as mulheres, mas para todos, independente de sexo e da identidade de gênero.

Como vemos várias iniciativas são criadas tanto por mulheres, como por produtores (as) negros (as), entre elas o sistema de consórcio tem ganhado corpo, bem como todas as formas de associação entre iguais.

Uma das associações que trabalha em torno desse eixo, e da qual Fátima Trinchão faz parte, é a REBRA- Rede de Escritoras Brasileiras. A associação foi fundada em 8 de março de 1999, por Joyce Cavalcante⁶ ao reconhecer as dificuldades enfrentadas pela escritora brasileira em ter sua voz difundida por um mercado editorial fechado e pendente aos registros no masculino.

Entre outras finalidades a REBRA busca a divulgação das obras das escritoras associada - nacional e internacionalmente - por meios eletrônicos e convencionais; desenvolver projetos literários, tais como: cursos, encontros, simpósios, concursos e congressos, promovendo as publicações das escritoras; criar, em parceria com a iniciativa privada ou com órgãos governamentais, no âmbito nacional ou internacional, mecanismos que estimulem o mercado da literatura feminina, em particular, e da literatura em geral e manter e ampliar laços de solidariedade e amizade entre mulheres que se ocupam do mesmo ofício e alimentam os mesmos ideais.

Fátima durante a entrevista nos aponta o quão é difícil ser mulher negra e escritora, por isso utiliza muito o artifício da internet para fazer escoar sua produção, a autora ainda expõe seus textos nos formatos de contos, artigos, crônicas e poesias em sua *homepage* na internet no seu site *fatimatrinchao.net*. O site comporta páginas de acesso ao perfil da autora; seu diário; áudios; fotos; Livro de visita; Livros à venda; Contato e outros links! O interessante é que as informações, as produções têm a opção de serem enviadas por e-mail e nesse processo você é solicitado a indicar um amigo para receber também o texto, o que consideramos mais uma forma de fazer circular sua produção. Para nós esse uso da tecnologia, das suas possibilidades de reprodutibilidade e propagação, se constitui como uma tática empreendida por Trinchão, para fazer circular sua produção frente ao controle, à negação da existência de uma produção feminina negra, que tem

⁶ Nasceu em Fortaleza, é jornalista, romancista, contista, cronista e conferencista. Publicou onze livros individualmente, e participou de dezenove coletâneas de contos com outros autores. Tem obras traduzidas para o inglês, sueco, francês, italiano, espanhol e holandês. Dá palestras sobre literatura feminina brasileira nas universidades do Brasil e do exterior.

muito a contribuir com o pensamento crítico, intelectual no que concerne à apropriação da escrita pela mulher negra, enquanto sujeito que fala, que pensa, e que produz outras construções culturais. Demonstrando que:

Mesmo não estando no circuito das edições formais, a Literatura negra percorre caminhos paralelos aos institucionalizados pela indústria cultural e distantes dos cânones acadêmicos; divulga e imortaliza não só os textos como alguns de seus autores. Ultimamente, tal atitude tem sido ampliada através do vasto território da internet (ALVES, 2010, p. 48).

É também desse território que tem feito uso a escritora Rita Santana⁷, que utiliza seu blog *Barcaças* e sua página na rede social do facebook para a divulgação de seus escritos e de outros (as) escritores (as).

Rita que publicou, até o momento, seus três livros por meios como concursos e selos literários, nos revela que:

É tão difícil publicar! Por isso acho que a lentidão da minha produção também. Primeiro que o tempo já é curto. A vida já me exige. E aí eu fico pensando: e eu vou pra onde? Eu vou ter pressa pra quê?(risos) Rola um desânimo.

A fala de escritora exprime uma tristeza diante dos entraves encontrados ao longo do percurso produtivo, o evidencia a necessidade de incentivo e melhores condições de produção.

Rita Santana ao contrário de tantas escritoras, a exemplo de Fátima Trinchão que “optam” por pagar pela editoração de seus textos, já sem possibilidades de outras formas de publicação, buscou em seus três livros apoios institucionais. Rita afirma:

Quando tem que pagar eu corro!(risos) Por que eu já sou professora do Estado caramba! Nosso salário cada vez mais espezinhado. Então, eu não tenho que gastar o da minha sobrevivência com a literatura [...] A literatura no que puder contribuir...! Por exemplo, eu vendi, no ano passado, alguns livros ali, em alguns encontros nas universidades. Pô! Eles que têm que me ajudar e não o contrário. Eu tenho um certo pudor com isso!

A fala de Rita nos leva a refletir: que condições são criadas para que os grupos subalternos ganhem renda através de suas produções artísticas e culturais? Qual valor, inclusive econômico, está sendo dado a esse trabalho? É preciso questionar!

A escritora ainda lamenta a extinção de projetos do governo como o Prêmio Braskem Cultura e Arte⁸ pelo qual publicou seu primeiro livro *Tramela* e o Selo As letras da Bahia⁹ pelo qual publicou

⁷ Escritora nascida no município de Ilhéus-BA, atualmente vive em Camaçari. Formou-se em Letras com Francês. Fez Curso de Formação em História e Cultura Afro-brasileira e Africana e é pós-graduada em História Social e Cultura Afro-Brasileira. Escreve contos e poemas e também é atriz.

seu segundo livro *Tratado das Veias*, uma vez que davam espaços mais abertos e democráticos a produtores menores. Hoje as possibilidades se estreitaram aos editais, algo do qual Rita não simpatiza, por conta de seus processos burocráticos.

Já para a escritora Mel Adún¹⁰ sua visibilidade enquanto escritora tem acontecido por meio dos coletivos, especialmente o *O'gums Toques Negros*, o qual abordaremos mais adiante. Para ela o sentido de ser escritora começa ganhar forma a partir dessa vinculação.

O coletivo *Ogum's toques negros* surgiu há três anos em posts rotineiros no blog, nas redes sociais o que resultou, no ano de 2014, no lançamento da primeira coletânea poética do grupo que se iniciou como editora, o que nos indica a força dessa visibilização em rede.

Ainda sobre isso, ela afirma que não se via muito na qualidade de escritora, pois, antes escrever não era sua prioridade, uma vez que ela voltava-se para outras atividades como a comunicação e o jornalismo. Hoje, com a atuação diária do coletivo em prol da conquista de uma consolidação, em matéria de editoração dos textos de escritoras e escritores negros, Mel vê a possibilidade de “fazer uma vida escrevendo”, claro sem deixar de se desdobrar em suas outras atividades, uma vez que, como pontua “ sei que não vou ter dinheiro”, mas a dedicação de um tempo maior à escrita surge dessa vinculação ao coletivo.

Como vemos a força dos coletivos ontem e hoje tem tentado mudar esse quadro de inacessibilidade às ferramentas da publicação, circulação e distribuição literárias.

Assim, levando em consideração que todos nós estamos no campo do poder, mesmo que em posições diferenciadas, é preciso evidenciar as táticas que os produtores artísticos, culturais, literários, fora do centro desse mercado, criam para se fazerem vistos, reconhecidos, não somente com o intuito de vender, mas de não deixar morrer uma voz, uma luta, uma historia, uma outra produção cultural que não quer se deixar cooptar pelo homogêneo, o normatizado e instituído.

As táticas surgem de dentro do sistema. A invenção se dá dentro de uma estratégia que quer homogeneizar. É no cotidiano que se dão essas práticas. As escritoras não estão fora das relações com a indústria cultural e com o mercado editorial, mas quais são as suas táticas?

⁸ Promovido pela Fundação Casa de Jorge Amado, o Prêmio Braskem Cultura e Arte selecionava, por meio de uma comissão julgadora, produções inéditas em Música, Artes Plásticas e Literatura para patrocínio.

⁹ Era um selo da Fundação Cultural do Estado da Bahia que publicava originais de autores (as) baianos (as) a partir de uma seleção dos manuscritos feita por uma banca examinadora.

¹⁰ É escritora, jornalista, roteirista e contadora de história. Nasceu em 26 de julho de 1978 em Washington D.C., período da ditadura militar no Brasil, da qual seus pais fugiam. Em 1984 ela chega ao Brasil, mas retorna para estudar nos Estados Unidos em 1998. Em 2001, volta a residir no Brasil, em Salvador naturalizando-se brasileira e baiana.

Amparando-nos nas ideias de Certau (1998), entendemos que as estratégias de homogeneização, cooptação são continuadas, as táticas estão no campo da ocasião. Já que seus livros não estampam as prateleiras das grandes livrarias, a escritoras buscam vias alternativas de distribuição, como eventos culturais, feiras de livros, Internet, entre outros, confirmando que há uma potencialidade na criatividade dessas escritoras, que nem de longe, deve ser subestimada.

As escritoras baianas fora do centro desse mercado, trabalhadas aqui nesse texto, nos indicam alguns caminhos táticos que fomentam uma relação com o mercado, através mesmo do uso de seus próprios dispositivos, o trabalho com produções alternativas. Desse modo, tencionam relações de poder com o mercado, uma vez que buscam meios alternativos para serem lidas, ouvidas, ou seja, constroem seu percurso através do chamado “trabalho de formiguinha”, luta a luta, ação a ação, tática a tática.

Certau (1998) nos indica que as táticas se diferenciam das estratégias pelos tipos de operações, pelas diferentes maneiras de fazer. Esta última produz, mapeia e impõe. As táticas fazem uso desse mesmo campo estratégico, alterando-o. As estratégias são técnicas organizadoras de sistemas, aqui eu diria linguísticos, literários, mercadológicos, midiáticos. As táticas se infiltram e circulam dentro destes sistemas ou campos de poder tidos como “neutros”, “desinteressados” para deslocá-los. Apesar das medidas de interdição e repressão de vozes negras e femininas, elas têm se infiltrado no campo literário brasileiro e, aos poucos, de maneira alternativa, vão se difundido.

É, pois no campo da indústria cultural balizada por uma lógica capitalista e permeada por dispositivos de controle de poder vários, que os sujeitos sociais, a exemplo das escritoras negras baianas trabalhadas nesse texto, de forma não alienada, mas ativa, pensante, produtiva, buscam se apropriar desses próprios dispositivos, num embate de forças, no estabelecimento de relações de poder.

Essas literaturas periféricas criam um lugar na economia da cultura através de novas formações discursivas e novos modos de agenciamento que contribuem com a constituição de uma economia solidária para a literatura e a cultura. A necessidade de modos de produções que contestem e rasurem a hegemonia capitalista e hegemônica, é importante, visto que: “O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a tomá-lo como normal ou natural. O que significa que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos [...]” (SINGER, 2006, p.7)

Para esse problema, o autor nos indica a economia solidária, como uma saída plausível para a constituição de uma sociedade pautada pela igualdade entre seus membros. O princípio básico dessa forma de produção é o da cooperação em vez da competição, ou seja, “A chave desta proposta é a

associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (SINGER, 2006, p. 9). O resultado disso é a solidariedade e igualdade.

Observando a etimologia da palavra cooperação e às características a essa modalidade de economia, poderíamos dizer que as escritoras Jocelia Fonseca, Lutigarde Oliveira e Clea Barbosa, do Importuno poético se organizam de maneira cooperativa, mesmo que não institucionalmente, uma vez que se unem, com o interesse comum de escrever, publicar e fazer circular suas poéticas, repartindo os custos e os ganhos entre si.

Fátima Trinchão compara a forma de associação dos negros nos dias de hoje para produzir por meios de consórcios, cooperativas, com a Sociedade Protetora dos desvalidos, que, segundo relata, era uma associação que na época da escravidão, escravos libertos se juntavam para todo mês, com o dinheiro de seu trabalho, dar uma parte para que outros escravos fossem libertos.

Também visualizamos, através da fala de Mel Adún, na proposta da editora *Ogum's Toques*, fios de uma economia solidária e a feitura de uma economia criativa.

A publicação em regime cooperativo tem sido um importante veículo para dar visibilidade à literatura negra, pois o apoio a cada integrante permite que a conquista seja vivenciada através do trabalho coletivo.

Essa é, pois uma das linhas de fuga para fazer notável essas vozes dentro de um tempo e de uma sociedade modelados culturalmente de modo patriarcal, etnocêntrico, capitalista e mercadológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos constatar a partir de grupos minoritários, como o das escritoras negras desta pesquisa, a tessitura de uma produção baseada na cooperação entre iguais, entre sujeitos marginalizados historicamente, mas que buscam produzir com as ferramentas que possuem, como o trabalho em edições coletivas, como as realizadas por tantos escritores e escritoras negras, a exemplo dos integrantes do coletivo *O'gums Toques*, bem como de Jocelia, que ao unir-se a mais duas poetisas feministas vão contra uma lógica individualista e competitiva perpassada pelo capital. E ainda como Fátima Trinchão, que busca associar-se a cooperativas de escritores negros e redes femininas.

Verificamos que a economia pautada pelos eixos da criatividade e da solidariedade permite gerar renda, mesmo que mínima, para os grupos subalternos, por meio de suas atividades artísticas e

culturais. Mas, para além do intuito de uma indústria cultural mercadológica, que visa apenas as vendas e o lucro, as escritoras negras querem infundir suas vozes como forma de intervenção social, cultural e política em prol do respeito às alteridades.

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam. Literatura Negra. In: *Brasil Afro autorrevelado: Literatura Brasileira contemporânea*. Belo horizonte: Nandyala, 2010.

AUGEL, Moema Parente. "E Agora Falamos Nós": Literatura Feminina Afro-brasileira. In: *Portal Liteafro*. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafr/> acesso em 27 de julho de 2014.

CARVALHO, Layla Daniele Pedreira de. A concretização das desigualdades: disparidades de raça e gênero no acesso a bens e na exclusão digital. (Org.). MARCONDES, Mariana Mazzini et al. In: *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013, p. 81-108.

CERTEAU, Michel de. Fazer com: Usos e táticas. In: *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura e afrodescendência. In: *Portal Liteafro*. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafr/> acesso em 27 de julho de 2014.

JAMESON, Fredric. A lógica cultural do capitalismo tardio, In: *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cevasco. São Paulo: Ática, 2004, p. 27-79.

MOREIRA, Jailma dos Santos Pedreira. A produção de autoria feminina através da Editora Mulheres: entrevista com Zahidé Muzart. In: *Revista Pontos de Interrogação*. Vol. 2, n. 1, jan./jun. 2012, p. 315-320.

MUZART, Zahidé Lupinacci. História da Editora Mulheres. In: *Revista Estudos Feministas*. [online-scielo], set.-dez. vol.12, 2004, pp.103-105.

PORTO, Rozeli Maria. Consórcio de publicações feministas: a visibilidade do feminismo e sua divulgação. *Revista Estudos Feministas*. [online-scielo], set.-dez. vol.12, 2004, pp. 169-181.

RIBEIRO, Matilde. Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política. In: BORBA, Angela, FARIA, Nalu, GODINHO Tatau (Orgs.). *Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.189-209.

SAHLINS, Marshall. La Pensée Bourgeoise: a sociedade ocidental enquanto cultura. In: *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2003. P. 185-242.

SCHIMIDT, Augusta. Breve história da literatura negra. In: *Musa Calíope: Revista eletrônica internacional de Literatura e poesia*. Ed. nº 4, nov - dez 2011, vol.1, p. 24-27.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Literatura negra como literatura marginal: Brasil, 1980. In: FERREIRA, Elio; MENDES, Algemira de Macedo (Orgs.). *Literatura afrodescendente: memória e construção de identidades*. São Paulo: Quilombhoje, 2011.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

O PIOLHO, A PULGA E SEUS EXCREMENTOS: UM RELATO SOCIAL MODERNO E CONTEMPORÂNEO, INSPIRADO NA OBRA DO SÉCULO XIX O PIOLHO VIAJANTE

Tatiane Carvalho Nascimento¹

Orientadora: Prof. Dra. Carla Patrícia

Resumo: O objetivo desta pesquisa é refletir sobre as alegorias dos aspectos morais da sociedade portuguesa na obra “O Piolho Viajante”, identificar as representações de valores, costumes, hábitos e comportamentos da época através de cenas, situações e tipos ou personagens. Como também relacioná-los com a sociedade atual na pretensão de conhecer mais sobre traços culturais contemporâneos e denunciá-los através da construção de uma produção literária, que trará um piolho português do século XIX e uma pulga brasileira do século XXI, na qual ambos excretam as sujeiras sociais em um diálogo com as teorias estudadas. O corpus para análise será a leitura das 72 “carapuças”, ou capítulos correspondentes à vida das pessoas cuja cabeça o piolho narrador visita e comenta. Entre as questões a serem investigadas estão: como O Piolho Viajante tornou-se um sucesso entre as camadas populares? Porque a obra foi considerada como literatura marginal pela elite letrada da época? Porque foi uma das obras mais lidas no Brasil no período de 1808 a 1826?

Palavras-chave: Piolho. Literatura marginal. Moral. Rizoma.

INTRODUÇÃO

Segundo Luís Antônio Contatori Romano, em seu artigo *Viagens e Viajantes: Uma Literatura de Viagens Contemporâneas* o pensador alemão Hans Magnus Enzensberger (1985) no ensaio *Uma Teoria do Turismo* (1958), afirma que as pessoas sempre viajaram, pois nos textos imaginários ou supostamente reais, antigos, há referências sobre viagens.

As histórias de viagens, até inícios do século XIX tinham uma motivação relacionada a fins práticos, religiosos ou comerciais. A intenção das viagens começa a mudar, segundo Romano, a partir do século XVI, quando os empreendedores individuais, aventureiros ou eruditos passam a viajar sem obrigações.

Em meados do século XIX surgem excursões por lugares exóticos e o serviço turístico em pacotes. O que a diferencia do turismo de viagem tradicional, no qual o deslocamento do viajante era por alguma necessidade, para fins comerciais, políticos ou religiosos.

De acordo com Romano, para Enzensberger, o “turismo” é uma forma relativamente recente de viajar. O turista almeja ao mesmo tempo, o comum e o incomum, mas sem correr riscos. Por outro lado, a viagem dos exploradores renascentistas, embora planejadas, comportavam riscos diante do desconhecido. Para Romano, na aventura idealizada, o viajante poderá também modificar a si mesmo, enquanto que o turista almeja apenas uma pausa relaxante.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: tatycarssa@hotmail.com.

Cristóvão (2002), em “Teoria da Literatura de Viagens”, propõe cinco categorias de literatura de viagem aos viajantes tradicionais: Viagem de peregrinação, onde o peregrino se desloca em busca do divino; viagem de comércio; viagem de expansão que se subdividem em expansão da fé, política e científica; viagem erudita de formação ou serviço e viagem imaginária, categoria pertencente ao “O Piolho Viajante”. Cristóvão, diz que, na narrativa da viagem real, a estrutura é feita na verdade, com elementos imaginários e na narrativa da viagem imaginária, a estrutura é feita com base no imaginário, com elementos reais.

Mas, o que é a Literatura de Viagem? Segundo Romano, para Cristóvão a literatura de viagens é como um subgênero literário que se mantém vivo do século XV ao final do século XIX, cujos textos misturam Literatura com História e Antropologia, indo à busca da viagem real ou imaginária (por mar, terra ou ar), temas, motivos e formas. Os textos da literatura de viagens são interdisciplinares, pois passeiam pela história, antropologia e ficção, revelando um olhar do viajante que configura uma imagem sobre o espaço e a cultura do outro.

A literatura de viagem é, portanto um grande acervo de conhecimento que não deve ser desprezado, pois independente de seu rico conteúdo criativo e imaginário, ela é carregada de informações que servem aos estudos das ciências em todos os sentidos.

O PIOLHO VIAJANTE

Na obra de Manuel Policarpo da Silva, intitulada *O Piolho Viajante*, o piolho “viaja” pela cabeça de 72 hospedeiros para contar ao leitor sobre o que se passa nela e no dia-a-dia dos seus donos. Dessa forma, é possível perceber os tipos sociais existentes na sociedade portuguesa da época e os diversos elementos que ajudam nas suas caracterizações.

A obra, portanto não se trata apenas de um importante documento de estudo para a literatura em relação aos debates em torno do romance, gênero de formas e temáticas que pareciam escapar às tentativas de classificação por parte da crítica, e que para muitos estudiosos constituía influência negativa para os leitores. Ela é um acervo riquíssimo de contribuição para as ciências humanas e para os estudos da crítica, como também, serve de instrumento para compreensão da própria sociedade, através do olhar para o “outro” que não é tão diferente de “nós”, levando em consideração as influências culturais também herdadas dos portugueses.

Porém, a Literatura de Viagem não foi bem vista pela sociedade portuguesa no século XIX, incluindo, *O Piolho Viajante*, na categoria “viagem imaginária”, por possuir na base de seu relato uma história imaginária, composta de elementos reais.

Nos séculos XVIII e XIX com a influência do pensamento racional, em que achavam que deviam ler tudo apenas com os olhos críticos, as narrativas de viagens passaram então a ser substituídas por “verdades” científicas. De um lado, os textos considerados “sábios” baseados na razão científica e do outro todas as outras formas de literatura, inclusive as dos viajantes, vistos como “ingênuos” e “grosseiros”. A Literatura de Viagens que não obedecia à regra literária da época passou a ser considerada pela elite literária, como literatura marginal e secundária.

A obra foi publicada em folhetos semanais ou mensais; escrita sem preocupação de estilo, ligeira e popular; preenchia o tempo ocioso dos leitores, divertia, criticava os costumes, orientava gostos e preferências; foi muito bem recebida pela população.

Dois autores de destaque na época foram: José Daniel Rodrigues da Costa e António Manuel Policarpo da Silva. Este último escreveu *O Piolho Viajante*, que se tornou o texto mais conhecido pelo povo português. Escreveu também, *O Manifesto dos Espanhóis ao povo de Andaluzia e Leituras Úteis e Divertidas Traduzidas em Vulgar*, segundo, o professor de Literatura Portuguesa na Universidade de Salamanca, João Palma Ferreira (1973).

O autor, no prólogo de sua obra, deixa evidente para quem escrevia: “Os meus escritos são, por ora, para gente pobre, gente que não tem medo de um piolho”.

A escolha da linha de pesquisa *Margens da Literatura*, portanto, tem relação com a discriminação literária feita à obra *O Piolho Viajante* pela hegemonia letrada do século XIX, enquadrando-a como literatura marginal. E abre uma discussão crítica, sobre as modificações dos conceitos literários ao longo dos anos. O que antes poderia ser considerado inferior, hoje corresponde a um trabalho relevante para a ciência e para a arte.

O Piolho Viajante é um testemunho histórico, social e cultural da vida portuguesa. O piolho fofoca, escandaliza, dá visibilidade às sujeiras cotidianas, dá movimento ao que se esconde, ao imperceptível e inquestionável. Ele é um filósofo: problematiza as questões, e dá visibilidade ao que não possui; um artista: dá forma a algo que não existia e quebra a série de dominação; um cientista: implode o contínuo oferece novas percepções e afetos. Um elemento rizomático, segundo a ideia de Gilles e Deleuze (1995), aquele que abala a estrutura, que desconstrói para reconstruir a partir do vazio. Um pensador além de sua época, um crítico cultural.

A escolha de um “piolho” como personagem principal possui um sentido profundo, significados e coerência. Um ser pequeno, “insignificante”, que conhece de perto a sujeira social e causa incômodo. Um elemento indesejado, mas que não deixa de existir e voar de cabeça em cabeça, fuçando a vida alheia e expondo-a. O que tem um sentido aproximado da “Mosca na Sopa” de Raul

Seixas, em relação a um “pequeno” ser que tem o poder de incomodar toda uma estrutura “superior”. “Eu sou a mosca que pousou em sua sopa, eu sou a mosca que pintou pra lhe abusar, eu sou a mosca que perturba o seu sono, eu sou a mosca no teu quarto a zumbizar”.

O autor, um ser discriminado na literatura e insignificante como um piolho, mas que causa um desconforto tão grande quanto o tamanho de sua pequenez. Ele exerce a função de cientista, crítico e comunicador de suas experiências, observações e interpretações. Seu interesse é o de registrar, causar reflexão crítica e provocar os leitores, ao mesmo tempo em que os diverte. Relata através de uma linguagem lúdica e divertida, sem abrir mão da ironia, do humor, da crítica e do sarcasmo.

Policarpo, não se contém em descrever o hábito, costume, habitação, profissão, gênero, alimentação, relacionamento, educação, moral, etnia e crença do povo. Como também, a higiene, vícios, violência, humilhações, jogos de interesses, mentiras, desigualdades, furtos, malandragem, ambições, favorecimentos, injustiça, corrupção, censura, discriminação, preconceito, entre outros comportamentos ligados ou não à moral social portuguesa do século XIX. Eles são excretados a todo instante. Um retrato da cultura, economia, política e educação predominantes na sociedade da época. Um exercício interessante para perceber e relacionar o que era considerado “normal” e “rejeitado” com os conceitos atuais.

Ele utiliza a língua como espaço de significação, reconhecimento de si e do outro através de suas narrativas, faz o uso da linguagem para expor o seu discurso, politiza o simbólico, como explora Giorgio Agamben no texto *Infância e História* no ensaio sobre destruição da experiência. Ele produz a sua própria linguagem para falar com o mundo, a linguagem portanto, ultrapassa a forma, o que tem relação direta com o pensamento de Jacques Derrida.

Mas, o que o *Piolho Viajante* possuía de tão interessante para se tornar uma obra de tanto sucesso entre as camadas populares? Porque se tornou um dos livros mais lidos no Brasil no período de 1808 a 1826? O que fez com que se tornasse um dos títulos mais enviados, na época, de Portugal para o Brasil a pedido de livreiros e particulares? Porque o autor faz uso de pseudônimo? Porque não se expor socialmente? Assim, para responder a essas questões recorrerei a Michel Foucault, e a seus estudos sobre a noção de autor.

O *Piolho* coçou milhares de cabeças portuguesas, com os fatos “minúsculos” e importantes. Aqui se faz necessário à abordagem sobre o conceito de cultura, para compreender melhor como funcionam as relações de poder em uma sociedade, seus mecanismos de manutenção e rompimento, a atribuição de valores simbólicos por indivíduos e/ou instituições, como e porque são perpetuados. Como se dá o estabelecimento de regras e convenções. Essa discussão sobre cultura

será trazida por John B. Thompson (1995) para situar o papel que a literatura marginal ocupou, e quais estratégias de legitimação e manutenção eram utilizadas pelas instituições legais.

O objetivo desse trabalho, portanto é refletir sobre a crítica a aspectos morais da sociedade portuguesa alegorizados na obra do século XIX *O Piolho Viajante*, identificando as representações de valores, costumes, hábitos e comportamentos da época através de cenas, situações e tipos ou personagens, como também relacioná-los com a nossa sociedade com a pretensão de conhecer mais sobre os costumes e valores contemporâneos e denunciá-los através da construção de um produto final, que terá como protagonistas, um piolho (representante da sociedade portuguesa do século XIX) e uma pulga (representante da sociedade contemporânea), que excretam as sujeiras sociais em diálogo com as teorias estudadas. Entre os objetivos específicos estão: contextualizar a sociedade portuguesa; relacioná-la com a obra e situá-la; operar uma crítica à cultura contemporânea a partir da obra; produto final, construção de uma obra literária.

O material para a condução dessa pesquisa reflexiva será obtido através de fontes bibliográficas, tais como livros, teses, artigos que tenham relação com a proposta temática e principalmente textos antigos. Com a pretensão de analisar a obra, problematizá-la e enlaça-la com a crítica cultural.

O *corpus* para análise será a leitura das 72 “carapuças”, ou capítulos correspondentes à vida das pessoas cuja cabeça o piolho narrador visita e comenta. Foi reunida em folhetos em 1821, mas já havia sendo publicada desde 1802. Foram reeditados em 1837, 1846 e 1857. Enviados ao Brasil, por solicitação de Simão Taddeo Pereira, no ano seguinte ao lançamento em Portugal. E parecem ter alcançado sucesso de público semelhante ao de Portugal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o contato com textos de Agamben (ANO), Derridá (ANO) e Deleuze (1995) surge então, a ideia de criar algo que possa acrescentar um novo formato à produção acadêmica. Uma criação em homenagem a obra “*O Piolho Viajante*”, tão rica, porém marginalizada em sua época. Uma forma de dar visibilidade à literatura marginal do século XIX, que presenteia a academia com seu vasto conhecimento cultural. Além de oferecer elementos que colaboram com a reflexão em relação à sociedade brasileira contemporânea, e dar inspiração e fôlego para a releitura de conceitos e valores predeterminados, na tentativa de dar vida ao que já não se sustenta mais. Como também, levar a produção à “periferia”, para além dos muros acadêmicos. Promover o encontro entre a “literatura marginal” e a sua “margem”.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *História e infância*. Trad. Vinicius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: 34, 1995, p. 7 – 37.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal. 1979.

THOMPSON, John B. *Capítulo III. O conceito de cultura* In: *Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 163-215.

<http://arrugamao.blogspot.com.br/2011/07/o-piolho-viajante-o-cao-e-os-caluanadas.html>

<http://arpose.blogspot.com.br/2010/01/o-piolho-viajante.html>

<http://www.unicamp.br/iel/memoria/MargensdoCanone/Piolho/index2.htm>

<http://www.ifch.unicamp.br/graduacao/anais/Leonardo%20Meliani%20Velloso.pdf>

<http://www.brasiliana.usp.br/node/1062>

<http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL10B-Art3.pdf>

<http://www.usp.br/revistausp/41/14-fernando.pdf>

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_livros_de_viagens_ou_literatura_de_viagem.htm

<http://www.unicamp.br/iel/memoria/>

<http://www.unicamp.br/iel/memoria/MargensdoCanone/Piolho/autor.htm>

NO RASTRO DO SANTO FUJÃO: NARRATIVAS LENDÁRIAS E HISTÓRIA OFICIAL

Vanessa Vila Flor¹

Orientadora: Prof. Dra. Edil Costa

Resumo: O objetivo deste artigo é evidenciar as mudanças que ocorreram durante o primeiro semestre no meu projeto de pesquisa, selecionado pelo processo seletivo 2014 do Mestrado em Crítica Cultural da UNEB. Estas alterações foram necessárias para um enquadramento mais profundo do projeto no âmbito da crítica cultural. Formulei como metodologia para ocasionar estas “implosões”, leituras reflexivas de teóricos clássicos e pós-modernos salientados nas disciplinas obrigatórias e optativas proporcionadas pelo Mestrado. Estas movimentações ocasionaram resultados positivos na proposta de pesquisa: o primeiro foi quanto à relação da pesquisadora com o seu objeto, pois para analisá-lo de forma crítica é necessário “esvaziar” conceitos pré-estabelecidos que se conectam com o foco da pesquisa; o segundo resulta em um amadurecimento no projeto que transparece a potencialidade dos excluídos. As questões reformuladas trilham um caminho à procura das subversões produzidas pelos oprimidos, que “abalam” as redes do poder.

Palavras-chave: Projeto. Alterações. Oprimido.

INTRODUÇÃO

No decorrer do primeiro semestre li textos teóricos que faziam parte das disciplinas *Teorias e Críticas da Cultura*, *Metodologia da Pesquisa em Crítica Cultural* e *Cultura Popular e de Massa*, que em seu conjunto me fizeram refletir sobre a relação do meu projeto com a crítica cultural. Além disso, houve algumas reuniões com a minha orientadora, Edil Silva Costa, que também tiveram as suas contribuições.

Esta reflexão ocasionou “implosões” em vários pontos do meu projeto. Alterações não ligadas à ruptura total da proposta inicial, mas sim, marcando um direcionamento mais profundo ao campo da crítica cultural, ou seja, como o meu projeto pode contribuir para a “quebra” de uma série? Como a minha pesquisa revela a “desmontagem” de certos discursos dominantes, feita por grupos excluídos?

Modificações ocorreram no título, que foi reduzido. Incluí outros teóricos na questão de pesquisa e seus fundamentos. Reduzi o número de cidades que seriam estudadas e o número de narradores entrevistados. No objetivo geral fiz uma troca com um objetivo específico. Inseri problema e hipótese, que não constavam do projeto inicial. E na metodologia, além da alteração que eu fiz devido à redução dos grupos que serão pesquisados, adicionei a análise do que está no interior das estruturas discursivas. Abaixo, todos esses pontos serão desenvolvidos e explicados para que se tenha uma visão mais completa das alterações deste projeto.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural. E-mail: vilafior_@hotmail.com

DESENVOLVIMENTO

O título inicial era *O Santo Fujão e os seus narradores: Diálogo entre o indivíduo e a cultura nas narrativas lendárias*. Este contemplava o objetivo principal do projeto inicial, pois eu queria perceber quais influências que lenda exerce na vida do narrador e vice-versa. Mas como aconteceram as mudanças, a nomeação deste também sofreu alterações. Decidi criar um título menor, mas que por meio do qual o leitor já percebesse o que será estudado nesta pesquisa: *No rastro do Santo Fujão: narrativas lendárias e história oficial*. Este se articula de forma direta com a alteração do projeto, pois confrontarei as narrativas do Santo Fujão com os discursos oficiais que retratam o surgimento das cidades que serão pesquisadas. Pensei nesta tensão, porque na estrutura desta lenda há conteúdos orais que relatam o início dos locais que serão investigados, no entanto trazem também elementos discursivos inexistentes nos discursos oficiais.

Na questão de pesquisa e seus fundamentos conservei as referências que já estavam, e incluí outras. As primeiras são essenciais para minha pesquisa, porque dão o suporte em relação a certos conceitos: Literatura Oral com Cascudo (1976) e Vasina (2010); Tradição Oral: Passerini (1987) e Hall (2003); Tradição Inventada: Hobsbawn (2012); Identidade: Cuche (1999) e novamente Hall (1996); Cultura: Lotman (1975) e Ferreira (1994) e por último o conceito Memória: Pollak (1989), Le Goff (2003) e Ferreira (2003). Já no processo de inclusão, selecionei alguns autores da antropologia: Turner (2005), Geertz (1989), Thompson (1995) e Sahlins (1979), pois estes me proporcionam um diálogo sobre a importância dos símbolos e signos existentes na lenda do Santo Fujão, já que por meio dela tentarei transparecer a “luta” dos excluídos. Como farei pesquisa de campo, adicionei mais dois autores desta mesma área de conhecimento, Lima (2013) e Silva (2000). Estes trazem contribuições para o projeto ao fazerem reflexões sobre suas próprias vivências como pesquisadores em campo de pesquisa. Como o meu projeto evidencia o reaparecimento dos discursos dominados, esvaziamentos de conceitos e a potencialidade dos excluídos, inseri alguns teóricos que lidam com essas discussões: Foucault (1979), Agamben (2009), Deleuze e Guattari (1995) e Santiago (2004).

Inicialmente, eu pretendia fazer a pesquisa em três cidades de diferentes Estados, já que a narrativa do Santo Fujão ocorre em vários espaços. As cidades seriam: Alagoínhas-BA, Ouro Preto-MG e Costa Rica-MS, mas devido à falta de tempo e de auxílio financeiro, reduzi a pesquisa para as cidades de Alagoínhas e Costa Rica, fazendo pesquisa de campo na primeira e estudando a segunda por meio de arquivos digitais e vídeos disponíveis na internet.

O objetivo principal, como expliquei anteriormente, era perceber as relações recíprocas entre a narrativa e o narrador existentes nas cidades que serão estudadas. Mas posteriormente cheguei à conclusão que eu deveria aprofundar mais o projeto no âmbito da crítica cultural. Com isso, observei

que um dos objetivos específicos levava a este caminho, fazendo então a troca dos lugares. Neste novo objetivo principal, o confronto destes dois tipos de documentos traz uma “ruptura” na objetividade pela subjetividade, ou seja, a lenda narrada trará à tona aquilo que foi ocultado pelos discursos oficiais. Este objetivo evidenciará inquietações, tensões e resistência daqueles que não concordaram com certas alterações feitas por grupos dominantes nas duas cidades selecionadas para a pesquisa.

Entre os objetivos específicos iniciais, além da mudança explicada no parágrafo acima, alguns foram reformulados e outros deixados para um outro momento da vida (quem sabe). Os pontos específicos eram: comparar as lendas relatadas pelos narradores para perceber quais são os sinais comuns e distintos dessa relação entre a lenda e o narrador; entender o motivo da lenda estar relacionada com os santos padroeiros das cidades; relacionar a lenda contada pelos narradores com suas histórias de vida; e perceber na lenda narrada elementos linguísticos que possam indicar aspectos particulares da cultura do narrador.

Após esta rearticulação do projeto, os objetivos específicos são: identificar quais são os elementos semelhantes e diferentes entre as narrativas nas duas cidades; esta lenda tem como uma das palavras-chave “religião”. Esta palavra, segundo uma das definições do dicionário Aurélio, consiste em “*crença fervorosa; devoção; piedade.*” Mas será que nestas narrativas, a religião terá este sentido? Ou este conceito é preenchido por outros sentidos que não obedecem a uma lógica que estamos acostumados? Qual a relação entre a narrativa e o discurso oficial, isto é: que elementos presentes na lenda complementam, corroboram ou contradizem os elementos do discurso oficial? Qual a importância da narrativa na vida desses narradores? Penso que essas reformulações foram essenciais, pois as respostas para estas novas inquietações darão consistência ao objetivo principal.

Do meu projeto não constavam o problema nem a hipótese, mas no decorrer do primeiro semestre, estes foram solicitados, então formulei o seguinte problema: Supondo-se que a história oficial traz em destaque a objetividade dos fatos, e as versões da narrativa oral inserem o indivíduo e a sua experiência na “leitura” da sociedade em que este vive, como os narradores conseguem manter em movimento a versão que representa a luta destes? Devido a este questionamento, levantei a seguinte hipótese: a Literatura Oral é espécie de “metodologia” para os narradores, pois na narrativa se articulam vozes do passado com as do presente, em uma harmonia de elementos discursivos da realidade destes, fazendo com que os conflitos do passado que refletem no tempo atual não se apaguem.

E por último, relato as pequenas alterações feitas na metodologia. Inicialmente esta incluiria pesquisa bibliográfica e de campo nas três cidades citadas anteriormente; agora farei pesquisa bibliográfica em arquivos públicos e bibliotecas, e a pesquisa de campo apenas na cidade de Alagoinhas-BA. Na cidade de Costa Rica-MS a pesquisa, tanto dos documentos oficiais, quanto dos relatos da narrativa, será por meios digitais. Serão recolhidas em Alagoinhas dez entrevistas. Continuarei, como na proposta inicial, aplicando às entrevistas o processo de textualização², pois por meio deste procedimento, a entrevista fica clara e precisa para o público, mas sem modificar o ritmo e o tom da comunicação oral.

Além dessas mudanças, adicionei a análise tanto dos documentos oficiais quanto das narrativas, o que antes não constava do projeto. Esta análise tentará evidenciar o interior das estruturas discursivas desses dois tipos de documentos, ou seja, tentará captar o que não está sendo dito. Isso não quer dizer que eu não levarei em consideração a superfície destes discursos – pelo contrário, farei um diálogo entre o interior e o exterior em cada uma dessas estruturas, para que se encontre a completude destes enunciados.

CONCLUSÃO

Neste artigo percorri todos os pontos que foram alterados no meu projeto de pesquisa durante o primeiro semestre. Estas mudanças ocasionaram resultados positivos: a primeira está relacionada a uma adequação maior da minha pesquisa ao âmbito da crítica cultural, como se percebe quando se pensa os seguintes aspectos a saber: a) o meu projeto transparece a “quebra” de uma série no momento em que eu exponho a importância da Literatura Oral para a nossa sociedade como a Literatura Clássica, já que a primeira é desvalorizada por não participar da estética escrita; b) as releituras criadas pelos narradores por meio da narrativa do Santo Fujão sobre o surgimento das cidades estudadas expõem saberes ocultados pelos discursos oficiais.

O segundo resultado proporcionado por meio destas reconfigurações foi a própria mudança na pesquisadora, porque não seriam possíveis estas alterações no projeto sem que ocorresse em mim uma ação de esvaziamento de certos conceitos pré-estabelecidos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Trad. Vinicius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

² Conceito utilizado pelo teórico André Gattaz, em *Los retos de la transcripción en Historia Oral* (2012).

- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 9ª ed. Brasília: José Olympio, INL, 1976.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. São Paulo: EDUSC, 1999.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: 34, 1995, p. 7 – 37.
- FERREIRA, Jerusa. Cultura é memória. *Revista USP*, n. 24, dez-fev, 1994/95, p. 114-120.
- FERREIRA, Jerusa. O esquecimento, o pivô narrativo. In: *Armadilhas da memória e outros ensaios*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 247-63.
- FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Edições Graal. 1979.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A Interpretação das Culturas*. RJ: LTC. 1989. p. 13-41.
- GATTAZ, André Castanheira. Los retos de la transcripción en Historia Oral. In: *17ª Conferência Internacional de História Oral*, 2012, Buenos Aires (CD-ROM).
- HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 68-75.
- HOBBSAWN, Eric J; RANGER, Terence, (Org.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- LOTMAN, Yuri; USPENSKIJ, Boris A. *Tipologia della Cultura*. Milão, Bompiani, 1975.
- LIMA, Ari. *O método é heterodoxo, o sujeito é posicionado. A pesquisa é possível? Cor das Letras: Revista do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana. Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Feira de Santana: Editora da UEFS, n. 14, 2013. p. 15-28.
- PASSERINI, Luisa. *Fascism in Popular Memory. The Cultural experience of the Turin Working Class*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos históricos*, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989, p. 3-13.
- SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG 2008.
- SAHLINS, Marshall. La Pensée Bourgeoise. A sociedade ocidental enquanto cultura. In: *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 185-242.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *O antropólogo e sua magia. Trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre religiões afro-brasileiras*. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2000. p. 118-184.
- THOMPSON, John B. Capítulo III. O conceito de cultura In: *Ideologia e cultura moderna. Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 163-215.
- TURNER, Victor. *Os símbolos no ritual Ndembu*. In: *Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu*. Niterói: EdUFF, 2005. p. 49-82.
- VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África*. 2ª. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

MEMÓRIAS E NARRATIVAS: A REPRESENTAÇÃO DOS ENOURADOS PELOS VAQUEIROS DE PEDRÃO

– BA

Wellington de Souza Madureira (Pós-Crítica/UNEB)

Orientadora: Prof. Dra. Edil Costa

Resumo: Esta pesquisa em andamento tem por objetivo estudar os indivíduos que representam o movimento histórico de 1823 denominado Encourados de Pedrão. Desse modo, através das suas narrativas orais pretende-se compreender e conhecer o sentido que a representação e a performance relativa ao movimento adquirem dentro de suas histórias de vida, tendo como recorte a Associação Encourados no município de Pedrão – Bahia. Uma pesquisa que discorre pelo método da história oral, bem como as leituras bibliográficas dos teóricos selecionados, fichamento de leituras pertinentes ao nosso trabalho e visitas ao campo de pesquisa. Assim, no primeiro capítulo foi feita uma contextualização histórica que leva em consideração a formação do grupo de voluntários (1823), o desfile cívico do Dois de Julho e a participação dos Encourados dentro do desfile. No segundo capítulo, inicialmente pautaremos a articulação entre o território e a formação do vaqueiro, logo depois abordaremos as impressões dos moradores pedronenses sobre a profissão de vaqueiro e o movimento dos Encourados através de suas memórias. O sumário outra etapa importante que ganha contorno a medida que avançamos em nossas escritas e nos permite manter o fio condutor da nossa proposta de trabalho, o mesmo ganha concretude dentro da nossa dissertação. Por ora, pretendemos apresentar ao leitor mais que um esboço de uma problematização abstrata, pelo contrário, uma pesquisa que toma contornos concretos gradativamente tendo como ponto de partida as narrativas e o modo de vida dos sujeitos e do seu texto social.

Palavras Chave: Cronograma. Narrativas. Pesquisa. Representação.

INTRODUÇÃO

Muitas foram as inquietações e angústias até chegarmos ao nosso objeto de pesquisa. A todo instante era importante articular a minha formação acadêmica de pesquisador em História, ao campo linguístico e literário proposto pelo programa de Mestrado em Crítica Cultural, cuja grade curricular é construída a partir da área de Letras e Linguística.

Avançando nessa articulação chegamos a uma proposta de pesquisa que fosse possível ser construída, tendo como ferramentas de um lado a formação acadêmica do pesquisador e do outro as contribuições teóricas do programa de Pós Graduação em Crítica Cultural. Assim, a presente dissertação situa-se no estudo da representação que os Encourados de Pedrão adquirem dentro das narrativas orais dos vaqueiros pedronenses as representações que permitem também avaliar o ser-percebido que um indivíduo ou grupo constrói e propõem para si e para os outros.

A história da humanidade e as práticas sociais de um povo sempre estiveram intrinsecamente marcadas e vinculadas à memória. Assim, a oralidade contribui para "documentar" o mundo, suas mensagens, suas experiências de vivências através de narrativas repetidas e memorialmente apreendidas. Hoje, estudiosos sociais, antropólogos e literatos reconhecem o caráter intelectual das

narrativas orais em diversos contextos. Estudá-las torna-se importante na apreensão de condutas, costumes e ações de determinados grupos ou de atos individuais isolados, motivados pela memória social.

As narrativas orais desses vaqueiros constituem-se em elemento fundamental para a compreensão do processo de consolidação da memória cultural, uma vez que são reveladoras do imaginário local. Dessa forma, a presente pesquisa caminha na mesma direção dos estudos que buscam salientar a presença da cultura popular como parte da construção do povo brasileiro. Em Cascudo (1984, p.27) pontuamos uma passagem que nos faz seguir adiante nas nossas ações como pesquisador:

A literatura que chamamos oficial, pela sua obediência aos ritos modernos ou antigos de escolas ou de predileções individuais, expressa uma ação refletida e puramente intelectual. A sua irmã mais velha, a outra, bem velha e popular, age falando, cantando, representando, dançando no meio do povo.

A literatura oral é considerada por Meihy (2005, p.22), como todas as narrativas transmitidas oralmente e com estrutura de conto, poesia, “causos” não escritos e mantidos na tradição popular [...]. Desse modo, as narrativas orais de um povo trazem consigo elementos capazes de proporcionar o entendimento da sua cultura. Assim, pode-se considerar que a construção da identidade cultural desses vaqueiros se sustenta nas suas narrativas orais, sendo o seu estudo um dos caminhos para o entendimento de uma cultura popular reconhecida e respeitada, tornando-se capaz de sobressair-se e integrar-se à cultura nacional.

Ainda podemos dizer que através da oralidade é que se preserva e compartilha saberes, costumes e tradições, sendo responsáveis pela identidade dos povos e transferências de conteúdos intergeracionais. A prática narrativa se manifesta num conhecimento que não é enciclopédico e tampouco temporal. Assim, a transmissão das características de uma cultura é para Bossi (2004), um dinâmico ato de reelaboração, uma vez que se absorve e ressignifica um conhecimento, transformando-o.

O SUJEITO DA PESQUISA E SEU TERRITÓRIO

Trabalhar com narrativas orais implica depararmo-nos com narrativas e versos que estão intimamente ligados às origens históricas, culturais, assim como as circunstâncias sociais imediatas das comunidades por onde ela circula. A dimensão simbólica das tradições orais perpassa o passado, o presente, o futuro e sustenta a estruturação do projeto social, lutando contra a efemeridade do saber e o apagamento da memória.

Neste horizonte, fundar uma concepção sobre esse tempo que se quer visitar pela via da memória implica em firmar que a História é terreno comum para muitos e diferentes sujeitos e que esta diversidade se apresenta como dimensão necessária para a compreensão crítica da realidade social. A partir desse novo olhar há mais possibilidades de desconstruirmos as visões de um passado mitificado retratados por acontecimentos cristalizados e com periodizações que pouco tem a ver com as perspectivas que queremos desvendar. Há que se definir uma concepção de presente que nos permita atribuir significado ao passado, e mais, que nos oriente em direção ao futuro que queremos construir, ou estaríamos traduzindo em conservadorismo social o culto pelo passado e transformando a memória em instrumento de prisão e não de libertação como deve ser.

Pedrão é um município brasileiro do estado da Bahia. Sua população estimada no ano de dois mil e quatro era de 6.739 habitantes. Conforme história popular, a origem do nome de Pedrão se deve a um caçador de nome Raimundo Alves ao descobrir que o Arraial estava edificado sobre uma pedra, e por isso justifica o nome Pedrão que foi sendo popularizado. Posteriormente, os moradores o adotaram, ficando o S.S. Coração de Jesus como o seu Padroeiro. De acordo com o que dizem os habitantes mais velhos desta localidade, a Independência da Bahia começou em Pedrão, pois foram os corajosos Encourados de Pedrão que lutaram na linha de frente e expulsaram os portugueses da Bahia.

Os Encourados eram um grupo composto por 39 homens vaqueiros, em sua maioria negros, voluntários (ou não) do município de Pedrão. O objetivo desses vaqueiros era se juntarem às tropas do General Labatut na cidade de Cachoeira, seguindo para Salvador e assim lutarem contra os portugueses no processo de Independência da Bahia em 1823.

No dois de Julho, os Encourados de Pedrão participam da festa cívica baiana, representado por um grupo de vaqueiros, que fazem parte da Associação Encourados de Pedrão. Vestidos tradicionalmente a rigor, usam gibão, perneiras e chapéus de couro para assim representarem a figura tradicional do vaqueiro nordestino nesse desfile cívico desde a década de 50.

De fato, as representações permitem também avaliar o ser-percebido que um indivíduo ou grupo constrói e propõem para si e para os outros. A representação que os indivíduos e os grupos fornecem através de suas práticas e de suas propriedades faz parte integrante de sua realidade social.

Para alguns moradores de Pedrão, a figura do vaqueiro é extremamente importante para a cultura baiana e nordestina, sendo que o vaqueiro pode ser considerado como o autêntico herói do sertão nordestino, tendo em vista a sua luta diária, o seu dia a dia no semiárido, a sua resistência.

Para ir ao encontro das narrativas orais e dos seus narradores, pretende-se adotar procedimentos metodológicos específicos e qualificados para a coleta das narrativas orais (histórias de vida, causos e cantigas de aboio), observações e registros.

A fonte oral pode acrescentar uma dimensão viva, trazendo novas perspectivas á historiografia, posto que o historiador, muitas vezes, necessita de documentos variados além dos escritos. De acordo com Alberti, citamos:

[...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, como o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1989, p.4).

Nessa linha, a história oral centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção.

OS CAMINHOS DA PESQUISA

Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar e, portanto, perpetuar impressões, vivências e lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória como coletividade, e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico de situações que, de outra forma, não conheceríamos.

A escrita e as narrativas orais não são fontes excludentes entre si, mas complementam-se mutuamente. As fontes orais não são meros sustentáculos das formas escritas tradicionais, pois são diferentes em sua constituição interna e utilidade inerente. Desse modo, como o objetivo de melhor compreender as nuances e impressões dos vaqueiros que representam os Encourados no desfile cívico do Dois de Julho, seguiremos os princípios e determinações da pesquisa qualitativa de cunho etnográfico.

Há na pesquisa qualitativa de cunho etnográfico, em que procurou desenvolver uma relação estabelecida no processo de construção de sentidos, na qual o pesquisador e demais participantes estivessem/estejam envolvidos. No entanto, vale ressaltar que esse envolvimento entre pesquisador e sujeitos pesquisados pôde ocorrer somente em aspectos que não causassem o comprometimento da marca científica da pesquisa, ou seja, estabeleceu-se uma relação de confiança com o grupo sem que isso causasse o direcionamento ou a modificação do objeto da pesquisa.

Em outro momento, para que a pesquisa atendesse às normas e procedimentos propostos pelo Comitê de Ética da Universidade Estadual da Bahia (UNEB), elaboramos e providenciamos a obtenção dos termos de consentimento livre e esclarecido, possibilitando a validação da pesquisa junto à instituição.

Como procedimento de campo foi feita uma análise da documentação com o levantamento, fichamento e estudo de referencial bibliográfico relacionado à temática: identidade cultural, memória, história oral e historiografia baiana. Como fundamentação para norteamento do trabalho, os pressupostos teóricos trazidos por Alberti (2004), nos permitiu refletir sobre as posturas adquiridas no momento das entrevistas bem como os possíveis entraves e enfrentamento no instante de aproximação entre o entrevistado e o pesquisador.

Ainda na perspectiva da autora, o processo da abordagem hermenêutica presente na metodologia da história oral possibilitou vivenciar as experiências do outro, a que se tem acesso sabendo compreender as expressões de sua vivência. A partir desses subsídios encontramos respaldo para avançarmos no território das entrevistas e delas fomos capazes de montar um tecido memorialístico, na qual as histórias emergiram e nos deram pistas concretas do que buscamos.

Por se tratar de uma pesquisa cujo cunho formativo são as narrativas orais dentro de um viés histórico, as considerações de Montenegro (2013) encontram respaldo em nossas andanças por compor através de depoimentos um perfil sobre a representação popular produzida no constructo de embates com a cultura produzida oficialmente e por não considerar a cultura popular como algo perdido. Para o autor; “ela [a cultura popular] está presente, pelas próprias condições materiais de carência radical das condições mínimas de sobrevivência, ao gerar uma produção material e simbólica” (MONTENEGRO, 2013, p. 13). Alinhavamos as abordagens de Benjamin (1994), no âmbito da reprodutibilidade a nossa pesquisa, destacando do autor o seu conceito aurático que caracteriza a singularidade da obra. Com isso no exercício da reprodutibilidade o sentido original que poderíamos chamar de sua essencial estaria fadado a desaparecer, e operando dessa perspectiva que partiremos para entender através dos relatos dos vaqueiros o sentido do ato de representar um movimento histórico que se repete a cada ano.

Trabalhar com as narrativas pessoais de um determinado grupo social é avançar no campo das memórias e das lembranças. Assim buscamos nos escritos de Bosi (2009) embasamento sobre memória e sociedade, uma vez que a autora faz uma cartografia da memória, primeiro através da análise estrutural da memória, logo depois das engrenagens que fazem operar o conteúdo memorialístico nos sujeitos e assim nos instrumentalizar para poder compreender como existem

diferentes meios de trazer à superfície as lembranças através de nossas entrevistas e como é necessário respeitarmos o tempo memorial de cada entrevistado.

Ainda no contexto das memórias implicadas no processo das narrativas orais contaremos como as abordagens de Burke (2000), Le Goff (2003), Portelli (2000), Seixas (2001), Zumthor (1997), esses com diferentes olhares sobre um mesmo prisma sobre as narrativas, as suas construções e o seu funcionamento dentro de um coletivo. Esses diferentes posicionamentos nos permitem a não incorrer de uma compreensão unilateral frente ao nosso objeto pesquisado.

Em Cascudo (1939), procuraremos através da estrutura de sua obra adentrar no universo dos vaqueiros que fazem parte da literatura nordestina, seu sentido dentro do território das fazendas e também a sua relação com sua atividade laboral. Essas impressões trazidas pelo autor nos ajudou no momento em que a pesquisa foi direcionada aos vaqueiros pedronenses, para assim compreender o sentido que o desfile dos Encourados nas comemorações cívicas do Dois de Julho adquirem na atualidade.

Já que a nossa pesquisa partiu de um contexto histórico, e que é o fio condutor para o seu desenvolvimento, foi parâmetros para o nosso estudo as leituras dos historiadores, sendo assim, a construção da dissertação será composta de três capítulos que se estruturam e se constroem a partir das relações estabelecidas entre as teoria e as narrativas. Discorre no primeiro capítulo a contextualização histórica do movimento Encourados, abordado a partir do pensamento dos historiadores Albuquerque (1996), Kraay (2000), Guerra (2004) e Martinez (2000). Aborda-se a formação do grupo de voluntários Encourados de Pedrão, a festa do Dois de Julho e os Encourados dentro do desfile cívico do Dois de Julho. Essa estruturação do primeiro capítulo constituiu-se através de tópicos que fornecerão ao leitor uma visão parcial do pano de fundo que se constitui no arcabouço dessa pesquisa. Além das leituras dos historiadores acima, os tópicos foram subsidiados por recortes de jornais e material disponível no ambiente virtual (internet).

No segundo capítulo tracejamos a estruturação do território pedronense, a figura do vaqueiro, sua contextualização histórica e social, ao mesmo tempo que destacamos a visibilidade e a importância que o vaqueiro adquiri no município de Pedrão. À luz das ideias de Santos (2008), Andrade (1987), Cascudo (1939), e Queiroz (1987). Dando seguimento à construção do capítulo, introduzimos o papel da Associação Encourados de Pedrão por perceber sua importância como responsável pela representação dos Encourados através dos seus associados no desfile cívico do dois de Julho e ao mesmo tempo seu lugar na manutenção da memória da comunidade local pedronense.

Além de leituras sugeridas para o segundo capítulo, introduzimos o uso das entrevistas e fotografias, permitindo ao nosso leitor uma dimensão subjetiva através das narrativas e de visualização do ambiente em que os sujeitos pesquisados fazem parte.

No terceiro capítulo trataremos de identificar como acontece a construção da relação entre o vaqueiro e os representantes dos Encourados e também como aflora o desejo desses vaqueiros de se integrarem e fazerem parte dessa representação como atores que dão vida a um movimento histórico do passado. Essa abordagem se delineará levando em consideração os conceitos e abordagens de representação simbólica teorizadas por Thompson (1998) e Benjamin (1994), bem como o sentido da performance e do espetáculo presente nas leituras de Debord (1997), ambas análises servem para apresentar ao leitor como essas estruturas elencadas justificam a participação dos entrevistados no desfile cívico do Dois de Julho.

Tomando as memórias presente nas narrativas orais coletadas e outras formas de oralidade como a cantiga de aboio, que carreguem no seu interior as impressões dos vaqueiros sobre o movimento que representam; os Encourados de Pedrão (1823), utilizaremos as teorias Bosi (2009), Burke (2000), Le Goff (2003) e Zumthor (1997) para nos dar sustentação.

As considerações finais traçam um breve comentário sobre o que se pode considerar a respeito das impressões dos vaqueiros que se utilizam das narrativas orais para descrever o sentimento de pertencimento em relação ao seu lugar como atores que representam sujeitos de um passado histórico. Não se tem como objetivo apresentar ideias que finalizam o assunto abordado nesta dissertação, mas permitir que se reflita sobre a prática cotidiana milenar que permanece até hoje, o ato de lembrar.

REFERÊNCIAS:

- ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar – Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *Algazaras nas ruas: comemorações da independência na Bahia (1889 – 1923)*, Campinas: UNICAMP, 1999.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. Santos. *Deuses e heróis nas ruas da Bahia: identidade cultural na primeira Republica*. Afro Ásia, 18. 1996
- ANDRADE, Mário de. *As melodias do boi e outras peças*. (Preparação de Oneyda Alvarenga) São Paulo: Duas cidades, Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. 2 ed, São Paulo: Brasileinse, 1994.
- BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 11ªed: São Paulo, Cia das Letras, 2004.

- BOSI, Eclea. Problemas ligados á cultura das classes pobres in: VALLE, Edenio, QUEIROZ, José I. *A cultura do povo*. São Paulo: Educ., 1982
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. São Paulo: EDUSC, 2000.
- CASCUDO, Luis da Camara. *Vaqueiros e cantadores*. Coleção Reconquista do Brasil vol 81, São Paulo, ed: Itatiaia, 1939.
- GUERRA FILHO, Sergio Armando Diniz. *O povo e a guerra. Participação das camadas populares nas lutas pela Independência da Bahia*. 2004: Dissertação (Mestrado em Historia) – Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2004.
- KRAAY, Hendrix. Entre o Brasil e a Bahia; as comemorações do Dois de Julho em Salvador, séc. XIX. *Revista Afro Ásia*, nº023, UFBA, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *Historia e memória*. 3 ed. UNICAMP, Campinas, 2003.
- MARTINEZ, Socorro Targino. *2 de Julho: a festa é Historia*. ed: Fundação Gregório de Matos, Salvador, 2000.
- MONTENEGRO, Antônio Torres. *História oral e memória – a cultura popular revisitada*. São Paulo ed: contexto, 2013
- Portal do IBGE Cidades. Disponível em: www.ibge.gov.br/cidades/topwindow.htm?1>
- QUEIROZ, Washington. *Ofício de Vaqueiro Patrimônio Cultural da Bahia: Breve Histórico*. (Texto para apresentação para publicação na coleção Cadernos do IPAC). Revista do IGHB, nº 48. Salvador, 1923
- RUBIM, Antônio Canelas. Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. In: RUBIM, Antônio Canelas e BAYARDO, Rubens (Orgs.). *Políticas culturais na Ibero-América*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização - do pensamento único á consciência universal*. São Paulo, Record, 2008
- THOMPSON, Jonhn B. *Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social e critica na era dos meios de comunicação de massa*. 2 ed. Petrópolis, 1998.
- ZUMTHOR. *Introdução á poesia oral*. Belo Horizonte, ed: UFMG, 2010.